****

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Unidade Auditada: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  Exercício: 2013  Processo: 23076.017495/2014-31  Município: Recife - PE  Relatório nº: 201407314 UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO |

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Análise Gerencial**

Senhor Chefe da CGU-Regional/PE,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201407314, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE.

**1. Introdução**

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 14/04/2014 a 16/05/2014, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Registra-se que os Achados de Auditoria apresentados neste relatório foram estruturados, preliminarmente, em Programas e Ações Orçamentárias organizados em títulos e subtítulos, respectivamente, segundo os assuntos com os quais se relacionam diretamente. Posteriormente, apresentam-se as informações e as constatações que não estão diretamente relacionadas a Programas/Ações Orçamentários específicos.

**2. Resultados dos trabalhos**

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 24/10/2013, entre a Secretaria de Educação, da Cultura e do Desporto – Secex Educação, do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Diretoria de Auditoria da Área Social da Controladoria Geral da União (CGU), foram efetuadas as seguintes análises:

**2.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão**

A fim de avaliar os mecanismos de controles internos que assegurem o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvidas pela UFPE, esta CGU Regional realizou diversas ações de controle ao longo do exercício (2013), que resultaram na elaboração de relatórios de auditoria (já encaminhados para ciência dos gestores e inclusão no Plano de Providências Permanente da Entidade), dos quais se destacam os seguintes:

- RA nº 201205397, que trata do processo de planejamento da oferta de vagas no ensino de graduação, avalia o atingimento das metas pactuadas no projeto REUNI e a elaboração de indicadores a nível setorial (departamentos/cursos) para o ensino de graduação, além de analisar os controles sobre a produtividade dos docentes nas atividades de pesquisa;

- RA nº 201211526, que apresenta os resultados da avaliação sobre as atividades docentes do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE (estudo de caso), que inclui análise sobre a participação dos professores do departamento em atividades extra-acadêmicas e seus impactos no desempenho de suas atribuições funcionais, avaliação sobre a alocação de recursos entre as atividades de ensino de graduação, pós-graduação gratuita (mestrado/doutorada acadêmico) e pós-graduação paga (lato sensu e mestrado profissional), além do resultado da verificação sobre a frequência dos docentes às aulas das disciplinas de graduação;

- RA nº 201317667, que complementarmente aos relatórios mencionados acima, tratou das diretrizes da instituição para alocação de recursos entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e mesmo no ensino, entre os seus diversos níveis (graduação, pós-graduação – stricto sensu, lato sensu, em nível de especialização, mestrado e doutorado). Além disso, esse relatório apresenta análise sobre o estabelecimento de metas e indicadores para planejamento, acompanhamento e avaliação nas áreas de pesquisa e extensão.

Esses trabalhos foram conduzidos inicialmente por meio de reuniões exploratórias com Pró-Reitores e Diretores de departamentos, envolvendo principalmente a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN, Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESQ e a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos – PROACAD. Posteriormente, foram levantadas mais informações, tanto por meio de solicitações de auditoria, como por meio de consulta aos registros do Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (Sig@) da universidade. No caso do curso escolhido para o “estudo de caso”, foram feitas também entrevistas, por meio de questionário aplicado aos alunos de graduação sobre a frequência dos professores às aulas.

A partir desses trabalhos constatou-se a existência de várias fragilidades na gestão da entidade referentes ao desenvolvimento de suas atividades finalísticas.

1. AUSÊNCIA DE POLÍTICA/DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS GERIDOS PELA UNIVERSIDADE.

Primeiramente, mencione-se a inexistência de políticas/diretrizes/critérios estabelecidos pela alta administração para a aplicação dos recursos destinados à Entidade entre as atividades de ensino (considerando seus diversos níveis), pesquisa e extensão. Diante dessa lacuna, a alocação dos recursos é resultante dos interesses e decisões isoladamente adotados por cada departamento e centro acadêmico, e não o resultado de um plano institucional com o qual estariam alinhados os planos de cada unidade acadêmica menor.

1. DEFICIÊNCIAS NO PROCESSO DECISÓRIO PARA DEFINIÇÃO DE INVESTIMENTOS E OFERTA DE VAGAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, ESPECIALMENTE A FALTA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS E DE MOTIVAÇÃO DOS ATOS.

Outra falha identificada quanto ao planejamento e alocação de recursos refere-se à ausência de um processo decisório formalmente constituído para definição da oferta de vagas no vestibular para os cursos de graduação. Além da indefinição de critérios e parâmetros objetivos para decidir sobre a ampliação/expansão de vagas, também se verifica que, nessas decisões, não se pondera a demanda social pelos cursos. O que ocorre é que as ampliações de vagas são discutidas em nível setorial (departamentos/centros), sem a coordenação necessária, de modo que não se garante seu alinhamento à estratégia institucional. O planejamento deve ser concebido como um todo, considerando os objetivos institucionais, e não simplesmente representar a consolidação de decisões locais, pois dessa forma, tenderão a prevalecer os critérios políticos internos dos diversos grupos, que não necessariamente se coadunam ao interesse público.

Essa falha fica notadamente evidenciada quando se avaliam as decisões de distribuição de vagas no âmbito da ampliação/expansão ocorrida no período do projeto REUNI (2008-2012), quando foram realizados grandes investimentos, tanto em infraestrutura quanto na contratação de pessoal, que resultaram na criação de cerca de 1.500 vagas. Além das referidas deficiências do processo decisório, destaca-se o fato de que 60% das vagas foram acrescidas em cursos com baixa procura no vestibular. Como consequência disto, tem-se a frustação da demanda social, já que não se considera o critério de densidade no vestibular para a oferta de vagas, além de ineficiência na aplicação dos recursos. Para uma dada quantidade de recursos, investir em cursos com elevado custo operacional e/ou custo de expansão significa criar menos vagas do que em outros cursos que apresentam maior eficiência. Semelhantemente, investir na ampliação de cursos com pouca procura (o que geralmente implica em baixa taxa de sucesso), resulta na elevação do custo de formação por aluno e na obtenção de um resultado (formação de alunos) aquém do que seria possível se a expansão/ampliação priorizasse cursos mais procurados. Além disso, deixa-se de revestir esses atos da devida transparência e da motivação que os legitimem, exigíveis legalmente, especialmente por se tratarem de atos administrativos que podem ter o efeito de limitar ou afetar direitos ou interesses dos cidadãos.

1. INEXISTÊNCIA DE INDICADORES SETORIAIS E DE CURSOS QUE POSSAM SER UTILIZADOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

Outra deficiência identificada com relevante impacto sobre a gestão da Entidade é a inexistência de indicadores e/ou outros instrumentos para monitoramento do desempenho da Entidade em nível setorial (departamentos / cursos). Os indicadores utilizados são a nível global, insuficientes como ferramentas de gestão para que permitam o devido acompanhamento e avaliação e possam subsidiar as decisões gerenciais. Para se garantir um bom desempenho da Entidade é importante que se disponha de um sistema eficaz de monitoramento e avaliação, pois não é razoável esperar que esses resultados sejam plenamente alcançados a menos que haja uma atuação proativa, a partir de um acompanhamento sistemático. Outro aspecto relevante dessa questão é quanto ao atendimento ao princípio da transparência, que não pode se resumir a prestação de contas das despesas realizadas, mas deve incluir a disponibilização de informação acerca dos resultados obtidos, dos custos incorridos, de modo que se possa aferir a eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública.

No propósito de demonstrar a viabilidade de se estabelecer indicadores setoriais, a equipe de auditoria calculou, com base nos dados do Sig@ e SIAPE-DW, para determinado período (semestres 2012.1 e 2012.2), diversos indicadores setoriais que possibilitam a aferição e comparação do desempenho dos diversos cursos / departamentos da UFPE.

Quanto à importância da adoção de tais instrumentos de aferição de desempenho, merecem ênfase as informações apresentadas pelo IBGE em seu anuário “Brasil em Números” (Edição 2013) referentes à educação superior, que dão conta que no Brasil apenas 11,5% da população (de 25 anos ou mais) possui nível superior completo, enquanto que no Nordeste esse percentual é de 7% (metade do valor apresentado pela Região Sudeste). Portanto, não há como fazer face a tamanho desafio e elaborar políticas adequadas sem informações mais detalhadas sobre o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), inclusive para identificar e avaliar tanto os pontos fortes quanto os pontos fracos internamente à IFES. A própria forma de financiamento da educação superior não pode ser devidamente avaliada sem que se considerem os custos incorridos e os resultados obtidos pelas IFES.

1. INEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ALOCADOS À ATIVIDADE DE ENSINO

Com base nessa avaliação feita pela equipe de auditoria mediante cálculo de alguns indicadores setoriais, identificaram-se discrepâncias no desempenho dos diversos cursos e departamentos, evidenciando-se ineficiências na alocação dos recursos destinados à atividade de ensino. Neste contexto a excelência de certos departamentos e cursos tende a encobrir as deficiências de outros, passíveis de detecção e melhoria, o que potencializaria as melhorias na gestão.

Dentre outras medidas aferidas, calculou-se o custo de formação por aluno de cada curso ofertado pela UFPE. Verificou-se que os cursos com mais elevados custo de formação (excluindo-se os cursos recentes por não apresentarem ainda taxa de sucesso efetivamente conhecida) apresentaram valores entre R$ 400 mil e R$ 700 mil para a formação de um único aluno. Por outro lado, os cursos com maior eficiência apresentaram custos que variam entre R$ 50 mil e R$ 100 mil. Ressalte-se que nesses custos não estão computados nem os custos previdenciários nem os investimentos (despesa de capital) em salas, laboratórios e equipamentos e que os custos de manutenção (inclusive referente a laboratórios de ensino) foram rateados proporcionalmente ao número de alunos matriculados em cada curso.

É possível detectar grandes discrepâncias internas na IFES, tomando-se como referência certos cursos da UFPE que aliam excelência e baixo custo de formação. Um exemplo é o curso de Ciência da Computação, vinculado ao Centro de Informática (CIN). Não obstante o CIN ser um centro de excelência, a formação de um bacharel em Ciência da Computação custa um terço do custo de formação de um bacharel em química, por exemplo. Noutra comparação, observa-se ainda que, embora o curso de medicina esteja entre os que apresentam maiores custos de formação, o custo de formação de um único músico instrumentista equivale ao custo de formação de quatro médicos. Embora nem todas as diferenças possam ser atribuíveis à ineficiência, o uso de indicadores permite identificar e corrigir potenciais deficiências, além de subsidiar o processo decisório e fomentar a transparência e o controle social.

Esses custos refletem tanto a alocação dos recursos entre os departamentos e cursos, como também é função das taxas de sucesso / evasão / retenção de cada curso. Um curso vinculado a departamentos de baixa produtividade no ensino e / ou taxas elevadas de retenção e evasão tenderão a apresentar custos maiores. Esse tipo de indicador permite ao gestor identificar departamentos / cursos para os quais há necessidade de promover melhoria nos índices de produtividade dos docentes e / ou nas taxas de sucesso, além de subsidiar as decisões de ampliação de vagas nos cursos. Nesse sentido, ressalte-se que, no período de expansão / ampliação do REUNI, diversos cursos que apresentavam (relativamente) baixo custo de formação e elevado interesse social (densidade no vestibular) não foram contemplados com novas vagas.

Outro indicador avaliado foi o custo operacional por aluno, o que equivale aos custos utilizados para formação dos preços das mensalidades em universidades / faculdades privadas. Entre os cursos que apresentaram custos operacionais mais elevados encontram-se os de Música (instrumento), Engenharia de Alimentos, Oceanografia, Engenharia Biomédica, que variam entre R$ 2.000,00 e R$ 3.500,00 por mês, para cada aluno. Por outro lado, entre os custos de menores custos operacionais encontram-se os de Letras, Jornalismo, Administração, Direito, Engenharia Naval, Ciências Econômicas e Música (Licenciatura), que variam entre R$ 900,00 e R$ 1.100,00.

Na comparação com cursos oferecidos por faculdades privadas, para alguns cursos, verificam-se diferenças de até 300%, ou seja, cada aluno na universidade pública corresponde ao custo da manutenção de 4 (quatro) alunos na rede privada. Para a maior parcela dos cursos comparados (60%), essa diferença está acima de 100%, ou seja, a relação é de no mínimo 1 para 2. Apenas o curso de Medicina apresentou custo operacional inferior ao valor da mensalidade média cobrada pelas faculdades/universidades privadas de Recife (custo entre R$ 2.200,00 e R$ 2.700,00 na UFPE em contraposição a uma mensalidade média de R$ 4.500,00). Ressalta-se que os custos com pesquisa e extensão foram considerados e foram calculados à parte.

Tais custos representam uma medida da eficiência operacional e apontam (no caso de cursos com elevados custos) para a necessidade de ajustes na alocação de recursos humanos e na execução das despesas de custeio. Assim, com os mesmos recursos atualmente gastos, seria possível beneficiar mais alunos de graduação, produzir mais conhecimento e atender melhor os interesses sociais.

Outros indicadores foram calculados, que podem ser tomados como exemplos pela gestão da universidade para elaborar instrumentos de medição eficazes para monitoramento e avaliação do desempenho da gestão da Entidade na consecução de sua missão institucional: evolução do custo de pessoal por curso e vaga (custo de expansão), tamanho médio de turmas (taxa de ocupação), custo hora-aula por aluno e alocação da carga horária (CH) dos docentes (produtividade docente).

1. ATINGIMENTO PARCIAL DAS METAS PACTUADAS NO REUNI.

Neste item, o destaque positivo fica por conta da superação da meta prevista para criação de novas vagas (1.517 vagas criadas no período do REUNI, para uma previsão inicial de 1.419). Entretanto, por outro lado, verifica-se o não atendimento a uma das diretrizes básicas estabelecidas para o REUNI, que preconiza que o aumento de vagas deveria ocorrer especialmente no período noturno. O Percentual de vagas noturnas continuou no mesmo patamar anterior, em torno de 32%. A baixa oferta de cursos noturnos implica na ociosidade dos espaços físicos, e consequente ineficiência na utilização dos recursos, além de dificultar o acesso e permanência na universidade de estudantes em condições de vulnerabilidade social.

1. EXISTÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE VÍNCULOS EXTERNOS E BAIXA CARGA DIDÁTICA E/OU PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES.

Da verificação do histórico de vínculos societários e empregatícios, realizada para 2.242 docentes da UFPE, verificou-se a correlação positiva entre a existência desse histórico de vínculos e o descumprimento da carga didática mínima de 120 horas semestrais, (baseados nos dados do primeiro semestre de 2012). Para os vínculos societários, verificou-se que dentre os docentes que possuíam histórico de vínculos, 45% não cumpriam a carga didática mínima, percentual que caia para 28% entre aqueles que não apresentavam histórico de tais vínculos. Com relação a outros vínculos empregatícios, dentre aqueles que apresentaram esse histórico 48% não cumpriam a carga didática mínima, reduzindo-se o percentual para 26% entre aqueles que não possuíam histórico de outros vínculos empregatícios.

Quanto à produção científica, ocorre situação semelhante. Nesta avaliação considerou-se como produção científica: trabalhos publicados em revista (independentemente da classificação técnica do periódico); capítulos de livros; livros; e quantidade de alunos de pós-graduação orientados ou coorientados. Verificou-se que, dentre 2.242 docentes da UFPE, há 1.131 professores sem qualquer produção científica evidenciada no ano de 2010 (último exercício disponível quando da realização da auditoria), ainda que estejam em regime de Dedicação Exclusiva. Além disso, restou (estatisticamente) demonstrado a existência de correlação negativa entre o histórico de vínculos empregatícios e/ou societários e a produção científica dos diversos departamentos da UFPE.

Portanto, como se pode inferir a partir desses dados, existe uma relação entre o histórico de desempenho de atividades societárias e/ou vínculos empregatícios e o descumprimento das obrigações didáticas mínimas dos docentes e/ou baixa produção científica. Na presença de tais conflitos de interesses (outros vínculos), os interesses particulares de uma parcela dos docentes tem prevalecido e é exercido em detrimento do interesse público. Ressalve-se que parte desses vínculos são legalmente permitidos, porém não se pode admitir que eles sejam exercidos em detrimento das obrigações acadêmicas dos docentes em patamares minimamente razoáveis. Neste sentido, o uso de indicadores de custos por departamento e por curso permite aferir razoavelmente a que custo determinado serviço público está sendo prestado, segundo a sua qualidade.

1. LIMITADA OFERTA AO ENSINO GRATUITO, ESPECIALMENTE PARA A GRADUAÇÃO, RELACIONADA À OPÇÃO DE PRIORIZAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU” E “STRICTO SENSU”

Neste caso, a avaliação foi feita para o Departamento de Engenharia de Produção, no qual grande parte dos docentes auferiu rendimentos advindos de projetos desenvolvidos com a participação da Fundação de Apoio da UFPE – a maior parte vinculada a cursos de pós-graduação pagos. Houve professor que chegou a receber R$ 700.000,00 num período de pouco mais de 3 (três) anos. Verifica-se a tendência ao envolvimento maior dos docentes com essas atividades que lhes geram rendimentos extras. Como resultado, são formados anualmente muito mais alunos de pós-graduação – com ênfase os MBA e especializações pagos – do que alunos de graduação, além de que a excelência obtida na pós-graduação (conceito 5 na CAPES) não é seguida pela graduação (conceito na faixa 3 no CPC-ENADE), que também apresentou escore 0,83 no quesito organização pedagógica, numa nota que pode chegar até 5,0 (cinco).

Certamente o nível de prioridade dado à graduação vai influenciar diretamente nos fatores de acessibilidade ao curso, disponibilidade do curso segundo o turno, quantidade de vagas oferecidas, periodicidade dos ingressos, taxa de ocupação das turmas, razão alunos por professor e quantidade de alunos formados por unidade de tempo. Consideram-se, portanto, reflexos dessa baixa, limitada ou priorização aquém das possibilidades do curso de graduação: o custo de formação elevado, a não ampliação de vagas durante o projeto REUNI, a inexistência da oferta do curso no horário noturno, a existência de apenas uma entrada por vestibular a cada ano e os tamanhos decrescente de turmas nos períodos finais do curso (o que poderia ser mitigado com ampliação de vagas para turmas iniciais do curso).

Quanto ao custo do curso, a título de comparação, tomou-se o curso de Engenharia de Produção melhor conceituado no Brasil (segundo o ENADE), que é o da FACAMP – uma faculdade privada formada por docentes egressos da UNICAMP –, cujo conceito CPC-ENADE é 5 e cuja mensalidade era de R$ 1.648,00 (ao final de 2007, não foi identificado o valor atual). Outros exemplos considerados, com conceito 4 no ENADE, foram os cursos da FAESA, mensalidade de R$ 844,00, PUCRS, mensalidade de R$ 1.561,72 e PUCMG, mensalidade de R$ 844,00 (valores para o ano de 2013). Apesar desses cursos possuírem conceito ENADE igual ou superior ao curso de graduação da UFPE, o valor de suas mensalidades são inferiores ao custo do curso na UFPE (que foi mensurado, para 2012, entre R$ 2.040,00 e R$ 2.650,00). Além disso, é importante registrar que parte do conceito positivo dos cursos mais concorridos das universidades públicas é atribuível à elevada nota dos ingressantes – devido ao intenso processo seletivo do vestibular, que resulta no recrutamento dos melhores alunos –, de modo que apenas uma fração do valor do escore final é decorrente da qualidade do ensino. E a baixa nota da organização pedagógica do curso da UFPE (0,83) ilustra bem isto, pois, apesar dela, o escore final do curso na UFPE mantém média final razoável e esta deficiência pode passar despercebida.

A não priorização do curso de graduação também se reflete na frequência dos professores para ministrarem as aulas programadas para as diversas disciplinas oferecidas. Verificou-se, para o semestre 2012.2, a partir da aplicação de questionário com alunos do curso de Engenharia de Produção, que 52% dos professores apresentaram algum problema com relação à frequência às aulas. Os problemas incluem faltas frequentes e uso de alunos de pós-graduação para ministrarem aulas de graduação em substituição aos docentes.

Portanto, os resultados dessa análise indicam que o incentivo pecuniário das atividades docentes que geram remuneração extraordinária está entre as causas dos relativamente limitados resultados da graduação, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Em suma, verifica-se que o acesso gratuito à excelência do Departamento é claramente limitado, mas cresce à medida em que são pagas mensalidades pelos alunos ou mediante financiamento de projetos ou contratação de serviços. Ademais, cabe ressaltar que a qualidade obtida por certos cursos nas universidades públicas não pode ser vista isoladamente, mas é necessário considerar também a que custo determinada qualidade é fornecida e o quanto mais é possível fazer pelo mesmo custo e com os mesmos recursos, o que contribui para subsidiar o processo decisório relativo às políticas públicas de financiamento do ensino superior.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta evidenciado que a Entidade não estabeleceu políticas e diretrizes para balizar suas atividades finalísticas, de modo que não há definição, a nível institucional, quanto à priorização e resultados a serem esperados das atividades de ensino (em seus diversos níveis), pesquisa e extensão. Consequentemente seu planejamento é falho no que se refere à alocação de recursos entre as referidas atividades. O processo decisório também se mostra deficiente, à medida que as decisões refletem mais os interesses setoriais do que propriamente estratégias definidas a nível institucional. Dessa forma, não se garante a coordenação de ações nem o alinhamento de estratégias, o que limita o alcance dos resultados e favorece a ineficiência e a falta de economicidade. Além disso, constata-se também que a Entidade não emprega instrumentos de controle e ferramentas gerenciais eficazes para assegurar a aderência a suas metas / objetivos e que permitam o monitoramento e avaliação de seu desempenho. A Entidade também se ressente da falta de controles mais efetivos sobre a atuação dos docentes.

Como resultado dessas falhas, verifica-se a ineficiência na aplicação dos recursos; decisões que não se coadunam com a busca pela eficiência, eficácia e efetividade; priorização de atividades extras e geradoras de receitas em detrimento ao ensino de graduação; elevados custos de formação por aluno; baixa carga didática e pouca produção científica apresentada por parcela dos docentes da universidade; reduzida oferta de vagas em horário noturno; e oferta de cursos sem levar em consideração as demandas sociais. Não obstante os problemas apontados, a excelência e bons resultados de uma parcela dos cursos da UFPE proporciona à IFES uma boa avaliação global em determinados indicadores gerais ou rankings, encobrindo as ineficiências localizadas e elevados custos setoriais, o que reforça a justificativa de adoção de indicadores desagregados de cursos e departamentos, já que os indicadores globais atualmente utilizados não apontam claramente as fragilidades internas das universidades públicas.

Diante disso, recomendou-se à Entidade, entre outras:

i) estabelecer e implementar políticas, diretrizes e critérios para a distribuição, acompanhamento e avaliação dos recursos (que inclui a distribuição da carga horária dos docentes) entre as diferentes atividades concernentes ao ensino (graduação, pós-graduação "lato sensu" e pós-graduação "stricto sensu"), pesquisa e extensão;

ii) elaborar normativo interno que estabeleça diretrizes para nortear o processo decisório referente tanto à oferta regular como à ampliação e expansão de vagas na UFPE, prevendo a adoção de critérios e parâmetros para apresentação de propostas pelos diversos Centros Acadêmicos e mecanismos que assegurem que sejam levados em consideração as demandas sociais, densidade no vestibular, os custos de expansão e operação e os resultados esperados (taxa de sucesso e custos de formação do aluno);

iii) instituir instrumentos para monitoramento e avaliação de desempenho da Entidade (indicadores, custos, etc.) e utilizá-los tanto para o aprimoramento da gestão como também para prestação de contas à sociedade;

iv) Definir metas e padrões de desempenho para os Departamentos e Cursos, visando a melhoria na alocação dos recursos, índices de aproveitamento escolar e resultados das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

v) promover melhorias nos sistemas de informação, de modo a permitir o acompanhamento e mensuração das atividades docentes (ensino, pesquisa, extensão), utilização da infraestrutura (ocupação das salas, etc.) e índices de aproveitamento escolar (retenção, evasão, taxa de sucesso, etc.);

vi) Empreender estudos, a nível institucional, que abranjam as diversas áreas da universidade para identificar, para os cursos e centros com maiores taxas de evasão / retenção / ociosidade, as principais causas que têm contribuído para que esses índices estejam acima do fixado nas metas e adotar medidas para melhoria desses índices;

vii) definir procedimento para acompanhar e garantir que os docentes cumpram a carga didática mínima estabelecida;

viii) verificar a existência e a regularidade dos vínculos empregatícios e/ou societários, levando em consideração o regime de trabalho e a efetiva compatibilidade dos horários e das atividades, além do cumprimento regular das obrigações mínimas do servidor;

ix) para as atividades de pesquisa e extensão, definir formas de mensurar a produtividade e os custos envolvidos, visando avaliar o desempenho também nessas áreas.

##/Fato##

**2.2 Avaliação da Conformidade das Peças**

Considerando a natureza jurídica e o negócio da UFPE, uma autarquia pública que se constitui como uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), o presente item teve como objetivo verificar a conformidade das peças de que tratam os incisos I e II do art. 2 da DN TCU nº 132/2013, quais sejam: o rol de responsáveis e os pareceres de instâncias que devam pronunciar-se sobre as contas ou sobre a gestão, de acordo com previsão legal, regimental ou estatutária, conforme Anexo III da referida Decisão Normativa.

A metodologia da equipe consistiu na análise documental das peças do Processo nº 23076.017495/2014-31 e do Relatório de Gestão (versão eletrônica), comparando com o conteúdo estabelecido nos normativos do TCU (DN 132/2013, DN 127/2013 e Portaria 175/2013), bem como com informações coletadas em campo (respostas às solicitações de auditoria).

A partir dos exames concluiu-se que a instituição apresentou as peças de acordo com as normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2013. A exceção havia se dado pela não apresentação do Parecer da Unidade de Auditoria Interna, pelo que o dirigente máximo da Entidade foi instado a complementar o processo com a peça ausente, por meio da Nota de Auditoria 201407314/001 e Solicitação de Auditoria 201407314/005, tendo assim o feito, enviando o referido parecer por meio do Ofício nº 018/2014-AUDINT, de 16/05/2014.

Quanto ao Relatório de Gestão, verificou-se que esse contempla os conteúdos e formatos estabelecidos na DN 127/2013 e Portaria 175/2013, fazendo-se apenas algumas ressalvas, que são detalhadas na segunda parte deste relatório, destacando itens que poderiam ter sido mais bem detalhados, principalmente no que se refere às análises críticas, de modo que essa peça cumpra plenamente seu propósito de servir como instrumento de prestação de contas à sociedade, de forma a atender os diversos públicos interessados na avaliação da gestão da Entidade.

##/Fato##

**2.3 Avaliação da Gestão de Pessoas**

**Governança de Gestão de Pessoas**

Neste item, buscou-se avaliar a Gestão de Pessoas da Entidade, incluindo aspectos referentes à liderança da alta administração; alinhamento estratégico; planejamento da gestão de pessoas e unidade da gestão de pessoas como parceira estratégica; gestão da liderança e do conhecimento; gestão da liderança e processo decisório, integridade, comprometimento e aprendizagem contínua; cultura orientada a resultados: comunicação e avaliação de desempenho; gestão de talentos: recrutamento, seleção e integração; e resultados e prestação de contas.

Essa avaliação foi realizada com base nos normativos e boas práticas relativas á área de gestão de pessoas. Foram analisadas as informações e documentações apresentadas pelo gestor em resposta à S.A 201407314/001, de 08/04/2014, além das respostas ao questionário de autoavaliação aplicado ao dirigente da entidade e das informações obtidas por meio de entrevista realizada com a Pró-Reitora de Gestão Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe).

Como resultado, verifica-se que no planejamento estratégico da Entidade a área de Gestão de Pessoas figura como parceira estratégica, uma vez que se verifica a existência de várias diretrizes e objetivos estratégicos que se referem à gestão de pessoas. Entretanto, ainda não se verifica o desdobramento dessas diretrizes e objetivos em planos, metas e indicadores voltados para a área. Dessa forma, algumas das práticas adotadas atualmente pela Progepe não se coadunam com as referidas diretrizes e objetivos estratégicos (ausência de definição de competências, ausência de programa para desenvolvimento de lideranças, não realização de pesquisa para verificar o “clima” organizacional, por exemplo). Quanto à gestão da liderança, constata-se que a Entidade não avalia, de maneira formal e sistemática, o desempenho dos seus gestores com base nos resultados obtidos. Semelhantemente, não há processo formal para seleção de gestores baseado em competências, nem há programa específico para desenvolvimento de lideranças. Quanto à política de capacitação, a Entidade se ressente da ausência de definição de quais competências são necessárias e/ou desejáveis para ao bom desempenho de cada função (dentro de cada setor/área), de modo que o Plano de Capacitação resulta basicamente da iniciativa e interesses dos servidores e/ou do que suas chefias imediatas consideram como importante. Isso inclui, inclusive, a própria equipe da Progepe.

A seguir, apresenta-se a opinião da equipe de auditoria para cada questão avaliada, as quais se fundamentam nas evidências colhidas durante os trabalhos de campo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Liderança da alta administração | | |
| A alta administração da unidade: | Sim | Não |
| 1-Monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas? |  | *X* |
| 2-Designou formalmente corpo colegiado (ex.comitê, conselho) responsável por auxiliá-la nas decisões relativas à gestão de pessoas? |  | *X* |
| 3-Monitora regularmente o funcionamento desse corpo colegiado? |  | *X* |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| A unidade, sistematicamente: | Prática ainda não adotada | | | | | | Nível de adoção de prática | | |
| Alinhamento estratégico | Não prevê adotar a prática | | Pretende adotar a prática | | Iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática | | Adota parcialmente a prática | | Adota integralmente a prática |
| Planejamento da gestão de pessoas |
| 4-Executa processo de planejamento de gestão de pessoas, aprovando e publicando objetivos, metas e indicadores de desempenho? |  | |  | |  | | X | |  |
| Unidade de Gestão de Pessoas como parceira estratégica | | | | | | | | | |
| 5-Identifica lacunas de competência da equipe de RH, com o objetivo de avaliar suas necessidades de capacitação (ex. necessidades de competências na área de gestão estratégica de pessoas, na área de concessão de direitos, etc.)? |  | |  | |  | | X | |  |
| Gestão da liderança e do conhecimento | | | | | | | | | |
| Gestão da liderança e processo decisório | | | | | | | | | |
| 6-Oferece programas de treinamento e desenvolvimento de competências de liderança que atendem às necessidades de cada nível de gestão (do operacional ao estratégico), incluindo potenciais líderes? | | X | |  | |  | |  |  |
| Integridade e comprometimento | | | | | | | | | |
| 7-Verifica a opinião dos colaboradores quanto ao ambiente de trabalho e utiliza os resultados para orientar eventuais mudanças? | |  | | X | |  | |  |  |
| Aprendizagem contínua | | | | | | | | | |
| 8-Identifica as necessidades individuais de capacitação quando da avaliação de desempenho dos colaboradores, levando-as em consideração nas avaliações subsequentes? | |  | |  | |  | | X |  |
| Cultura orientada a resultados | | | | | | | | | |
| Comunicação | | | | | | | | | |
| 9-Identifica e divulga para os profissionais de RH a legislação, jurisprudência e as orientações normativas relativas à gestão de pessoas, orientando acerca de como elas devem ser aplicadas internamente? | |  | |  | |  | | X |  |
| Avaliação de desempenho | | | | | | | | | |
| 10-Realiza avaliação de desempenho dos membros da alta administração e demais gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização? | | X | |  | |  | |  |  |
| Gestão de talentos | | | | | | | | | |
| Recrutamento, seleção e integração | | | | | | | | | |
| 11-Executa processo formal, baseado em competências, para seleção de gestores? | | X | |  | |  | |  |  |
| Resultados e prestação de contas (Accountability) | | | | | | | | | |
| 12-Monitora, por meio de sistema informatizado de gestão de pessoas, algum conjunto de informações relevantes sobre a força de trabalho (ex. índices de absenteísmo, índices de rotatividade, projeções de aposentadoria, etc)? | |  | |  | |  | |  | X |

**Jornada de Trabalho**

Referente à informação sobre os servidores da UFPE que trabalham em regime diferenciado, a PROGEPE informou que, não obstante a existência de áreas e setores que realizam atendimento ao público, não adota jornada de trabalho diferenciada.

Por meio da realização de entrevista em setor de atendimento ao público (Biblioteca Central), verificou-se que o funcionamento ocorre das 8:00 às 21:00, incluindo intervalo de almoço para aqueles que trabalham de 8:00 às 17:00 e de jantar para os que trabalham de 13:00 às 21:00.

Após a análise feita sobre a Jornada de trabalho dos funcionários da Biblioteca Central, verificamos que ocorre a sobreposição de horários e sugerimos que o gestor faça uma melhor análise sobre uma melhor fixação de horários para os funcionários com vistas a um melhor atendimento diário. Já em outros setores (que também atendem ao público), o atendimento é interrompido no intervalo para o almoço e não se estende após as 18:00 hs.

Portanto, com vista à qualidade no atendimento, entende-se que a universidade deve avaliar melhor as possibilidades, inclusive aquela referente à adoção de jornada diferenciada, para os setores responsáveis por atendimento ao público, buscando evitar interrupções no horário de atendimento e melhor aproveitamento de sua força de trabalho (evitando períodos em que haja poucos servidores para fazer frente a uma maior demanda ou vice-versa).

**Composição da Força de Trabalho**

Este Item teve por objetivo avaliar o quantitativo e a composição da força de trabalho frente à missão da instituição. A análise foi baseada nas informações do relatório de gestão e nas informações obtidas por meio da resposta da Solicitação de Auditoria de nº 201407314/001.

De acordo com o relatório de Gestão UFPE 2013 (31/12), a força de trabalho da UJ compreende um total de 5.187 servidores com lotação autorizada e 5.317 com lotação efetiva.

Verificamos que a lotação autorizada apresentou quantitativo inferior à lotação efetiva, tendo em vista ser desnecessária a autorização para provimento de alguns cargos.

Quanto à composição por faixa etária, verifica-se que a categoria mais numerosa de servidores é aquela que compreende a faixa de 51 a 60 anos, representando um total de 1698 servidores (31,9%). Adicionalmente, a categoria acima de 60 anos conta com 689 servidores (12,9%). Tal situação, que equivale a mais de 40% dos servidores da UFPE, representa uma ameaça em potencial à dinâmica de pessoal, possibilitando inclusive grande impacto para a gestão atual e, também, em futuras gestões, trazendo consequências como, por exemplo, numerosas aposentadorias em um curto intervalo de anos, aumento repentino da necessidade e demanda por concursos públicos, necessidade de capacitação de grande contingente de pessoal, dificuldades relacionadas à manutenção de rotinas em diferentes setoriais e risco à perpetuação do conhecimento institucional. Ressalta-se, portanto, a necessidade de consideração de envelhecimento da força de trabalho da UFPE no Planejamento estratégico institucional e no planejamento da renovação do seu quadro de pessoal.

Verificando a composição do quadro de pessoal da UFPE quanto à escolaridade, pudemos concluir que a categoria mais numerosa de servidores corresponde a do Doutorado com 1.851 servidores, atingindo um percentual de 34%.

Quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo e composição a Unidade informou que tem realizado o monitoramento sistemático da força de trabalho quanto ao acompanhamento das vacâncias: aposentadoria e desligamento. Ainda com relação à suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias da Unidade, a Progepe informa que foram solicitadas novas vagas ao Ministério da Educação para suprir a demanda em virtude de novos cursos.

Verifica-se, portanto, que não foi realizado estudo para dimensionar adequadamente a força de trabalho necessária ao cumprimento da missão da UFPE, não obstante haver recomendação desta CGU nesse sentido. A Progepe se limita a prover o crescimento “vegetativo” da força de trabalho, procurando repor as vacâncias e abrindo novas vagas quando da criação de novos cursos. Entretanto, devido à utilização de novas tecnologias e a assunção de novas atividades (por vezes, substituindo outras que se tornaram desnecessárias), não é razoável simplesmente projetar a necessidade de pessoal com base na estrutura historicamente existente. Assim, é importante que a Entidade conheça as suas reais necessidades em termos de Recursos Humanos, para cada setor, a partir de um estudo amplo e sistemático, que identifique as áreas de maior defasagem e os impactos negativos que podem advir da carência de mão de obra nesses setores, para que possa planejar essa reposição e fundamentar devidamente o seus pleitos junto ao Ministério da Educação (MEC).

Quanto à utilização de instrumentos e metas para a redução da defasagem eventualmente existente entre o perfil atual e o desejado, com estimativa de custos e cronograma de implementação, a Unidade respondeu que a Progepe efetua acompanhamento de vacâncias, priorizando a lotação em decorrência destas, observando a estrutura organizacional e os objetivos institucionais da UFPE. Nesse item, constata-se que a Progepe não definiu o perfil e competências necessários e desejáveis à execução das funções a serem desempenhadas pelos servidores lotados em suas diversas áreas. Sem isso não há como formular adequadamente um Plano de Capacitação para a Entidade que possa contribuir efetivamente para redução da defasagem entre o perfil atual e o desejado.

Quanto à informação se houve a realização de concursos públicos no exercício de 2013, a Unidade informou que ter realizado concursos públicos para docentes e técnicos administrativos no exercício, tendo ocorrido o ingresso de novos servidores.

Conclusão:

Diante do exposto, entende-se necessário que a UFPE realize estudo para dimensionar a força de trabalho necessária para cada setor, bem como o perfil correspondente e a partir daí elaborar um planejamento para suprir suas necessidades. Além disso, deve ser elaborado um plano para recomposição da força de trabalho, tendo em vista as aposentadorias que devem ocorrer a curto e médio prazo.

Também constata-se a necessidade de avaliação da melhor alternativa para prover os serviços que envolvam atendimento ao público, de modo a primar pela qualidade do atendimento e promover a utilização mais eficiente dos recursos humanos disponíveis.

**Análise da Folha de Pagamento**

Nos trabalhos de Acompanhamento de Gestão (APG), foram analisados os dados da folha de pagamento de 71 servidores na UFPE, representando 1,5% do total de servidores, com vistas a avaliar a gestão de pessoas, por meio da observância à legislação sobre remuneração, cessão, requisição de pessoal, bem como sobre a concessão de aposentadorias e pensões. Assim, por meio da aplicação de exames específicos, foram encontradas as seguintes ocorrências, listadas no quadro a seguir:

Constatações da Folha de Pagamento

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ocorrências** | **Quantidade** | **Impacto Financeiro no Exercício (R$)** |
| Servidores e aposentados com somatório de remuneração e provento superior ao limite estabelecido no Inciso XI, Art. 37, CF. | 5 | R$ 188.719,92 |
| Ressarcimento de valores referentes à devolução do adiantamento de férias nos últimos 5 anos, em valor inferior ao recebido. | 3 | (\*)R$ 7.336,36 |
| Servidor com valores informados/ parametrizados conjuntamente com valor gerado pelo cálculo automático no SIAPE | 1 | sem impacto financeiro. |
| Servidores recebendo indevidamente vantagem calculada sobre a Gratificação de Atividade Executiva – GAE. | 1 | (\*)R$ 17.251,92 |
| Servidores aposentados com base na EC nº 41 e 47 recebendo proventos que não tenham sido gerados pelo cálculo automático, resultando em valores pagos indevidamente sem que houvesse reposição ao erário | 4 | R$ 9.647,69 |

(\*) Valores cuja reposição já foi providenciada pelo gestor.

Destaque-se, como resultado dessas análises que foi recomendado ajustes para cinco servidores que estão percebendo remuneração acima do teto constitucional, o que representa um prejuízo de cerca de R$ 180 mil anuais.

##/Fato##

**2.4 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário**

A contabilização de parte do patrimônio imobiliário da UFPE não é feita de forma individualizada no ativo imobilizado e os imóveis que compõem o Campus Joaquim Amazonas (Recife) são registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet) com um único Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) individualizado, conforme segue:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nº RIP imóvel | Imóvel | Quantidade de edificações | Endereço |
| 235100488500-0 | Campus Recife | 113 | Av. Prof. Moraes Rego s/n - Cidade Universitária - Recife - PE |

A Entidade promove a reavaliação dos elementos patrimoniais imobiliários periodicamente (a cada ano) e os dados constantes do Spiunet estão devidamente atualizados. De acordo com as informações disponibilizadas pelo gestor e aquelas atualizadas no sistema Spiunet, verifica-se que os registros contábeis refletem corretamente o patrimônio imobiliário da Entidade.

Os prédios construídos nos últimos cinco anos estão listado a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Prédios construídos nos últimos cinco anos | |
| Ano de conclusão da obra | Identificação do prédio |
| 2013 | CLÍNICA ESCOLA DE FONOAUDIOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA UFPE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA E CENTRO DE APOIO AO ESTUDANTE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DO NIATES CCB / CCS |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS AGRESTE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DO BLOCO 7 DO CAMPUS DO AGRESTE |
| 2012 | CONSTRUÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS CASAS DE ESTUDANTE MASCULINA E FEMININA |
| 2012 | CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS - CTG / CCEN |
| 2012 | CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE SLAS DE AULA - CFCH / CCSA |
| 2011 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE ECOTOXICOLOGIA AQUÁTICA MARINHA DO DEP. ZOOLOGIA DO CCB |
| 2011 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE CULTIVO DE MEIO AMBIENTE - FAUNA MARINHA DO CCB |
| 2010 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE PALEONTOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO CERMA / MUSEU DE OCEANOGRAFIA |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ENGENHARIA BIOMÉDICA |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA PÓS-GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MECÂNICA DO CTG |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DAS SALAS DE AULA DO CCSA |

Os prédios reformados nos últimos cinco anos estão listados a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Prédios reformados nos últimos cinco anos | |
| Ano de conclusão da reforma | Identificação do prédio |
| 2013 | REFORMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E IMPLANTAÇÃO DA SALA DE MONITORAMENTO |
| 2013 | REFORMA DAS OFICINAS PARA READEQUAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA |
| 2013 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA DO CCS |
| 2013 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO NAE |
| 2012 | RECUPERAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURALDO DEC |
| 2012 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DP NÚCLEO DE APOIO A EVENTOS - NAE |
| 2012 | RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA |
| 2012 | REFORMA DO CLUBE UNIVERSITÁRIO |
| 2012 | RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA BIBLIOTECA CENTRAL |
| 2011 | AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DA RESIDÊNCIA MASCULINA |
| 2011 | REFORMA DO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR DO DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA DO CCB |
| 2011 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS ( ANEXO ) |
| 2011 | REFORMA. ADEQUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE( SALAS DE AULA, ANFIT E AUD) |
| 2011 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CCEN - ÁREA II |
| 2011 | REFORMA DO PRÉDO DO SIS |
| 2011 | REFORMA DA INCUBADORA DE EMPRESAS DINE/PROPESQ DA UFPE |
| 2010 | COMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO DE HIDROTERAPIA DO DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA |
| 2010 | REFORMA DO NÚCLEO DE HOTELARIA E TURISMO |
| 2010 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICASDE SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS |
| 2010 | REFORMA DA TV UNIVERSITÁRIA |
| 2010 | REFORMA DA REITORIA |
| 2009 | COMPLEMENTAÇÃO DA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E IMPERMEABILIZAÇÃO DO NTI |
| 2009 | REFORMA DAS SALAS DE AULA DO CURSO MÉDICO DA UFPE |

Cabe observar que, apesar de solicitado, a Unidade não informou a origem dos recursos para cada obra, conforme está consignado neste relatório. Observe-se, ainda, que a Unidade não apresentou as informações sobre obras concluídas e em andamento, reformas concluídas e em andamento dos últimos cinco anos em um formato compilado ou sinóptico. As informações foram apresentadas em diversos formatos e tipos de documentos, o que pode acarretar fragilidades no controle, na verificação e no acompanhamento das obras ano a ano.

Apesar de solicitado, a Unidade não apresentou os procedimentos adotados para programar e acompanhar a manutenção dos imóveis, verificar o vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis, diagnosticar periodicamente a situação dos imóveis, executar vistoria periódica acerca do uso e ocupação dos imóveis, e verificar a correção e completude dos registros no Spiunet.

A Unidade não apresentou o planejamento das manutenções do patrimônio nem a forma como se dá a execução das manutenções. Verificou-se que a Unidade ainda não tem um planejamento das manutenções e atua de acordo com o surgimento de problemas nos imóveis.

A Unidade não apresentou registro ou inventário das condições de conservação de cada prédio/bloco, limitando-se a declarar que está realizando cadastramento detalhado do patrimônio imobiliário para obter tal inventário futuramente.

Verificou-se, ainda, que a falta de inventário das condições de conservação de seus bens imóveis e a ausência de planejamento das manutenções acarretam fragilidades no procedimento de orçamento anual da manutenção.

A Unidade não apresentou normativos internos (regimento, estatuto, normas, manuais, organograma, fluxogramas) que disciplinem e formalizem as atividades e procedimentos de gestão dos bens imóveis.

Verificou-se, também, que a Unidade apresenta deficiências de pessoal e de capacitação e que não dispõe de procedimentos para avaliação, identificação e prevenção de riscos em relação à gestão dos bens imóveis próprios.

Em relação à avaliação da infraestrutura e dos serviços, a CGU inspecionou uma amostra de quatorze salas em sete prédios do Campus Joaquim Amazonas da UFPE. Foram selecionados dois prédios novos, construídos a menos de cinco anos, dois prédios reformados a menos de cinco anos e três prédios antigos que não foram objeto de reforma. Nenhuma das salas avaliadas tem relação com a Fundação de Apoio. Foram identificadas falhas nas seguintes áreas:

- Material elétrico exposto sem a devida proteção.

- Luminárias sem funcionamento dificultando a iluminação adequada.

- Falhas na estanqueidade (infiltrações, goteiras, vazamentos).

- Conforto térmico deficiente (salas quentes, equipamentos sem funcionar).

- Desempenho acústico inadequado (salas sem isolamento acústico).

- Ausência de rampas mecânicas e elevadores em diversos prédios.

- Conservação deficiente do mobiliário.

- Falhas na prevenção e combate a incêndios (ausência de projeto de prevenção e combate, ausência e precariedade de equipamentos).

Diante do exposto, constata-se que a Unidade apresenta um amplo conjunto de falhas na gestão do patrimônio imobiliário: ausência de planejamento da manutenção, ausência de inventário acerca do estado de conservação dos imóveis e falhas na conservação e manutenção dos bens imóveis. O conjunto de fragilidades na gestão do patrimônio imobiliário resulta em prejuízo para os usuários da universidade. Pode-se concluir que a área de patrimônio imobiliário apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação.

##/Fato##

**2.5 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU**

Para a UFPE, não há acórdãos com determinação expressa do TCU à CGU para monitoramento, portanto não pode ser realizada uma análise específica sobre atendimento e cumprimento integral de determinações.

Concomitantemente, verifica-se que a Unidade dispõe de normativos internos e de responsáveis devidamente definidos pelo processo relativo ao controle de atendimentos de determinações e, ainda, que elabora uma matriz de riscos baseada nas demandas dos órgãos de controle.

Cabe observar, entretanto, que a Unidade realiza o processamento de todas as demandas oriundas dos diversos órgãos de controle de forma manual, apenas com o uso acessório de planilhas de computador. Verifica-se, portanto, que tal procedimento está sujeito a fragilidades no monitoramento de prazos, pontos críticos, fatores de impacto e pendências diversas. Cabe destacar, ainda, que não há uma avaliação de riscos específica para as determinações do TCU.

##/Fato##

**2.6 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU**

Neste item, a auditoria objetivou verificar a adequada e oportuna implementação das recomendações expedidas pelas Unidades da Controladoria-Geral da União em ações de controle junto à UFPE, que constam do Plano de Providências Permanente da Entidade, analisando as eventuais justificativas do gestor para o descumprimento, bem como as providências adotadas em cada caso.

Antes de qualquer análise, foi realizada por esta CGU Regional uma revisão do Plano de Providências Permanente da UFPE, sendo analisadas as recomendações pendentes de atendimento (exceto aquelas referentes ao Hospital das Clínicas - HC). Assim, consolidou-se o PPP em 161 recomendações (incluindo novas recomendações sobre Auditoria Interna) consideradas prioritárias, as quais foram objetos de Notas Técnicas enviadas ao gestor para que esse se manifestasse quanto as suas implementações. Dessa forma, sinalizaram-se claramente para a Entidade as prioridades que essa deve considerar no que se refere ao atendimento ao Controle Interno, ao tempo que se permite um acompanhamento melhor para as questões que são, de fato, relevantes. As Notas Técnicas emitidas, foram as seguintes: 1455/2013 (Assistência Estudantil); 1456/2013 (relacionamento com a fundação de apoio); 1457/2013 (outras prioridades); 1459/2013 ( reposição ao erário/apuração de responsabilidades).

Ressalte-se que essas recomendações estavam com o prazo de atendimento expirado, algumas com mais de 2 (dois) anos transcorridos do prazo inicialmente estabelecido. Na geração das Notas Técnicas, porém, foram fixados novos prazos para atendimento, de acordo com procedimento estabelecido no âmbito da CGU para operacionalizar o acompanhamento do Plano de Providência Permanente das Unidades Jurisdicionadas.

O escopo da auditoria, portanto, limitou-se as recomendações incluídas nas referidas Notas Técnicas. A análise foi realizada com base nas respostas apresentadas pelo gestor a essas notas, além da realização de exames adicionais e diversas reuniões, no decorrer do exercício, com gestores das áreas afetas a essas recomendações, contando sempre com a participação da Diretoria de Controladoria da universidade.

Apresenta-se a seguir o resultado dessas análises.

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

A auditoria realizada sobre a Assistência Estudantil teve por foco a avaliação da gestão dos programas assistenciais concedidos aos estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Foram identificadas falhas, especialmente, quanto ao planejamento da Pró-reitoria para Assuntos Estudantis (Proaes), verificando-se que não haviam sido estabelecidos metas, nem definidos indicadores (ou outros instrumentos) para monitoramento do desempenho da atuação da PROAES. Também se constatou a ausência de instrumentos gerenciais para aferição e acompanhamento da qualidade do atendimento prestado aos estudantes. Quanto aos aspectos operacionais, além da ausência de rotinas e procedimentos manualizados, verificou-se que a PROAES não conhecia a demanda efetiva pela assistência estudantil, nem dispunha de instrumentos suficientes para divulgação dos programas da assistência estudantil junto à comunidade acadêmica. Os processos seletivos, por sua vez, não apresentavam as devidas formalização e transparência. Esses aspectos dificultavam o acesso dos alunos em condição de vulnerabilidade social aos benefícios ofertados pela PROAES, que passavam (em média) quase um ano (após ingresso no curso) para conseguir a assistência devida. Outra questão relevante que se identificou, com impacto direto sobre os objetivos dos programas geridos pela PROAES, foi a ausência de um acompanhamento pedagógico efetivo dos alunos assistidos, o que contribuía para engrossar as estatísticas de insucesso dos programas (evasão e retenção escolar dentro do grupo de alunos assistidos), além de representar ineficiência na aplicação dos recursos, pois uma intervenção tempestiva junto aos alunos com deficiência no desempenho acadêmico, poderia resultar na recuperação desses alunos ou, quando inevitável, aproveitamento desses recursos para beneficiar alunos comprometidos com a conclusão de seus cursos.

Como resultado das análises e verificações realizadas, apresenta-se uma posição atualizada sobre o estágio de implementação das recomendações referentes à assistência estudantil:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Total de recomendações (RA 201205395) | 33 | 100% |
| Recomendações atendidas (baixadas) | 13 | 39% |
| Recomendações não atendidas (com prazo expirado) | 9 | 27% |
| Recomendações não atendidas (dentro ainda do prazo, considerando as prorrogações concedidas) | 10 | 30% |
| Recomendações “Em atendimento” | 1 | 3% |

Conforme demonstrado no quadro acima, decorridos mais de 12 meses de sua expedição, a maioria das recomendações continua ainda pendente de atendimento, mesmo já expirado o prazo pactuado com o gestor para boa parte dessas.

Dentre essas recomendações não atendidas, destacam-se as recomendações de natureza gerencial, sendo verificado mesmo que os gestores responsáveis pelos setores envolvidos não haviam sequer compreendido a importância da implementação de tais recomendações para melhoria da gestão e alcance dos objetivos propostos pelos programas de assistência estudantil. É possível mesmo que seja necessário o apoio de outros setores da Universidade para que esses gestores possam se apropriar de ferramentas gerenciais adequadas para gerir esses programas, instituindo instrumentos de planejamento (com definição de metas), de monitoramento e avaliação (indicadores, relatórios gerenciais), e outros que garantam a qualidade dos serviços prestados (mapeamento de processos, definição de procedimentos e rotinas, padrões de qualidade, etc). Mesmo para aquelas recomendações que se encontram ainda no prazo negociado para atendimento (a maior parcela destas foi objeto de solicitação e concessão de dilação de prazo), verificou-se que, até o momento, não foi adotada nenhuma ação efetiva visando o seu atendimento.

Por outro lado, pode-se verificar o atendimento a algumas recomendações que tiveram impacto positivo para melhoria dos programas sob gestão da PROAES. Nesse sentido, destacam-se as providências adotadas para adequação da estrutura do Restaurante Universitário (RU) à demanda estudantil que trouxe como resultado uma significativa redução no tempo médio de atendimento (tempo de fila + tempo de refeição), de 60 para 37 minutos, segundo medições apresentadas pela Diretora do RU. Outra melhoria a ser ressaltada na gestão do RU é a redução dos níveis de desperdícios de alimentos, de cerca de 9,5% para 5,5%, obtida por meio de campanha educativa, que além de representar maior eficiência na aplicação dos recursos, reduz o impacto ambiental e os custos para destinação dos refugos.

Também merece destaque positivo a implementação do cadastro e das funcionalidades de seleção e pagamentos no Sistema SIGA, propiciando maior facilidade ao aluno para se candidatar aos benefícios da assistência estudantil, além de garantir maior segurança ao processo de inscrição e seleção dos candidatos e também maior controle sobre o processo de pagamentos de benefícios da assistência estudantil.

Outras melhorias foram verificadas na estrutura física da PROAES, com a conclusão de sua sede e a aquisição de equipamentos, o que resultou em melhores condições de trabalho para seus servidores e também em melhoria das condições de atendimento dos alunos que demandam os serviços da PROAES.

##/Fato##

**CONTA ÚNICA**

As recomendações que se referem à arrecadação de receitas por meio da Fundação de Apoio foram tratadas no âmbito da OS 201205394 ("CONTA ÚNICA"). A partir desse trabalho consolidou-se entendimento sobre a aplicação da legislação/normatização para cada tipo de projeto/atividade desenvolvida por meio da Fundação, ajustando-se/cancelando-se algumas dessas recomendações. Ainda que essa avaliação tenha ocorrido anteriormente à promulgação da Lei 12.863/2013, que alterou a Lei 8.958/94, que disciplina o relacionamento das IFES com suas fundações de apoio, as conclusões e recomendações resultantes desse trabalho permaneceram igualmente válidas diante da vigência da nova lei. Das cinco recomendações iniciais, foram canceladas duas, uma por perda de objeto (rescisão contratual)e outra por entender-se que não mais se aplica perante a legislação em vigor, enquanto que outras três foram substituídas pela recomendação emitida no Relatório CGU 201205394. Por meio do referido relatório, foi dado ciência ao gestor da “nova” recomendação no que se refere ao assunto, porém, até o momento, esse não comprovou ter adotado as providências cabíveis para seu atendimento, não obstante a relevância do tema para a gestão da universidade.

**PONTECIAIS DANOS AO ERÁRIO/APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

Quanto às recomendações para comprovação/reparação/apuração de responsabilidades, eram 54 recomendações pendentes de atendimento, envolvendo recursos da ordem de R$ 90 milhões.

Após nova avaliação (resultado da análise das respostas à Nota Técnica 1459), tem-se o seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO** | **QTD RECOMENDAÇÕES** | **%** |
| Atendidas | 10 | 18,5 |
| Em atendimento | 9 | 16,7 |
| Não Atendidas | 35 | 64,8 |

Conforme se pode verificar do quadro acima, a maior parcela das recomendações continua pendente de atendimento, sem mesmo que o gestor tenha demonstrado qualquer medida efetiva para sua implementação, não obstante tratar-se de recomendações que visam reparar potenciais danos ao erário, com prazo expirado (algumas com mais de dois anos transcorridos desde o prazo inicial de atendimento). Essas constatações correspondem a um prejuízo potencial de aproximadamente R$ 20 milhões. Uma redução significativa com relação ao montante anteriormente questionado, porém ainda relevante, de forma a requerer uma atenção especial por parte dos gestores da UFPE.

Dentre as recomendações não atendidas, pode-se citar, a título de exemplo, a não comprovação da regularização do reembolso para os servidores cedidos, não realização de análise para verificar possíveis casos de despesas sem comprovação e/ou inelegíveis para os contratos/convênios firmados com a FADE, falta de medidas para reparação ao erário decorrente de sobrepreço apurado em contratos para execução de obras de engenharia, ausência de providências para apurar responsabilidades de quem deu causa a prejuízos decorrentes de despesas para as quais não houve comprovação de compatibilidade de preços com os praticados no mercado, dentre outras.

**OUTRAS RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS**

Quanto às “outras recomendações” também considerada prioritárias, eram 44 recomendações pendentes de atendimento (excluindo-se 5 que foram canceladas - substituídas por outras recomendações).

Após nova avaliação (resultado da análise das respostas à Nota Técnica 1457), tem-se o seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO** | **QTD RECOMENDAÇÕES** | **%** |
| Atendidas | 5 | 11,36% |
| Canceladas | 2 | 4,55% |
| Pendentes de verificação | 5 | 11,36% |
| Em atendimento | 14 | 31,82% |
| Prorrogadas | 3 | 6,82% |
| Não Atendidas | 15 | 34,09% |

Portanto, mesmo contando com as recomendações que estão pendentes de verificação, e considerando que algumas providências requerem mais tempo para seu pleno atendimento, ainda há uma significativa parcela das recomendações (34%) para as quais o gestor sequer demonstrou qualquer iniciativa efetiva para o seu atendimento ou informou medidas que não contemplam o teor dessas recomendações.

Dentre as poucas recomendações efetivamente atendidas, pode-se destacar a inclusão de exigência nos contratos/convênios com a FADE de que essa integralize de forma imediata ao patrimônio da UFPE todos e quaisquer equipamentos e/ou materiais permanentes adquiridos com recursos advindos desses instrumentos, a comprovação da compatibilidade de preços nas aquisições/contratações diretas (dispensa/inexigibilidade), além de medidas adotadas pela Auditoria Interna para garantir que a realização de atividades não previstas inicialmente no PAINT seja precedida de autorização pelo Conselho de Administração da Entidade.

Entre as recomendações para as quais não foram apresentadas nenhuma providência efetiva, ressaltem-se a ausência de providências para realização de estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho frente aos objetivos, metas e estratégias da Entidade e a consequente falta de definição de objetivos e metas para redução da defasagem entre o quantitativo/perfil atual e o desejado; a não criação de área específica para tratar estrategicamente com segurança da informação; intempestividade no registro dos atos de admissão e concessão de aposentadorias no SISAC; deficiências na atuação da Auditoria Interna, deixando de avaliar adequadamente os controles internos administrativos, o que resulta em pouca contribuição da unidade para a melhoria da gestão da UFPE; Não estabelecimento de uma rotina para verificação periódica dos RP (restos a pagar) inscritos e a manutenção de RP (restos a pagar) não processados sem a comprovação da regularidade dessa manutenção.

**RELACIONAMENTO ENTRE A IFES E A SUA FUNDAÇÃO DE APOIO**

Quanto às recomendações referentes convênios e contratos firmados entre a Universidade e sua Fundação de Apoio, relacionadas também como prioritárias, eram 24 recomendações pendentes de atendimento (excluindo-se 6 que foram canceladas - substituídas por outras recomendações).

Após nova avaliação (resultado da análise das respostas à Nota Técnica 1456, de 18/8/2013), tem-se o seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO** | **QTD RECOMENDAÇÕES** | **%** |
| Atendidas | 10 | 42% |
| Canceladas | 3 | 13% |
| Pendentes de verificação | 5 | 21% |
| Em atendimento | 3 | 13% |
| Não Atendidas | 3 | 13% |

Para essas recomendações, verifica-se um grau maior de atendimento, permanecendo apenas 13% de recomendações não atendidas, para as quais o gestor não demonstrou nenhuma ação efetiva para seu atendimento ou as providências adotadas não atendem ao recomendado.

Dentre as recomendações atendidas, destacam-se aquelas referentes ao aprimoramento e maior detalhamento dos Planos de Trabalhos/Projetos Básicos de Convênios/Contratos firmados com a FADE; Não reincidência de subcontratação de parcelas relevantes do objeto de contratos/convênios celebrados com a FADE; encerramento do contrato com a FADE para o gerenciamento do centro de convenções da UFPE; procedimentos para assegurar a compatibilidade dos preços estimados quando da assinatura de contratos/convênios com a FADE; implementação de instrumentos gerenciais (indicadores, relatórios gerenciais, etc) para acompanhamento do desempenho da atividade de análise de prestação de contas.

Quanto às recomendações não atendidas, ressaltem-se a não adoção de instrumentos mais efetivos de cobrança, junto à FADE, para regularização de pendências referente às prestações de contas em análise e a não definição de forma de rateio dos custos para os casos de utilização de recursos que atendam a mais de um projeto gerido no âmbito da fundação de apoio.

**CONCLUSÃO**

A partir do resultado dessas análises, conclui-se que a maior parcela das recomendações, referentes às notas técnicas sob análise, continua sem atendimento. Para muitas dessas sequer o gestor demonstrou qualquer ação efetiva visando sua implementação.

Diante da ausência de providências efetivas por parte do gestor, entende-se que se deve buscar medidas mais eficazes, inclusive no intuito de promover a reparação ao erário público e/ou apuração de responsabilidades, uma vez que os prazos fixados já se esgotaram sem resposta conclusiva por parte desses. Dessa forma, propõe-se que, para as situações em que o gestor não demonstrou nenhuma ação efetiva de saneamento, seja dada ciência à Corregedoria da CGU e encaminhadas ao Ministério Público Federal, para as providências julgadas cabíveis.

Portanto, considera-se insatisfatório o tratamento dado pelos gestores da Entidade para cumprimento das recomendações da CGU, dado que efetivamente apenas 25% foram atendidas, enquanto que 50% delas não, sem contar com as que foram prorrogadas ou foram consideradas “em atendimento”. Uma vez que se tratam de recomendações prioritárias e que tem um potencial de impacto sobre a gestão da Entidade, os dirigentes deveriam ter dispensado maior atenção e esforços visando garantir a adoção de providências efetivas.

##/Fato##

**2.7 Avaliação do CGU/PAD**

O órgão de controle interno teve como objetivo verificar: (a) se a unidade examinada designou um coordenador responsável pelo registro de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade no Sistema de Gestão de Processo Disciplinar da CGU (CGU-PAD); (b) se existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD na unidade examinada; e (c) se a unidade está, de fato, registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD.

A partir dos exames realizados, verificou-se que a UFPE não possui normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição, em desconformidade com os termos da Portaria nº 1.043/2007 do Ministro Chefe da Controladoria Geral da União. Ademais, verificou-se que o controle e registro dos processos no sistema estava a cargo de um único servidor. Quando este servidor ficava impossibilitado de atender às demandas, o sistema permanecia sem atualização. Posteriormente (após o recebimento do Relatório Preliminar), o gestor informou a designação de outro servidor para substituição do primeiro no caso de eventuais ausências. Verificou-se, ainda, que o Serviço de Organização das Comissões de Inquérito (SOCI) estava sem acesso ao sistema, e utilizava-se de procedimentos manuais para controlar os processos administrativos, o que foi restabelecido após apresentação dos fatos ao gestor. Foi identificado que 9 dos 59 PADs instaurados no exercício não haviam sido ainda registrados no sistema CGU-PAD.

Dessa forma, conclui-se que a UFPE não possui estrutura adequada para o desempenho das atividades do sistema de correição, prejudicando a segurança e completude das informações dos processos disciplinares, bem como o controle e o alcance de efetivos resultados.

##/Fato##

**2.8 Avaliação do Parecer da Auditoria Interna**

O Parecer da Unidade de Auditoria Interna da UFPE foi apresentado para compor o processo de contas da Unidade, por meio do Ofício nº 015/2014-AUDINT, de 06/05/2014, após o gestor ser instado a fazê-lo por meio da Nota de Auditoria 201407314/01, de 07/05/2014. Depois da análise do seu teor, solicitaram-se ao gestor justificativas e/ou ajustes para itens que não contemplavam suficientemente as informações requeridas nos normativos do TCU. A partir daí, foi encaminhada nova versão do referido Parecer, por meio do Ofício nº 018/2014-Audint, de 16/05/2014, a qual foi juntada ao processo de contas. Entretanto, verificou-se que essa ainda não contempla de forma satisfatória informações sobre a sistemática e sistemas para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna.

Os demais itens exigidos pelo Tribunal estão de acordo com o item 1 anexo III da DN TCU nº 132/2013.

##/Fato##

**2.9 Estrutura e Atuação da Auditoria Interna**

Neste item o objetivo da auditoria consistiu em avaliar a estrutura e atuação da Unidade de Auditoria interna da UFPE (Audint). Em relação à estrutura da Audint, foram considerados os seguintes aspectos: (a) independência e sua posição no organograma da Entidade; (b) existência de regulamento/estatuto/regimento da Entidade com definição das responsabilidades, delimitação da atuação dos trabalhos, bem como do estabelecimento das normas que devem ser seguidas pelos auditores internos; (c) existência de uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos; e (d) estrutura disponível na Auditoria Interna e sua adequação às necessidades. Quanto à atuação da equipe da Audint, avaliaram-se as seguintes questões: (a) aderência das atividades realizadas pela Auditoria Interna no exercício de 2013, constantes no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), com relação às planejadas; (b) o processo de gerenciamento de riscos, quando realizado pela Audint; (c) adequação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) às fragilidades apontadas na avaliação de riscos, quando realizada; (d) atuação da Auditoria Interna em submeter o PAINT e possíveis modificações ao Conselho Diretor/Deliberativo da Entidade ou órgão equivalente para aprovação; (e) atuação da Audint no assessoramento à alta administração; (f) aplicação do princípio da segregação de funções, principalmente no que tange à realização de atividades típicas de gestão; e (g) atuação da Auditoria Interna em trabalhos de avaliação dos controles internos administrativos da UFPE.

Essa avaliação foi realizada no âmbito da OS 201315650, com base nos principais normativos que regem as atividades de auditoria interna na administração pública federal, entendimentos recentes do Tribunal de Contas sobre a matéria e normas internacionais sobre a prática da auditoria interna no setor público, elaboradas pelo *Institute of Internal Auditors (IIA)*.

Foram analisados os seguintes documentos: os PAINT do exercício avaliado e do exercício seguinte à avaliação; RAINT do exercício avaliado; Regimento Interno da Auditoria Interna aprovado pela Resolução 01/95 do Conselho de Administração da UFPE, a posição da Audint no organograma da Entidade, a estrutura e a definição de responsabilidades; Além disso foi realizado reunião com Auditor-Titular e solicitado informações por meio de S.A (solicitações de auditoria). Como resultado dos exames, identificaram-se deficiências, tanto estruturais quanto em relação à atuação da Audint.

Na sua constituição, verifica-se que essa unidade foi criada por meio de Resolução do Conselho de Administração (Resolução 01/95), que aprovou seu Regimento Interno. Não há, portanto, previsão da Audint no Estatuto da UFPE, nem essa unidade consta formalmente do organograma da Entidade, o que se entende que lhe conferiria maior estabilidade e legitimidade. Também se verifica que seu Regimento Interno é omisso quanto a questões consideradas relevantes, quais sejam: delimitação expressa de sua atuação com o objetivo de evitar que a Audint desempenhe tarefas de gestão administrativa, próprias de gestores; normas definindo limites para que os auditores internos evitem conflitos de interesse, visando garantir que não haja margem para questionamentos quanto à imparcialidade e objetividade de seus trabalhos; definição expressa da missão da Audint e das responsabilidades do Auditor-Titular perante o Conselho Diretor e a Administração; cláusulas estabelecendo o dever do Auditor-Titular de opinar no tocante à adequação e efetividade dos controles internos administrativos e sobre a gestão de riscos pela Entidade e o dever de informar ao Conselho Diretor e a alta Administração sobre o andamento e resultados da execução do PAINT; além de informar sobre a suficiência dos recursos disponibilizados à Audint para desenvolvimento de suas atividades; dispositivo que garanta à Audint o acesso irrestrito a todos os documentos, registros, bens e servidores da UFPE no desempenho de sua missão, inclusive acesso ao Conselho Diretor. Algumas dessas lacunas foram objetos de recomendação por esta CGU, porém o gestor ainda não adotou providências efetivas para seu atendimento.

Ressalte-se ainda as dificuldades expressas em alguns dos relatórios da Audint quanto ao atendimento pelos gestores da UFPE de suas solicitações e recomendações. É importante estabelecer mecanismos para tratar tais situações, de modo a garantir à Audint plenas condições para realização de seus trabalhos.

Ainda quanto à estrutura, a Audint tem avaliado os recursos que lhe estão disponíveis como insuficientes. Porém, a ausência de controles, por parte da própria Audint, não permite verificar como estão sendo alocados tais recursos, notadamente de pessoal, de modo que não é possível opinar conclusivamente acerca da suficiência ou não de recursos para a execução das atividades previstas no Plano Anual de Auditoria (PAINT). Outrossim, na ausência de avaliação de riscos e da efetividade dos controles administrativos internos, não é possível analisar a adequabilidade do nível de atuação da Audint frente as necessidades institucionais. Outro aspecto relevante é a necessidade da formalização de uma política de desenvolvimento de competências voltada para os servidores da Audint, não obstante ocorrerem participações regulares do seu pessoal em eventos de treinamento e capacitação, além da alocação de carga horária para essas atividades no PAINT, porém tais ocorrências não decorrem de um plano de capacitação baseado numa política formal de desenvolvimento de competências.

Quanto à atuação da Audint, as deficiências verificadas se referem, principalmente, a ausência de trabalho específico para avaliação de riscos e a falta de avaliação com foco voltado aos controles internos administrativos. Os trabalhos identificam falhas de forma pontual, sem uma avaliação sistemática e focada nos processos e procedimentos, para que se possa chegar às causas estruturais que ocasionaram tais ocorrências e, a partir de então, propor recomendações gerenciais que venham promover melhorias na gestão da Entidade. O próprio RAINT, que é um instrumento de comunicação à alta administração dos resultados obtidos, menciona apenas superficialmente os trabalhos realizados, sem apresentar qualquer análise de cunho mais gerencial que evidencie os resultados dos trabalhos e as contribuições à gestão. Também não são registrados nos relatórios os benefícios potenciais advindos da implementação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna. O trabalho da Audint será relevante para a Entidade na medida em que focar nessas questões estruturais.

Quanto ao PAINT 2013, verificou-se que este foi devidamente submetido à aprovação do Conselho de Administração. Já no que concerne à aderência ao planejado, verifica-se que sete das atividades previstas não foram concluídas no exercício, representando 25% das horas programadas no referido Plano de Auditoria. Novamente, ressalte-se que Audint não dispõe de controles de alocação de horas nas suas atividades e, portanto, não é possível verificar a compatibilidade entre a previsão de alocação de recursos com o que foi efetivamente realizado, sendo também prejudicada a avaliação quanto à eficiência de sua atuação. A partir da análise dos relatórios apresentados pela Audint (que compõem o seu RAINT 2013) também pode se verificar que não há qualquer trabalho em que a Audint tenha atuado em tarefas de gestão administrativa, tendo sido, portanto, observado o princípio da segregação de funções.

Diante do exposto, entende-se que se faz necessário focar a atuação da Auditoria Interna na avaliação dos controles internos administrativos, buscando identificar causas estruturais das falhas constatadas e, a partir daí, poder contribuir com recomendações que possam trazer melhorias relevantes para a gestão da Entidade. Nesse sentido, é de grande importância a formulação de uma política e plano de capacitação para a Unidade, de modo a dotar a Audint das competências necessárias ao cumprimento de sua missão. Também se entende como necessária a revisão dos normativos internos, para a previsão formal da Auditoria Interna no Estatuto e Regimento da UFPE, além da reformulação do Regimento Interno da Audint para que passe a contemplar diversos aspectos relevantes para sua atuação.

##/Fato##

**2.** **10 Ocorrências com dano ou prejuízo**

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

**3. Conclusão**

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Os servidores listados a seguir que não tiveram suas assinaturas apostas neste relatório não estavam presentes, quando da geração deste documento, por motivo previsto

legalmente. No entanto, atuaram efetivamente como membros da equipe responsável pela ação de controle.

Recife/PE, 23 de julho de 2014.

**Nome:** ANTONIO DUARTE DE LIMA JUNIOR

**Cargo:** ANALISTA DE FINANCAS E CONTROLE

**Assinatura:**

**Nome:** EVIE JULIANA MANUELA DA COSTA CARVALHO DIDIER

**Cargo:** ANALISTA DE FINANCAS E CONTROLE

**Assinatura:**

**Nome:** ISVALDO SILVEIRA LIMA FILHO

**Cargo:** ANALISTA DE FINANCAS E CONTROLE

**Assinatura:**

**Nome:** PAULO RAFAEL BARRETO MENDES

**Cargo:** ANALISTA DE FINANCAS E CONTROLE

**Assinatura:**

Relatório supervisionado e aprovado por:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de Pernambuco

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Achados da Auditoria - nº 201407314**

**1 EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI**

**1.1 FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

**1.1.1 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS**

**1.1.1.1 CONSTATAÇÃO**

**Ineficiência na alocação de recursos destinados à atividade de ensino.**

**Fato**

A partir de dados do sistema SIGA referentes ao primeiro semestre de 2012 (disponibilizados pelo NTI em resposta à S.A 201205397/004), juntamente com dados extraídos do SIAPE DW e orçamento aprovado da UFPE para o mesmo exercício, buscou-se avaliar a distribuição\utilização de recursos, notadamente os recursos humanos (professores e técnicos) nas atividades de ensino superior da UFPE.

Primeiramente, ressalte-se, conforme já relatado em item anterior deste relatório, que a UFPE não dispõe de indicadores a nível setorial que permita o acompanhamento mais efetivo de desempenho de departamentos e cursos com relação às atividades de ensino. Portanto, tais informações, nesse nível de desagregação, não estão disponíveis aos gestores da Universidade (conforme resposta enviada à Solicitação 201205397/001).

Diante disso, optou-se por solicitar informações referentes a matrículas, docentes, departamentos, cursos e alunos, para, a partir daí, construir parâmetros que permitam a comparação quanto à alocação e utilização dos recursos entre departamentos e cursos. Nessa análise, levou-se em consideração o fato de que cada departamento pode atender, em termos de ensino, a um ou mais curso, da mesma forma que um curso conta com professores de diversos departamentos. Considerou-se ainda que uma turma possa atender a alunos de diversos cursos. Baseando-se nas matrículas definitivas (após o período de trancamento), calculou-se a partir do alunado, as quais cursos essas turmas estariam vinculadas, e considerou-se a carga horária de seus professores e, então, pode-se mensurar a CH dedicada por cada departamento aos diversos cursos e os custos (em termos proporcionais) que isso representaria. Os dados extraídos do SIGA referem-se ao ensino da graduação (cursos presenciais) e pós-graduação (stricto sensu). A seguir, para cada item, detalha-se sua forma de cálculo e faz-se uma análise dos resultados obtidos e suas implicações para a gestão da Entidade.

As despesas de custeio consideradas estão discriminadas na tabela a seguir, conforme valores aprovados para o orçamento de 2012. Do total com custeio, é deduzido o valor das remunerações pagas aos técnicos e docentes alocados nos diversos Departamentos, pois esses custos foram apropriados diretamente aos cursos, proporcionalmente à CH horária dedicada a esses cursos, conforme já mencionado.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **FONTE TESOURO** | **FONTE PRÓPRIA** | **TOTAL** |
| **PESSOAL** |  |  |  |
| Ativo | R$ 354.244.393,00 | **-** | R$ 354.244.393,00 |
| Obrigações Patronais | R$ 71.999.820,00 | - | R$ 71.999.820,00 |
| Sentença Judicial | R$ 5.203.855,00 | **-** | R$ 5.203.855,00 |
| Assistência Médica | R$ 7.800.000,00 | **-** | R$ 7.800.000,00 |
| Assistência Pré-Escolar | R$ 360.000,00 | - | R$ 360.000,00 |
| Auxílio Transporte | R$ 3.336.000,00 | **-** | R$ 3.336.000,00 |
| Auxílio Alimentação | R$ 16.980.000,00 | - | R$ 16.980.000,00 |
| Exames Periódicos | R$ 496.320,00 | - | R$ 496.320,00 |
| **CUSTEIO** |  |  |  |
| Funcionamento das Universidades Federais | R$ 61.656.912,00 | R$ 19.535.327,00 | R$ 81.192.239,00 |
| Capacitação de Servidores Públicos | R$ 800.000,00 | R$ 4.012.253,00 | R$ 4.812.253,00 |
| Assistência Estudantil | R$ 11.074.374,00 | - | R$ 11.074.374,00 |
| **REUNI (CUSTEIO)** | R$ 25.873.651,00 | - | R$ 25.873.651,00 |
|  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  | R$ 583.372.905,00 |
|  |  |  |  |
| **(-) PROFESSORES/TÉCNICOS DEPTO** |  |  | R$ 281.058.221,00 |
|  |  |  |  |
| **RESULTADO LÍQUIDO** |  |  | R$ 302.314.684,00 |
|  |  |  |  |
| **QTD ALUNOS MATRICULADOS (SIGA)** |  |  | 30.575 |
|  |  |  |  |
| CUSTEIO POR ALUNO (ANUAL) |  |  | R$ 9.887,64 |
| **CUSTEIO POR ALUNO (MENSAL)** |  |  | R$ 823,97 |

Ressalta-se ainda que para os cursos de Letras, Filosofia, História e Geografia, que foram divididos de acordo com a habilitação (bacharelado e licenciatura), os dados obtidos refletem um período de transição (há alunos vinculados ainda ao curso original, enquanto outros já estão distribuídos pelos novos cursos criados).

a)      Custos de formação (diplomação) de alunos por curso

A partir das taxas de sucesso por curso, informadas pela PROPLAN, avaliou-se o custo de formação dos alunos nos diversos cursos da UFPE. Também foi informada pela PROPLAN (em resposta à S.A 201205397/004) a média de alunos matriculados a cada período, o que foi considerado também nessa análise. Esse custo considera as despesas com recursos humanos (obtidas com base nos vencimentos dos professores e técnicos dos diversos departamentos no exercício de 2012), bem como as despesas de custeio anual da UFPE vinculadas ao ensino (rateadas proporcionalmente ao número de alunos matriculados no semestre 2012.1).

Os custos, conforme calculados, incluem aqueles dedicados às atividades de pesquisa, pois é sabido que parte dos docentes da universidade dedica parcela da sua carga horária à pesquisa. Ou seja, reconhece-se que parte dos custos observados pode ser justificada em função das atividades de pesquisas desenvolvidas pela universidade. Por isso, com base na Resolução 01/88 do Conselho Universitário da UFPE (que disciplina o regime de trabalho do pessoal de magistérios superior da UFPE), apresenta-se adicionalmente qual seria a carga horária máxima possível dedicada por cada docente à atividade de pesquisa para se estimar os custos máximos relativos à atividade de pesquisa dos respectivos departamentos e, por conseguinte, dos cursos. Obviamente, para cursos com custo de formação relativamente elevado, há que justificar-se em que medida tais custos (vlr pesquisa/aluno formado) correspondem efetivamente a atividades de pesquisas.

Do comparativo quanto ao custo de formação, excluíram-se os novos cursos (para os quais ainda não está disponível as taxa de sucesso), pois ainda estarão formando as primeiras turmas, não havendo dados consolidados para esses. Mesmo entre os que já possuem taxa de sucesso calculada, ressalta-se que, por serem recentes, ainda estão formando as primeiras turmas e, portanto, ainda espera-se uma evolução em seus índices de sucesso nos decorrer dos próximos anos. Nesse caso, devem ser entendidos como resultados provisórios (essas situações estão destacadas nas tabelas que se seguem).

Como resultado, destacamos os cursos com maiores e menores custos de formação por aluno e aqueles com maiores discrepância com relação às mensalidades cobradas por faculdades privadas.

Curso com maiores custos de formação (quartil superior)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CURSO | CUSTO DE FORMAÇÃO POR ALUNO | CUSTO MAX EM PESQUISA | | DIF |
| HH DISPONÍVEL SEMESTRAL | VLR / ALUNO FORMADO |
| Gestão da Informação (\*) | R$ 2.681.028,66 | 3.911 | R$ 407.272,23 | R$ 2.273.756,43 |
| Musica - Instrumento | R$ 1.166.061,53 | 5.186 | R$ 353.718,58 | R$ 812.342,95 |
| Geologia | R$ 899.795,88 | 5.848 | R$ 226.719,14 | R$ 673.076,74 |
| Engenharia Biomédica | R$ 766.805,73 | 3.663 | R$ 177.495,18 | R$ 589.310,55 |
| Engenharia Civil – CAA (\*) | R$ 716.209,48 | 8.536 | R$ 159.425,38 | R$ 556.784,10 |
| Engenharia Cartográfica | R$ 672.994,96 | 4.038 | R$ 145.929,68 | R$ 527.065,28 |
| Química – Bacharelado | R$ 476.225,24 | 2.403 | R$ 110.359,84 | R$ 365.865,40 |
| Química – Licenciatura | R$ 456.738,20 | 2.888 | R$ 91.715,61 | R$ 365.022,59 |
| Fonoaudiologia | R$ 419.057,00 | 8.477 | R$ 126.880,75 | R$ 292.176,25 |
| Engenharia da Computação | R$ 415.724,23 | 2.403 | R$ 110.359,84 | R$ 305.364,39 |
| Artes Visuais | R$ 400.837,43 | 3.773 | R$ 75.315,76 | R$ 325.521,67 |
| Química Industrial | R$ 382.627,40 | 4.400 | R$ 71.722,09 | R$ 310.905,31 |
| Engenharia de Minas | R$ 360.886,77 | 5.082 | R$ 80.763,67 | R$ 280.123,10 |
| Engenharia de Produção | R$ 350.835,12 | 7.215 | R$ 81.609,23 | R$ 269.225,89 |
| Farmácia | R$ 325.755,85 | 13.183 | R$ 69.158,73 | R$ 256.597,12 |
| Nutrição | R$ 308.369,70 | 10.143 | R$ 66.645,71 | R$ 241.723,99 |
| Medicina | R$ 302.172,12 | 33.104 | R$ 57.705,32 | R$ 244.466,80 |

(\*) Cursos recentes

Curso com menores custos de formação (quartil inferior)

| CURSO | CUSTO DE FORMAÇÃO POR ALUNO (R$) | CUSTO MAX EM PESQUISA | | DIFERENÇA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| HH DISPONÍVEL SEMESTRAL | VLR / ALUNO |
| Ciência da Computação – CIN | R$ 165.583,91 | 8.726 | R$ 32.961,05 | R$ 132.622,86 |
| Teatro | R$ 153.932,87 | 2.743 | R$ 26.332,90 | R$ 127.599,97 |
| Ciências Sociais - Licenciatura | R$ 149.827,06 | 1.432 | R$ 12.861,93 | R$ 136.965,13 |
| Turismo | R$ 146.463,78 | 5.239 | R$ 21.785,13 | R$ 124.678,65 |
| Pedagogia – CAA (\*) | R$ 141.764,01 | 5.420 | R$ 23.913,40 | R$ 117.850,61 |
| Geografia – Bacharelado | R$ 140.957,20 | 4.343 | R$ 17.897,01 | R$ 123.060,19 |
| Direito | R$ 136.130,12 | 8.254 | R$ 9.377,10 | R$ 126.753,02 |
| Serviço Social | R$ 132.069,80 | 6.037 | R$ 19.737,20 | R$ 112.332,60 |
| Ciências Contábeis | R$ 125.965,51 | 7.443 | R$ 9.477,14 | R$ 116.488,37 |
| Geografia – Licenciatura | R$ 124.208,64 | 3.856 | R$ 12.802,78 | R$ 111.405,86 |
| Publicidade e Propaganda | R$ 121.530,63 | 2.156 | R$ 15.288,13 | R$ 106.242,50 |
| Pedagogia | R$ 117.337,83 | 14.302 | R$ 14.413,82 | R$ 102.924,01 |
| Educação Física | R$ 117.360,97 | 6.531 | R$ 12.121,36 | R$ 105.239,61 |
| Jornalismo | R$ 115.683,76 | 2.719 | R$ 14.887,43 | R$ 100.796,33 |
| Administração | R$ 107.866,90 | 8.507 | R$ 9.430,75 | R$ 98.436,15 |
| Biblioteconomia | R$ 101.664,65 | 2.086 | R$ 10.463,77 | R$ 91.200,88 |
| Secretariado | R$ 88.396,60 | 3.180 | R$ 7.008,68 | R$ 81.387,92 |

(\*) Cursos recentes

Das tabelas anteriores, verifica-se, por exemplo, que o custo para formar um aluno no curso de Gestão da Informação é 8,5 vezes superior ao custo de formação média da UFPE (que fica em torno de R$ 305 mil), ressalvando-se que se trata de um curso relativamente recente. Entretanto, nos cursos de Música – Instrumento, Geologia e Engenharia Biomédica o custo de formação é próximo a R$ 1 milhão. Mesmo que se admita que os docentes que lecionam nesses cursos dediquem o máximo de horas permitidas à pesquisa, ainda assim ter-se-ia um custo de formação elevado para esses cursos (vide comparação com estimativa dos custos de pesquisa).

Se comparar-se esses cursos de elevado custo de formação, por exemplo, com o curso de Ciências da Computação, vinculado ao Centro de Informática, verificam-se grandes discrepâncias. Não obstante o CIN ser um centro de excelência, reconhecido a nível nacional, com vários projetos de pesquisa, a formação de um bacharel em Ciências da Computação custa cerca de R$ 165 mil, um terço do custo de formação de um bacharel em química, por exemplo. Noutra comparação, observa-se que, ainda que o curso de medicina esteja entre os que apresentam maiores custos de formação, o custo de formação de um único músico instrumentista equivale ao custo de formação de quatro médicos. Ressalte-se, que nesses custos não estão computados os investimentos (despesas de capital) em salas, laboratórios e equipamentos.

Por outro lado, verifica-se que cursos que (relativamente) apresentam baixo custo de formação e que apresentam elevado interesse (densidade no vestibular) não foram contemplados com novas vagas na expansão realizada pela UFPE no período 2008-2012. Entre esses cursos estão os de Administração, Serviço Social, Enfermagem (custo de formação – R$ 164 mil), Psicologia (custo de formação de R$ 192 mil) e Pedagogia (CAA). Tal fato evidencia deficiência na gestão da Entidade, que deve primar tanto pela alocação mais eficiente dos recursos, como pelo atendimento aos interesses públicos.

Esses custos refletem tanto a alocação dos recursos entre os departamentos e cursos, assim como também é função das taxas de sucesso\evasão\retenção em cada curso. Um curso vinculado a departamentos de baixa produtividade no ensino e\ou com taxas elevadas de retenção\evasão tenderão a apresentar custos maiores. Esse tipo de indicador permite ao gestor identificar departamentos\cursos para os quais há necessidade de ajustes em termos de produtividade (“esforço docente”) e de melhorias nas taxas de evasão\retenção, além de subsidiar as decisões de ampliação de cursos.

b)      Custos operacionais por aluno

Neste item calculam-se os custos de operação dos diversos cursos por aluno (calculados com base na quantidade média de alunos por curso) e, adicionalmente, compara-se, para alguns desses cursos, seus custos com as mensalidades cobradas pelas principais faculdades privadas de Recife/PE, como parâmetro de eficiência operacional.

Cursos com **maiores** custos operacionais mensais por aluno (quartil superior)

| CURSO | CUSTO OPERACIONAL MENSAL POR ALUNO | CUSTO MAX EM PESQUISA | | DIF |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| HH MENSAL | VLR MENSAL / ALUNO |
| Musica – Instrumento | R$ 3.429,59 | 864 | R$ 1.040,35 | R$ 2.389,24 |
| Engenharia de Alimentos | R$ 3.376,93 | 175 | R$ 909,39 | R$ 2.467,54 |
| Oceanografia | R$ 3.119,91 | 459 | R$ 785,32 | R$ 2.334,59 |
| Engenharia Biomédica | R$ 2.982,02 | 611 | R$ 690,26 | R$ 2.291,76 |
| Enfermagem – CAV | R$ 2.821,34 | 2.726 | R$ 770,72 | R$ 2.050,62 |
| Fonoaudiologia | R$ 2.803,32 | 1.413 | R$ 848,78 | R$ 1.954,54 |
| Medicina | R$ 2.707,90 | 5.517 | R$ 517,12 | R$ 2.190,78 |
| Nutrição | R$ 2.696,80 | 1.691 | R$ 582,84 | R$ 2.113,96 |
| Engenharia de Produção | R$ 2.657,84 | 1.203 | R$ 618,25 | R$ 2.039,59 |
| Engenharia de Energia | R$ 2.432,91 | 237 | R$ 528,81 | R$ 1.904,10 |
| Terapia Ocupacional | R$ 2.356,65 | 1.351 | R$ 608,12 | R$ 1.748,53 |
| Química - Bacharelado | R$ 2.349,80 | 401 | R$ 544,54 | R$ 1.805,26 |
| Musica - Canto | R$ 2.282,86 | 105 | R$ 582,70 | R$ 1.700,16 |
| Odontologia | R$ 2.272,06 | 3.160 | R$ 451,77 | R$ 1.820,29 |
| Arqueologia | R$ 2.248,19 | 575 | R$ 528,93 | R$ 1.719,26 |
| Geologia | R$ 2.231,64 | 975 | R$ 526,30 | R$ 1.705,34 |
| Estatística | R$ 2.230,59 | 506 | R$ 558,75 | R$ 1.671,84 |
| Engenharia de Minas | R$ 2.148,14 | 847 | R$ 480,74 | R$ 1.667,40 |
| Fisioterapia | R$ 2.093,99 | 1.926 | R$ 499,44 | R$ 1.594,55 |
| Farmácia | R$ 2.048,36 | 2.197 | R$ 434,87 | R$ 1.613,49 |
| Nutrição – CAV | R$ 2.014,48 | 1.517 | R$ 459,55 | R$ 1.554,93 |
| Enfermagem | R$ 1.994,86 | 1.889 | R$ 418,99 | R$ 1.575,87 |
| Engenharia de Materiais | R$ 1.934,70 | 129 | R$ 454,91 | R$ 1.479,79 |

Cursos com **menores** custos operacionais mensais por aluno (quartil inferior)

| CURSO | CUSTO OPERACIONAL POR ALUNO | CUSTO MAX EM PESQUISA | | DIF |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| HH MENSAL | VLR MENSAL / ALUNO |
| Musica - Licenciatura | R$ 1.292,80 | 956 | R$ 188,33 | R$ 1.104,47 |
| Engenharia Naval | R$ 1.290,79 | 81 | R$ 192,78 | R$ 1.098,01 |
| Ciências Econômicas | R$ 1.290,43 | 1.116 | R$ 188,33 | R$ 1.102,10 |
| Jornalismo | R$ 1.288,55 | 453 | R$ 177,84 | R$ 1.110,71 |
| Educação Física - Bacharelado | R$ 1.264,72 | 110 | R$ 141,97 | R$ 1.122,75 |
| Pedagogia – CAA | R$ 1.263,30 | 903 | R$ 214,32 | R$ 1.048,98 |
| Publicidade e Propaganda | R$ 1.254,43 | 359 | R$ 163,44 | R$ 1.090,99 |
| Química - Licenciatura – CAA | R$ 1.238,32 | 566 | R$ 195,83 | R$ 1.042,49 |
| Geografia - Licenciatura | R$ 1.225,38 | 643 | R$ 126,63 | R$ 1.098,75 |
| Matemática - Licenciatura – CAA | R$ 1.202,04 | 286 | R$ 150,46 | R$ 1.051,58 |
| Administração – CAA | R$ 1.195,38 | 1.792 | R$ 177,36 | R$ 1.018,02 |
| Biblioteconomia | R$ 1.192,34 | 348 | R$ 141,06 | R$ 1.051,28 |
| Matemática - Licenciatura | R$ 1.191,62 | 286 | R$ 150,46 | R$ 1.041,16 |
| Design – CAA | R$ 1.186,02 | 1.950 | R$ 175,49 | R$ 1.010,53 |
| Educação Física | R$ 1.183,03 | 1.089 | R$ 122,12 | R$ 1.060,91 |
| Ciências Econômicas – CAA | R$ 1.165,46 | 907 | R$ 155,92 | R$ 1.009,54 |
| Pedagogia | R$ 1.149,08 | 2.384 | R$ 139,04 | R$ 1.010,04 |
| Direito | R$ 1.132,10 | 1.376 | R$ 78,22 | R$ 1.053,88 |
| Ciências sociais - Licenciatura | R$ 1.101,74 | 239 | R$ 95,94 | R$ 1.005,80 |
| Administração | R$ 1.092,45 | 1.418 | R$ 98,90 | R$ 993,55 |
| Secretariado | R$ 1.065,04 | 530 | R$ 97,46 | R$ 967,58 |
| Ciências Contábeis | R$ 1.062,00 | 1.241 | R$ 78,70 | R$ 983,30 |
| Letras | R$ 1.031,41 | 773 | R$ 82,39 | R$ 949,02 |

Comparação para alguns cursos com mensalidades de cursos de faculdades privadas

| CURSO | CPC  UFPE (ENADE) | CUSTO OPERACIONAL POR ALUNO | CPC FAC. PRIVADAS (ENADE) | MÉDIA MENSALIDADE FACULDADES PRIVADAS | DIF |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Química – Licenciatura | 3 | R$ 1.829,88 | 3 | R$ 462,23 | 296% |
| Física – Licenciatura | 3 | R$ 1.755,42 | 3 | R$ 442,97 | 296% |
| Engenharia de Produção | 3 | R$ 2.657,84 | 3 | R$ 766,20 | 247% |
| Ciências Biológicas – Licenciatura | 3 | R$ 1.528,05 | 3 | R$ 462,23 | 231% |
| Filosofia – Licenciatura | 4 | R$ 1.376,19 | 4 | R$ 426,26 | 223% |
| Física – Licenciatura – Agreste (\*) | 3 | R$ 1.349,21 | 3 | R$ 442,97 | 205% |
| Pedagogia | 3 | R$ 1.132,10 | 3 | R$ 602,13 | 174% |
| Química – Licenciatura – Agreste | 3 | R$ 1.225,38 | 3 | R$ 462,23 | 165% |
| Biomedicina | 4 | R$ 1.689,49 | 3 | R$ 703,01 | 140% |
| Arquitetura e Urbanismo | 3 | R$ 1.658,25 | 3 | R$ 819,24 | 102% |
| Psicologia | 3 | R$ 1.484,55 | 3 | R$ 735,50 | 102% |

Na tabela acima, foram comparados os cursos com os mesmos conceitos (ENADE), para que se tenham em conta também os aspectos referentes à qualidade dos cursos ofertados por essas instituições. Foram consideradas as últimas avaliações disponíveis (2009-2011). Nota-se que, mesmo para cursos com conceitos iguais, há significativas discrepâncias quando comparados os custos operacionais da UFPE com as mensalidades cobradas por faculdades privadas.

Da tabela acima, verifica-se, por exemplo, que para os cursos de Química e Física (Licenciaturas) o recurso destinado a atender 1 (um) aluno na universidade pública é equivalente às mensalidades (para os mesmos cursos) de 4 (quatro) alunos em faculdades privadas.

Dos 56 cursos comparados, apenas o de medicina apresentou custo inferior à média das mensalidades das faculdades privadas utilizadas como referência (R$ 2.590,78 contra R$ 4.490,00 no setor privado – ressaltando-se que não estão computados nos custos da UFPE os investimentos em infraestrutura\construção de laboratórios e aquisição de equipamentos). 33 cursos apresentaram diferenças acima de 100% (relação de 1 para 2), com apenas 22 desses cursos apresentando diferença abaixo desse valor. Dentre esses, apenas 9 (nove) ficaram com diferenças abaixo dos 50%, enquanto que 1 (um)  apresentou diferença abaixo de 30%, que foi o curso de Direito, cuja diferença foi de 9%. Considerando todos os 56 cursos, em média o custo operacional da UFPE é 97% maior em relação às mensalidades das faculdades privadas, ou seja, o custo operacional para atender a 1 (um) aluno na UFPE é equivalente ao valor das mensalidades de 2 (dois) alunos em faculdades privada.

Tais custos apresentam uma medida quanto à eficiência operacional e apontam (para cursos com elevados custos) para necessidade de ajustes na alocação de recursos humanos e na execução das despesas de custeio.

Novamente, mesmo considerando-se o emprego da carga horária máxima disponível dos docentes para pesquisa, ainda verifica-se significativas discrepâncias entre os custos apresentados pela UFPE em relação a faculdades privadas utilizadas como base de comparação.

c)      Evolução dos custos de pessoal por curso e vaga (custo de expansão)

A seguir, é apresentada a evolução dos custos de pessoal (docentes e técnicos) nos diversos departamentos, alocando proporcionalmente esses custos de acordo com a distribuição da carga horária dos seus docentes entre os diversos cursos. Esses custos são calculados com base na remuneração total dos servidores nos exercícios de 2008 e de 2012 (para efeitos de comparação, os valores referentes ao exercício de 2008 são corrigidos com base no IPC-A acumulado do período).

Cursos com maior relação custo anual RH/vaga (quartil superior)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CURSO | EVOLUÇÃO QTD VAGAS | CUSTO ANUAL RH/VAGA 2008 \* | CUSTO ANUAL RH/VAGA 2012 | DIF (%) |
| MEDICINA | 0 | R$ 110.886,76 | R$ 121.756,02 | 10% |
| ENGENHARIA BIOMÉDICA | 0 | R$ 87.231,13 | R$ 116.534,82 | 34% |
| ENGENHARIA DE PRODUÇÃO | 0 | R$ 79.763,36 | R$ 108.931,98 | 37% |
| NUTRIÇÃO | 0 | R$ 81.813,79 | R$ 100.383,50 | 23% |
| ENFERMAGEM - CAV | -10 | R$ 34.819,10 | R$ 99.069,34 | 185% |
| MUSICA - CANTO | -3 | R$ 26.565,79 | R$ 96.286,50 | 262% |
| MUSICA - INSTRUMENTO | 3 | R$ 73.241,66 | R$ 88.591,17 | 21% |
| FONOAUDIOLOGIA | 10 | R$ 65.015,22 | R$ 86.299,87 | 33% |
| TERAPIA OCUPACIONAL | 6 | R$ 75.146,28 | R$ 83.275,36 | 11% |
| FARMACIA | 10 | R$ 76.547,66 | R$ 80.483,46 | 5% |
| GEOLOGIA | 0 | R$ 62.107,95 | R$ 79.814,70 | 29% |
| ODONTOLOGIA | 40 | R$ 79.541,41 | R$ 72.735,31 | -9% |
| FISIOTERAPIA | 6 | R$ 53.038,57 | R$ 71.120,92 | 34% |
| QUÍMICA - BACHARELADO | 0 | R$ 50.957,97 | R$ 69.577,65 | 37% |
| QUÍMICA INDUSTRIAL | 0 | R$ 45.206,65 | R$ 65.458,06 | 45% |
| ENFERMAGEM | 0 | R$ 51.061,10 | R$ 59.891,11 | 17% |
| ARQUITETURA E URBANISMO | 0 | R$ 51.068,79 | R$ 57.064,59 | 12% |
| NUTRIÇÃO - CAV | 0 | R$ 22.768,65 | R$ 55.239,84 | 143% |
| ARQUEOLOGIA | 30 | - | R$ 53.550,55 | - |
| ENGENHARIA DE MINAS | 10 | R$ 51.801,26 | R$ 53.390,35 | 3% |
| QUÍMICA - LICENCIATURA | 0 | R$ 37.831,17 | R$ 52.307,35 | 38% |
| HOTELARIA | 0 | R$ 15.468,96 | R$ 49.355,89 | 219% |
| ENGENHARIA DE ENERGIA | 20 | - | R$ 49.233,55 | - |

(\*) valores corrigidos pelo IPC-A

Para efeitos de comparação, apresenta-se também a tabela com os cursos com menores custos de RH por vaga ofertada.

Cursos com menor relação custo anual RH/vaga

| CURSO | EVOLUÇÃO QTD VAGAS | CUSTO ANUAL RH/VAGA 2008 \* | CUSTO ANUAL RH/VAGA 2012 | DIF (%) |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| MATEMÁTICA - LICENCIATURA | 0 | R$ 12.976,56 | R$ 17.704,13 | 36% |
| ENGENHARIA DE ALIMENTOS | 35 | - | R$ 17.506,00 | - |
| FILOSOFIA-LICENCIATURA | 20 | R$ 24.017,66 | R$ 15.903,85 | -34% |
| ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - CAA | 80 | - | R$ 15.796,13 | - |
| DIREITO | 60 | R$ 16.947,69 | R$ 15.545,97 | -8% |
| ADMINISTRAÇÃO | 0 | R$ 13.419,39 | R$ 15.244,97 | 14% |
| CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CAA | 0 | R$ 7.917,61 | R$ 14.669,08 | 85% |
| MATEMÁTICA - BACHARELADO | 0 | R$ 10.805,57 | R$ 14.319,85 | 33% |
| BIBLIOTECONOMIA | 20 | R$ 12.950,47 | R$ 13.636,50 | 5% |
| QUÍMICA - LICENCIATURA - CAA | 80 | - | R$ 13.126,17 | - |
| FÍSICA - LICENCIATURA - CAA | 80 | - | R$ 12.763,26 | - |
| MATEMÁTICA - LICENCIATURA - CAA | 80 | - | R$ 12.312,29 | - |
| CIÊNCIAS CONTABEIS | 0 | R$ 10.253,98 | R$ 11.993,81 | 17% |
| SISTEMAS DE INFORMAÇÃO | 70 | - | R$ 11.466,51 | - |
| ENGENHARIA NAVAL | 20 | - | R$ 11.203,65 | - |
| CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA | 20 | R$ 12.846,13 | R$ 10.631,85 | -17% |
| LETRAS - BACHARELADO | 0 | R$ 7.125,94 | R$ 10.189,82 | 43% |
| SECRETARIADO | 20 | R$ 9.867,20 | R$ 9.806,73 | -1% |
| ENGENHARIA DE MATERIAIS | 40 | - | R$ 9.330,10 | - |
| EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA - CAV | 90 | - | R$ 8.344,72 | - |
| LETRAS-LICENCIATURA | 105 | R$ 11.657,13 | R$ 7.944,34 | -32% |
| HISTÓRIA - BACHARELADO | 0 | R$ 3.919,34 | R$ 5.743,60 | 47% |
| EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO | 60 | - | R$ 3.878,63 | - |

(\*) valores corrigidos pelo IPCA

Há cursos para os quais não houve ampliação de oferta de vaga, porém houve aumento de custos (aumentando assim o custo por vaga ofertada). Para outros, o aumento de custos com pessoal veio acompanhado do aumento de vagas no vestibular.

Na tabela abaixo, apresenta-se comparativo da evolução dos quantitativos dos docentes e técnicos com o acréscimo de vagas em cada cursos.

        Cursos com maiores quantitativos de pessoal por vaga ofertada

| **CURSO** | **EVOLUÇÃO VAGAS** | **EVOLUÇÃO QTD PESSOAL** | **QTD PESSOAL/ VAGA OFERTADA** |
| --- | --- | --- | --- |
| MEDICINA | 0 | -8% | 20 |
| ENFERMAGEM - CAV | -10 | 157% | 16 |
| ENGENHARIA BIOMÉDICA | 0 | 6% | 16 |
| ENGENHARIA DE PRODUÇÃO | 0 | 18% | 15 |
| MUSICA - CANTO | -3 | 26% | 15 |
| MUSICA - INSTRUMENTO | 3 | 26% | 14 |
| TERAPIA OCUPACIONAL | 6 | 4% | 13 |
| FONOAUDIOLOGIA | 10 | 37% | 12 |
| NUTRIÇÃO | 0 | 3% | 11 |
| ODONTOLOGIA | 40 | 0% | 11 |
| FISIOTERAPIA | 6 | 25% | 10 |
| ENFERMAGEM | 0 | -1% | 10 |
| FARMACIA | 10 | -5% | 10 |
| NUTRIÇÃO - CAV | 0 | 156% | 9 |
| QUÍMICA - BACHARELADO | 0 | 19% | 9 |
| GEOLOGIA | 0 | 12% | 8 |
| ARQUEOLOGIA | 30 | 1648% | 8 |
| QUÍMICA INDUSTRIAL | 0 | 24% | 8 |
| ARQUITETURA E URBANISMO | 0 | -3% | 7 |
| HOTELARIA | 0 | 136% | 7 |
| QUÍMICA - LICENCIATURA | 0 | 20% | 7 |
| ENGENHARIA DE MINAS | 10 | 6% | 6 |
| ENGENHARIA DE ENERGIA | 20 | 9% | 6 |
| ARTES VISUAIS | 5 | 35% | 6 |
| ENGENHARIA MECÂNICA | 20 | 64% | 6 |

Nesses casos, a atuação do gestor deve incluir como objetivo a redução dos custos de pessoal por vaga (notadamente para os cursos que apresentam maiores custos), além de considerar esses custos em suas decisões de ampliação\expansão.

d)     Tamanho médio das turmas (taxa de ocupação)

Outra medida importante, que se relaciona diretamente com a eficiência operacional dos cursos, é o tamanho médio das turmas (que por sua vez tem relação direta com a taxa de ocupação dos cursos). Cursos com turmas pequenas tendem a apresentar custo operacional elevado. É certo que, devido a sua natureza, alguns cursos\disciplinas apresentam uma restrição ao número de alunos por turma. Porém, de maneira geral, turmas pequenas indicam baixa taxa de ocupação de cursos e deficiências na alocação dos recursos.

            A seguir, apresentam-se tabelas com relação de cursos que mostram as maiores e menores taxas de ocupação das turmas.

    Cursos com menores médias de taxa de ocupação das turmas

| **CURSO** | **TAM. MÉDIO TURMAS** | **TX MÉDIA OCUPAÇÃO** |
| --- | --- | --- |
| ENGENHARIA DE ALIMENTOS | 6 | 35% |
| GEOGRAFIA | 21 | 43% |
| ESTATÍSTICA | 24 | 46% |
| EXPRESSÃO GRÁFICA | 19 | 50% |
| CIÊNCIAS SOCIAIS | 1 | 50% |
| LETRAS - BACHARELADO | 26 | 51% |
| CIÊNCIAS ATUARIAIS | 27 | 51% |
| MUSICA - CANTO | 4 | 53% |
| ENGENHARIA DE MATERIAIS | 27 | 53% |
| FÍSICA - LICENCIATURA - CAA | 24 | 54% |
| FILOSOFIA-BACHARELADO | 38 | 54% |
| ENGENHARIA CARTOGRÁFICA | 23 | 55% |
| SISTEMAS DE INFORMAÇÃO | 28 | 57% |
| JORNALISMO – RÁDIO, TV e INTERNET | 23 | 59% |
| QUÍMICA - LICENCIATURA - CAA | 32 | 59% |
| QUÍMICA - LICENCIATURA | 27 | 59% |
| FILOSOFIA | 30 | 59% |
| QUÍMICA – BACHARELADO | 24 | 59% |
| GEOGRAFIA – BACHARELADO | 31 | 60% |
| ENGENHARIA CIVIL – CAA | 28 | 61% |
| OCEANOGRAFIA | 27 | 61% |
| MATEMÁTICA - LICENCIATURA – CAA | 33 | 63% |
| ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – CAA | 30 | 63% |
| FÍSICA – BACHARELADO | 35 | 65% |
| CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CAA | 36 | 66% |

      Cursos com maiores médias de taxa de ocupação das turmas

| **CURSO** | **TAM. MÉDIO TURMAS** | **TX MÉDIA OCUPAÇÃO** |
| --- | --- | --- |
| ENGENHARIA ELÉTRICA | 31 | 117% |
| DESIGN - CAA | 36 | 112% |
| DIREITO | 58 | 109% |
| MEDICINA | 18 | 101% |
| HISTÓRIA - BACHARELADO | 56 | 100% |
| EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO | 30 | 100% |
| ADMINISTRAÇÃO | 62 | 99% |
| MUSICA - LICENCIATURA | 19 | 98% |
| DESIGN | 30 | 97% |
| SECRETARIADO | 57 | 95% |
| FISIOTERAPIA | 20 | 95% |
| ENGENHARIA NAVAL | 52 | 95% |
| EDUCAÇÃO FÍSICA | 52 | 95% |
| PUBLICIDADE E PROPAGANDA | 37 | 94% |
| ENGENHARIA ELETRÔNICA | 34 | 92% |
| ENGENHARIA CIVIL | 44 | 91% |
| BIOMEDICINA | 36 | 90% |
| ODONTOLOGIA | 24 | 90% |
| CINEMA E AUDIOVISUAL | 32 | 90% |
| EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA - CAV | 34 | 89% |
| ENGENHARIA QUÍMICA | 36 | 89% |
| PEDAGOGIA - CAA | 35 | 89% |
| NUTRIÇÃO | 18 | 88% |
| CIÊNCIAS CONTABEIS | 61 | 88% |
| JORNALISMO | 37 | 88% |

Na tabela acima, verifica-se que alguns dos cursos relacionados, apesar de apresentarem, em média, turmas de tamanho pequeno, têm elevada taxa de ocupação (medicina, fisioterapia, odontologia, música - licenciatura). Isso indica que, devido à natureza desses cursos, suas disciplinas em geral não comportam turmas com muitos alunos.

Entretanto, outros cursos (Química – Bacharelado, Engenharia Cartográfica, Física – Licenciatura CAA, Música – Canto, Expressão Gráfica, Estatística e Engenharia de Alimentos), apresentam baixas médias tanto no que se refere aos tamanhos das turmas quanto às taxas médias de ocupação dessas. Nesse caso, fica caracterizado a alocação ineficiente de recursos, que deve ser objeto de ação do gestor, adotando medidas para melhorar os índices de sucesso e aprovação nesses cursos e planejar de forma mais eficiente a distribuição de turmas para atender às diversas disciplinas e cursos. O curso de Letras – Bacharelado, por exemplo, apresenta turmas que podem comportar (em média) até 50 alunos, porém só tem preenchidas pouco mais da metade (51%) das vagas.

            De modo geral, as situações de maior eficiência na distribuição de turmas/disciplinas/alunos estão relacionadas a cursos de melhor desempenho (maiores taxas de sucesso, menores custos operacionais e de formação de alunos).

            Novamente, esse tipo de indicador pode servir de instrumento tanto na busca de melhoria da eficiência na alocação dos recursos, tanto como fator que subsidie decisões de ampliação de cursos.

e)      Alocação\distribuição do corpo docente por departamento (produtividade)

Nesse cálculo, buscou-se mensurar quais os custos da hora-aula e hora-aula-aluno, considerando os salários pagos aos docentes e a alocação\distribuição da CH desses nas atividades de ensino (considerando, inclusive, a pós-graduação). Constitui-se em uma das métricas possíveis para avaliar a produtividade\desempenho a nível departamental.

Ressalte-se que parte dos custos pode refletir a alocação de carga horária dos docentes às atividades de pesquisa\extensão.

As tabelas, a seguir, mostram os resultados obtidos, relacionando os maiores e menores desempenhos.

Departamentos com maiores custos hora-aula (quartil superior)

| DEPARTAMENTO | CUSTO HORA-AULA | CUSTO HORA-AULA POR ALUNO |
| --- | --- | --- |
| DEPARTAMENTO DE ANTIBIÓTICOS | R$ 783,26 | R$ 31,18 |
| DEPARTAMENTO DE CIRURGIA | R$ 758,34 | R$ 33,24 |
| DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA | R$ 638,99 | R$ 18,99 |
| DEPARTAMENTO DE MEDICINA TROPICAL | R$ 621,87 | R$ 25,28 |
| DEPARTAMENTO DE MICOLOGIA | R$ 617,54 | R$ 14,57 |
| DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO | R$ 576,41 | R$ 18,05 |
| DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA | R$ 566,71 | R$ 78,98 |
| DEPARTAMENTO DE NEURO PSIQUIATRIA | R$ 566,42 | R$ 19,12 |
| DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA E SISTEMAS | R$ 561,97 | R$ 34,43 |
| DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA | R$ 545,36 | R$ 20,48 |
| DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES E SISTEMAS | R$ 508,96 | R$ 17,94 |
| DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA | R$ 498,10 | R$ 12,63 |
| DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA | R$ 494,49 | R$ 15,46 |
| DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA | R$ 490,12 | R$ 15,75 |
| DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA | R$ 488,09 | R$ 21,31 |
| DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA | R$ 469,33 | R$ 12,97 |
| DEPARTAMENTO DE HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA | R$ 465,36 | R$ 15,04 |
| DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL | R$ 448,37 | R$ 13,56 |
| DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA | R$ 447,55 | R$ 19,00 |
| DEPARTAMENTO DE QUÍMICA FUNDAMENTAL | R$ 445,26 | R$ 21,01 |

Departamentos com menores custos hora-aula (quartil inferior)

| DEPARTAMENTO | CUSTO HORA-AULA | CUSTO HORA-AULA POR ALUNO |
| --- | --- | --- |
| DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO | R$ 261,14 | R$ 13,40 |
| DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E RADIOBIOLOGIA | R$ 258,93 | R$ 6,68 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS | R$ 255,37 | R$ 8,04 |
| DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E PLANEJ. EDUCACIONAL | R$ 254,86 | R$ 7,61 |
| DEPARTAMENTO MATERNO INFANTIL | R$ 242,72 | R$ 27,10 |
| DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS | R$ 239,64 | R$ 7,21 |
| DEPARTAMENTO DE CLÍNICA E ODONTOLOGIA PREVENTIVA | R$ 239,16 | R$ 16,11 |
| DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA | R$ 236,36 | R$ 4,52 |
| NÚCLEO DE DESIGN - CAA | R$ 212,23 | R$ 5,97 |
| DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA | R$ 208,23 | R$ 6,18 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO | R$ 206,34 | R$ 6,56 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS | R$ 204,13 | R$ 4,09 |
| DEPARTAMENTO DA TEORIA GERAL DO DIREITO E DIREITO PRIVADO | R$ 201,38 | R$ 3,96 |
| DEPARTAMENTO DE MÚSICA | R$ 197,55 | R$ 20,25 |
| DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO ESPECIALIZADO | R$ 191,49 | R$ 3,60 |
| DEPARTAMENTO DE LETRAS | R$ 176,53 | R$ 9,97 |
| DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO | R$ 173,07 | R$ 6,11 |
| DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM | R$ 172,20 | R$ 12,86 |
| DEPARTAMENTO DE DESIGN | R$ 157,39 | R$ 8,22 |

            Por sua vez, nas tabelas seguintes, destacam-se os Departamentos e Categorias de docentes com carga horária de ensino abaixo do mínimo estabelecido na Resolução 01/88. Os custos elevados de hora-aula apurados para os departamentos são decorrentes do baixo “esforço docente” apresentado, em média, por seus professores.

Não se considerou os professores ingressantes em 2012, devido ao pequeno lapso de tempo para promover sua alocação a disciplinas no período 2012.1.

Departamentos com médias de CH abaixo do mínimo exigido (Resolução 01/88)

| **DEPARTAMENTO** | **CH MÉDIA (HORAS-AULA)** | **PERC PROF ABAIXO CH MÍN** | **EVOLUÇÃO QTD PROF** |
| --- | --- | --- | --- |
| DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA | 118 | 35% | -10% |
| DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO GERAL E PROCESSUAL | 118 | 38% | 7% |
| DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA | 117 | 34% | 38% |
| DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES E SISTEMAS | 117 | 33% | 124% |
| DEPARTAMENTO DE MICOLOGIA | 109 | 71% | 0% |
| DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA | 107 | 40% | 6% |
| DEPARTAMENTO DE MEDICINA TROPICAL | 103 | 64% | 8% |
| DEPARTAMENTO DE ANTIBIÓTICOS | 103 | 55% | 13% |
| DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO | 98 | 50% | 29% |
| DEPARTAMENTO DE MEDICINA CLÍNICA | 94 | 63% | -16% |
| DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA | 84 | 92% | 4% |
| DIRETORIA DO CENTRO DE TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIAS | 75 | 50% | 86% |
| DEPARTAMENTO DE NEURO PSIQUIATRIA | 70 | 76% | -11% |
| DEPARTAMENTO DE CIRURGIA | 31 | 95,5% | 4% |

Os Departamentos de Medicina Tropical, Medicina Clínica, Micologia, Patologia, Neuro Psiquiatria e Cirurgia, além de apresentarem baixa média de CH, também apresentam um percentual elevado de professores que não cumprem a carga horária mínima em atividades de ensino.

Ao verificarem-se as contratações de docentes para os diversos departamentos, constata-se que essas são inconsistentes com o objetivo de alocação mais eficiente dos recursos (humanos). Verificaram-se aumentos do quantitativo de docentes no período, mesmo para departamentos que apresentam baixa média de CH por docente (baixo “esforço acadêmico”), conforme demonstrado na coluna “EVOLUÇÃO QTD PROFESSORES”. Ressalte-se que esses quantitativos foram calculados para o período 2008-2012 com base na jornada de 40 horas semanais (ou seja, o professor de regime de 20 h contou como 0,5). Os Departamentos de Estatística, de Informações e Sistemas, de Engenharia de Produção e o Centro de Tecnologia e Geociências, que possuem médias de CH dos seus docentes abaixo do mínimo exigido pela Resolução 01/88, apresentaram aumento significativo do quantitativo de professores no período 2008-2012. Tal fato evidencia deficiências na gestão da Entidade, pois as vagas para docentes deveriam ser distribuídas para os departamentos com maior carência de professores, de forma aumentar a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A seguir, apresentam-se as médias de CH semestral dos docentes x Alunos para diversos Departamentos, uma medida da produtividade dos docentes desses Departamentos.

      Departamentos com menores médias de CH Semestral x Alunos por docente (quartil inferior)

| **DEPARTAMENTO** | **CH X Alunos** |
| --- | --- |
| DEPARTAMENTO DE CIRURGIA | 651 |
| DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA | 871 |
| DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR | 1204 |
| DEPARTAMENTO DE MEDICINA CLÍNICA | 1250 |
| DEPARTAMENTO MATERNO INFANTIL | 1570 |
| DIRETORIA DO CENTRO DE TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIAS | 1688 |
| DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL | 1861 |
| DEPARTAMENTO DE FONOAUDIOLOGIA | 1884 |
| DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MINAS | 1914 |
| DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA | 2019 |
| DEPARTAMENTO DE MÚSICA | 2158 |
| DEPARTAMENTO DE NEURO PSIQUIATRIA | 2158 |
| DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA | 2237 |
| DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA | 2298 |
| DEPARTAMENTO DE CLÍNICA E ODONTOLOGIA PREVENTIVA | 2395 |
| DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO | 2487 |
| DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA E SISTEMAS | 2511 |
| DEPARTAMENTO DE MEDICINA TROPICAL | 2553 |
| DEPARTAMENTO DE ANTIBIÓTICOS | 2566 |
| DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA | 2739 |

O “professor médio” do Departamento de Cirurgia, por exemplo, leciona cerca de 2 h de aula (equivalentes a 2,33 horas-aula) por semana para cerca de 21 alunos. Por outro lado, o professor “típico” do Departamento de Oceanografia leciona 8 horas-aula por semana para turmas com média de 7 (sete) alunos. O resultado, em ambos os casos, é a baixa produtividade docente, quando comparado a outros Departamentos (vide tabela abaixo).

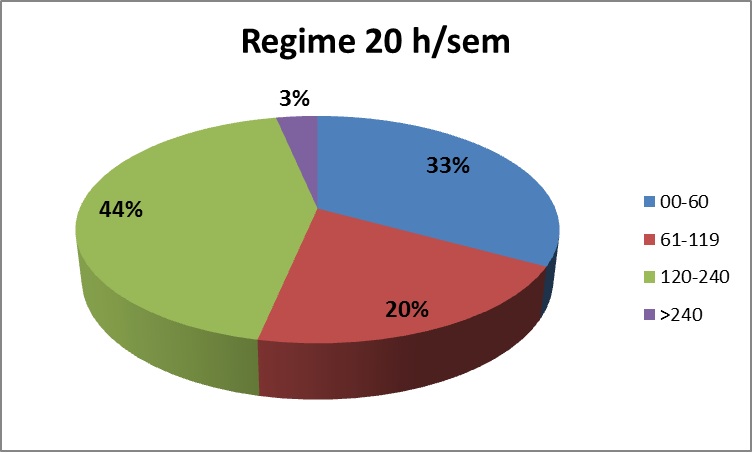
Departamentos com menores médias de CH Semestral x Alunos por docente (quartil superior)

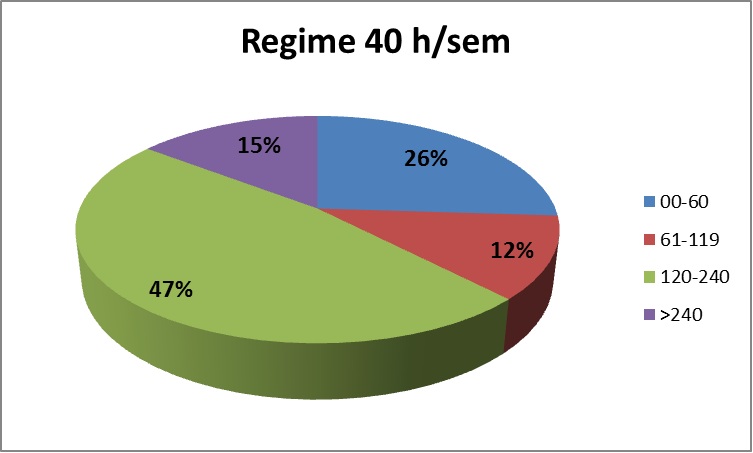
| **DEPARTAMENTO** | **CH-aluno** |
| --- | --- |
| DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO GERAL E PROCESSUAL | 5412 |
| DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL | 5458 |
| DEPARTAMENTO DE LETRAS | 5515 |
| DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS | 5597 |
| DEPARTAMENTO DE ANATOMIA | 5649 |
| DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSOFICOS DA EDUCAÇÃO | 5725 |
| DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO | 5760 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS | 5903 |
| DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO ESPECIALIZADO | 6246 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS | 6364 |
| NÚCLEO DE GESTÃO - CAA | 6419 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS | 6446 |
| NÚCLEO DE DESIGN - CAA | 6534 |
| DEPARTAMENTO DA TEORIA GERAL DO DIREITO E DIREITO PRIVADO | 6693 |
| DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA | 7007 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO | 7336 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS | 7677 |
| DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA | 7700 |
| DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E RADIOBIOLOGIA | 7771 |
| DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS | 9618 |

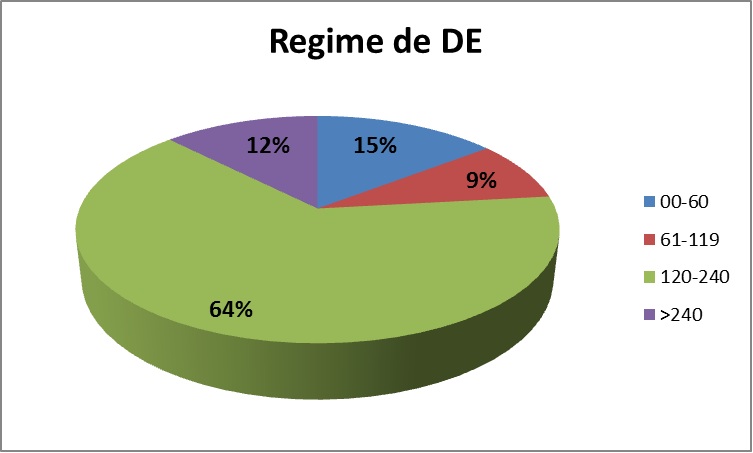
Por sua vez, analisando-se a CH por Regime de Trabalho, verifica-se baixo nível de cumprimento da carga horária mínima exigida, havendo discrepâncias entre os diferentes Regimes de Trabalho, conforme apresentado nas tabelas abaixo (considerando-se professores ingressantes até 2011).

CH média por Regime de Trabalho

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **REGIME TRABALHO** | **00-60** | **61-120** | **121-240** | **>240** | **TOTAL** |
| 20 | 70 | 43 | 92 | 7 | 212 |
| 30 | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| 40 | 71 | 32 | 130 | 40 | 273 |
| DE | 261 | 155 | 1153 | 223 | 1792 |
| **Total Geral** | **407** | **230** | **1375** | **270** | **2282** |







Verifica-se, entre os professores de 20 e 40 h/sem, baixo percentual de professores que cumprem a carga horária didática mínima de 120 horas-aulas semestrais. Entre os professores de 20 h/sem e 40 h/sem, 53% e 38%, respectivamente, não cumprem o mínimo exigido. Já entre os professores com Dedicação Exclusiva, esse percentual é de apenas 24%, o que ainda não pode ser considerado como satisfatório.

Com relação ao cumprimento da carga horária, merece registro a existência de uma relação entre o desempenho de atividades societárias ou  vínculos empregatícios e o descumprimento das obrigações didáticas mínimas dos docentes, conforme tratado em outro ponto do presente relatório. A existência de outros  vínculos empregatícios (sistema RAIS), outros vínculos societários (sistema CNPJ) ou  outros vínculos empregatícios e societários concomitantes está relacionada ao descumprimento da carga didática mínima de 120 horas semestrais, comparativamente aos docentes que não possuem tais vínculos.

O vínculo empregatício exerce efeito negativo maior do que o vínculo societário e o vínculo concomitante tem o maior de todos os efeitos sobre o desempenho da carga didática. O docente com vínculos concomitantes tem menos turmas, possui menor carga didática, beneficia menos alunos e possui menor produtividade medida em alunos por hora de trabalho. Conforme já tratado, a menor relação alunos por professor eleva o custo de formação do graduado, resultando em menor eficiência na aplicação dos recursos públicos, sem falar a frustração dos interesses sociais não atendidos. Com os mesmo recursos atualmente gastos, seria possível beneficiar mais alunos, produzir mais conhecimentos e atender melhor os interesses sociais.

Cumpre ao gestor, em observância ao princípio da eficiência, primar pela melhor forma de alocação dos recursos públicos visando os resultados pretendidos (no caso, a formação de profissionais de nível superior). No entanto, a ausência de mecanismos que permitam monitorar tais custos, inviabilizam intervenções apropriadas, tanto para aumentar a produtividade dos docentes em alguns setores, como para desenvolver ações específicas para melhorar as taxas de sucessos dos respectivos cursos. O conhecimento desses custos reveste-se de importância também para subsidiar decisões de expansão/ampliação/manutenção de vagas nos cursos da UFPE. Verifica-se, por exemplo, que cursos como Administração, Pedagogia, Jornalismo (Radio/TV/Internet), que apresentam elevado interesse (densidade vestibular) e, relativamente, baixo custo de formação por aluno, não foram contemplados com novas vagas no projeto REUNI, correspondente ao período 2008-2012.

Ressalte-se que o conhecimento e divulgação de tais custos cumpre importante papel na observância do princípio da transparência. A sociedade, que em última instância financia a Entidade, tem a prerrogativa de conhecer os custos incorridos por essa, para que dessa forma possa exercer o controle social de maneira mais efetiva.

##/Fato##

**Causa**

O Reitor e os Pró-Reitores para Assuntos Acadêmicos e de Planejamento, Orçamento e Finanças desconhecem os custos em nível setorial/departamental, não considerando tais parâmetros nas suas decisões de alocação/distribuição dos recursos humanos e materiais (infraestrutura).

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201205397-007, de 03/05/2013, o dirigente da Entidade encaminhou o Ofício nº 478/2013-GR, de 8 de agosto de 2013, com manifestação nos seguintes termos:

"Em atendimento S.A 201205397/007, venho por meio deste apresentar comentários e justificativas que demonstram que devem ser reformadas algumas constatações do relatório Nº 201205397, pelas razões que se seguem, uma vez que não corresponde ao que se contém nos autos e se apresenta, *Data vênia*, fruto de má interpretação do agir dessa Universidade.

Primeiramente, há de se ratificar a relevância da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU/PE) no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma vez que a mesma é subsidiada por recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade de sua produção/trabalho.

Por outro lado, pontuamos que avaliar aspectos dentro de uma Universidade Pública não se trata, como ocorre dentro das empresas, de medir apenas indicadores de eficiência e eficácia tendo como base conceitos gerados no campo da administração pública gerencial, uma vez que dimensões sociais, políticas, culturais e filosóficas estão imbricadas no cotidiano das instituições de ensino. Além do mais, não podemos perder de vista princípios como autonomia, pluralismo e espírito crítico, constitucionalmente assegurados, que fundamentam a existência das Universidades brasileiras (Artigos 206 e 207 – CF/1988).

Reconhecemos que mesmo diante da implementação de políticas, programas e ações praticadas no Sistema de Educação Superior Brasileiro (SESB) desde meados da década de noventa a questão do acesso, permanência e conclusão dos estudantes permanece sendo uma prioridade da política educacional brasileira, pois apesar de todos os esforços apenas 14,6% da população de 18 a 24 anos encontram-se matriculada nesse nível de ensino, conforme aponta o Censo da Educação Superior de 2011 (INEP/MEC), mantendo o sistema de ensino superior de elite, na perspectiva da classificação apresentada por Martin Trow (2005).

A partir desse entendimento torna-se claro que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e nesse contexto a UFPE, têm papel primordial a desempenhar.

A seguir são apresentadas nossas explanações no que se refere às constatações ao relatório de Auditoria em tela:

* **Constatações 005, 007 e 008**

No tocante às constatações 005, 007 e 008, observamos que as constatações baseiam-se em dados incompletos no que concerne às informações contidas no sistema SIGA UFPE e fornecidas pelo NTI desta universidade em resposta à Solicitação de Auditoria 201205397/004.

Primeiramente, restou constatado na própria resposta fornecida pelo NTI a existência de uma quantidade significativa de disciplina sem ter uma associação no sistema a um professor ( cerca de 11,7% das disciplinas do 1º semestre) . Outro ponto que merece ser levado em consideração é que o sistema SIGA UFPE não foi desenvolvido, inicialmente, para acompanhar as atividades acadêmicas dos professores e sim para armazenar de forma integrada todas as informações sobre o desempenho dos alunos durante a realização do curso. Com o passar dos anos, esta universidade, mesmo com todas as dificuldades relacionadas à pessoal e a equipamentos, vem buscando aprimorar seu sistema acadêmico a fim de realizar uma gestão mais eficiente do ensino e da pesquisa. Fruto dessa mudança, podemos destacar a criação das funcionalidades PAAD e RAAD, que já em 2013 permitirá o monitoramento de todas as atividades planejadas e desenvolvidas pelos docentes da UFPE.

Dito isto, voltamos ao fato da constatação em tela. No decorrer dos trabalhos, a equipe de autoria da CGU utilizou-se como base para realização do custo por curso uma carga horária dos docentes muito abaixo da efetivamente realizada pelos professores, o que sem dúvida induziu essa equipe a conclusões equivocadas sobre o agir dessa universidade. Diante disto, qualquer análise feita tendo por base apenas os dados fornecidos pelo NTI terá boa parte de seus resultados comprometidos, não devendo dessa forma ser levados em consideração.

Ademais, os dados do custo anual por departamento levou em consideração todo o salário para a composição do custo de formação do aluno. Como o docente não exerce apenas atividades relacionadas à graduação, mas mesmo assim foi considerado todo o salário. O salário do docente é para fazer ensino, pesquisa, extensão e ainda tem atividades de gestão e complementares.

O Ano de referência desse estudo foi 2012.1. Faltou incluir as disciplinas de 2012.2. Ainda no Sistema acadêmico existe inconsistência nos dados, como, por exemplo, disciplinas sem docentes responsáveis (do total de 4.287disciplinas do 1º semestre de 2012, 11,7% estão sem docentes cadastrados no sistema acadêmico).

Como alguns cursos estão começando a formar seus primeiros alunos em 2012 e os dados utilizados pela auditoria (setembro de 2012), ainda não tinha os dados de concluintes 2012, por conta de greve, foram utilizados os dados dos Indicadores do TCU e todo o segundo semestre de 2012 foi substituído pelo segundo semestre de 2011 conforme recomendação do próprio TCU.

A título de teste da metodologia proposta por essa equipe de auditoria, foram realizados alguns ajustes nos dados de concluintes de 2012 e o rateio do salário de alguns docentes que preencheram o RAAD 2011, com esses pequenos ajustes, o custo de formação do curso de Gestão da Informação que no relatório da auditoria constava que era 8,5 vezes superior ao custo de formação média (R$ 305 mil) reduziu 76,8% passando para 1,97 vezes superior a formação média, chegando a conclusão que os dados precisam ser auditados antes de incluir na metodologia aplicada para o cálculo do custo pela auditoria da CGU.

Como dito anteriormente, esta gestão esta preocupada com a melhoria das informações inseridas no sistema SIGA, no que tange às atividades dos docentes. Neste sentido, a UFPE acredita que o papel dos órgãos de controle é fundamental nessa orientação a uma utilização mais eficiente dos recursos públicos humanos, financeiros e materiais. Assim, com intuito melhorar a qualidade das informações inseridas no SIGA e de contribuir com os trabalhos realizados por essa Controladoria Geral, a UFPE solicitou a seus departamentos que anexassem os documentos comprobatórios do cumprimento da Resolução nº 01/88 da UFPE nos períodos de 2012.1 e 2012.2.

Com base nas informações fornecidas, observou-se ainda a falta de comprovação do atendimento por parte de alguns professores, o que demanda um estudo mais aprofundado para identificação das causas por parte desta Universidade. A título de exemplo podemos citar o caso do departamento de cirurgia que realiza 6 (seis) atividades relacionadas à ensino (Consultas ambulatoriais; visita às enfermarias, com acompanhamento de pacientes; Reuniões clinicas com discussão sobre casos médicos;  preceptoria de residentes, pós graduação; atividades cirúrgicas; e atividades em sala de aula) e que na contabilidade de sua carga horária para o professor, atualmente, na maioria dos casos só registra as aulas realizadas em sala de aula.

É importante destacar que as informações acadêmicas dos professores referentes ao ano de 2012 estão sendo atualizadas até setembro em função dos atrasos no calendário acadêmico provocados pela greve. As informações fornecidas seguem anexas a este ofício e são resumidas no quadro a seguir.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Relatório da CGU 201205397**  **( semestre 2012.1)** | | | **Informações apresentadas**  **(semestres 2012.1 e 2012.2)** |
| **Departamento** | **CH média** | **Prof. abaixo CH mínima** | **Prof.  não comprovou atendimento à resolução 01/1988** |
| **Dep. de psicologia** | **118** | **35%** | **19,5%** |
| **Dep. de Direito Público Geral e Proc.** | **118** | **38%** | **Não enviou documentação** |
| **Dep. de Estatística** | **117** | **34%** | **44,4%** |
| **Dep. de informações e sistema** | **117** | **33%** | **9,7%** |
| **Dep. De Micologia** | **109** | **71%** | **33%** |
| **Dep. De Botânica** | **107** | **40%** | **38,%** |
| **Dep. Medicina Tropical** | **103** | **64%** | **21,7%** |
| **Dep. de Antibióticos** | **103** | **55%** | **23,8%** |
| **Dep. de Medicina Clínica** | **94** | **63%** | **23,6%** |
| **Dep. de Patologia** | **84** | **92%** | **26,7%** |
| **Diretoria do Centro de Tecnologia e Geociência** | **75** | **50%** | **Não localizado** |
| **Dep. de Neuro Psiquiatria** | **70** | **76%** | **15%** |
| **Dep. de Cirurgia** | **31** | **95,5%** | **90,9%** |

**”.**

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“Outro ponto destacado no RA nº 201407314 pela equipe de auditoria e que merece ser comentado é a atribuição de ineficiência na aplicação de recursos alocados à atividade de ensino por parte da UFPE. Tal afirmação, como consta no próprio relatório, foi baseado em alguns indicadores setoriais elaborados pela equipe, conforme explanado no item anterior a metodologia para cálculo dos custos setoriais não é de fácil elaboração e que a aplicação de métodos não adequados pode levar a conclusões que não refletem a realidade, como aconteceu com o curso de gestão da informação.

A equipe de auditoria, utilizando-se de sua “metodologia” chega a conclusão que o custo para formar um músico instrumentista é quatro vezes maior do que para formar um médico. De fato, o custo da universidade para formar um músico é superior a de um médico, se considerar que não podemos formar músicos instrumentalistas em uma sala com 10 ou 20 alunos, como é possível em medicina, logo chegaremos a conclusão de que o custo de formação de um músico tenderá a ser superior a de um médico, pois toda a infraestrutura, pessoal e etc. não poderá ser rateada por diversos alunos. Desta forma, chegaremos as discussões de pontos anteriores, não se trata de um custo maior por ineficiência na aplicação de recursos públicos, mas sim de um custo necessário a manutenção do curso de músicas, tendo em vista que é obrigação da Universidade desenvolver o conhecimento pluridisciplinar, incluindo a música”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Nos dados apresentados pela CGU referente a custos e outros indicadores (custo formação, custo operacional, tamanho médio das turmas, CH média dos Docentes) certamente não se tem precisão absoluta, nem se pretendeu isso. Há espaço sim para refinamentos e melhorias. Entretanto, o objetivo proposto foi alcançado, qual seja, demonstrar não apenas a viabilidade, mas principalmente a importância de se estabelecer instrumento de mensuração do desempenho da Entidade, que permita a avaliação da Entidade quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e efetividade, ao mesmo tempo que pode representar significativo incremento em termos de transparência.

É premente que a Instituição disponha de tais instrumentos para bem gerenciar a alocação de seus recursos, bem como mensurar os resultados obtidos, de modo a permitir uma efetiva avaliação de seu desempenho. Como o próprio gestor destacou em sua manifestação, a questão do acesso, permanência e conclusão do ensino superior constitui-se uma das prioridades da política educacional brasileira. Nesse sentido, destaque-se as informações apresentadas pelo IBGE em seu anuário “Brasil em Números” (Edição 2013) referentes à educação superior que dão conta que no Brasil apenas 11,5% da população (de 25 anos ou mais) possui nível superior completo, enquanto no Nordeste esse percentual é de 7% (metade do valor apresentado pela Região Sudeste). Portanto, não há como fazer face a tamanho desafio e elaborar políticas adequadas sem informações mais detalhadas sobre o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A própria forma de financiamento da educação superior não pode ser devidamente avaliada sem que se considerem os custos e resultados obtidos pelas IFES.

Ademais, as ponderações apresentadas pelo gestor não representam alterações significativas para os números apresentados pela equipe, conforme detalhado adiante, ainda mais quando se têm em mente que nesse levantamento inicial não se incluiu (por falta da disponibilização de dados desagregados) os custos referentes a despesas de capital e com previdência (pagamentos de aposentados e pensionistas). O que se verifica, não obstante as referidas alegações, é que há grandes discrepâncias no desempenho dos cursos, tanto nas comparações internas como externas, impondo-se à gestão a necessidade de maior controle sobre os fatores que influenciam mais diretamente na sua eficiência operacional, especialmente, quanto à produtividade do corpo docente (Carga didática, tam. médio das turmas, tx de ociosidade dos cursos) e índices de aproveitamento escolar (evasão, retenção, tx de sucesso). Quando comparados internamente, verificam-se cursos (Música  Instrumentos, Geologia, Eng. Biomédica, etc) com elevados custos de formação, em contraste com outros para os quais os custos de formação é cerca de 10 vezes menor (Ciênc. Computação, Administração, Jornalismo, Pedagogia, etc). Na comparação com cursos oferecidos por faculdades privadas, para alguns cursos, verificam-se diferenças de 300%, ou seja, cada aluno na universidade pública corresponde ao custo da manutenção de 4 (quatro) alunos na rede privada. Para a maior parcela dos cursos comparados (60%), essa diferença está acima de 100%, ou seja, a relação é de no mínimo 1 para 2. Reafirma-se a pertinência de estabelecer tais comparativos, não obstante as diferenças entre os cursos (em relação à comparação interna), e a partir daí estabelecer padrões de desempenho desejáveis, sem deixar de tratar as especificidades de cada curso em sua justa medida.

Com relação aos custos de formação, a equipe da CGU procedeu revisão e verificou a necessidade de ajustes, pois nos valores apresentados no fato não havia sido considerado os alunos remanescentes de anos anteriores que se formaram durante o período considerado, sendo ajustada a “fórmula” do custo de formação para CF = { (CRH + Custeio) / NDi (onde CRH é o Custo anual de Docentes e Técnicos calculados proporcionalmente à alocação dos Departamentos aos diversos cursos, Custeio anual rateado segundo o núm. médio de alunos matriculados em cada cursos; NDi o número de alunos formados por ano em cada curso, tomando por base o último resultado apurado pela PROPLAN). Com esse ajuste houve redução no valor absoluto dos custos de formação, enquanto que os valores relativos (comparando-se os diversos cursos da UFPE) permaneceram inalterados, de modo que as análises comparativas descritas no fato permanecem igualmente válidas. Quanto aos demais custos (custos operacionais por aluno), não houve alteração no seu cálculo. As tabelas abaixo mostram os valores obtido com o recálculo do custo de formação:

Curso com maiores custos de formação (quartil superior)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CURSO | CUSTO DE FORMAÇÃO POR ALUNO | CUSTO MAX EM PESQUISA | | DIF |
| HH DISPONÍVEL SEMESTRAL | VLR / ALUNO FORMADO |
| Gestão da Informação (\*) | R$       1.723.518,43 | 3.911 | R$ 407.272,23 | R$ 1.316.246,20 |
| Musica - Instrumento | R$          699.636,92 | 5.186 | R$ 353.718,58 | R$ 345.918,34 |
| Geologia | R$          562.372,42 | 5.848 | R$ 226.719,14 | R$ 335.653,28 |
| Engenharia Biomédica | R$          460.083,44 | 3.663 | R$ 177.495,18 | R$ 282.588,26 |
| Engenharia Civil – CAA (\*) | R$          429.725,69 | 8.536 | R$ 159.425,38 | R$ 270.300,31 |
| Engenharia Cartográfica | R$          403.796,98 | 4.038 | R$ 145.929,68 | R$ 257.867,30 |
| Química – Bacharelado | R$          306.144,79 | 2.403 | R$ 110.359,84 | R$ 195.784,95 |
| Química – Licenciatura | R$          285.461,38 | 2.888 | R$ 91.715,61 | R$ 193.745,77 |
| Fonoaudiologia | R$          261.910,62 | 8.477 | R$ 126.880,75 | R$ 135.029,87 |
| Engenharia da Computação | R$          250.523,39 | 2.403 | R$ 110.359,84 | R$ 140.163,55 |
| Artes Visuais | R$          249.434,54 | 3.773 | R$ 75.315,76 | R$ 174.118,78 |
| Química Industrial | R$          229.576,44 | 4.400 | R$ 71.722,09 | R$ 157.854,35 |
| Engenharia de Minas | R$          216.532,06 | 5.082 | R$ 80.763,67 | R$ 135.768,39 |
| Engenharia de Produção | R$          210.501,07 | 7.215 | R$ 81.609,23 | R$ 128.891,84 |
| Farmácia | R$          195.453,51 | 13.183 | R$ 69.158,73 | R$ 126.294,78 |
| Nutrição | R$          192.731,06 | 10.143 | R$ 66.645,71 | R$ 126.085,35 |
| Medicina | R$          190.318,35 | 33.104 | R$ 57.705,32 | R$ 132.613,03 |

(\*) Cursos recentes

 Curso com menores custos de formação (quartil inferior)

| CURSO | CUSTO DE FORMAÇÃO POR ALUNO (R$) | CUSTO MAX EM PESQUISA | | DIFERENÇA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| HH DISPONÍVEL SEMESTRAL | VLR / ALUNO |
| Ciência da Computação – CIN | R$   101.190,17 | 8.726 | R$ 32.961,05 | R$ 68.229,12 |
| Teatro | R$     93.641,91 | 2.743 | R$ 26.332,90 | R$ 67.309,01 |
| Ciências Sociais - Licenciatura | R$     89.505,64 | 1.432 | R$ 12.861,93 | R$ 76.643,71 |
| Turismo | R$     88.602,51 | 5.239 | R$ 21.785,13 | R$ 66.817,38 |
| Geografia - Bacharelado | R$     85.081,32 | 5.420 | R$ 23.913,40 | R$ 61.167,92 |
| Pedagogia – CAA | R$     84.574,32 | 4.343 | R$ 17.897,01 | R$ 66.677,31 |
| Direito | R$     80.709,32 | 8.254 | R$ 9.377,10 | R$ 71.332,22 |
| Serviço Social | R$     78.728,44 | 6.037 | R$ 19.737,20 | R$ 58.991,24 |
| Ciências Contábeis | R$     77.630,40 | 7.443 | R$ 9.477,14 | R$ 68.153,26 |
| Geografia - Licenciatura | R$     75.956,65 | 3.856 | R$ 12.802,78 | R$ 63.153,87 |
| Publicidade e Propaganda | R$     73.336,14 | 2.156 | R$ 15.288,13 | R$ 58.048,01 |
| Educação Física | R$     72.302,35 | 14.302 | R$ 14.413,82 | R$ 57.888,53 |
| Pedagogia | R$     70.416,58 | 6.531 | R$ 12.121,36 | R$ 58.295,22 |
| Jornalismo | R$     67.416,81 | 2.719 | R$ 14.887,43 | R$ 52.529,38 |
| Administração | R$     63.540,41 | 8.507 | R$ 9.430,75 | R$ 54.109,66 |
| Biblioteconomia | R$     55.247,87 | 2.086 | R$ 10.463,77 | R$ 44.784,10 |
| Secretariado | R$     47.731,96 | 3.180 | R$ 7.008,68 | R$ 40.723,28 |

(\*) Cursos recentes

Por fim, quanto às alegações apresentadas pelo gestor que os resultados estariam comprometidos devido a estarem baseadas em dados incompletos do Sistema SIGA, verifica-se que as questões levantadas não implicam alterações significativas dos números apresentados. O gestor direciona seus questionamentos para casos pontuais, que por sua peculiaridade apresentam diferenças consideráveis (quando recalculados pelo próprio gestor). Cita especificamente o curso de “Gestão da Informação”, para o qual os ajustes realizados representariam uma redução de 76% do custo. Entretanto, no próprio fato já se ressaltava que o referido curso por ser recente, está entre os que ainda estão formando as primeiras turmas e, portanto, ainda espera-se uma evolução em seus índices de sucesso nos decorrer dos próximos anos e que os resultados obtidos devem ser entendidos como provisórios. Tais situações estão devidamente destacadas nas tabelas apresentadas, e representam exceções. O resultado diferente obtido pelo gestor para o referido curso se explica em razão da utilização de “taxa de sucesso” mais atualizada a qual, conforme exposto, pode variar significativamente (de um semestre para o outro) para cursos criados recentemente. Ressalte-se também que as deficiências do sistema SIGA advêm de falhas nos processos de acompanhamento acadêmico da universidade, havendo situações onde a disciplina é concluída, as presenças e  notas dos alunos são registradas, sem que seja(m) cadastrado(s) no sistema o(s) professor(es) responsável(is) pela turma. A própria equipe de auditoria já havia questionado aos responsáveis pelo SIGA no NTI sobre essas lacunas, sendo informado que o sistema dispunha de funcionalidade para cadastrar adequadamente os docentes responsáveis pelas disciplinas e turmas, porém as coordenações deixavam às vezes de fazê-lo. Por isso, para cerca de 12% das turmas não há professores cadastrados e, consequentemente, a correspondente carga didática não foi computada no cálculo da CH dos professores. Entretanto, mesmo se essa carga horária fosse considerada (se os dados fossem complementados no SIGA), não haveria alteração no custo de formação do aluno a nível institucional, o que poderia ocorrer, em proporções ainda menores, seria o deslocamento de um parcela de custo de um curso para o outro. Portanto, não se sustenta a afirmação do gestor quando esse afirma que foi considerada CH “bem abaixo” da efetivamente realizada (essa diferença seria de 12%), muito menos que isso represente um impacto significativo sobre os resultados obtidos. Da mesma forma, a afirmação do gestor que foi considerada a totalidade dos salários no cálculo dos custos não corresponde aos fatos, pois nas tabelas apresentadas foi destacado o “CUSTO MÁXIMO EM PESQUISA”, que corresponde justamente a outras atividades, além do ensino, que podem ser desenvolvidas por professores de DE ou 40 horas, já que no mínimo 20 horas semanais devem ser dedicadas ao ensino (Res. 01/88). Como já mencionado, esse custo foi calculado a parte porque para ser efetivo deve ser comprovada a realização de atividades de pesquisa/extensão pelos docentes (já que nem todos os docentes são pesquisadores e/ou desenvolvem atividades de extensão). Quanto ao questionamento de se ter considerado apenas o semestre 2012.1, cumpre esclarecer que isto foi feito porque esse semestre já se encontrava encerrado no sistema, enquanto que o semestre 2012.2 ainda estava em aberto quando da realização dos trabalhos da fase de apuração. Tendo por base esse semestre se projetaram os custos, considerando os períodos de duração padrão para cada curso. É certo que a inclusão de outros semestres nesse cálculo aumentaria a sua precisão, o que deve inclusive ser considerado pela UFPE ao elaborar seus indicadores setoriais. Entretanto, não é razoável supor que isso altere significativamente os resultados, pois num dado semestre encontram-se alunos nos mais variados estágios e períodos dos cursos, de modo que o padrão de alocação dos departamentos aos diversos cursos não tendem a variar muito de semestre para semestre. É oportuno ressaltar que na concepção de indicadores de gestão não se deve buscar precisão absoluta. Conforme já afirmado, importa refinar e melhorar os números ora apresentados, porém deve-se evitar que a busca pelo refinamento excessivo eleve sobremodo os custos de obtenção dos dados sem que esse esforço corresponda a um incremento substancial na qualidade da informação gerada.

Quanto às diferenças apontadas entre os custos de formação dos cursos de graduação em medicina e de música (instrumento), o gestor argumenta que “*não se trata de um custo maior por ineficiência na aplicação de recursos públicos, mas sim de um custo necessário a manutenção do curso de músicas, tendo em vista que é obrigação da Universidade desenvolver o conhecimento pluridisciplinar, incluindo a música*”. Se por um lado é possível estimar qual a fração de um determinado efeito (a exemplo do custo de formação de um aluno de graduação) é atribuível a determinada causa (por exemplo, ineficiência da gestão ou razão professores alunos baixa e aquém das possibilidades de um departamento), de fato, no caso concreto, trata-se de uma explicação razoável para ao menos parte das diferenças entre música e medicina apontadas pelo indicador, embora não seja a única causa nem a única explicação possível. Mas isto não invalida o uso do indicador, que é capaz de quantificar diferenças de custos entre departamentos e ou cursos, cabendo ao gestor avaliar e identificar possíveis justificativas para tais diferenças, decidindo então sobre a razoabilidade ou não das diferenças de custo e de eficiência.

Mas é importante ressaltar que as justificativas e vantagens não se limitam ao que foi exposto até então. Mesmo que razoáveis as justificativas para as diferenças de custos entre cursos ou departamentos, com os indicadores o gestor terá parâmetros objetivos para utilizar no processo decisório. Assim, no exemplo em tela, numa eventual decisão sobre em qual ou quais cursos alocar recursos públicos para ampliação de 100 vagas do ensino de graduação, considerando a realidade e contexto atuais – a exemplo da falta de médicos no Sistema Único de Saúde e o objetivo governamental de ampliar o número de médicos por habitante –, e segundo dados objetivos da tabela abaixo, haveria mais elementos para decidir com maior segurança se seria mais razoável alocar as vagas de expansão do REUNI em música (instrumento) ou em medicina e em que proporção:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Curso | Cidadãos com expectativa de direito atendidas (1) | Total de graduados a partir das 100 vagas oferecidas (2) | Custo mensal operacional por aluno matriculado | Custo total para formar cada graduado (2) |
| Música (instrumento) | 280 | 55 | R$ 2.389,24 | R$ 345.918,34 |
| Medicina | 4000 | 100 | R$ 2.190,78 | R$ 132.613,03 |
| (1) Número de cidadãos que poderão concorrer a uma das 100 vagas do ensino de graduação na universidade pública, considerando a relação candidatos/vaga no vestibular da UFPE: Curso de Música (instrumento) – 2,8 candidatos por vaga; Curso de Medicina – 40 candidatos por vaga.  (2) Considerando a taxa de sucesso do respectivo curso na UFPE: Curso de Música (instrumento) – 100%; Curso de Medicina – 54,55%. Observe-se que a taxa de sucesso do curso está relacionada inversamente à evasão (quanto menor a evasão do curso maior a sua taxa de sucesso), que por sua vez depende do interesse efetivo no curso demonstrado pelos beneficiados (é mais provável que alunos de cursos com baixa competição no vestibular abandonem o curso), dentre outros fatores. | | | | |

No caso concreto e conforme comentado em ponto específico do presente relatório, Utilizando recursos do REUNI a UFPE destinou proporcionalmente mais vagas para cursos com baixa procura no vestibular (que em geral também apresentam mais baixa taxa de sucesso e mais elevado custo de formação) do que em cursos com mais elevada procura no vestibular.

Além do que foi exposto, cabe ressaltar que a comparação entre os custos de formação de um graduado em música e em medicina é um exemplo extremo. Mas há cursos com muito mais semelhanças quanto aos fatores de composição dos custos de formação de um graduado – e que mesmo assim apresentam grandes disparidades nestes valores –, existindo menores limitações às comparações. Assim, ainda que haja limitações a serem consideradas na interpretação de indicadores setoriais desagregados, inclusive na comparação de departamentos e cursos diferentes, defende-se a importância deste tipo de informação, especialmente para subsidiar o processo decisório, como ferramenta auxiliar da gestão e enquanto ferramenta de controle social e institucional. Afinal, quando a entidade decide manter, ou ampliar, ou reduzir um certo número de vagas em certos cursos e não em outros cursos, o que estará fazendo senão comparando e decidindo entre coisas, alternativas e soluções diferentes e num contexto de complexidades, incertezas e limitações, inerentes a este tipo de decisão?

Entretanto, a informação fornecida pelos indicadores internos e desagregados tende a favorecer o processo decisório e a gestão como um todo, assim como aumenta as chances de melhores resultados nas decisões tomadas quanto à aplicação dos recursos públicos.

Cabe ressaltar que o propósito da metodologia aplicada e das estimativas realizadas não é o de construir um indicador definitivo a ser implementado diretamente pela UFPE, mas sim o de demonstrar a importância e viabilidade de construir e utilizar indicadores setoriais desagregados – incluindo aqueles de custos segundo os cursos e departamentos –, inclusive para a realização de análises comparativas e de valores relativos, como auxiliar no processo decisório institucional, enquanto ferramenta de gestão e para subsidiar e fomentar o controle social e institucional.

Por fim, qualquer que seja o caso, não se propõe a prevalência ou supremacia de certos fatores ou cursos sobre outros – nem mesmo os de custo, eficácia, eficiência e efetividade –, mas tão somente que sejam levados em conta os referidos fatores objetivos e mensuráveis, em decisões devidamente motivadas e formalizadas, passíveis do exercício do controle social e institucional, adicionalmente aos fatores eventualmente já utilizados nas decisões colegiadas da IFES.

Deste modo, se por um lado não se questiona a necessidade de existência e oferta de uma pluralidade de cursos e saberes nas universidades públicas – inclusive os saberes artísticos que o gestor destacou em sua resposta –, o ordenamento jurídico pátrio fundamenta a exigência de motivação formal e transparência no processo decisório de ofertas de vagas no vestibular, possibilitando à sociedade em geral e aos órgãos de controle o questionamento de decisões de alocação de recursos na criação, manutenção ou expansão de determinado quantitativo de vagas em determinados cursos de graduação, de baixa procura no vestibular, e/ou de baixa taxa de sucesso e/ou de alto custo de formação de um aluno, em detrimento da alocação destes mesmos recursos públicos na oferta de vagas em cursos de alta demanda social e que muitas vezes também apresentam elevada taxa de sucesso e custos de formação mais baixos. Além disto, a disponibilidade de tais indicadores possibilitará ao gestor a adoção de medidas gerenciais tendentes à correção de irregularidades (a exemplo do acúmulo irregular de atividades por docentes associado ao limitado número de alunos beneficiados e ao elevado custo de formação do graduado) e também de fatores de ineficiência eventualmente identificados, como é o caso da busca de soluções para elevadas taxas de evasão e baixas taxas de sucesso de certos cursos.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Definir Metas e padrões de desempenho para os Departamentos e Cursos (com relação aos custos e demais indicadores de desempenho, objeto de recomendação de constatação anterior), visando melhoria na alocação dos recursos, índices de aproveitamento escolar e resultados de atividades de pesquisa/extensão.

Recomendação 2: Instituir mecanismos para o acompanhamento periódico do desempenho comparativo dos cursos e departamentos (a partir dos indicadores e da aferição dos custos operacionais, objetos de recomendação de constatação anterior) e também dos escores de avaliação (ENADE, etc), que permitam avaliar as possíveis causas das discrepâncias de desempenho encontradas e traçar ações visando à melhoria da eficiência e eficácia dos cursos ofertados pela UFPE.

Recomendação 3: Elaborar metodologia e recalcular os custos e indicadores mencionados no fato (incluindo despesas de capital e previdenciárias), e avaliar para os cursos que apresentarem resultados discrepantes (desempenho inferior aos demais) as causas, a razoabilidade de tais discrepâncias e os fatores determinantes para o baixo desempenho. A partir daí, traçar um plano de ação buscando melhoria na eficiência desses cursos. No caso dos cursos com desempenho superior diferenciado, estudar os possíveis fatores de sucesso para uso como referência de boas práticas de gestão e acadêmicas.

Recomendação 4: Promover melhorias nos sistemas de informação (implentar novas funcionalidades nos sistemas e/o adquirir e implantar novos sistemas), inclusive com definição de procedimentos que garantam que esses sejam devidamente atualizados, de modo a permitir o acompanhamento e mensuração das atividades docentes (ensino, pesquisa, extensão), utilização da infraestrutura (ocupação das salas, etc) e índices de aproveitamento escolar (retenção, evasão, tx sucesso, etc).

**1.1.1.2 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de indicadores setoriais\desagregados que possam ser utilizados como instrumentos de gestão.**

**Fato**

Indicadores são instrumentos utilizados para acompanhar o desempenho de uma organização, tendo em vista os resultados pretendidos. Portanto, uma vez fixados os resultados a serem alcançados, a partir de um planejamento abrangente, e implementados os processos necessários à consecução desse planejamento, importa realizar o monitoramento e avaliação de resultados, a partir de controles e instrumentos de acompanhamento adequados. Daí a relevância da mensuração e monitoramento do desempenho da Entidade, de forma a permitir uma efetiva avaliação da gestão e subsidiar decisões gerenciais. Ressalte-se também que um sistema de mensuração não se limita à definição de indicadores, valores ou medidas, mas deve ser abrangente (considerar distintas dimensões), e ter função avaliativa (permita a comparação entre o valor apurado e o valor-meta desejado). Nesse sentido, O TCU estabeleceu alguns indicadores a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário), visando viabilizar futuros trabalhos de análise de desempenho dessas IFES.

            Tendo isso em vista, buscou-se verificar a utilização dos indicadores como ferramentas de gestão, no âmbito da UFPE.  A partir dos exames realizados, constatou-se a insuficiência dos indicadores utilizados e a não utilização desses como instrumentos de gestão.

            Primeiramente, verifica-se que não há indicadores desagregados, em nível setorial, que permita o gestor conhecer e monitorar o desempenho dos diversos centros\departamentos\cursos\campi. Tal deficiência inviabiliza um diagnóstico mais preciso sobre as dificuldades e obstáculos ao alcance dos resultados, deixando também de oportunizar intervenções de forma mais específica e eficaz. Utilizar indicadores apenas a nível global, não permite a comparação de desempenho entre as diversas áreas da universidade (campi, áreas, centros, cursos, etc), nem o estabelecimento de padrões de desempenho.

Em resposta à S.A 201205397/001, para os indicadores solicitados (Relação aluno tempo integral/professor equivalente, Relação aluno integral/funcionário equivalente, Relação funcionário equivalente/professor equivalente, custo corrente/aluno equivalente), o gestor informou dispor desses indicadores apenas em nível global, afirmando ainda que seria impossível calculá-los por curso, alegando que a lotação dos professores é em forma de departamento e não tem relação direta com os cursos. Portanto, a Entidade não dispõe de informações relativas à produtividade docente e a custos operacionais em nível de curso e departamentos. Quanto à alegação apresentada, considera-se equivocado o entendimento do gestor quando esse afirma de que seria impossível calcular esse tipo de indicador em um nível de desagregação maior (departamento/curso). Embora a relação entre docentes e cursos seja indireta, há informações no próprio Sistema de Informações e Gestão Acadêmicas (SIG@) que permitem avaliar a alocação dos docentes de cada departamento entre os diversos cursos e, a partir daí, gerar informações, tanto por cursos como por departamentos. Inclusive, baseado nessas informações, apresenta-se, na constatação seguinte, resultado de cálculos de custos e de outras variáveis relativas à alocação de recursos ao nível de cursos e departamentos, demonstrando-se, assim, que é possível estabelecer indicadores desagregados.

            Semelhantemente, esses indicadores (mesmos os que são calculados atualmente) não são utilizados como ferramenta de gestão. Seu cálculo atende a exigências de órgão de controles (a exemplo do TCU), porém, não são utilizados nos processos decisórios da Entidade. Esta impropriedade fica evidenciada na resposta do gestor à mencionada S.A, quando esse informa que não existem estudos na UFPE relativos aos indicadores do TCU (informou que estaria em fase de discussão à realização de um estudo sobre os indicadores do TCU), e que não foram definidas metas em relação aos referidos indicadores. Uma gestão voltada a resultados não pode prescindir de um sistema eficaz de monitoramento e avaliação, pois não se espera que esses resultados sejam plenamente alcançados a menos que haja uma atuação proativa, a partir de um acompanhamento sistemático do desempenho da Entidade.

             Além dos referidos aspectos, ressalte-se ainda que a definição e acompanhamento de indicadores (ou outros instrumentos de mensuração de desempenho) servem também para fins de atendimento ao princípio da transparência. Ainda mais sob a égide da Lei da Acesso à Informação Pública (Lei 12.527/11), que preconiza à observância da publicidade como preceito geral, a divulgação de informações de interesse público (independentemente de solicitações),a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e o desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

##/Fato##

**Causa**

O Reitor e os Pró-Reitores para Assuntos Acadêmicos e de Planejamento, Orçamento e Finanças não estabeleceram indicadores em um nível de desagregação apropriado para servir como instrumento de mensuração de desempenho e de subsídio a decisões gerenciais.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

O Gestor não se manifestou especificamente com relação a essa constatação, embora tenha sido instado a fazê-lo por meio da S.A 201205397-007, de 03/05/2013. Na resposta encaminhada, por meio do Ofício nº 478/2013-GR, de 8 de agosto de 2013, há apenas uma breve referência no preâmbulo do texto à questão aqui abordada, a qual é reproduzida abaixo:

"Em atendimento S.A 201205397/007, venho por meio deste apresentar comentários e justificativas que demonstram que devem ser reformadas algumas constatações do relatório Nº 201205397, pelas razões que se seguem, uma vez que não corresponde ao que se contém nos autos e se apresenta, *Data vênia*, fruto de má interpretação do agir dessa Universidade.

Primeiramente, há de se ratificar a relevância da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU/PE) no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma vez que a mesma é subsidiada por recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade de sua produção/trabalho.

Por outro lado, pontuamos que avaliar aspectos dentro de uma Universidade Pública não se trata, como ocorre dentro das empresas, de medir apenas indicadores de eficiência e eficácia tendo como base conceitos gerados no campo da administração pública gerencial, uma vez que dimensões sociais, políticas, culturais e filosóficas estão imbricadas no cotidiano das instituições de ensino. Além do mais, não podemos perder de vista princípios como autonomia, pluralismo e espírito crítico, constitucionalmente assegurados, que fundamentam a existência das Universidades brasileiras (Artigos 206 e 207 – CF/1988).”

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“Quanto à inexistência de indicadores setoriais que possam ser utilizados como instrumento de gestão para monitoramento e avaliação de desempenho apontado no RA nº 201407314, é importante destacar a complexidade de criação de uma metodologia capaz de medir com segurança e exatidão o custo e o desempenho setorial. Está dificuldade pode ser observada na própria tentativa da CGU/PE em mensurar o custo de cursos da universidade, onde se observa, por exemplo, que o valor atribuído ao curso de gestão da informação para formação do aluno (R$ 2.681.028,66). Utilizando-se da metodologia da CGU e apenas revisando os dados utilizados, a equipe de estatísticos da Coordenação de Informações Gerenciais da PROPLAN verificou que o custo caiu para entorno de R$ 622 mil, uma vez que não foram considerados no cálculo da CGU o total de alunos em função da não coincidência do ano letivo com o ano financeiro de 2012, além de ajustes no rateio do salário de alguns docentes que preencheram o RAAD 2011. É importante destacar que a UFPE não considera adequada essa metodologia proposta pela CGU para mensurar os custos de formação por alunos nessa universidade, uma vez que essa carece de um embasamento teórico e metodológico para fundamentar suas conclusões, utilizando-se basicamente de critérios de rateios, contudo considera válida a tentativa de contribuir com a busca por uma metodologia eficiente para apropriação de custos em Universidades federais. Ainda demonstrando a complexidade do desenvolvimento desta metodologia, destacamos que o próprio MEC possui um grupo de estudo para desenvolvê-la, porém até a presente data não conseguiu desenvolver um modelo eficiente para avaliar os custos por cursos de graduação e pós-graduação.

Destacar a complexidade do tema, não quer dizer que a UFPE está se isentando do seu papel de formadora de conhecimento e da busca de melhoria dos ambientes sociais, através de resolução de problemas, afinal de contas, sem problemas não há pesquisa, que é uma das áreas da universidade. Desta forma, visando contribuir com o desenvolvimento de uma metodologia capaz de mensurar os custos de forma eficiente os custos setoriais de uma universidade, a UFPE irá contribuir com o MEC nessa complexa tarefa.

Lembrando que não se trata de tema fácil e que o desenvolvimento de uma metodologia de qualidade requer tempo de maturação para evitar avaliações inadequadas e/ou conclusões precipitadas”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Com relação à pertinência da avaliação do desempenho da Universidade Pública, com utilização de indicadores e/ou outros instrumentos para mensuração de resultados, entende-se não apenas como cabível à Administração Pública, mas que se impõem em razão dos princípios de eficiência e transparência, principalmente, quando considera-se um contexto de crescente demanda social por participação e controle na aplicação dos recursos públicos, cobrando-se resultados da Administração. Ademais, a transparência não pode se resumir a prestar contas das despesas realizadas, mas importa informar acerca dos resultados obtidos, dos custos incorridos, para que se possa aferir a eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública.

Outrossim, ressalte-se que a busca pela eficiência e eficácia não se contrapõem aos princípios de autonomia, pluralismo e espírito crítico, destacados pelo gestor em sua manifestação. A reconhecida autonomia não afasta a responsabilidade do gestor de prestar contas, observando o princípio da transparência em seus atos de gestão, nem tão pouco desonera a administração da Entidade da aplicação dos recursos em observância ao princípio da eficiência. Ressalte-se que a UFPE, como Autarquia Federal, integra a Administração Pública Federal, e todos os anos cerca de R$ 1,0 Bilhão do Orçamento Geral da União (OGU) são destinados para o funcionamento da Instituição.

Portanto, corroborada pela ausência de contraposição por parte do gestor, confirma-se a inexistência de indicadores desagregados, a nível setorial, e que, mesmo os já existentes, a nível institucional, não são utilizados como instrumentos de gestão. Por outro lado, mesmo diante das alegações apresentadas, reafirma-se a importância de se contar com instrumentos que possibilitem monitorar e avaliar os resultados obtidos a partir da execução de políticas públicas a cargo da Entidade, que permitam o estabelecimento de padrões de desempenho e subsidiem decisões gerenciais, pois na ausência de tais instrumentos a Administração não tem como acompanhar e garantir a convergência para os objetivos e metas propostos, nem apresentar informações em nível adequado para possibilitar o efetivo exercício do controle social.

A equipe de auditoria concorda com o gestor no tocante à complexidade inerente à tarefa de desenvolver e utilizar indicadores setoriais desagregados a serem utilizados no processo decisório e de gestão, inclusive aqueles envolvendo os custos de formação dos alunos de graduação e os desempenhos dos setores institucionais, no caso os departamentos acadêmicos. Mas isso não é justificativa para não fazê-lo, tampouco prova da sua inutilidade ou pequena importância.

Cabe comentar especificamente a afirmação do gestor que recalculou o custo de formação de um aluno de gestão da informação, o qual teria caído de R$ 2.681.028,66 originalmente estimado para o valor de R$ 622 mil, o que foi feito apenas para um único curso. Primeiro, ressalta-se que a UFPE apresentou recálculo para apenas um curso (que tinha valor de taxa de sucesso provisório por ocasião da auditoria) e não apresentou novas estimativas para cursos cujos dados não sofreram alterações após o trabalho da auditoria, como é o caso da maioria dos cursos. Segundo, todas as limitações inerentes às estimativas realizadas pela equipe de auditoria foram ressaltadas no relatório, especialmente aquelas inerentes a dados provisórios – a exemplo das taxas de sucessos para cursos recentemente criados e que eram provisórias, como é o caso em questão. Neste caso, a nova estimativa realizada pela UFPE incluiu informações até então não disponíveis para o trabalho, por se tratar de um curso recente, conforme está ressalvado no ponto que discute em detalhes o referido assunto. Terceiro, as estimativas realizadas pela equipe de auditoria deixaram de incluir os custos previdenciários e os custos de investimento, assim como ocorreu no único recálculo feito pela equipe da UFPE. Logo, os custos efetivos devem sofrer o acréscimo destes valores não computados. Por último, ainda que admitíssemos como mais correto o custo calculado pela UFPE, o evento apenas confirmaria os elevados custos de formação de um aluno de graduação. Isto porque os R$ 622 mil estimados pela UFPE, divididos por 60 meses (curso com duração de 5 anos), correspondem a uma mensalidade de R$ 10 mil reais.

Ressalta-se que a própria UFPE possui diversos cursos com elevado conceito no ENADE e mensalidades estimadas em aproximadamente R$ 1 mil, utilizando a mesma metodologia que chegou a valores muito superiores em outros cursos. Assim, caberia questionar as possíveis razões e a razoabilidade de custos de formação tão díspares – ainda que fossem considerados apenas os valores relativos entre cursos e não a exatidão dos valores absolutos –, sendo que não raramente cursos de melhor conceito custam relativamente muito menos do que outros cursos com conceitos piores e que são mais caros.

Os indicadores propostos permitiriam subsidiar o processo decisório, inclusive em situações envolvendo também elementos subjetivos aos quais podem ser agregados fatores objetivos relevantes, a exemplo de uma decisão sobre em qual ou quais cursos alocar recursos públicos para criação ou ampliação de 100 vagas do ensino de graduação, considerando a realidade e contexto atuais, segundo dados objetivos da tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Curso | Cidadãos com expectativa de direito atendidas (1) | Total de graduados a partir das 100 vagas oferecidas (2) | Custo mensal operacional por aluno matriculado | Custo total para formar cada graduado (2) |
| Curso X | 280 | 55 | R$ 2.389,24 | R$ 345.918,34 |
| Curso Y | 4000 | 100 | R$ 2.190,78 | R$ 132.613,03 |
| (1) Número de cidadãos que poderão concorrer a uma das 100 vagas do ensino de graduação na universidade pública, considerando a relação candidatos/vaga no vestibular da UFPE: Curso X – 2,8 candidatos por vaga; Curso Y – 40 candidatos por vaga.  (2) Considerando a taxa de sucesso do respectivo curso na UFPE: Curso X – 100%; Curso Y – 54,55%. Observe-se que a taxa de sucesso do curso está relacionada inversamente à evasão (quanto menor a evasão do curso maior a sua taxa de sucesso), que por sua vez depende do interesse efetivo no curso demonstrado pelos beneficiados (é mais provável que alunos de cursos com baixa competição no vestibular abandonem o curso), dentre outros fatores. | | | | |

Assim, ainda que haja limitações a serem consideradas na interpretação de indicadores setoriais desagregados, inclusive na comparação de departamentos e cursos diferentes, defende-se a importância deste tipo de informação, especialmente para subsidiar o processo decisório, como ferramenta auxiliar da gestão e enquanto ferramenta de controle social e institucional. Afinal, quando a entidade decide oferecer, ou ampliar, ou reduzir um certo número de vagas em certos cursos e não em outros cursos, o que estará fazendo senão comparando e decidindo entre coisas, alternativas e soluções diferentes e num contexto de complexidades, incertezas e limitações, inerentes a este tipo de decisão? Entretanto, a informação fornecida pelos indicadores internos e desagregados tende a favorecer o processo decisório, assim como as chances de melhores resultados nas decisões tomadas quanto à aplicação dos recursos públicos.

Por fim, cabe ressaltar que o propósito da metodologia aplicada e das estimativas realizadas não é o de construir um indicador definitivo a ser implementado diretamente pela UFPE, mas sim o de demonstrar a importância e viabilidade de construir e utilizar indicadores setoriais desagregados – incluindo aqueles de custos segundo os cursos e departamentos –, inclusive para a realização de análises comparativas e de valores relativos, como auxiliar no processo decisório institucional, enquanto ferramenta de gestão e para subsidiar e fomentar o controle social e institucional.

Qualquer que seja o caso, não se propõe a prevalência ou supremacia de certos fatores sobre outros – nem mesmo os de custo, eficácia, eficiência e efetividade –, mas tão somente que sejam levados em conta os referidos fatores objetivos e mensuráveis, em decisões devidamente motivadas e formalizadas, passíveis do exercício do controle social e institucional, adicionalmente aos fatores eventualmente já utilizados nas decisões colegiadas da IFES.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Instituir indicadores e mecanismos da avaliação de custos a nível setorial (departamentos/cursos), que possibilitem o acompanhamento periódico do desempenho institucional (custo de formação, custo médio do aluno, tamanho médio das turmas, custo horaXaulaXaluno, taxa de ocupação de salas, entre outros que julgar pertinente).

Recomendação 2: Utilizar esses instrumentos de mensuração de desempenho (indicadores, custos, etc) para disponibilizar informações de interesse público de forma espontânea (independentemente de solicitações), de modo a fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência, de eficiência e o controle social da Administração Pública.

**1.1.1.3 CONSTATAÇÃO**

**Deficiências no processo de coordenação e planejamento institucional para expansão\ ampliação dos cursos de graduação na UFPE.**

**Fato**

A partir das metas pactuadas no Projeto REUNI, a Universidade empreendeu um período de expansão/ampliação de vagas/cursos, que resultou, de 2008 a 2012, na criação de 1.562 novas vagas disponibilizadas no vestibular (o REUNI previa 1.419 novas vagas). O investimento contou com recursos da ordem de R$ 60 milhões. Essas novas vagas se distribuiriam entre 1.030 vagas para novos cursos e 532 referentes à expansão de cursos já existentes.

Contudo, nem na documentação referente ao projeto REUNI, nem nas respostas encaminhadas em atendimento à S.A 20120539/002, há qualquer informação que demonstre quais os critérios adotados para definir os cursos a serem criados e/ou ampliados.

Na referida S.A, relacionou-se, para o período 2008-2012, diversos cursos para os quais foram criadas novas vagas, comparativamente à evolução da densidade no vestibular para esses mesmos cursos. Diante disso, solicitou-se ao gestor que informasse os critérios adotados para oferta de novas vagas/cursos. Em resposta, o Diretor de Gestão Acadêmica informou que os critérios adotados para oferta de vagas levam em consideração a infraestrutura física e humana, os índices de evasão e retenção existentes, bem como as políticas públicas, a exemplo do programa REUNI, sem acrescentar maiores detalhes quanto aos critérios e parâmetros utilizados, nem explicar as inconsistências observadas entre a evolução do interesse dos candidatos pelos cursos (densidade no vestibular) a ampliação de oferta de vagas. No Relatório de Gestão 2012, o gestor informou (no capítulo concernente ao REUNI) que a “expansão foi planejada a partir de estudos da demanda de vagas no vestibular para os cursos existentes e da demanda do mercado de trabalho”. Entretanto, conforme relatado no item anterior, a expansão realizada, para a maior parcela das novas vagas, não atendeu a esse critério.

Também se solicitou que o gestor informasse como ocorre o processo decisório (etapas e instâncias) para aprovação de novas vagas/cursos, ao que o referido gestor informou que o processo é iniciado com proposta de quantitativo de vagas elaborada pela PROACAD baseada nas vagas fixadas para o último concurso e na proposta do REUNI. Essa proposta é enviada para as coordenações dos cursos e, de acordo com as suas deliberações, é elaborado projeto de resolução para fixar as vagas para o vestibular a qual é julgada e aprovada primeiro pelas Câmaras de Graduação e Admissão ao Ensino Básico e, posteriormente, pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Diante disso, restaram não demonstrados os critérios que orientaram a escolha dos cursos objetos de expansão/ampliação no período. O gestor não motivou, nem elencou parâmetros objetivos utilizados para decisão de alocação dos investimentos (obras, contratação de pessoal, etc) entre os diversos centros e departamentos visando à ampliação/expansão de vagas. Além disso, pelas informações disponibilizadas, verificam-se deficiências no processo decisório. As demandas são discutidas em nível setorial, sem a coordenação necessária para que seja garantido seu alinhamento à estratégia institucional. Por sua vez, a partir da análise de informações extraídas do SIGA, verifica-se que a alocação de recursos não se deu da forma mais eficiente (expansão em cursos com elevado custo operacional e de expansão), nem ocorreu de forma a maximizar os resultados (ampliação em cursos com pouca procura, baixa taxa de sucesso e elevado custo de formação). A seguir, detalha-se cada uma dessas impropriedades verificadas e suas consequências para a gestão da Entidade.

Inicialmente, ressalte-se que restou evidenciada, a partir das respostas do gestor, a ausência de definição clara de critérios e parâmetros para criação e expansão de cursos, posto que esse indicou de forma vaga os fatores que seriam considerados nessas decisões (aspectos referentes aos recursos disponíveis - RH e infraestrutura, os índices de evasão e retenção, além das metas pactuadas no REUNI). Diante dos investimentos previstos para ampliação/expansão, cumpria ao gestor realizar amplo planejamento que, de acordo com critérios pactuados de forma clara e transparente, orientasse a definição e priorização dos cursos a serem objetos de criação e/ou expansão. Nesse mesmo sentido, também importava ao gestor estabelecer parâmetros que garantissem a expansão/ampliação em cursos com bom desempenho operacional, ou no sentido de melhorar a utilização dos recursos disponíveis, de modo que resultasse numa melhoria do desempenho operacional da Entidade.  O custo de expansão também se constitui num fator que não pode ser relegado nessas decisões de ampliação de vagas. Nenhum desses aspectos são mencionados nas atas e documentos encaminhados em resposta à S.A supra. Para que haja uma eficiente alocação de recursos, faz-se necessário o conhecimento da Administração dos custos envolvidos, de forma que as demandas sociais sejam priorizadas e atendidas da maneira mais eficiente possível.

Por sua vez, o processo decisório, conforme informado, resulta do somatório de decisões setoriais, em nível de coordenação de curso, com as instâncias superiores ratificando essas decisões. Portanto, não refletem uma visão estratégica da instituição e não se fundamentam em critérios e parâmetros objetivos que norteiem e sirvam de base para priorização das diversas demandas setoriais. Dessa forma, incorresse no risco dessas decisões serem reflexos tão somente de fatores internos, originários de interesses e conveniências setoriais, que se sobreponham às estratégias institucionais e aos interesses sociais.

Nas documentações disponibilizadas pelo gestor, verifica-se que, ainda no primeiro semestre do ano, às coordenações de cursos são solicitadas pela DCA a informar o número de vagas que serão ofertadas pelos cursos, ressaltando que tal decisão deve ser submetida à aprovação do Conselho Departamental do respectivo Centro Acadêmico. Em resposta, os coordenadores (na maioria das vezes sem comprovação da correspondente aprovação pelo Conselho Departamental) informam o quantitativo de vagas a ser oferecido. No período examinado (2008-2012), constam da maior parte das justificativas de ampliação de vagas o fato dessas estarem previstas no âmbito do projeto REUNI. Entretanto, conforme já referido, a Entidade não justificou quais os critérios que determinaram as escolhas dos cursos a serem criados/ampliados no REUNI. Por sua vez, vagas que não haviam sido previstas na expansão do REUNI são acrescidas, e outras decrescidas, em geral, sem nenhuma justificativa por parte das coordenações dos cursos. Nos casos em que constam justificativas nos documentos apresentados, essas evidenciam decisões resultantes meramente de entendimentos setoriais. Num exemplo disso, o Conselho Gestor discutiu e concluiu pela impossibilidade de ampliação vagas para os cursos de nutrição e enfermagem (para o vestibular 2010) ante a alegação de dificuldades de estágio para os seus alunos. Menciona-se que esta dificuldade decorre da difusão de faculdades particulares. Tal fato evidencia deficiências nos processos decisórios da Entidade, pois esse tipo de obstáculo à consecução das metas institucionais deveria ser discutido no âmbito da gestão central da universidade, com a formulação de estratégias institucionais, ao invés de se adotar decisões locais. O planejamento deve considerar as demandas setoriais, porém deve ser pautado nos objetivos e metas institucionais, sendo analisado como um todo, e não simplesmente representar a consolidação de decisões locais.

Quanto à busca pela eficiência na utilização dos recursos, verifica-se, para alguns cursos, que, não obstante a informação do gestor de que são considerados aspectos referentes à infraestrutura física e de recursos humanos, as decisões de ampliação de vagas não são consistentes com a busca pela eficiência na alocação desses recursos. A Tabela a seguir, relaciona cursos para os quais houve expansão, não obstante apresentarem um custo operacional acima de mediana (vide constatação posterior) e ter havido, no período, ampliação do quantitativo de recursos humanos (técnicos e professores) nos Departamentos relacionados a esses cursos. Ou seja, nesses casos, a expansão se deu desfavoravelmente à busca pela eficiência na alocação dos recursos. A expansão ocorrida nesses cursos representa 16% do total da expansão empreendida no período.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CURSO | ACRÉSCIMO DE VAGAS | | EVOLUÇÃO QTD PESSOAL |
| QTD | % |
| Música – Instrumento | 3 | 15% | 26% |
| Fonoaudiologia | 10 | 50% | 37% |
| Fisioterapia | 6 | 10% | 25% |
| Engenharia Cartográfica | 30 | 50% | 26% |
| Engenharia Mecânica | 20 | 25% | 64% |
| Artes Visuais | 5 | 16% | 35% |
| Expressão Gráfica | 10 | 50% | 24% |

Investir em cursos com elevado custo operacional e\ou custo de expansão significa criar menos vagas do que seria possível (com o mesmo recurso) em outros cursos que apresentam maior eficiência. Seria imperioso que o gestor avaliasse previamente esses custos para decisões de ampliação de vagas e adequação do desempenho dos diversos departamentos. A criação de vagas para cursos com elevado custos por vaga ficaria, no mínimo, condicionada a melhoria de desempenho por parte dos departamentos responsáveis por esses cursos, de forma, que resultasse numa melhoria da eficiência institucional.

Semelhantemente, essas ampliações são inconsistentes com a busca por maximização dos resultados a partir da aplicação dos recursos. Investiu-se na ampliação de cursos com pouca procura, baixa taxa de sucesso e/ou elevados custos de formação. Dessa forma, deixou-se de contribuir para a melhoria dos resultados. O gestor não justificou o fato, mencionado na mesma S.A, de que 60% das vagas acrescidas terem beneficiado cursos onde a procura no vestibular é relativamente baixa, conforme já relatado no item anterior. De fato, na maioria dos casos, ampliou-se vagas para cursos nos quais se verifica baixo interesse por parte dos candidatos postulantes ao ingresso na UFPE, e, por outro lado, cursos com maiores demandas não foram contemplados com acréscimo de vagas. Isso significa, que a taxa de ocupação desses cursos será menor e que os resultados ficarão abaixo do desejado (formação de um número menor de alunos).

##/Fato##

**Causa**

O Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão não definiu critérios e parâmetros para nortearem as propostas e as decisões quanto à expansão e ampliação de cursos no âmbito do Programa REUNI. O referido Conselho conduziu o processo sem adotar sistemática que considerasse fatores relevantes como demanda social, custos de expansão/operacionalização e resultados esperados (custo de formação de alunos).

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201205397-007, de 03/05/2013, o dirigente da Entidade encaminhou o Ofício nº 478/2013-GR, de 8 de agosto de 2013, com manifestação nos seguintes termos:

"Em atendimento S.A 201205397/007, venho por meio deste apresentar comentários e justificativas que demonstram que devem ser reformadas algumas constatações do relatório Nº 201205397, pelas razões que se seguem, uma vez que não corresponde ao que se contém nos autos e se apresenta, *Data vênia*, fruto de má interpretação do agir dessa Universidade.

Primeiramente, há de se ratificar a relevância da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU/PE) no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma vez que a mesma é subsidiada por recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade de sua produção/trabalho.

Por outro lado, pontuamos que avaliar aspectos dentro de uma Universidade Pública não se trata, como ocorre dentro das empresas, de medir apenas indicadores de eficiência e eficácia tendo como base conceitos gerados no campo da administração pública gerencial, uma vez que dimensões sociais, políticas, culturais e filosóficas estão imbricadas no cotidiano das instituições de ensino. Além do mais, não podemos perder de vista princípios como autonomia, pluralismo e espírito crítico, constitucionalmente assegurados, que fundamentam a existência das Universidades brasileiras (Artigos 206 e 207 – CF/1988).

Reconhecemos que mesmo diante da implementação de políticas, programas e ações praticadas no Sistema de Educação Superior Brasileiro (SESB) desde meados da década de noventa a questão do acesso, permanência e conclusão dos estudantes permanece sendo uma prioridade da política educacional brasileira, pois apesar de todos os esforços apenas 14,6% da população de 18 a 24 anos encontram-se matriculada nesse nível de ensino, conforme aponta o Censo da Educação Superior de 2011 (INEP/MEC), mantendo o sistema de ensino superior de elite, na perspectiva da classificação apresentada por Martin Trow (2005).

A partir desse entendimento torna-se claro que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e nesse contexto a UFPE, têm papel primordial a desempenhar.

A seguir são apresentadas nossas explanações no que se refere às constatações ao relatório de Auditoria em tela:

(...)

* **Constatação 003: Deficiências no processo de coordenação e planejamento institucional para expansão e ampliação dos cursos de graduação na UFPE**

Conforme informações prestadas pela Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos dessa universidade, em outubro de 2007 aprovou-se em Reunião Extraordinária do Conselho Universitário a adesão da UFPE ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O  Programa Reuni/UFPE na perspectiva da ampliação da oferta de vagas contemplou a criação de 18 novos cursos, entre diurnos e noturnos, além da expansão de vagas em cursos já existentes.

Os novos cursos foram distribuídos nos três campi da UFPE - Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão.

É relevante destacar que para definição da ampliação de vagas e a criação dos novos cursos houve consulta aos Centros Acadêmicos dos três campi. Para tanto, os Centros com base em estudos específicos, projeto pedagógico dos cursos, estrutura administrativa e previsão da contratação de recursos humanos e melhorias na infraestrutura elaboraram seus projetos e enviaram a PROACAD.

A Universidade sistematizou as propostas e apresentou a comunidade acadêmica - diretores de centro, chefes de departamentos, coordenadores de cursos e representantes de centros - versão inicial do Plano Reuni/UFPE (2007-2012), a fim de decidir de forma coletiva as prioridades a serem contempladas no Plano, tendo em vista que os recursos a serem recebidos do Ministério da Educação, não dariam conta de atender a todas as demandas advindas dos Centros, pois não se podia propor uma expansão maior do que no momento era possível planejar.

Para tanto, no que diz respeito à ampliação de vagas de ingresso em novos cursos optou-se por contemplar cursos/projetos que vinham sendo construídos/gestados ao longo do tempo na UFPE, fruto de demandas/interesses regionais e locais da população recifense que estão em sintonia com as mudanças ocorridas na estrutura social, cultural e econômica do estado de Pernambuco.

Entre os cursos de graduação criados no âmbito do Reuni na UFPE, há a formação em Oceanografia que veio minimizar uma deficiência nacional de programas de formação de recursos humanos (graduação) nessa área. Esta carência foi explicitada no VI Plano Setorial para os Recursos do Mar - VI PSRM (2005), que definiu as diretrizes e as prioridades para o setor.

O VI PSRM preconizou claramente que as Instituições de Ensino e Pesquisa que estudam o mar no País estavam aquém das necessidades nacionais para promover o conhecimento integrado, indicando a necessidade urgente de criação de novos Cursos de graduação nas Regiões Norte e Nordeste do País. À época da elaboração do Projeto Reuni na UFPE, existia apenas um curso de graduação em Oceanografia em todo Nordeste, na Bahia.

Em relação a criação de novos cursos de Engenharia, o Estado de Pernambuco vem recebendo nos últimos anos um número expressivo de indústrias, empreendimentos e de obras estruturadoras através de investimentos privados ou dos diversos programas dos governos federal e estadual. Grande parte destes empreendimentos está situada no Complexo Industrial Portuário de Suape (ex.: Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul, Polo Petroquímico, etc.) na região agreste (indústrias alimentícias, polo de confecções).

Para consolidar a sustentabilidade econômica e ambiental destes empreendimentos torna-se necessária a formação de mão de obra qualificada em diversas engenharias. Em algumas áreas Pernambuco não oferecia cursos de graduação, de modo que a universidade propôs, para atender a demanda profissional, a criação de novos cursos como Engenharia de Alimentos, Materiais, Energia, Naval a abertura de novas vagas em Engenharia Cartográfica (Noturno) e Produção (juntamente com o Campus Acadêmico do Agreste) e a melhoria na infraestrutura laboratorial dos diversos cursos já oferecidos.

O curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do Centro de Informática (CIn), também criado no âmbito do Reuni na UFPE, teve por objetivo a formação de profissionais com habilidades para identificar e solucionar problemas nas organizações através do uso eficiente e ético de recursos computacionais e humanos. Para isso, o perfil proposto foi construído utilizando-se da associação da organização curricular e atividades e carreiras da área da computação.

A criação do curso de Sistemas de Informação completa as demais graduações do CIn, isto é, Engenharia da Computação e Ciência da Computação.

Deve ser ressaltado que desde 1990, o CIn vem atraindo projetos de instituições públicas e privadas de grande porte, promovendo o desenvolvimento de novas tecnologias. Esse centro mantém estreita parceria com grandes organizações, como o C.E.S.A.R. - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife -, o Porto Digital e o Softex Recife.

Por ocasião da implantação na UFPE do curso supracitado o Estado de Pernambuco possuía essa graduação apenas em universidades particulares ou em universidades públicas do interior do Estado. Devido à qualidade dos cursos da UFPE, e a gratuidade do ensino, esperava-se que a demanda desse curso fosse superior a dos cursos de Ciência e Engenharia da Computação.

Em 2012, o curso de graduação em Sistemas de Informação conquistou conceito máximo (5), considerado excelente, na primeira avaliação deles realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

O curso de Ciências Atuariais surgiu como oportunidade para os formados atuarem em seguradoras, empresas de capitalização, previdência, entre outros. Esse curso surgiu como uma ação eficaz para preencher uma lacuna na formação profissional nessa área de conhecimento principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Em relação aos novos cursos nas Ciências Humanas, a criação da graduação em Ciência Política/Relações Internacionais expressou uma adequação da organização da Universidade a uma nova etapa de desenvolvimento das Ciências Sociais, em que suas três áreas constitutivas – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – requerendo uma formação profissional especializada. Em 2012, esse curso foi avaliado e conquistou conceito máximo (5), considerado excelente, na primeira avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

A implantação do curso de Ciência Política/Relações Internacionais encontrou respaldo no fato da instituição possuir Programa de Pós-Graduação consolidado e reconhecido nessa área de estudo. A pós-graduação em Ciência Política da UFPE é uma das mais conceituadas do Brasil e certamente, a mais destacada das regiões Norte e Nordeste. O seu Mestrado já possui mais de duas décadas e o programa conta ainda com o curso de doutorado. Essa pós-graduação recebeu o conceito 5 (cinco) na avaliação da CAPES, dando reconhecimento e relevo à sua atuação.

No que tange a graduação em Museologia, era relevante que o estado de Pernambuco, conhecido pelo seu rico patrimônio cultural e turístico, possuísse esse curso. Já datava de muitos anos a necessidade de sua criação, o que se justifica plenamente por ser Pernambuco o estado do Nordeste que possui a maior concentração de museus, porém, sem profissionais qualificados em número suficiente para o desempenho e exercício de suas atividades.

Conforme o Projeto Pedagógico do curso de Museologia, a UFPE vinha recebendo sistematicamente solicitações para capacitar técnicos nessa área, inclusive com pedido de cursos de especialização e de capacitação cujos órgãos demandantes (Secretarias de Cultura do Estado e dos municípios) propunham parcerias de financiamento.

Quando considerada em sua dimensão política e técnica, a cultura exige a formação e qualificação de estudantes, uma vez que sua esfera de atuação tem sido bastante diversificada, criando um mercado de trabalho bastante promissor, através da chamada cadeia produtiva da cultura e, por isso, exigindo a atuação de profissionais especializados em diferentes áreas da competência museológica. Neste sentido, a proposição do curso de Museologia veio a preencher uma lacuna nessa área de formação no estado de Pernambuco, criando também forte expectativa no mercado profissional de estados circunvizinhos.

A criação do curso de graduação em Arqueologia veio oferecer uma formação qualificada, em disciplinas crescentemente solicitadas no mercado das atividades de preservação patrimonial. A demanda na área de restauração é crescente no Nordeste do país. O patrimônio histórico do Brasil, dos séculos XVI e XVII, acha-se, em grande medida, concentrado nessa região. Sua conservação e restauração exigem disponibilidade de maior número de profissionais além dos existentes atualmente.

Os profissionais formados pelo curso de Arqueologia significam um número crescente de recursos humanos preparados para responder aos compromissos de conservação do patrimônio, assinados pelo Brasil no âmbito internacional. Na região Nordeste existe a maior concentração de sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas do país. Um patrimônio iconográfico único que para sua conservação requer profissionais capacitados.

Ademais, por ocasião da criação desse curso, existia na UFPE disponibilidade de espaço físico suficiente para a implantação da graduação em Arqueologia, assim como a estrutura de laboratórios já implantados que poderiam cobrir as necessidades básicas do novo curso, visto que a Pós-Graduação em Arqueologia já existia desde 2002.

No âmbito do Projeto Reuni, a criação da graduação em Dança na UFPE encontrou um momento propício para sua construção e implementação, visto que existia uma mobilização por parte do Governo Federal para renovação dos cursos e suas estruturas curriculares, prevendo a criação de novas modalidades de graduação.

Com a ausência de cursos regulares em nível técnico-profissionalizante ou universitário em Pernambuco, a formação dos artistas da dança vinha sendo viabilizada exclusivamente através do ensino informal, papel desempenhado pelas escolas e/ou academias de dança, cursos livres e, principalmente, pelos grupos e companhias de dança profissionais.

Além disso, o Recife conta com uma dezena de mostras e festivais que se realizam anualmente, demonstrando que a dança possui uma forte presença na cultura pernambucana. Além de formar e capacitar adequadamente os professores de dança, a inclusão do curso de graduação na universidade veio a introduzir a possibilidade de produção de conhecimento acadêmico sobre suas práticas e funções, uma área que carece de estudos.

No que concerne à graduação em Cinema, a UFPE vinha desenvolvendo, há muitos anos, atividades de ensino, pesquisa e extensão nesse campo. No entanto, essas atividades – realizadas em Núcleos de Estudo, em disciplinas isoladas de diversos Cursos - nunca foram organizadas em torno de um projeto coeso de formação.

O estado de Pernambuco tem uma das mais longas tradições de Cinema do país. O forte desenvolvimento das atividades cinematográficas em Pernambuco e, de maneira mais ampla, no Nordeste, gerou uma demanda explícita por parte de produtores culturais, realizadores cinematográficos e instituições culturais e governamentais (como a Fundação Joaquim Nabuco e a Secretaria de Cultura do Governo de Pernambuco), em estimular a UFPE a assumir o papel que lhe cabe na formação de quadros qualificados para o Cinema, nisso reside a importância da implantação dessa graduação.

No tocante aos cursos de Música, que também tiveram ampliação na oferta de vagas, o baixo número de alunos por turma, principalmente nas disciplinas intituladas Instrumento, ocorre devido a fatores técnicos do ensino musical que devem ser considerados.

O ensino de um instrumento musical demanda um atendimento individualizado

do aluno. É o que acontece nos Bacharelados em Instrumento e Canto, assim como em qualquer programa de graduação em música.

Ademais, há instrumentos mais ou menos populares, assim sua demanda é maior ou menor no vestibular. Contudo não os ter, devido a baixa procura no vestibular ou baseado em números estatísticos produtivistas, é um erro técnico que se cometeu no passado. Na década de 1970 o Departamento de Música chegou a ter 7 professores de piano e nenhum professor de flauta transversal, trombone, trompete ou percussão. Isto foi uma clara distorção do que é ter um curso de música em uma Universidade e das demandas para seu pleno funcionamento, situação essa que está sendo corrigida.

Há de se considerar que, ao se ensinar música há necessidade de maior espaço, pois a atividade envolve movimento e o som precisa de espaço para a sua propagação.

O espaço físico ao qual o Departamento de Música dispõe atualmente é limitador do crescimento do número de alunos nos cursos e ocasiona consequente diminuição do número de alunos por professor.

Assim, observa-se que na situação atual do Departamento é impossível aumentar a oferta de vagas para a entrada no vestibular nos cursos de Música. Nesse contexto, uma das obras previstas no Projeto Reuni é a construção de um espaço físico adequado para atendimento aos cursos de graduação em Música.

À época da implantação do Projeto Reuni na UFPE, o curso de Medicina funcionava no limite de suas possibilidades com infraestrutura aquém da necessária, dessa forma a opção deste curso foi investir na reformulação curricular e de infraestrutura. Vale ressaltar que, atualmente está em implantação o curso de Medicina no Campus Agreste.

Ademais, um curso de alta demanda social como Direito teve ampliação significativa no âmbito do Projeto Reuni passando de 190 vagas em 2008 para 250 vagas em 2011.

No que tange à adoção de um protocolo formal de análise para definição do quantitativo de vagas a serem ofertadas por cada curso no vestibular, a PROACAD acata a referida sugestão. ”

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“Outro ponto levantado pela equipe de auditoria está relacionado à deficiência no processo decisório para definição de investimento e ofertas de vagas nos curso de graduação.

Reiteramos às informações apresentadas a equipe de auditoria que o Programa Reuni/UFPE na perspectiva da ampliação da oferta de vagas contemplou a criação de 18 novos cursos, entre diurnos e noturnos, além da expansão de vagas em cursos já existentes.

Os novos cursos foram distribuídos nos três campi da UFPE - Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão.

É relevante destacar que para definição da ampliação de vagas e a criação dos novos cursos houve consulta aos Centros Acadêmicos dos três campi. Para tanto, os Centros com base em estudos específicos, projeto pedagógico dos cursos, estrutura administrativa e previsão da contratação de recursos humanos e melhorias na infraestrutura elaboraram seus projetos e enviaram a PROACAD.

A Universidade sistematizou as propostas e apresentou a comunidade acadêmica - diretores de centro, chefes de departamentos, coordenadores de cursos e representantes de centros e da sociedade- versão inicial do Plano Reuni/UFPE (2007-2012), a fim de decidir de forma coletiva as prioridades a serem contempladas no Plano, tendo sido analisado pelo Conselho Superior da UFPE / Conselho Universitário, tendo em vista que os recursos a serem recebidos do Ministério da Educação não dariam conta de atender a todas as demandas advindas dos Centros, pois não se podia propor uma expansão maior do que no momento era possível planejar.

Para tanto, no que diz respeito à ampliação de vagas de ingresso em novos cursos optou-se por contemplar cursos/projetos que vinham sendo construídos/gestados ao longo do tempo na UFPE, fruto de demandas/interesses regionais e locais da população dos municípios atendidos que estão em sintonia com as mudanças ocorridas na estrutura social, cultural e econômica do estado de Pernambuco.

Entre os cursos de graduação criados no âmbito do Reuni na UFPE, há a formação em Oceanografia que veio minimizar uma deficiência nacional de programas de formação de recursos humanos (graduação) nessa área. Esta carência foi explicitada no VI Plano Setorial para os Recursos do Mar - VI PSRM (2005), que definiu as diretrizes e as prioridades para o setor.

O VI PSRM preconizou claramente que as Instituições de Ensino e Pesquisa que estudam o mar no País estavam aquém das necessidades nacionais para promover o conhecimento integrado, indicando a necessidade urgente de criação de novos Cursos de graduação nas Regiões Norte e Nordeste do País. Á época da elaboração do Projeto Reuni na UFPE, existia apenas um curso de graduação em Oceanografia em todo Nordeste, na Bahia.

Em relação a criação de novos cursos de Engenharia, o Estado de Pernambuco vem recebendo nos últimos anos um número expressivo de indústrias, empreendimentos e de obras estruturadoras através de investimentos privados ou dos diversos programas dos governos federal e estadual. Grande parte destes empreendimentos está situada no Complexo Industrial Portuário de Suape (ex.: Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul, Polo Petroquímico, etc.) na região agreste (indústrias alimentícias, polo de confecções) e etc.

Para consolidar a sustentabilidade econômica e ambiental destes empreendimentos torna-se necessária a formação de mão de obra qualificada em diversas engenharias. Em algumas áreas Pernambuco não oferecia cursos de graduação, de modo que a universidade propôs, para atender a demanda profissional, a criação de novos cursos como Engenharia de Alimentos, Materiais, Energia, Naval a abertura de novas vagas em Engenharia Cartográfica (Noturno) e Produção (juntamente com o Campus Acadêmico do Agreste) e a melhoria na infraestrutura laboratorial dos diversos cursos já oferecidos.

O curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do Centro de Informática (CIn), também criado no âmbito do Reuni na UFPE, teve por objetivo a formação de profissionais com habilidades para identificar e solucionar problemas nas organizações através do uso eficiente e ético de recursos computacionais e humanos. Para isso, o perfil proposto foi construído utilizando-se da associação da organização curricular e atividades e carreiras da área da computação.

A criação do curso de Sistemas de Informação completa as demais graduações do CIn, isto é, Engenharia da Computação e Ciência da Computação.

Deve ser ressaltado que desde 1990, o CIn vem atraindo projetos de instituições públicas e privadas de grande porte, promovendo o desenvolvimento de novas tecnologias. Esse centro mantém estreita parceria com grandes organizações, como o C.E.S.A.R. - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife -, o Porto Digital e o Softex Recife.

Por ocasião da implantação na UFPE do curso supracitado o Estado de Pernambuco possuía essa graduação apenas em universidades particulares ou em universidades públicas do interior do Estado. Devido à qualidade dos cursos da UFPE, e a gratuidade do ensino, esperava-se que a demanda desse curso fosse superior a dos cursos de Ciência e Engenharia da Computação.

Em 2012, o curso de graduação em Sistemas de Informação conquistou conceito máximo (5), considerado excelente, na primeira avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

O curso de Ciências Atuariais surgiu como oportunidade para os formados atuarem em seguradoras, empresas de capitalização, previdência, entre outros. Esse curso surgiu como uma ação eficaz para preencher uma lacuna na formação profissional nessa área de conhecimento principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Em relação aos novos cursos nas Ciências Humanas, a criação da graduação em Ciência Política/Relações Internacionais expressou uma adequação da organização da Universidade a uma nova etapa de desenvolvimento das Ciências Sociais, em que suas três áreas constitutivas – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – requerendo uma formação profissional especializada. Em 2012, esse curso foi avaliado e conquistou conceito máximo (5), considerado excelente, na primeira avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

A implantação do curso de Ciência Política/Relações Internacionais encontrou respaldo no fato da instituição possuir Programa de Pós-Graduação consolidado e reconhecido nessa área de estudo. A pós-graduação em Ciência Política da UFPE é uma das mais conceituadas do Brasil e certamente, a mais destacada das regiões Norte e Nordeste. O seu Mestrado já possui mais de duas décadas e o programa conta ainda com o curso de doutorado. Essa pós-graduação recebeu o conceito 6 (seis) na avaliação da CAPES, dando reconhecimento e relevo à sua atuação.

No que tange a graduação em Museologia, era relevante que o estado de Pernambuco, conhecido pelo seu rico patrimônio cultural e turístico, possuísse esse curso. Já datava de muitos anos a necessidade de sua criação, o que se justifica plenamente por ser Pernambuco o estado do Nordeste que possui a maior concentração de museus, porém, sem profissionais qualificados em número suficiente para o desempenho e exercício de suas atividades.

Conforme o Projeto Pedagógico do curso de Museologia, a UFPE vinha recebendo sistematicamente solicitações para capacitar técnicos nessa área, inclusive com pedido de cursos de especialização e de capacitação cujos órgãos demandantes (Secretarias de Cultura do Estado e dos municípios) propunham parcerias de financiamento.

Quando considerada em sua dimensão política e técnica, a cultura exige a formação e qualificação de estudantes, uma vez que sua esfera de atuação tem sido bastante diversificada, criando um mercado de trabalho bastante promissor, através da chamada cadeia produtiva da cultura e, por isso, exigindo a atuação de profissionais especializados em diferentes áreas da competência museológica. Neste sentido, a proposição do curso de Museologia veio a preencher uma lacuna nessa área de formação no estado de Pernambuco, criando também forte expectativa no mercado profissional de estados circunvizinhos.

A criação do curso de graduação em Arqueologia veio oferecer uma formação qualificada, em disciplinas crescentemente solicitadas no mercado das atividades de preservação patrimonial. A demanda na área de restauração é crescente no Nordeste do país. O patrimônio histórico do Brasil, dos séculos XVI e XVII, acha-se, em grande medida, concentrado nessa região. Sua conservação e restauração exigem disponibilidade de maior número de profissionais além dos existentes atualmente.

Os profissionais formados pelo curso de Arqueologia significam um número crescente de recursos humanos preparados para responder aos compromissos de conservação do patrimônio, assinados pelo Brasil no âmbito internacional. Na região Nordeste existe a maior concentração de sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas do país. Um patrimônio iconográfico único que para sua conservação requer profissionais capacitados.

Ademais, por ocasião da criação desse curso, existia na UFPE disponibilidade de espaço físico suficiente para a implantação da graduação em Arqueologia, assim como a estrutura de laboratórios já implantados que poderiam cobrir as necessidades básicas do novo curso, visto que a Pós-Graduação em Arqueologia já existia desde 2002.

No âmbito do Projeto Reuni, a criação da graduação em Dança na UFPE encontrou um momento propício para sua construção e implementação, visto que existia uma mobilização por parte do Governo Federal para renovação dos cursos e suas estruturas curriculares, prevendo a criação de novas modalidades de graduação.

Com a ausência de cursos regulares em nível técnico-profissionalizante ou universitário em Pernambuco, a formação dos artistas da dança vinha sendo viabilizada exclusivamente através do ensino informal, papel desempenhado pelas escolas e/ou academias de dança, cursos livres e, principalmente, pelos grupos e companhias de dança profissionais.

Além disso, o Recife conta com uma dezena de mostras e festivais que se realizam anualmente, demonstrando que a dança possui uma forte presença na cultura pernambucana. Além de formar e capacitar adequadamente os professores de dança, a inclusão do curso de graduação na universidade veio a introduzir a possibilidade de produção de conhecimento acadêmico sobre suas práticas e funções, uma área que carece de estudos.

No que concerne à graduação em Cinema, a UFPE vinha desenvolvendo, há muitos anos, atividades de ensino, pesquisa e extensão nesse campo. No entanto, essas atividades – realizadas em Núcleos de Estudo, em disciplinas isoladas de diversos Cursos - nunca foram organizadas em torno de um projeto coeso de formação.

O estado de Pernambuco tem uma das mais longas tradições de Cinema do país. O forte desenvolvimento das atividades cinematográficas em Pernambuco e, de maneira mais ampla, no Nordeste, gerou uma demanda explícita por parte de produtores culturais, realizadores cinematográficos e instituições culturais e governamentais (como a Fundação Joaquim Nabuco e a Secretaria de Cultura do Governo de Pernambuco), em estimular a UFPE a assumir o papel que lhe cabe na formação de quadros qualificados para o Cinema, nisso reside a importância da implantação dessa graduação.

No tocante aos cursos de Música, que também tiveram ampliação na oferta de vagas, o baixo número de alunos por turma, principalmente nas disciplinas intituladas Instrumento, ocorre devido a fatores técnicos do ensino musical que devem ser considerados.

O ensino de um instrumento musical demanda um atendimento individualizado do aluno. É o que acontece nos Bacharelados em Instrumento e Canto, assim como em qualquer programa de graduação em música.

Ademais, há instrumentos mais ou menos populares, assim sua demanda é maior ou menor no vestibular. Contudo não os ter, devido a baixa procura no vestibular ou baseado em números estatísticos produtivistas, é um erro técnico que se cometeu no passado. Na década de 1970 o Departamento de Música chegou a ter 7 professores de piano e nenhum professor de flauta transversal, trombone, trompete ou percussão. Isto foi uma clara distorção do que é ter um curso de música em uma Universidade e das demandas para seu pleno funcionamento, situação essa que está sendo corrigida.

Há de se considerar que, ao se ensinar música há necessidade de maior espaço, pois a atividade envolve movimento e o som precisa de espaço para a sua propagação.

O espaço físico ao qual o Departamento de Música dispõe atualmente é limitador do crescimento do número de alunos nos cursos e ocasiona consequente diminuição do número de alunos por professor.

Assim, observa-se que na situação atual do Departamento é impossível aumentar a oferta de vagas para a entrada no vestibular nos cursos de Música. Nesse contexto, uma das obras previstas no Projeto Reuni é a construção de um espaço físico adequado para atendimento aos cursos de graduação em Música.

Desta forma, não há de se falar que a UFPE não se preocupa em atender as demandas sociais, uma vez que o próprio plano estratégico da instituição coloca que “a UFPE se utilizar de todo seu patrimônio mais relevante que são seus docentes, servidores técnico-administrativos e alunos, no esforço conjunto de identificar claramente as novas demandas e expectativas da sociedade”. Estamos tratando de uma “Universidade”, que é uma instituição pluridisciplinar de formação de profissionais de nível superior, de pesquisa e de extensão, portanto, é papel da universidade desenvolver habilidades nas diversas áreas como saúde, exatas, tecnologias e artes. Ofertar o curso de música, de fato, tem um custo para a universidade e baixa procura, porém seria correto pensar que não é papel de uma universidade desenvolver a música? Como mensurar o benefício das artes e da música para a sociedade?

A UFPE se preocupar com o desenvolvimento de áreas de menor expressão social, porém não menos importante, como é o caso do curso de música, não quer dizer que a universidade não está preocupada em atender a demanda social por profissionais da área de direito e da saúde, como médicos. O exemplo disso está em implantação o curso de Medicina no Campus Agreste. À época da implantação do Projeto Reuni na UFPE, o curso de Medicina funcionava no limite de suas possibilidades com infraestrutura aquém da necessária, dessa forma a opção foi investir na reformulação curricular e de infraestrutura, visando garantir a formação qualificada dos profissionais, pois o objetivo da instituição não é só formar profissionais e sim que estes profissionais sejam qualificados e capazes de atender bem a população. Ademais, outro curso de alta demanda social como Direito teve ampliação significativa no âmbito do Projeto Reuni passando de 190 vagas em 2008 para 250 vagas em 2011”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Primeiramente, cumpre ressaltar que a busca pela eficiência e eficácia não se contrapõem aos princípios de autonomia, pluralismo e espírito crítico, destacados pelo gestor em sua manifestação. A reconhecida autonomia não afasta a responsabilidade do gestor de prestar contas, observando o princípio da transparência em seus atos de gestão, nem tão pouco desonera a administração da Entidade da aplicação dos recursos em observância ao princípio da eficiência. A Autarquia integra a Administração Pública Federal, e quase a totalidade de seus recursos advém do Orçamento Geral da União.

Igualmente, não se desconhece o papel desempenhado pelas Instituições Federais de Ensino Superior na implementação de políticas que visam o aumento dos níveis de acesso, permanência e conclusão do ensino superior, que, como ressaltado pelo gestor ainda se caracteriza como sendo um “sistema de ensino superior de elite”.  É justamente com fito no objetivo de expandir e democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade, que se impõe a necessidade de implementar a política de educação superior primando pela eficiência e efetividade, de modo a aproveitar ao máximo os recursos públicos aplicados na área.

Especificamente quanto ao processo decisório referente à expansão e ampliação de cursos e vagas na graduação, o gestor alegou que para a expansão ocorrida no período do REUNI houve a sistematização das propostas apresentadas pelos Centros Acadêmicos, que depois teriam sido apresentadas e discutidas coletivamente para, então, chegar-se a uma definição quanto às prioridades de expansão e ampliação. Entretanto, não foi apresentado nenhum registro documental de tais consultas, muito menos do processo de análise e priorização dessas demandas que tenha resultado na definição das vagas.

Ainda que se admita que o processo tenha ocorrido conforme descrito pelo gestor em sua manifestação, as deficiências de planejamento vão muito além de uma simples falha na formalização do processo decisório.

Analisando-se as justificativas apresentadas para a criação de novos cursos e a ampliação de outros já existentes, tão somente confirmam-se as deficiências já elencadas no fato.

As decisões baseiam-se em percepções e demandas setoriais. Em sua manifestação o gestor é silente quanto à definição de diretrizes e parâmetros que norteiem as propostas dos Centros Acadêmicos. Diante disso, não se garante o alinhamento das propostas dos Centros Acadêmicos às estratégias institucionais, tampouco aos interesses sociais. As escolhas ficam então à mercê das perspectivas e interesses/conveniências setoriais. Ou seja, na ausência de critérios técnicos, prevalecem os critérios políticos internos, que não necessariamente se coadunam ao interesse público.

Outrossim, embora nas justificativas dos cursos haja referências a demandas sociais, verifica-se que essas se baseiam em percepções internas ao ambiente acadêmico, sem que se apresentem estudos e dados que as fundamentem. O resultado verificado, a baixa densidade no vestibular para a maioria desses cursos, contrapõe-se às informações registradas nas propostas pedagógicas quanto ao interesse pelos cursos e as supostas demandas de mercado para esses mesmos cursos. Como já demonstrado, as demandas da sociedade não vêm sendo devidamente consideradas, haja vista que a maior parcela de aumento de vagas ocorreu para cursos de baixa procura no vestibular. De fato, não se pode esperar resultados satisfatório de decisões que se baseiem apenas no que a “comunidade acadêmica” entenda como prioritário para atendimento às demandas sociais pela educação superior.

Ressalte-se também que na manifestação do gestor não há nenhuma referência a custos de expansão, operacionalização e resultados esperados com a ampliação e/ou a criação de cursos. Mais uma vez, tal ausência corrobora com a constatação de que foram desconsiderados nas decisões os custos envolvidos (custos de infraestrutura e de pessoal necessários à ampliação/expansão), bem como os resultados esperados (taxa de formação de alunos). Seria de esperar que as possíveis alternativas fossem comparadas, inclusive, quanto aos seus custos e resultados, de modo que a expansão/ampliação resultasse em aumento de eficiência e eficácia institucional. Nesse sentido, não se entende plausível a alegação de que não houve expansão para o curso de Medicina devido à ausência de infraestrutura apropriada, mesmo porque o REUNI destinou recursos para a ampliação/melhoria da infraestrutura. Cabia aos dirigentes avaliar qual o investimento necessário à ampliação de vagas em determinado curso e confrontar essa possibilidade com outras alternativas disponíveis. Não é demais ressaltar novamente que investir em cursos de elevado custo operacional e/ou de expansão significa criar menos vagas com o mesmo recurso, enquanto que a opção por ampliar cursos com baixa demanda (o que está correlacionado à menor taxa de sucesso) implica em formar menos alunos do que seria possível se a universidade investisse em cursos de maior densidade no vestibular.

Ressalta-se que não se questionou a existência de importância e méritos em cada curso de graduação já existente ou que foi criado na UFPE. Cada qual tem o seu mérito e importância. Tampouco são questionados os projetos em si de cada curso, que certamente devem ter qualidade compatível com a tradição da IFES. Mas questiona-se o critério decisório utilizado na aplicação dos recursos públicos no tocante à criação e expansão de cursos de graduação da UFPE, para que leve em conta, inclusive, a efetiva demanda social, os custos e os resultados esperados.

Sabe-se que há uma agenda pública – que é mais ampla, uma vez que abrange uma infinidade de problemas e demandas existentes na sociedade – e que há uma agenda governamental – que resulta da seleção mediante decisão do que é prioritário e será efetivamente implementado pela Administração Pública.

Num contexto de recursos públicos limitados, ganha relevância o processo decisório formalizado que contemple, além da visão institucional, as demandas efetivamente mais representativas da sociedade, que seja realizado segundo critérios objetivos, razoáveis e coerentes com as políticas e diretrizes institucionais e com as políticas públicas, que permita cotejar as inúmeras demandas e propostas existentes e selecionar aquelas consideradas melhores e mais relevantes, inclusive com observância dos princípios da eficácia, da eficiência e da supremacia do interesse público. Logo, não se trata de afirmar que a UFPE não atende a demandas sociais, mas questiona-se que demandas foram atendidas e que demandas deixaram de ser atendidas, a que custo e com quais resultados.

Tal processo decisório anteriormente especificado possibilitaria, além da legitimação interna das escolhas, o exercício do controle social e dos atos administrativos, uma vez que o cidadão e os órgãos de controle poderiam conhecer e aferir o que deixou de se fazer para que uma determinada escolha fosse implementada. Enfim, a discricionariedade administrativa não pode ser exercida a qualquer custo e é devida a motivação dos atos administrativos que limitam ou afetam direitos ou interesses dos cidadãos, como é o caso do acesso ao ensino superior público.

Considerando o exposto, uma vez que o gestor não apresentou argumentos novos que justifiquem alteração nos resultados das análises inicialmente realizadas, inclusive tendo em vista a manifestação ao Relatório Preliminar, permanecem inalteradas as conclusões da equipe de auditoria, reafirmando-se as deficiências e impropriedades no processo decisório, no que se refere à expansão e ampliação dos cursos de graduação na UFPE.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Elaborar normativo interno que estabeleça diretrizes para nortear o processo decisório referente tanto à oferta regular como à ampliação e expansão de vagas na UFPE, prevendo a adoção de critérios e parâmetros para apresentação de propostas pelos diversos Centros Acadêmicos e mecanismos que assegurem que sejam levados em consideração no processo decisório formal as demandas sociais, densidade no vestibular, os custos de expansão/operacionalização e os resultados esperados (custo de formação do aluno). Assegurar ainda que, na avaliação de possíveis alternativas de ampliação/expansão de vagas, fique demonstrado que a decisão adotada resultará em aumento de eficiência e/ou eficácia (com base em estimativas e projeções).

**1.1.1.4 CONSTATAÇÃO**

**Proporção de docentes do departamento com histórico de outros vínculos de trabalho e/ou societários está correlacionada com a proporção de docentes do departamento que não cumprem a carga didática semanal mínima de 8 horas-aula ou semestral mínima de 120 horas. Existência de correlação negativa entre vínculos externos e a carga didática departamental e do docente.**

**Fato**

  Foi realizada uma pesquisa com 2242 docentes da UFPE, quanto à existência de histórico de registro de outro vínculo de trabalho – mediante pesquisa no sistema RAIS e também quanto à existência de histórico de registro de vínculo societário no sistema CNPJ, da Receita Federal, no tocante ao exercício de qualquer uma das seguintes atribuições: administrador, contador, diretor, presidente, representante, responsável, sócio administrador ou sócio gerente.

            Foi avaliada a correlação entre estas duas variáveis anteriormente mencionadas e  o cumprimento ou não de uma carga didática mínima de ao menos 120 horas semestrais, correspondente ao mínimo de 8 (oito) horas de aula semanais, conforme a Resolução nº 01/1988 do Conselho Universitário, a qual disciplina a aplicação do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, no que concerne ao regime de trabalho do pessoal de magistério superior no âmbito da Universidade.

            Segundo o art. 2º da Resolução nº 01/1988, a base de atribuição, aplicação e acompanhamento de qualquer dos regimes de trabalho será o Plano anual de Trabalho do Departamento e, conforme o art. 3º, todos os docentes deverão apresentar seus respectivos Planos de Trabalho para o ano que se inicia, anualmente, devendo ser estes compatibilizados ao Plano de Trabalho de Departamento. Nos termos do § 4º do art. 3º, compete a CPPD acompanhar a execução dos planos de trabalhos.

           Conforme o art 5º, da Resolução nº 01/1988, todos os docentes deverão estar vinculados à atividade de ensino de graduação, anualmente e considera-se aula o período de atividade didática de natureza teórico-prática, a ser desempenhado em classe, em laboratório, em campo, em enfermaria, ambulatório, sala de cirurgia, atelier, cartório e outros, desde que prevista na carga horária da disciplina respectiva (§ 1º).

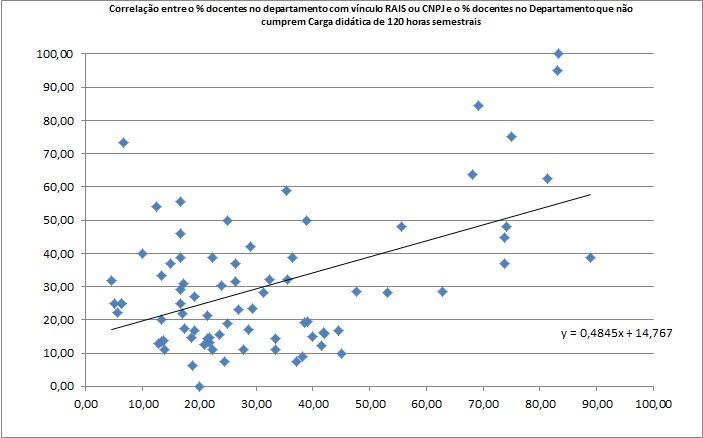
           Apresentam-se, na tabela a seguir, os quantitativos de carga didática dos docentes com vínculo permanente, segundo o regime de trabalho.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Regime de Trabalho** | **Tipo de dado** | **Valor** |
| 20 e 30 horas | Média da carga didática (horas) | 89,81 |
| Mediana da carga didática (horas) | 90,00 |
| Docentes com carga didática zero | 18/165 (10,9%) |
| 40 horas | Média da carga didática (horas) | 112,30 |
| Mediana da carga didática (horas) | 105,00 |
| Docentes com carga didática zero | 8/138 (5,80%) |
| Dedicação Exclusiva | Média da carga didática (horas) | 163,87 |
| Mediana da carga didática (horas) | 150,00 |
| Docentes com carga didática zero | 126/1794 (7,02%) |

          Registra-se que não estão representados outros tipos de vínculo (temporários), devido ao reduzido número de docentes nesta situação. Os dados são do primeiro semestre de 2012 e foram obtidos após a conclusão do semestre, momento em que necessariamente devem ser lançados os nomes dos docentes responsáveis pelas disciplinas nas quais houve matrícula de alunos. Ressalta-se que não foram aferidas as atividades de pesquisa e extensão concomitantes ao ensino, além de que foram computadas na carga didática as horas de disciplinas de estágio e orientação monográfica, não obstante o § 1º, do art. 7º, da Resolução nº 01/88 considere tais atividades como horas excedentes ou complementares da carga horária mínima de aulas.

          Observa-se que apenas a categoria de professores em regime de dedicação exclusiva atende ao requisito de carga didática semanal de um mínimo de 8 (oito) horas-aula semanais (ou 120 horas-aula semestrais), em conformidade com o artigo 6º, § 3º, da Resolução nº 01/1988. Ressalta-se que este quantitativo é estabelecido para os docentes em tempo integral (40 horas ou DE) que também estejam realizando projeto de pesquisa ou extensão devidamente homologado pela Câmara competente. Do contrário, a carga didática semanal mínima deverá ser de 16 (dezesseis) horas-aula semanais (ou 240 horas semestrais). Um percentual que variou de 5,8 a 10,9% dos docentes não estavam vinculados a qualquer disciplina.

          Existe uma correlação positiva entre o percentual de docentes do departamento que possuem histórico de vínculo nos sistemas RAIS ou CNPJ e a variável dependente percentual de docentes do departamento que não cumprem a carga didática de 8 (oito) horas semanais ou 120 horas semestrais (r = 0,50, t = 5,08, para 77 g.l., p<0,01, no teste bilateral), conforme ilustrado no gráfico a seguir.



          Cada docente foi categorizado quanto à existência de histórico de vínculo no sistema CNPJ, existência de histórico de vínculo no sistema RAIS e cumprimento ou não de uma carga didática semanal mínima de 8 (oito) horas-aula, para avaliar a relação entre estas variáveis. As tabelas de contingência estão representadas a seguir.

          Relação entre o histórico de vínculo societário do docente (Sistema CNPJ) e o cumprimento da carga didática de 8 horas/semana:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Histórico de Vínculo no CNPJ | Cumprimento da Carga Didática de 8 horas/semana | | Total |
| Não | Sim |
| Sim | 120  (45,1%) | 146 | 266 |
| Não | 561  (28,4%) | 1415 | 1976 |
| Total | 681 | 1561 | 2242 |

          Existe uma relação entre o histórico de vínculo CNPJ e o descumprimento da carga didática de 8 horas/semana (p<0,0001, teste exato de Fisher). A razão entre a proporção de docentes que possuem histórico de vínculo societário e descumprem carga didática mínima e a proporção de docentes que não possuem histórico de vínculo societário e descumprem carga didática mínima é de 1,59 vezes.

          Relação entre existência de histórico de outro vínculo empregatício (Sistema RAIS) e o cumprimento da carga didática de 8 horas/semana:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Histórico de Vínculo no RAIS | Cumprimento da Carga Didática de 8 horas/semana | | Total |
| Não | Sim |
| Sim | 198  (48,2%) | 213 | 411 |
| Não | 483  (26,4%) | 1348 | 1831 |
| Total | 681 | 1561 | 2242 |

          Existe uma relação entre o histórico de vínculo RAIS e o descumprimento da carga didática de 8 horas/semana (p<0,0001, teste exato de Fisher). A razão entre a proporção de docentes que possuem histórico de outro vínculo empregatício (RAIS) e descumprem carga didática mínima e a proporção de docentes que não possuem outro vínculo empregatício e descumprem carga didática mínima é de 1,83 vezes.

        Relação entre histórico de vínculo societário do docente (Sistema CNPJ) ou a existência de histórico de outro vínculo empregatício (Sistema RAIS) e o cumprimento da carga didática de 8 horas/semana:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Histórico de Vínculo CNPJ ou RAIS | Cumprimento da Carga Didática de 8 horas/semana | | Total |
| Não | Sim |
| Sim | 292  (40,3%) | 424 | 716 |
| Não | 389  (25,5%) | 1137 | 1526 |
| Total | 681 | 1561 | 2242 |

          Existe uma relação entre a existência de histórico de um ou outro vínculo, CNPJ ou RAIS e o descumprimento da carga didática de 8 horas/semana (p<0,0001, teste exato de Fisher). A razão entre a proporção de docentes que possuem qualquer um destes históricos de vínculos e descumprem carga didática mínima e a proporção de docentes que não possuem qualquer um destes vínculos e descumprem carga didática mínima é de 1,58 vezes.

        Relação entre histórico de vínculo societário do docente (Sistema CNPJ) concomitante à existência de histórico de outro vínculo empregatício (Sistema RAIS) e o cumprimento da carga didática de 8 horas/semana:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Histórico de Vínculo CNPJ concomitante ao vínculo RAIS | Cumprimento da Carga Didática de 8 horas/semana | | Total |
| Não | Sim |
| Sim | 55  (61,1%) | 35 | 90 |
| Não | 626  (29,9%) | 1526 | 2152 |
| Total | 681 | 1561 | 2242 |

          Existe uma relação entre a existência de histórico de vínculos concomitantes no CNPJ e RAIS e o descumprimento da carga didática de 8 horas/semana (p<0,0001, teste exato de Fisher). A razão entre a proporção de docentes que possuem ambos históricos de vínculos e descumprem carga didática mínima e a proporção de docentes que não possuem ambos vínculos e descumprem carga didática mínima é de 2,04 vezes. Ou seja, neste último caso a razão entre riscos chega ao dobro.

            Quanto a esta última avaliação da relação entre variáveis são apresentadas mais algumas análises, conforme tabela a seguir.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variáveis | Docentes com históricos de vínculos concomitantes, Emprego (RAIS) mais Sociedade (CNPJ) | Docentes sem históricos de vínculos concomitantes (Emprego e Sociedade) |
| Total de docentes na categoria | 90  (4,2%) | 2152  (95,8%) |
| Carga didática semestral – Média (horas) | 92,9 | 151,5 |
| Carga didática semestral – Mediana (horas) | 92,5 | 135 |
| Total de professores sem turmas vinculadas | 13  (14,4%) | 225  (10,5%) |
| Média de turmas por professor | 2,5 | 3,6 |
| Alunos em turmas com o professor (inclusive em turmas com mais de um professor) - Média | 67,8 | 92,0 |
| Produtividade Aluno x hora | 1427 | 3325 |

           Como é possível observar das análises anteriormente apresentadas, existe uma relação entre o histórico de desempenho de atividades societárias e/ou  vínculos empregatícios e o descumprimento das obrigações didáticas mínimas dos docentes. Na presença de tal conflito de interesses, o interesse particular de um grupo específico de docentes, que não são maioria, ressalta-se, tem prevalecido e é exercido em detrimento do interesse público.

            Observa-se que o histórico de vínculo empregatício exerce efeito negativo maior do que o histórico de vínculo societário e o histórico de vínculo concomitante tem o maior de todos os efeitos. No outro vínculo empregatício espera-se que os serviços do docente sejam mais exigidos do que naqueles vínculos societários, em que é possível um maior controle do docente sobre a demanda. O docente com histórico de vínculos concomitantes tem menos turmas na UFPE, possui menor carga didática, beneficia menos alunos e possui menor produtividade medida em alunos por hora de trabalho, conforme ilustrado na tabela anterior.

          Não obstante os docentes que acumulam suas funções na UFPE com outras funções societárias ou outro vínculo empregatício possuírem regime de trabalho idêntico aos seus pares que foram comparados, sendo estes últimos maioria, aqueles estão sendo injustamente beneficiados de duas maneiras: primeiramente, por assumirem menos obrigações didáticas na UFPE, comparativamente àquela maioria de docentes que cumprem as suas obrigações integralmente, revelando desigual distribuição dos esforços e recompensas, esta última em sentido inverso. Em segundo lugar, porque os docentes em situação de acumulação são também beneficiados com maior retribuição pecuniária: a título de exemplo, um grupo de 20 docentes em regime de 40 horas, que acumulam a função docente na UFPE com cargos exercidos no Ministério da Saúde, possuem remuneração média total de R$ R$ 21.654,25, comparativamente à remuneração média de outros 40 docentes em regime de 40 horas que não acumulam cargos, correspondente a R$ R$ 13.612,81. Ressalta-se que não estão sendo consideradas possibilidades de remunerações concomitantes, resultantes de outros vínculos privados ou públicos, formais ou informais, adicionais aos referidos vínculos.

          Uma fração destes vínculos eventualmente pode ser permitida legalmente, mas não se deve permitir que eles sejam exercidos em detrimento das obrigações acadêmicas minimamente razoáveis dos docentes na UFPE. Também não há razão para tratamento diferenciado dos docentes que possuem outras ocupações, pois decerto já são recompensados pecuniariamente. A possível leniência dos superiores imediatos destes docentes não seria justificável.

          Desde que legalmente permitido e a critério da entidade, conforme políticas e diretrizes institucionais, é possível que sejam consideradas positivas e enriquecedoras certas experiências profissionais fora da Universidade, conforme cada caso. Porém, é necessário realizar um acompanhamento permanente de tais situações, dado que têm relação com a menor dedicação aos interesses públicos, comparativamente às situações de inexistência de outros vínculos, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações contratuais do docente.

          Por outro lado, é necessário avaliar cada caso de acumulação, para aferir a efetiva compatibilidade de horários (não apenas formal) e a legalidade dos vínculos. Ademais, é possível que parte dos históricos de vínculos societários no CNPJ representem empresas não mais ativas na atualidade, ou substituição dos sócios administradores, restando esclarecer, nestas hipóteses, as razões de ainda assim existir relação estatística entre as variáveis testadas.

     Para eventuais ocorrências deste tipo, uma possível explicação seria a substituição do vínculo formal do docente por alguma das possíveis formas de vínculo formal ou informal com outra atividade ou instituição, ou seja, qualquer outra forma de atividade não abrangida pelo ensino público e gratuito da UFPE - parte das quais não detectáveis pelos métodos utilizados, implicando em mais tempo dedicado a essas atividades e menor dedicação às obrigações estatutárias vinculadas ao serviço público.

     Dão suporte à hipótese anterior ao menos uma situação de dois docentes que possuíam vinculação a uma mesma sociedade. Houve baixa da referida empresa na Receita Federal, mas os docentes atualmente estão vinculados a uma organização de assessoria e desenvolvimento de projetos. Uma das principais atividades fornecidas é a realização de cursos de especialização "lato sensu", por intermédio da FADE, que geram receitas extra-UFPE. Estes docentes possuem carga didática no ensino de graduação que é inferior às 120 horas semestrais ou 8 (oito) horas de aula semanais, além de parte dessa carga horária semanal já reduzida ser ministrada por alunos de pós-graduação, em substituição aos docentes.

     Qualquer que seja a hipótese, isso ocorre em detrimento do interesse público, pois estes docentes utilizam ao menos parte do tempo de trabalho na UFPE para realizarem tais atividades, o que se reflete na menor carga didática do docente e menor número de alunos beneficiados, resultando em elevado custo de formação dos alunos de graduação, a ponto de este custo ser em torno de quatro vezes o custo de formação de alunos de graduação em faculdades particulares, em cursos com o mesmo conceito no ENAD, e mesmo desconsiderando os custos de investimento da Universidade Pública, ou seja, apenas as despesas de custeio da IFES foram computadas.

     De qualquer modo, ao menos uma parte dos vínculos que ainda estejam ativos é ilegal, ante a vedação expressa de, do art. 117, X, da Lei nº 8.112/90, litteris: “*Art. 117.  Ao servidor é proibido: (...) X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008*”. Nestas hipóteses, a Lei prevê a demissão do servidor faltoso, segundo o artigo 132, XIII.

            De um total de 266 docentes com histórico de vínculo societário no CNPJ, no primeiro trimestre de 2013, havia 166 docentes que possuiam registro de condição de sócio-administrador ou de sócio-gerente, já excluídos aqueles que apresentam as condições cadastradas como administrador, contador, diretor, presidente, representante ou responsável, que demandam verificação adicional das implicações decorrentes deste tipo de vínculo, que  também podem estar em situação irregular. O número cresce se forem considerados os casos de desligamento recente do vínculo, cabendo ressaltar que de qualquer modo ele já foi caracterizado em momento anterior.

          Em um trabalho de auditoria operacional da CGU/PE, em outra Instituição Federal de Ensino Superior de Pernambuco, realizado em 2005, constatou-se que parcela dos docentes na condição de acumulação de cargos ou empregos possuíam carga didática semanal até 4 (quatro) vezes menor do que seus pares que não acumulavam e, também, apresentavam elevado número de aulas em que faltavam - apesar de já possuírem baixa carga didática. Adicionalmente, as faltas não eram devidamente compensadas e quando isso ocorria, a compensação era feita de forma insatisfatória, as aulas de reposição eram substituídas por trabalhos escritos, ou os alunos eram obrigados a dedicarem mais tempo do que o previsto para substituição da carga-horária em que estavam à disposição da disciplina, fora os casos de impossibilidade de alguns alunos comparecerem nestes dias e horas de reposição.

          Grande parte dessas acumulações na entidade anteriormente referida só seriam possíveis com a leniência das chefias imediatas, das coordenações de curso, das comissões de acumulação de cargos e da direção da instituição, pois neste contexto não haveria razoabilidade nas análises de compatibilidade de horários entre as diferentes ocupações, tampouco haveria um acompanhamento efetivo do cumprimento das obrigações estatutárias e acadêmicas dos docentes. A título de exemplo, admitia-se uma compatibilização de horários que não levava em consideração os intervalos intrajornada, o tempo necessário para o deslocamento de um trabalho para o outro, o tempo necessário para refeições, dentre outros que comumente acontecem. Ademais, não é razoável admitir, para um servidor com jornada de 40 horas semanais, com ou sem Dedicação Exclusiva, possuir carga-didática baixa e menor do que os seus pares e mesmo assim descumpri-la.

            É relevante o fato de que oito entre os quinze departamentos que possuem mais docentes com histórico de outros vínculos, além do cargo de professor na Universidade, são ligados aos cursos de Medicina e de Direito, justamente os cursos que têm maior demanda histórica reprimida, cujas concorrências foram de 35 e 20 candidatos por vaga no vestibular de 2012, respectivamente, além de serem dois dos cursos em que sabidamente há intensa atuação dos órgãos de classe no combate à ampliação de vagas na graduação. Estes oito departamentos possuem 196 docentes com histórico de vínculo ou no sitema RAIS ou no sistema CNPJ e representam 27% dos docentes com histórico de vínculos. Nestes cursos, alega-se nas notícias, a resistência à expansão de cursos e vagas é justificada pela preocupação com a baixa qualidade do ensino e com o excesso de profissionais formados no Brasil, argumento que parece rivalizar com interesses corporativos e também particulares.

          Se um professor possui carga didática baixa ou menor do que o padrão institucional, sem razões bastantes para isso, decorrerá daí uma menor quantidade de alunos beneficiados e, em consequência, uma menor quantidade de alunos por professor, conforme tratado em outro ponto do presente relatório, resultando em elevados custos de formação de graduados e grande ineficiência na aplicação dos recursos públicos. Isso sem falar de possíveis outras irregularidades relacionadas à baixa carga didática de docentes que possuem outros vínculos, a exemplo daquelas mencionadas anteriormente.

            No caso da UFPE, “lato sensu”, a baixa carga didática correlacionada ao histórico de exercício de atividades extra obrigações estatutárias do servidor público caracteriza por si só relevante prejuízo ao erário e aos interesses públicos - tomando como referência os elevados custos de formação e a frustração da demanda por vagas. Os custos de formação de um graduado em alguns cursos chegam a superar R$ 1 milhão, em alguns cursos, conforme tratado em outro ponto do presente relatório. Isto porquê a baixa carga didática não compensada por outras atividades acarreta aumento injustificado dos custos totais de formação do aluno.

       Porém, para fins disciplinares, é necessário analisar individualmente cada caso, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, para extrair conclusões corretas, pois as análises presentes são apresentadas para um conjunto de dados e uma inferência pode não ser válida para um caso particular. Ressalta-se que a maioria dos docentes da UFPE enquadra-se na categoria em que há observância das normas institucionais, não obstante ser relevante o quantitativo de docentes em situação irregular, a ponto de interferir nos resultados institucionais.

          Também é importante ressaltar que a origem das irregularidades não é atribuível à atual gestão da UFPE, mas que agora tem a missão de enfrentá-lo. Trata-se de um processo que tem origem anterior e que foi se consolidando ao longo do tempo, estabelecendo uma cultura prejudicial ao interesse público.

          Outro aspecto que merece registro é o fato de que indicadores globais, úteis para comparar instituições federais de ensino superior entre si, não são eficazes para revelar ineficiências dentro da própria instituição, uma vez que os custos não são aferidos por categoria de interesse e as ineficiências de certos cursos ou departamentos são encobertas pela eficiência de outros. Daí a importância e utilidade da utilização de indicadores desagregados, por departamento e por curso, algo perfeitamente viável, não obstante a necessidade de ponderação de outras variáveis nas análises comparativas entre cursos ou departamentos.

          Por fim, dado que o custo de formação por aluno cresce à medida que decresce a relação alunos/professor, infere-se que, enquanto indicadores de uma menor carga didática, o histórico de outros vínculos societários ou de trabalho dos docentes pode explicar uma parcela do aumento do custo de formação dos alunos, assim como a maior ineficiência na aplicação dos recursos públicos destinados ao ensino superior, além de eventualmente estarem associados a outros prejuízos para os alunos, para o ensino, para a UFPE e para a sociedade em geral, na hipótese de não estabelecimento de um elenco mínimo e razoável de atribuições para os docentes, em especial no ensino de graduação, e do não acompanhamento do cumprimento efetivo dessas obrigações destes servidores públicos. Os gastos públicos envolvidos na formação de um aluno graduado são um alerta para a importância e dimensão do problema.

##/Fato##

**Causa**

Reitor e Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos (Proacad) não instituíram controles efetivos relativos ao cumprimento por docentes da UFPE de carga didática compatível com os padrões institucionais médios no ensino de graduação; Desconhecimento ou leniência, por parte desses dirigentes, quanto ao elevado custo de formação de um aluno de graduação na UFPE, o qual é resultante da carga didática aquém das possibilidades razoáveis de determinados professores; da baixa relação alunos/professor em determinados cursos; e limitadas taxas de sucesso em determinados cursos, dentre outros fatores. Além disso, ressalte-se que os dirigentes da Entidade (Reitor e Pró-Reitores da Proacad e da Proplan) não estabeleceram indicadores operacionais (ou outros instrumentos gerenciais) em nível desagregado (por departamento e curso) para acompanhar e avaliar o desempenho no que se refere ao ensino de graduação.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

No tocante às constatações 005, 007 e 008, observamos que as constatações baseiam-se em dados incompletos no que concerne às informações contidas no sistema SIGA UFPE e fornecidas pelo NTI desta universidade em resposta à Solicitação de Auditoria 201205397/004.

Primeiramente, restou constatado na própria resposta fornecida pelo NTI a existência de uma quantidade significativa de disciplina sem ter uma associação no sistema a um professor ( cerca de 11,7% das disciplinas do 1º semestre) . Outro ponto que merece ser levado em consideração é que o sistema SIGA UFPE não foi desenvolvido, inicialmente, para acompanha as atividades acadêmicas dos professores e sim para armazenar de forma integrada todas as informações sobre o desempenho dos alunos durante a realização do curso. Com o passar dos anos, esta universidade, mesmo com todas as dificuldades relacionadas à pessoal e a equipamentos, vem buscando aprimorar seu sistema acadêmico a fim de realizar uma gestão mais eficiente do ensino e da pesquisa. Fruto dessa mudança, podemos destacar a criação das funcionalidades PAAD e RAAD, que já em 2013 permitirá o monitoramento de todas as atividades planejadas e desenvolvidas pelos docentes da UFPE.

Disto isto, voltamos ao fato da constatação em tela. No decorrer dos trabalhos, a equipe de autoria da CGU utilizou-se como base para realização do custo por curso uma carga horária dos docentes muito abaixo da efetivamente realizada pelos professores, o que sem dúvida induziu essa equipe a conclusões equivocadas sobre o agir dessa universidade. Diante disto, qualquer análise feita tendo por base apenas os dados fornecidos pelo NTI terá boa parte de seus resultados comprometidos, não devendo dessa forma ser levados em consideração.

Ademais, os dados do custo anual por departamento levou em consideração todo o salário para a composição do custo de formação do aluno. Como o docente não exerce apenas atividades relacionadas à graduação, mas mesmo assim foi considerado todo o salário. O salário do docente é para fazer ensino, pesquisa, extensão e ainda tem atividades de gestão e complementares.

O Ano de referência desse estudo foi 2012.1. Faltou incluir as disciplinas de 2012.2. Ainda no Sistema acadêmico existe inconsistência nos dados, como, por exemplo, disciplinas sem docentes responsáveis (do total de 4.287disciplinas do 1º semestre de 2012, 11,7% estão sem docentes cadastrados no sistema acadêmico).

Como alguns cursos estão começando a formar seus primeiros alunos em 2012 e os dados utilizados pela auditoria (setembro de 2012), ainda não tinha os dados de concluintes 2012, por conta de greve, foram utilizados os dados dos Indicadores do TCU e todo o segundo semestre de 2012 foi substituído pelo segundo semestre de 2011 conforme recomendação do próprio TCU.

A título de teste da metodologia proposta por essa equipe de auditoria, foram realizados alguns ajustes nos dados de concluintes de 2012 e o rateio do salário de alguns docentes que preencheram o RAAD 2011, com esses pequenos ajustes, o custo de formação do curso de Gestão da Informação que no relatório da auditoria constava que era 8,5 vezes superior ao custo de formação média (R$ 305 mil) reduziu 76,8% passando para 1,97 vezes superior a formação média, chegando a conclusão que os dados precisam ser auditados antes de incluir na metodologia aplicada para o cálculo do custo pela auditoria da CGU.

Como dito anteriormente, esta gestão esta preocupada com a melhoria das informações inseridas no sistema SIGA, no que tange às atividades dos docentes. Neste sentido, a UFPE acredita que o papel dos órgãos de controle é fundamental nessa orientação a uma utilização mais eficiente dos recursos públicos humanos, financeiros e materiais. Assim, com intuito melhorar a qualidade das informações inseridas no SIGA e de contribuir com os trabalhos realizados por essa Controladoria Geral, a UFPE solicitou a seus departamentos que anexassem os documentos comprobatórios do cumprimento da Resolução nº 01/88 da UFPE nos períodos de 2012.1 e 2012.2.

Com base nas informações fornecidas, observou-se ainda a falta de comprovação do atendimento por parte de alguns professores, o que demanda um estudo mais aprofundado para identificação das causas por parte desta Universidade. A título de exemplo podemos citar o caso do departamento de cirurgia que realiza 6 (seis) atividades relacionadas à ensino (Consultas ambulatoriais; visita às enfermarias, com acompanhamento de pacientes; Reuniões clinicas com discussão sobre casos médicos;  preceptoria de residentes, pós graduação; atividades cirúrgicas; e atividades em sala de aula) e que na contabilidade de sua carga horária para o professor, atualmente, na maioria dos casos só registra as aulas realizadas em sala de aula.

É importante destacar que as informações acadêmicas dos professores referentes ao ano de 2012 estão sendo atualizadas até setembro em função dos atrasos no calendário acadêmico provocados pela greve. As informações fornecidas seguem anexas a este ofício e são resumidas no quadro a seguir.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Relatório da CGU 201205397**  **( semestre 2012.1)** | | | **Informações apresentadas**  **(semestres 2012.1 e 2012.2)** |
| **Departamento** | **CH média** | **Prof. abaixo CH mínima** | **Prof.  não comprovou atendimento à resolução 01/1988** |
| **Dep. de psicologia** | **118** | **35%** | **19,5%** |
| **Dep. de Direito Público Geral e Proc.** | **118** | **38%** | **Não enviou documentação** |
| **Dep. de Estatística** | **117** | **34%** | **44,4%** |
| **Dep. de informações e sistema** | **117** | **33%** | **9,7%** |
| **Dep. De Micologia** | **109** | **71%** | **33%** |
| **Dep. De Botânica** | **107** | **40%** | **38,%** |
| **Dep. Medicina Tropical** | **103** | **64%** | **21,7%** |
| **Dep. de Antibióticos** | **103** | **55%** | **23,8%** |
| **Dep. de Medicina Clínica** | **94** | **63%** | **23,6%** |
| **Dep. de Patologia** | **84** | **92%** | **26,7%** |
| **Diretoria do Centro de Tecnologia e Geociência** | **75** | **50%** | **Não localizado** |
| **Dep. de Neuro Psiquiatria** | **70** | **76%** | **15%** |
| **Dep. de Cirurgia** | **31** | **95,5%** | **90,9%** |

Ainda com relação à constatação 007, um fato que preocupou a gestão dessa universidade foi a informação desta Controladoria Geral da União de que 266 docentes possuíam, no primeiro trimestre de 2013, participação na gestão ou administração de sociedade privada. Tal preocupação dar-se sobretudo pelo fato da UFPE não possuir acesso aos sistemas dos governos como os da Receita Federal e o do Ministério do Trabalho, o que restringe significativamente a atuação dessa IFES no acompanhamento dos fatos de acumulação ilegal e de participação na gestão de sociedades privadas.

Não obstante as considerações acima, esta universidade analisou os dados apresentados pela CGU e observou a existência de docentes estariam, à princípio, descumprido o previsto artigo 117, X, da Lei 8.112/90, em virtude de possivelmente figurarem como sócio-administrador ou sócio-gerente de sociedades privadas ativas. Estes docentes estão sendo notificados a apresentarem justificativas/esclarecimento. Após isso, a UFPE analisará as informações e abrirá, caso necessário, processo administrativo contra os professores irregulares.

Quanto à constatação 008, informamos que o relatório aponta a existência de 1132 professores com produção científica zero em 2012. Cumpri-nos esclarecer que a a resolução 01/88 em seu artigo 6º aponta a necessidade de estar realizando uma pesquisa e não a obrigatoriedade de uma publicação científica. É importante observar ainda que a constatação faz referência a publicações de 2010 e utiliza como parâmetro de comparação os professores de 2012. Tal comparação nos parece prejudicada, pois seria necessário verificar em que categoria o professor se enquadrava à época, á luz da resolução 01/1988, contudo tal análise será possível, embora como dito anteriormente não seja obrigatória, com o preenchimento pelos docentes do RAAD 2012, com finalização prevista para setembro de 2013. Ademais é certo que a resolução prevê em seu artigo 6º que professores 20 horas estão dispensados de realizar atividades vinculadas à pesquisa, assim como para os professores 40 horas ( com e sem dedicação exclusiva) que realizam um mínimo de dezesseis (16) horas-aula semanais, o que corresponde à 480 horas no ano.

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“Quanto aos professores com vínculos societários e empregatícios, informamos que, até a presente data, a Comissão de Acumulação de Cargos e Empregos – CACE, tem dado continuidade às seguintes providências, no sentido de promover a verificação de possíveis vinculações de docentes com empresas:

A primeira fase foi processada pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, através da emissão de ofícios aos docentes citados no Relatório da Auditoria de nº 201205397, informando a necessidade de prestarem esclarecimentos sobre o relacionamento dos mesmos com empresas às quais constam na planilha, pautado por alguma forma de envolvimento. De posse dos esclarecimentos prestados, procedeu-se à análise individual dos contratos sociais e demais documentos apresentados, ou mesmo de respostas que apresentam justificativas de teores variados, sendo possível verificar os seguintes aspectos diante dos contratos apresentados:

- Sócios cotistas;

- Empresa extinta;

- Empresa inativa;

- Empresa encerrada;

- Distrato da empresa;

- Empresa cancelada;

- Cancelamento CNPJ a pedido;

- Transferência de cotas;

- Produtor rural;

- Responsáveis técnicos no âmbito dos conselhos regulamentadores de profissões;

- Síndico;

- Alteração contratual;

- Falecimento;

- Aposentadoria;

- Informou que não tem nenhum tipo de vinculação com a empresa;

- Presidente/responsável/diretor de instituições sem fins lucrativos;

- Não consta sua vinculação à Universidade Federal de Pernambuco, observado no Portal da Transparência;

- Administrador da empresa;

- Presidente;

- Diretor;

- Esclarecimentos que não foram suficientes;

- Correspondências não recebidas devido a mudança de endereço.

No segundo momento de envio de correspondências, objetivando esclarecer aspectos que não foram completamente aclarados e também, o envio de correspondências para os docentes que não receberam o primeiro comunicado, o inicio dos processos de sindicâncias, diante destas medidas, podem-se demonstrar os seguintes achados:

- 119 (cento e dezenove) demonstraram não haver o descumprimento à legislação;

- 02 (dois) docentes declararam não terem relação com a empresa vinculada aos seus nomes;

- 01(um) docente teve o nome usado para abertura de uma empresa sem sua autorização e conhecimento, com queixa registrada em delegacia.

- 15(quinze) docentes foram notificados novamente em virtude de não ter recebido o primeiro comunicado encontrando-se no Aguardo de Resposta.

- 18(dezoito) docentes em decorrência de estarem aparentemente em desacordo com legislação foram colocados EM EXIGÊNCIA para que prestem informações complementares.

- 08 (oito) processos de sindicâncias/inquérito foram instaurados, obtiveram-se os seguintes andamentos:

- 01(um) inquérito (Prof. C.M.A) processo de nº 23076.027349/2013-33, portaria nº 4857, de 10/10/2013, publicada no Boletim Oficial Especial nº 114 de 14/10/2013, o docente demonstrou não ter vinculação com uma das empresas citadas por denuncia e a segunda empresa demonstrou através de documentação comprobatória que a empresa estava inativa;

- 02(duas) sindicâncias (Professor L.G.P.F e M.S.C.A) respectivamente processos de nºs 23076.019327/2014-81, portaria nº 1799 de 22/04/2014, publicada no Boletim Oficial Especial nº 42 de 24/04/2014 e 23076.019328/2014-25, portaria nº 1800, de 22/04/2014, publicada no Boletim Oficial Especial nº 42 de 24/04/2014, os docentes procederam aos ajustes nos contratos sociais se desvinculado da condição de Gerente/Sócio-Administrador/Responsável, tendo a sindicância sido concluída;

- 03(três) sindicâncias (Prof. A.J.A., D.B.G.M e E.H.M.M) respectivamente processos nºs 23076.019752/2014-70, portaria nº 2085, de 06/05/2014, publicada no Boletim Oficial Especial nº 50 de 09/05/2014, 23076.019325/2014-91, portaria nº 1813, de 23/04/2014, publicada no Boletim Oficial Especial nº 43 de 25/04/2014 e 23076.047090/2014-47, portaria nº 1783, de 16/04/2014, publicado no Boletim Oficial Especial Normal nº 40 de 22/04/2014 os docentes em suas ouvidas se comprometeram a proceder aos ajustes nos contratos sociais, se desvinculando da condição de Gerente/Sócio-Administrador/Responsável, estando a comissão no aguardo da documentação para proceder o parecer final;

- 01(uma) sindicância (Prof. L. V. R. F.) processo de nº 23076.019326/2014-36, foi agendada para o dia 25 de junho de 2014, às 8:00 horas para proceder a ouvida do docente a ela vinculada, no entanto o referido professor não compareceu.

- 01(uma) sindicância (Prof. E.A.N. F.) processo de nº 23076.028063/2014-56 encontrasse em processo de instalação.

Em atendimento aos questionamentos formulados pela Controladoria Geral da União – CGU, em relação à vinculação dos docentes do Departamento de Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia e Geociência a empresas sob diversas formas de atuação em descumprimento ao artigo 117, inciso X da Lei nº 8.112/90 temos a informar que a Comissão de Acumulação de Cargos e Empregos – CACE, analisou à luz do Relatório de Auditoria de nº 201205397, da Controladoria Geral da União – CGU, solicitando a documentação dos que apresentavam alguma possível vinculação com empresas. Diante da apresentação da documentação pelos docentes constatou-se não haver desobediência ao artigo 117, inciso X da Lei nº 8.112/90.

Aproveitamos para informar que a Comissão de Acumulação de Cargos e Empregos – CACE manterá os esforços para concluir a análise de todos os casos de possíveis acumuláveis de cargos irregulares até o dia 30/07/2014.”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

O gestor destaca que a UFPE não tem acesso aos sistemas governamentais que possibilitam detectar a existência de outros vínculos societários ou empregatícios dos servidores da Universidade. É fato. Daí a necessidade de realização de um trabalho conjunto com a assistência dos órgãos de controle.

Entretanto, a UFPE pode instituir controles ou pode tornar mais efetivos os controles já existentes, os quais funcionariam como fatores de prevenção aos efeitos decorrentes dos vínculos extra-UFPE dos docentes, que podem resultar em lesão ao interesse público. Citam-se alguns exemplos: exigência de observância de carga didática departamental na graduação que seja compatível com os padrões institucionais; confirmação em base regular do cumprimento das exigências junto ao ensino da graduação; controle regular dos diários de classe; exigência de preenchimento das funcionalidades do sistema SIG@, em especial o cadastramento dos docentes vinculados a cada disciplina e turma em cada semestre letivo; registro e controle do uso das salas de aula; aferição dos resultados das atividades declaradas, a exemplo das publicações ou teses e dissertações resultantes de atividades de pesquisa ou orientações declaradas; dentre outros.

A multiplicidade de diferentes fontes de informação, ainda que utilizadas para distintas finalidades primordiais ou imediatas, permite construir e manter mecanismos fidedignos de monitoramento das atividades de ensino de graduação, contribuindo para o desenvolvimento de atividades de gestão; para a aferição das informações fornecidas e dos resultados obtidos; para a elaboração de relatórios gerenciais; e para a transparência na gestão dos recursos públicos.

O gestor informou que já iniciou a análise e acompanhamento das situações potencialmente irregulares detectadas, o que será acompanhado pela equipe de auditoria.

Quanto aos questionamentos apresentados pelo gestor no tocante à metodologia, tipos de dados e precisão das análises, estas já foram discutidas em tópicos anteriores. Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo considerando o somatório das horas de ensino na pós-graduação para cômputo do cumprimento da carga didática semanal mínima dos docentes, ter-se-iam mais docentes que cumpririam a carga didática regulamentar mas não sofreriam alterações as conclusões de que a categoria dos docentes que possuem vínculos extra-UFPE possuem carga didática semanal no ensino de graduação que é menor do que a categoria de docentes que não possuem tais vínculos, implicando em menos alunos por docente, menos turmas oferecidas por docente e maior custo de formação por aluno de graduação, além de possíveis efeitos na qualidade do ensino de graduação. Em outras palavras, existe uma correlação negativa entre vínculos societários e/ou empregatícios de docentes e a carga didática sob a responsabilidade destes no ensino de graduação o que, em última instância, é causa dos elevados custos de formação de um aluno de graduação.

Por fim, em sua última manifestação ao relatório preliminar, o gestor informa que estão em andamento as apurações relativas à existência e compatibilidade dos vínculos externos e o regime de trabalho dos docentes, o que será acompanhado pela CGU durante o exercício 2014. Porém, é importante ressaltar a significância das correlações detectadas e que a compatibilidade entre os vínculos e o regime de trabalho há de ser não apenas formal, mas também efetiva. Em outras palavras, certas atividades podem ser permitidas, mas o exercício delas não pode se dar em detrimento do interesse público. E a única maneira de se evitar que isso ocorra não será unicamente mediante verificação da legalidade dos vínculos, mas especialmente mediante acompanhamento e avaliação permanente da razoabilidade dos custos de formação de um graduado e dos resultados do trabalho dos docentes, mediante verificação do cumprimento efetivo da carga didática no ensino de graduação, dentro de parâmetros minimamente razoáveis, além da produção acadêmica e desempenho de atividades ligadas à pós-graduação.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Definir procedimento para acompanhar e garantir que os docentes cumpram, a cada semestre, ao menos a carga didática mínima estabelecida.

Recomendação 2: Com o fim de prevenir eventuais prejuízos para o ensino de graduação decorrentes diretamente ou indiretamente de vínculos societários e/ou empregatícios extra-UFPE de docentes, recomenda-se a adoção das seguintes medidas gerenciais: exigência de observância de carga didática departamental na graduação que seja compatível com os padrões institucionais, departamentais e/ou de cursos, sempre que inexistirem razões para comportamento diferente; confirmação em base regular do cumprimento das exigências junto ao ensino da graduação; controle regular dos diários de classe; exigência de preenchimento das funcionalidades do sistema SIG@, em especial o cadastramento dos docentes vinculados a cada disciplina e turma em cada semestre letivo; registro e controle do uso das salas de aula; aferição dos resultados das atividades declaradas nos planos e relatórios de trabalho, a exemplo das publicações ou teses e dissertações resultantes de atividades de pesquisa ou orientações declaradas; dentre outros.

Recomendação 3: Tendo em vista a atual impossibilidade de acesso direto dos gestores da UFPE aos sistemas de informação governamentais que informam vínculos societários ou empregatícios dos docentes, assim como os prejuízos que estes vínculos ocasionam ao desempenho medido através de carga didática, produção científica e custo de formação dos alunos, adotar mecanismos de acompanhamento regular das informações correlacionadas aos vínculos em questão, por meio de indicadores setoriais desagregados por curso e por departamento, a exemplo de: carga didática semestral por docente e média do departamento; proporção de docentes segundo categoria de carga didática; total e proporção de professores sem turmas vinculadas; média de turmas por professor; número de alunos em turmas com o professor (inclusive em turmas com mais de um professor); produtividade aluno x hora.

Recomendação 4: Tendo em vista o histórico de vínculos empregatícios e/ou societários de docentes da UFPE, inclusive com impacto negativo na carga didática, na produção científica e no custo de formação dos alunos de graduação, confirmar a existência e a regularidade dos referidos vínculos, levando em consideração especialmente o regime de trabalho, a efetiva compatibilidade dos horários e das atividades (e não apenas do ponto de vista formal), além do cumprimento regular das obrigações mínimas do servidor. Em caso de confirmação de irregularidades, apurar os fatos em sede de processo administrativo disciplinar. Atentar para o fato de que a contagem do período prescricional só inicia a partir da ciência dos gestores quanto à ocorrência dos fatos, já que o gestor não tinha acesso aos sistemas de informação governamentais utilizados para detectar os vínculos.

**1.1.1.5 CONSTATAÇÃO**

**Atingimento parcial das metas pactuadas no REUNI.**

**Fato**

O Projeto REUNI foi pactuado pela Universidade com o Ministério da Educação para o período 2008 a 2012, prevendo investimentos da ordem de R$ 60 milhões. No instrumento firmado com o MEC, a UFPE comprometeu-se com metas globais, que preconizam a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos da graduação (presencial) de 18 alunos por professor. Também foram fixados objetivos gerais. Dentre esses, foi definida a ampliação de vagas no vestibular correspondente a 1.419 novas vagas até 2012, aumento da taxa de conclusão de 62% para 90%, redução da evasão escolar para 2%, e da retenção para 20%. Ainda de acordo com o planejamento aprovado pelo MEC, essas novas 1.419 vagas se distribuiriam entre 900 vagas para novos cursos e 519 referentes à expansão de cursos já existentes, sendo já previstos os quantitativos de vagas para os cursos objeto da ampliação.

Por meio da S.A. 201205397/001, solicitou-se que o gestor informasse sobre o atingimentos dos objetivos e metas pactuadas no REUNI. Em resposta, por meio do ofício nº 528, de 16 de agosto de 2012, o gestor informou que o acréscimo de vagas ultrapassou a meta prevista (1.517 vagas, de 2007 a 2012 – 18 novos cursos). Quanto à relação aluno/professor (RAP), o gestor informou que essa se manteve acima da meta (18 alunos/professor), enquanto que a percentual de concluintes (taxa de sucesso) em 2011 foi bem próxima de 70%.

Em relação ao acréscimo de vagas, embora o gestor tenha incluído aí o ano de 2007, verifica-se que a meta estabelecida no REUNI foi plenamente atingida. A média de 18 alunos/professor, também foi mantida, considerando-se a metodologia de cálculo definida para o REUNI.

Em relação ao acréscimo de vagas, verifica-se, entretanto, o não atendimento à uma das diretrizes estabelecidas para o REUNI, que preconizava que esse aumento de vagas deveria ocorrer especialmente no período noturno. Quando se compara o quantitativo de vagas oferecidas para o período noturno para os vestibulares de 2007 e 2012 (vide tabela a seguir), verifica-se que o percentual de vagas noturnas com relação ao total de vagas permaneceu praticamente inalterado - era 33% em 2007 e foi de 32% em 2012 (ocorreu até um pequeno decréscimo). A baixa oferta de cursos noturnos implica na ociosidade dos espaços físicos, e consequente ineficiência na utilização dos recursos, além de dificultar o acesso e permanência na universidade de estudantes em condições de vulnerabilidade social.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **VESTIBULAR (ANO DE INGRESSO)** | **VAGAS NOTURNAS** | **TOTAL VAGAS** | **%** |
| 2007 | 1.685 | 5.090 | 32% |
| 2012 | 6.467 | 2.055 | 33% |

Quanto às demais metas e objetivos gerais do REUNI, verifica-se que muitas dessas também não foram atingidas.

A seguir, relacionam-se as metas, analisando-as quanto ao seu cumprimento ou não.

| **META\OBJETIVO** | **SITUAÇÃO** | **ATINGIMENTO** |
| --- | --- | --- |
| Taxa de conclusão média dos cursos de graduação para 90% | Segundo o próprio gestor informou, a taxa média de conclusão em 2011 ficou em 69,5%, enquanto que a taxa de conclusão antes do início do projeto era de 61,42%. Houve, portanto, uma melhoria na taxa de sucesso, porém, esse índice ainda ficou aquém da meta estabelecida. | NÃO ATINGIDA |
| Relação de alunos da graduação de 18 alunos por professor | de acordo com a sistemática de cálculo adotada pelo REUNI, a UFPE já se encontrava um pouco acima da média pretendida, o que foi mantido durante o período. Portanto, essa meta foi plenamente atendida, embora não tenha havido evolução significativa no período. | ATINGIDA |
| Ampliar gradativamente em 26,83% as vagas do vestibular atingindo em 2012 o correspondente a 1.419 novas vagas | No período 2008-2012, foram acrescidas 1.562 novas vagas, representando um crescimento da oferta em cerca de 30%. | ATINGIDA |
| Redução da evasão escolar de 7% para 2% | Em sua resposta, assim como no relatório do Reuni apresentado com referência ao exercício 2011, o gestor é silente quanto a essa meta. Restou, portanto, não demonstrado o atingimento da meta. Nem mesmo foi demonstrado se houve alguma melhoria no tocante à evasão escolar. | NÃO ATNGIDA |
| Reduzir a retenção dos atuais 58,4% para 20% no ano de 2012 | Segundo informações apresentadas pelo gestor no RG 2012, houve uma melhoria significativa quanto a esse indicador, porém a meta não foi atingida (ficando o índice de retenção acima de 30%). | NÃO ATINGIDA |
| Ocupar gradativamente as vagas ociosas até atingir 100% em 2012 | Outra meta para a qual o gestor não demonstra o seu atingimento, nem mesmo registra qualquer evolução positiva no período. A partir das informações declaradas no RG 2012, comparando-se 2006 e 2012, verifica-se que a taxa de ociosidade manteve-se estável em cerca de 20%. | NÃO ATINGIDA |
| Implementar as reformas curriculares, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, em todos os cursos. | Segundo o gestor, a UFPE possuía 36 cursos com projeto pedagógico desatualizado (58%), porém, atualmente apenas 9 (11%) dos cursos encontram-se com perfil desatualizado. | PARCIALMENTE ATINGIDA |
| Estimular a renovação do exercício da prática pedagógica, sobretudo em áreas, cursos e disciplinas com altas taxas de evasão. | O gestor informou a realização de cursos e seminários. Porém não informa as áreas envolvidas, nem os resultados obtidos. | PARCIALMENTE ATINGIDA |
| Ampliar a participação dos estudantes no Programa de Mobilidade Estudantil. | A UFPE possui programa de mobilidade estudantil, tanto a nível nacional como internacional. O gestor, no RG 2012, apresentou uma evolução significativa na participação dos estudantes na mobilidade estudantil internacional. | ATINGIDA |
| Consolidar as políticas de inclusão social existentes. | Em 2012, foram reservadas 12,5% das vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas. Em quatro anos, a meta (prevista em Lei) é ampliar essa oferta para 50% do total de vagas no vestibular. | PARCIALMENTE ATINGIDA |
| Ampliar o acesso à moradia estudantil no campus de Recife e implementar o Programa de Assistência Estudantil nos campi do interior. | A ampliação foi realizada, assim como a implantação do Programa de Assistência Estudantil nos campi do interior. | ATINGIDA |
| Ampliar o programa de bolsas de manutenção acadêmica e implementar o programa de bolsas de iniciação a docência | De acordo com o RG 2012, a ampliação foi realizada, assim como a implantação do programa de bolsas de iniciação a docência. | ATINGIDA |
| Ampliar o programa de pós-graduação, em média dois cursos novos por ano, expandindo o sistema de bolsas e criando o programa institucional de Tutores de Ensino. | De acordo com as informações do RG 2012, essa meta foi plenamente atingida, com a criação de 22 cursos de pós-graduação (strictu sensu). | ATINGIDA |

Na referida solicitação, também se questionou pelas medidas adotadas para as situações que importem no não cumprimento de metas. Entretanto, o gestor não apresentou nenhuma providência que estivesse sendo implementada visando à consecução dos objetivos pactuados no REUNI. Tome-se, por exemplo, as metas de redução dos índices de retenção/evasão. Nesse caso, foram previstas no REUNI estratégias para redução da evasão e retenção, que incluíam um levantamento de dados institucionais para identificar e quantificar as causas de evasão e retenção, além da implantação de um sistema de controle de evasão e retenção e que permitisse a análise das causas de trancamento\reprovações\abandono e o encaminhamento de soluções. No entanto, ao ser demandado (S.A. 201205397/005 – item 3) para disponibilizar os relatórios referentes a estudos realizados para identificar as causas da retenção e evasão e informar eventuais providências adotadas a partir dos resultados obtidos, o gestor tão somente apresentou dois trabalhos acadêmicos relacionados ao tema de evasão e retenção (pesquisa das causas) e  duas iniciativas visando a redução dos índices de evasão/retenção (ABI-Engenharias e 3ª fase do vestibular). Porém, não apresentou nenhuma informação quanto às ações pactuadas no REUNI – os levantamentos e os controles em nível de coordenações de cursos. Dessa forma, o diagnóstico das causas não foi realizado conforme planejado, o que comprometeu o encaminhamento de soluções efetivas. Também se verifica que não há o acompanhamento de indicadores no nível de cursos\disciplinas, de modo a possibilitar intervenções mais específicas.

Essa ausência de medidas visando à melhoria de desempenho e o consequente atingimento das metas pactuadas evidencia deficiências na gestão do projeto REUNI.  Faltou um diagnóstico institucional das causas para os casos de desempenho insuficiente; planejamento e propostas de soluções (com participação ativa das coordenações de cursos); acompanhamento por meio de indicadores em nível de desagregação apropriado para identificar problemas localizados e adotar medidas tempestivas, pontuais e específicas; implantação e monitoramento das soluções propostas. O Relatório do REUNI limita-se a indicar o atingimento ou não das metas/objetivos sem, contudo, apresentar uma análise quanto às causas de insucesso, nem apontar medidas que possam vir a ser adotadas para melhoria de desempenho.

##/Fato##

**Causa**

O Reitor e os Pró-Reitores para Assuntos Acadêmicos e de Planejamento, Orçamento e Finanças não estabelecerem um acompanhamento adequado do Projeto Reuni, nem promoveram ações para analisar as causas referentes às metas não atingidas.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201205397-007, de 03/05/2013, o dirigente da Entidade encaminhou o Ofício nº 478/2013-GR, de 8 de agosto de 2013, com manifestação nos seguintes termos:

"Em atendimento S.A 201205397/007, venho por meio deste apresentar comentários e justificativas que demonstram que devem ser reformadas algumas constatações do relatório Nº 201205397, pelas razões que se seguem, uma vez que não corresponde ao que se contém nos autos e se apresenta, *Data vênia*, fruto de má interpretação do agir dessa Universidade.

Primeiramente, há de se ratificar a relevância da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU/PE) no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma vez que a mesma é subsidiada por recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade de sua produção/trabalho.

Por outro lado, pontuamos que avaliar aspectos dentro de uma Universidade Pública não se trata, como ocorre dentro das empresas, de medir apenas indicadores de eficiência e eficácia tendo como base conceitos gerados no campo da administração pública gerencial, uma vez que dimensões sociais, políticas, culturais e filosóficas estão imbricadas no cotidiano das instituições de ensino. Além do mais, não podemos perder de vista princípios como autonomia, pluralismo e espírito crítico, constitucionalmente assegurados, que fundamentam a existência das Universidades brasileiras (Artigos 206 e 207 – CF/1988).

Reconhecemos que mesmo diante da implementação de políticas, programas e ações praticadas no Sistema de Educação Superior Brasileiro (SESB) desde meados da década de noventa a questão do acesso, permanência e conclusão dos estudantes permanece sendo uma prioridade da política educacional brasileira, pois apesar de todos os esforços apenas 14,6% da população de 18 a 24 anos encontram-se matriculada nesse nível de ensino, conforme aponta o Censo da Educação Superior de 2011 (INEP/MEC), mantendo o sistema de ensino superior de elite, na perspectiva da classificação apresentada por Martin Trow (2005).

A partir desse entendimento torna-se claro que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e nesse contexto a UFPE, têm papel primordial a desempenhar.

A seguir são apresentadas nossas explanações no que se refere às constatações ao relatório de Auditoria em tela:

(...)

* **Constatação 006: Atingimento parcial das metas pactuadas no REUNI**

Conforme informações da Pró-reitoria para assuntos acadêmicos da UFPE, A meta de taxa de conclusão média dos cursos de graduação para 90% foi determinada pelo MEC e trata-se de uma meta superdimensionada uma vez que em todo o mundo apenas universidades japonesas possuem essa taxa de sucesso.

Em relação aos indicadores de evasão e retenção assim como de ocupação de vagas ociosas, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE e o Plano Reuni/UFPE - documentos que destacam a relevância da ocupação das vagas ociosas e a redução das taxas de evasão - o Conselho Universitário da UFPE aprovou a Resolução n° 03/2008 que altera as normas de trancamento na instituição.

A medida supracitada proíbe os estudantes a trancar a matrícula durante o primeiro ano de vínculo com a instituição. O objetivo da resolução é evitar a existência de vagas ociosas, gerando oportunidades para novos estudantes ingressarem na instituição, buscando assim, inibir o bloqueio de vagas por parte dos aprovados no vestibular que realizam a matrícula, mas acabam desistindo do curso por ocuparem vaga em outras instituições de ensino.

Posição semelhante teve o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), ao aprovar por unanimidade, a Resolução 09/2009 que resgata a prática da recusa definitiva de matrícula (jubilamento) na instituição, em desuso desde a década de noventa. A recusa de matrícula nos cursos de graduação se dará por decurso de prazo para conclusão do curso ou pela persistência de rendimento escolar insuficiente.

Na referida Resolução foi instituído o “Programa de Acompanhamento de Estudos”, que pode ser solicitado pelo estudante que sentir dificuldades para cumprir as exigências mínimas do curso. O objetivo da Resolução não é punir os estudantes, mas criar condições de acompanhamento pela coordenação de curso e auxiliar aqueles que estão em dificuldades, possibilitando a conclusão em tempo hábil. As normas para recusa definitiva de matrícula evitarão a retenção e a ociosidade de vagas na UFPE, dando oportunidade às pessoas empenhadas em estudar.

            Na perspectiva de ampliar a oferta de vagas nos cursos de graduação para segmentos menos favorecidos da população, no período de 2005 a 2012 a UFPE institucionalizou a concessão de bônus de 10% na média aritmética do aluno, que cursaram os três anos do Ensino Médio, integral e exclusivamente, em regime regular, em escola da rede pública, municipal e estadual, do Estado de Pernambuco.

Aos candidatos às vagas dos Centros Acadêmicos de Caruaru e Vitória de Santo Antão até 2009 o referido acréscimo esteve vinculado a alunos que cursaram todo o Ensino Médio em estabelecimentos de ensino (públicos ou privados) do interior do estado, visando a ocupação de vagas pelos estudantes da região nos novos campi. Posteriormente foram adotados critérios similares aos do campus Recife. Atualmente, em torno de 90% das vagas são ocupadas por alunos da região, prescindindo dessa medida.

A UFPE concede isenção da taxa de inscrição no vestibular. Para concessão da isenção são considerados os seguintes critérios: ter cursado o Ensino Médio integralmente em escolas do Sistema Público de Educação e ser membro de família de baixa renda. A isenção da taxa pode ser de 100%, 50% ou 30% do valor da inscrição.

No Vestibular 2013 a UFPE aboliu o bônus e passou a adotar o sistema de cotas (contemplando 16,57%), conforme legislação Lei nº 12.711/2012, que estabelece que as instituições terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei, isto é, reserva de 50% cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Outra ação desenvolvida pela UFPE diz respeito aos programas pré-acadêmicos, cursos preparatórios para o vestibular, ofertados aos estudantes e egressos da rede pública nos *campi* deRecife, Caruaru e Vitória de Santo Antão e, em comunidades populares na região metropolitana do Recife.

No que se refere as reformas curriculares dos cursos de graduação de acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), obedecendo aos requisitos legais e normativos indicados pelo MEC, observa-se que atualmente a UFPE conta com 87 cursos de graduação atualizados e 14 em atualização, atingindo, dessa forma, um percentual de 97,1%.

Vale salientar ainda, a relevância da formação continuada dos docentes como estratégia para melhorar não só o desempenho dos estudantes, bem como dos docentes - pois o desenvolvimento profissional de um professor demanda saberes pedagógicos, científicos e de experiência para um efetivo exercício da docência. Nessa perspectiva, há o Programa de Atualização Didático-Pedagógica, ofertado pelo Núcleo de Formação Continuada Didático-Pedagógica (NUFOPE).

O Núcleo tem como objeto a docência no contexto da universidade e realizou seminários como “Desafios da Docência Universitária nos Tempos Atuais” (2008), oferta de 13 (treze) turmas do Curso de Atualização Didático-Pedagógica (2009), Rodadas de Conversa e Sessões de Estudo da temática “Profissionalidade”, tendo como uma das referências o texto “*La notion de ‘professionnalitá’ pour les syndicats en Italie*” (de Giusto BARISI, 1982) (2010), realização da pesquisa “Profissionalidade Docente na Relação Formação e Prática Didático-Pedagógica Universitária” (2011-2012), entre diversas outras atividades.

Há que lembrar que o Plano/Reuni UFPE, com vigência de 2007-2012, ainda não teve seu ciclo encerrado, uma vez que na Proposta Orçamentária da UFPE para 2014 estão incluídas ações do Reuni.

A Universidade constitui-se o lócus onde se constrói o conhecimento legitimado e realiza formação reconhecida, devendo ser livre para pensar, exercer a crítica, produzir pesquisa básica, gerar conhecimento, enquanto contribui para o desenvolvimento e responde as demandas do novo momento de Pernambuco e do Nordeste.

Nesse sentido, a Universidade deve manter o espaço da liberdade para exercitar a contradição dialética, da qual a sociedade espera que seja um vetor impulsionador de mudanças.

Sendo assim, a Universidade deve estar próxima da realidade, mas mantendo a capacidade de compreendê-la para ajudar a transformá-la.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Em sua manifestação o gestor não contesta as informações apresentadas referentes às metas e diretrizes do Programa REUNI não atingida. De fato, não se esperava que fosse diferente, já que os dados apresentados pela equipe de auditoria basearam-se em documentos disponibilizados pela própria Entidade e representam a situação ao final do exercício de 2012.

Com relação à Taxa de Sucesso, o gestor alega que a meta fixada, de 90%, foi superdimensionada pelo Ministério da Educação. Enquanto que, no que se refere às outras metas não atingidas (Evasão/Retenção, Tx Ocupação, Reformas Currículares, Renovação da Pratica Pedagógica e Política de Inclusão Social) a manifestação se atém a apresentar iniciativas que foram empreendidas ao longo do período visando a melhoria dos respectivos índices. Além disso, ressalte-se que o gestor foi silente quanto ao não atendimento da diretriz que determinava que o aumento de vagas deveria ocorrer prioritariamente em período noturno.

Sendo assim, confirma-se o não atingimento de parte das metas, fixadas para o período 2008-2012 no Projeto REUNI pactuado pela UFPE com o MEC, conforme relatado no fato, inclusive no que se refere ao não atendimento à diretriz do projeto que preconizava a priorização de vagas noturnas.

Quanto à Taxa de sucesso, ainda que se admita que esta tenha sido superestimada, considera-se que a evolução desse índice no período foi pequena (cerca de 8 pontos percentuais), ainda mais considerando que a UFPE não apresentou nenhuma ação específica voltada à melhoria desse índice.

Além disso, verifica-se, não obstante as iniciativas informadas na manifestação do gestor, a ausência de uma sistemática para efetivo acompanhamento e avaliação quanto ao atingimento das metas propostas, inclusive, a nível de curso/departamento. Exemplo disso é o Programa de Atualização Didático-Pedagógica, ofertado pelo NUFOPE. Não há dados para avaliar a abrangência alcançada pelo Programa (professores/cursos atendidos), nem tão pouco para mensurar os resultados advindos dessas ações. Noutro exemplo, a Resolução 09/2009, que estabelece regras para o “jubilamento”, ao mesmo tempo que institui o “Programa de Acompanhamento de Estudos”, também se constitui em iniciativa pertinente para fazer face ao desafio de reduzir os índice de evasão/retenção/ociosidade que, porém, não foi ainda plenamente implantada, nem se tem conhecimento dos efeitos produzidos por tais medidas.  Portanto, constata-se que não há instrumentos para monitoramento e avaliação da eficácia dessas ações que visam o atingimento das metas propostas.

Por fim, constata-se a ausência de estudos, a nível institucional, para diagnósticos das causas referentes às situações de desempenho insuficiente, restando prejudicada a própria concepção de propostas para superar os obstáculos à consecução das metas.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: A partir da análise das causas que tem contribuído para a existência de cursos de graduação da UFPE com altas taxas de evasão/retenção/ociosidade, conceber propostas para superação dos obstáculos à consecução das metas instiucionais relativas ao ensino de graduação. Implantar as soluções propostas e adotar mecanismos para acompanhar e avaliar a eficácia de tais ações.

Recomendação 2: Empreender estudos, a nível institucional, que abranjam as diversas áreas da Universidade para identificar, para os cursos e centros com maiores taxas de evasão/retenção/ociosidade, as principais causas que têm contribuído para que esses índices estejam acima do fixado nas metas.

Recomendação 3: Estabelecer instrumentos para acompanhamento periódico dos índices relativos à evasão/retenção/tx de ociosidade dos cursos, de modo a identificar precocemente comportamentos desviantes e, a partir daí, pactuar metas e prazos para melhoria desses índices a nível de cursos e centros.

**1.1.1.6 CONSTATAÇÃO**

**Produção científica correlacionada negativamente com histórico de vínculos empregatícios e societários. Elevada proporção de docentes sem produção científica. Produção científica não explica baixa carga didática de docentes.**

**Fato**

Foi realizada uma avaliação da produção científica dos docentes da UFPE em 2010. Para fins da avaliação, convencionou-se que "produção científica" é o somatório dos seguintes itens, produzidos no ano de 2010: trabalhos publicados em revista; capítulos de livros; livros; e quantidade de alunos de pós-graduação orientados ou coorientados pelo professor.

           Constatou-se que dentre os 2242 docentes da UFPE, há 1131 professores com produção científica zero no ano de 2010. Ou seja, não realizaram qualquer uma das atividades geradoras de produção científica que justifiquem uma eventual redução na carga didática, conforme será discutido adiante.

            Os dados de produção científica e de carga didática semestral dos docentes foram categorizados, para a criação de escores e realização de análises, conforme tabela a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Produção Científica (Somatório) | Escore de Produção Científica (convencional) | Quantidade de Docentes na categoria Produção Científica | Carga Didática Semestral (intervalo) | Escore de Carga Didática  (Convencional) | Quantidade de Docentes na categoria Carga Didática |
| 0 (zero) | 0 | 1131 | 0 (zero) | 0 | 238 |
| 1 | 1 | 347 | 1 a 59 | 1 | 120 |
| 2 | 2 | 235 | 60 a 119 | 2 | 323 |
| 3 | 3 | 146 | 120 a 149 | 3 | 555 |
| 4 | 4 | 94 | 150 a 239 | 4 | 691 |
| >=5 | 5 | 289 | >=240 | 5 | 315 |

            Com os dados convencionados na tabela anterior foi criado um novo escore, resultante da soma dos escores produção científica e carga didática semestral. Observe-se que um docente com carga didática de 240 horas/aula semestrais e sem qualquer produção científica obteria um escore igual a cinco. O mesmo escore de cinco seria obtido por um docente que publicou um trabalho em revista ou um capítulo de livro, orientou dois alunos de pós-graduação e coorientou outros dois alunos de pós-graduação. Trabalha-se com a lógica de estimar a compensação recíproca entre ensino e pesquisa, sendo o escore combinado de 5 (cinco) ou superior considerado satisfatório e o escore de 4 (quatro) compreendendo situações limítrofes.

            A tabela a seguir descreve a distribuição dos docentes segundo o escore combinado de ensino e de pesquisa, doravante denominado Escore Acadêmico:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Escore Acadêmico | Quantidade de Docentes | % | %Acumulado |
| 0 | 186 | 8,30 | 8,30 |
| 1 | 95 | 4,24 | 12,53 |
| 2 | 169 | 7,54 | 20,07 |
| 3 | 322 | 14,36 | 34,43 |
| 4 | 472 | 21,05 | 55,49 |
| 5 | 365 | 16,28 | 71,77 |
| 6 | 199 | 8,88 | 80,64 |
| 7 | 154 | 6,87 | 87,51 |
| 8 | 115 | 5,13 | 92,64 |
| 9 | 108 | 4,82 | 97,46 |
| 10 | 57 | 2,54 | 100,00 |
| Total | 2.242 |  |  |

            Os diferentes Departamentos da UFPE foram categorizados quanto às seguintes variáveis:

1)      Escore acadêmico do departamento: média aritmética dos escores acadêmicos dos docentes (ensino + pesquisa);

2)      Produção científica do departamento - média: média aritmética das publicações dos docentes (trabalhos publicados em revistas, capítulos de livros, livros, orientações e coorientações);

3)      Carga didática do departamento (120 horas) – média : proporção de docentes no departamento que cumprem carga didática semestral igual ou superior a 120 horas;

4)      Carga didática do departamento (240 horas) - média: proporção de docentes no departamento que cumprem carga didática semestral igual ou superior a 240 horas;

5)      Vínculos RAIS do departamento: quantidade de docentes no departamento que possuem histórico de ao menos um outro vínculo empregatício registrado no sistema RAIS, ativos até o final de 2011;

6)      Vínculos CNPJ do departamento: quantidade de docentes no departamento que possuem histórico de ao menos um outro vínculo societário registrado no sistema CNPJ (administrador, diretor, presidente, representante, sócio administrador ou sócio gerente), consulta realizada no primeiro trimestre de 2013;

7)      Vínculos concomitantes RAIS + CNPJ do departamento: quantidade de docentes no departamento que possuem ambos os históricos de vínculos, RAIS e CNPJ, simultaneamente;

     Cada um dos indicadores descritos anteriormente também foram ordenados e classificados, segundo um “rank” (postos), tantos quantos fossem os registros existentes. A título de exemplo, o departamento com maior escore acadêmico recebia o posto número 1 (um), já o departamento com menos docentes com vínculos no sistema RAIS recebia o número correspondente ao último posto. Calculou-se, então, o coeficiente de correlação de Spearman para diferentes pares de variáveis classificadas em postos.

     A produção científica dos departamentos (n = 78) está correlacionada negativamente com as variáveis vínculos RAIS, vínculos CNPJ e vínculos concomitantes, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variáveis | Coeficiente de Correlação (Spearman) | p (bilateral) |
| Produção Científica vs vínculos RAIS | -0,30 | 0,01 |
| Produção Científica vs vínculos no CNPJ | -0,29 | 0,01 |
| Produção Científica vs vínculos concomitantes RAIS e CNPJ | -0,28 | 0,05 |

     O escore acadêmico dos departamentos também está correlacionado negativamente com as variáveis vínculos RAIS, vínculos CNPJ e vínculos concomitantes, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variáveis | Coeficiente de Correlação (Spearman) | p (bilateral) |
| Escore Acadêmico vs vínculos RAIS | -0,39 | 0,01 |
| Escore Acadêmico vs vínculos no CNPJ | -0,33 | 0,01 |
| Escore Acadêmico vs vínculos concomitantes RAIS e CNPJ | -0,39 | 0,01 |

     A tabela abaixo representa as correlações dos dados não ranqueados, ou seja, correspondem às próprias médias dos escores acadêmicos e das cargas didáticas dos departamentos. Neste caso, observa-se um expressivo aumento nos coeficientes de correlação. No caso da carga didática, o coeficiente de correlação por postos que não foi significativo passa a ser significativo ao se considerar a proporção de docentes do departamento que cumprem uma carga didática semanal de ao menos 120 horas. Já no caso da média da produção científica, a correlação perde força para os vínculos CNPJ, e a correlação é significativa apenas no teste unilateral, mas não no teste bilateral.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variáveis | Coeficiente de Correlação (Pearson) | p (bilateral) |
| Escore Acadêmico vs vínculos RAIS | -0,52 | 0,01 |
| Escore Acadêmico vs vínculos no CNPJ | -0,49 | 0,01 |
| Escore Acadêmico vs vínculos concomitantes RAIS e CNPJ | -0,62 | 0,01 |
| Carga didática (120hs) vs vínculos RAIS | -0,54 | 0,01 |
| Carga didática (120hs) vs vínculos no CNPJ | -0,47 | 0,01 |
| Carga didática (120hs) vs vínculos concomitantes RAIS e CNPJ | -0,63 | 0,01 |
| Produção Científica vs vínculos RAIS | -0,25 | 0,05 |
| Produção Científica vs vínculos no CNPJ | -0,21 | ns\* |
| Produção Científica vs vínculos concomitantes RAIS e CNPJ | -0,20 | ns\* |

                            (\* p < 0,05 no teste unilateral)

     Cabe ressalvar a limitação existente no cálculo do escore acadêmico, pois enquanto os dados relativos à produção científicas são abrangidos pelas consultas aos sistemas RAIS e CNPJ, os dados de carga didática são referentes ao primeiro semestre de 2012, estes últimos também abrangidos pelos referidos sistemas, porém não contemporâneos à produção científica.

     No caso do escore acadêmico, aceitar as inferências propostas depende da adoção do pressuposto de que não ocorreram alterações substanciais entre 2010 e 2012, quer na produção científica departamental, quer na carga didática departamental, suficientes para alterar as correlações em análise. Dada a consistência dos dados, a sua plausibilidade e a consistência dos resultados com outras análise já apresentadas, para as quais não havia tal restrição, acredita-se que os pressupostos são válidos. De qualquer modo,  justifica-se a confirmação das conclusões ora apresentadas, realizando nova análise com dados contemporâneos.

            De maneira análoga às correlações negativas entre a carga didática dos docentes e a existência de histórico de vínculos empregatícios ou societários, as análises ora apresentadas indicam que os referidos históricos de vínculos também explicam a redução na produção científica e no Escore Acadêmico do Departamento, este último representando a conjunção de atividades de ensino e de pesquisa.

            Percebe-se que os históricos de vínculos empregatícios ou societários extra UFPE dos docentes impactam negativamente tanto a carga didática dos docentes quanto a produção científica dos mesmos. Adicionalmente, a persistência da correlação entre os vínculos RAIS ou CNPJ  com o indicador que combina carga didática e produção científica sugere que a eventual maior produção científica do departamento não compensa uma menor carga didática. Não obstante exista uma discreta tendência de relação inversa entre produção científica e carga didática no departamento, tal correlação não é significativa.

          Ressalta-se que, em conformidade com o artigo 6º, § 3º, da Resolução nº 01/1988, professores em regime de tempo integral (40 horas ou DE) devem atender ao requisito mínimo de carga didática de 8 (oito) horas-aula semanais (ou 120 horas-aula semestrais), desde que também estejam realizando projeto de pesquisa ou extensão devidamente homologado pela Câmara competente. Do contrário, a carga didática semanal mínima deverá ser de 16 (dezesseis) horas-aula semanais (ou 240 horas semestrais).

         Entretanto, dentre 1131 docentes com produção científica 0 (zero) em 2010, apenas 215 desses docentes possuíam carga didática semestral igual ou superior a 240 horas/aula no primeiro semestre de 2012. Ou seja, 916 docentes não atenderiam às exigências mínimas e razoáveis de carga didática para um servidor público em regime de tempo integral. Mesmo considerando uma carga didática semestral igual ou superior a 120 horas/aula, no primeiro semestre de 2012, ainda haveria 403 docentes sem qualquer produção científica e que também não atenderiam ao referido requisito de carga didática.

      Dado o elevado número de docentes nessa condição, apenas substanciais alterações no perfil de produção científica de um expressivo número de professores, entre 2010 e 2012, seria capaz de afastar as conclusões ora apresentadas. Ademais, cabe observar que a carga didática é composta tanto pelo ensino na graduação quanto na pós-graduação.

        Isso explica os elevados custos de formação de alunos em determinados cursos de graduação. As tabelas a seguir demonstram que os doze cursos com os maiores custos de formação por aluno de graduação estão vinculados a departamentos de referência que possuem escores acadêmicos menores do que aqueles que oferecem os doze cursos mais econômicos.

      Tabela dos doze cursos com maiores custo de formação por aluno:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cursos de Maior Custo de formação por aluno | Custo de Formação | Departamentos de Referência | % Participação | Escore Acadêmico | Escore Acadêmico Combinado |
| GESTÃO DA INFORMAÇÃO | 2.681.028,66 | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO | 99 | 5,55 | 5,55 |
| MUSICA - INSTRUMENTO | 1.166.061,53 | DEPARTAMENTO DE MÚSICA | 99 | 4,41 | 4,41 |
| GEOLOGIA | 899.795,88 | DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA | 86 | 5,48 | 5,48 |
| ENGENHARIA BIOMÉDICA | 766.805,73 | DIRETORIA DO CENTRO DE TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIAS | 44 | 3,25 | 3,68 |
| DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA E SISTEMAS | 32 | 4,27 |
| ENGENHARIA CIVIL - CAA | 716.209,48 | NÚCLEO DE TECNOLOGIA - CAA | 95 | 3,59 | 3,59 |
| ENGENHARIA CARTOGRÁFICA | 672.994,96 | DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA | 64 | 5,50 | 5,50 |
| QUÍMICA - BACHARELADO | 476.225,24 | DEPARTAMENTO DE QUÍMICA FUNDAMENTAL | 90 | 4,06 | 4,06 |
| QUÍMICA - LICENCIATURA | 456.738,20 | DEPARTAMENTO DE QUÍMICA FUNDAMENTAL | 82 | 4,06 | 4,06 |
| FONOAUDIOLOGIA | 419.057,00 | DEPARTAMENTO DE FONOAUDIOLOGIA | 80 | 4,74 | 4,74 |
| ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO | 415.724,23 | DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES E SISTEMAS | 33 | 4,06 | 4,23 |
| DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO | 33 | 4,39 |
| ARTES VISUAIS | 400.837,43 | DEPARTAMENTO TEORIA DA ARTE E EXPRESSÃO ARTÍSTICA | 85 | 3,91 | 3,91 |
| QUÍMICA INDUSTRIAL | 382.627,40 | DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA QUIMICA | 86 | 5,02 | 5,02 |
| Médias | 787.842,15 |  |  |  | 4,52 |

     Na tabela anterior, observa-se que apenas um terço dos departamentos possuem escore acadêmico superior a cinco e três deles possuem escore inferior a quatro. Considerando que a mediana do escore acadêmico dos departamentos da UFPE é igual a 4,67, apenas 5/12 (41,67%) dos referidos departamentos possuem escore acadêmico superior à mediana.

     Tabela dos doze cursos com menores custo de formação por aluno:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cursos de Menor Custo de formação por aluno | Custo de Formação | Departamentos de Referência | % Participação | Escore Acadêmico | Escore Acadêmico Combinado |
| SERVIÇO SOCIAL | 125.965,51 | DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL | 75 | 5,50 | 5,50 |
| CIÊNCIAS CONTABEIS | 124.208,64 | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS | 68 | 3,51 | 3,51 |
| GEOGRAFIA - LICENCIATURA | 121.530,63 | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS | 73 | 5,74 | 5,74 |
| PEDAGOGIA | 117.360,97 | DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E PLANEJ. EDUCACIONAL | 22 | 5,41 | 5,71 |
| DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSOFICOS DA EDUCAÇÃO | 22 | 5,28 |
| DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO | 33 | 6,00 |
| DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS | 23 | 6,00 |
| PUBLICIDADE E PROPAGANDA | 117.337,83 | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 85 | 5,37 | 5,37 |
| EDUCAÇÃO FÍSICA | 115.683,76 | DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA | 59 | 3,28 | 3,28 |
| JORNALISMO | 107.866,90 | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 80 | 5,37 | 5,37 |
| ADMINISTRAÇÃO | 101.664,65 | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS | 79 | 5,20 | 5,20 |
| BIBLIOTECONOMIA | 88.396,60 | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO | 80 | 5,55 | 5,55 |
| SECRETARIADO | 76.371,13 | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS | 59 | 5,20 | 5,20 |
| GEOGRAFIA | 74.313,54 | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS | 89 | 5,74 | 5,74 |
| FILOSOFIA | 47.663,44 | DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA | 89 | 4,72 | 4,72 |
| Médias | 101.530,30 |  |  |  | 5,07 |

     Na tabela anterior é possível observar que apenas três departamentos vinculados aos cursos de menor custo de formação por aluno possuem escore inferior a cinco, além de que dois departamentos ligados ao curso de pedagogia possuem escore igual a seis (apenas quatro dos departamentos da UFPE atingiram esse escore, sendo 6,17 o maior valor observado, para o Departamento de Energia Nuclear e o segundo maior valor foi de 6,10, no Departamento de Botânica). Destes, 10/12 (83,2%) possuem escore acadêmico superior à mediana dos departamentos da UFPE (4,67).

    Da análise das tabelas acima observa-se que, não obstante haja exceções em ambos os grupos e haja alguns dados discrepantes do respectivo grupo (alguns elevados escores acadêmicos dentre os cursos de maior custo e vice-versa), o escore acadêmico dos departamentos de referência é um preditor do custo de formação do aluno do principal curso vinculado àquele departamento. Um teste de comparação entre médias dos dois grupos antes referidos indicou que a média dos escores acadêmicos dos departamentos vinculados aos cursos de menor custo de formação por aluno é maior do que a respectiva média dos cursos com maior custo de formação por aluno (5,07 vs 4,52, p < 0,05).

     Os doze cursos com menores custos de formação por aluno estão ligados a departamentos com maiores escores acadêmicos, ou seja, possuem maior carga didática média dos professores e / ou maior produção científica. Tais resultados evidenciam a relação existente entre a maior eficiência do departamento e o menor custo de formação dos alunos de graduação, ressaltando-se que diversos departamentos combinam tanto carga didática satisfatória quanto elevada produção científica.

     Cabe, por fim, lembrar que os históricos de vínculo de docentes com sociedades empresárias ou com outros empregos está correlacionado negativamente tanto à carga didática quanto à produção científica. Logo, espera-se que um maior número de docentes com estes vínculos contribua negativamente com o escore acadêmico do departamento. Assim, a correção deste fator, assim como de quaisquer outros fatores ligados à baixa carga didática semanal e à menor produção científica, tende a contribuir para a redução dos custos de formação de um aluno graduado para patamares razoáveis e para a maior eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados ao ensino superior.

##/Fato##

**Causa**

Pró-Reitor da Propesq não estabeleceu controles efetivos relativos à produção científica e demais atividades realizadas por docentes em regime de dedicação exclusiva da UFPE; Verifica-se também a ausência, deficiência ou falta de aplicação de indicadores operacionais desagregados de pesquisa e produção científica, segundo o departamento e segundo o docente, que também deveriam ter sido instituídos por esses dirigentes.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201205397-007, de 03/05/2013, o dirigente da Entidade encaminhou o Ofício nº 478/2013-GR, de 8 de agosto de 2013, com manifestação nos seguintes termos:

"Em atendimento S.A 201205397/007, venho por meio deste apresentar comentários e justificativas que demonstram que devem ser reformadas algumas constatações do relatório Nº 201205397, pelas razões que se seguem, uma vez que não corresponde ao que se contém nos autos e se apresenta, *Data vênia*, fruto de má interpretação do agir dessa Universidade.

Primeiramente, há de se ratificar a relevância da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU/PE) no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma vez que a mesma é subsidiada por recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade de sua produção/trabalho.

No tocante às constatações 005, 007 e 008, observamos que as constatações baseiam-se em dados incompletos no que concerne às informações contidas no sistema SIGA UFPE e fornecidas pelo NTI desta universidade em resposta à Solicitação de Auditoria 201205397/004.

Primeiramente, restou constatado na própria resposta fornecida pelo NTI a existência de uma quantidade significativa de disciplina sem ter uma associação no sistema a um professor ( cerca de 11,7% das disciplinas do 1º semestre) . Outro ponto que merece ser levado em consideração é que o sistema SIGA UFPE não foi desenvolvido, inicialmente, para acompanha as atividades acadêmicas dos professores e sim para armazenar de forma integrada todas as informações sobre o desempenho dos alunos durante a realização do curso. Com o passar dos anos, esta universidade, mesmo com todas as dificuldades relacionadas à pessoal e a equipamentos, vem buscando aprimorar seu sistema acadêmico a fim de realizar uma gestão mais eficiente do ensino e da pesquisa. Fruto dessa mudança, podemos destacar a criação das funcionalidades PAAD e RAAD, que já em 2013 permitirá o monitoramento de todas as atividades planejadas e desenvolvidas pelos docentes da UFPE.

Disto isto, voltamos ao fato da constatação em tela. No decorrer dos trabalhos, a equipe de autoria da CGU utilizou-se como base para realização do custo por curso uma carga horária dos docentes muito abaixo da efetivamente realizada pelos professores, o que sem dúvida induziu essa equipe a conclusões equivocadas sobre o agir dessa universidade. Diante disto, qualquer análise feita tendo por base apenas os dados fornecidos pelo NTI terá boa parte de seus resultados comprometidos, não devendo dessa forma ser levados em consideração.

Ademais, os dados do custo anual por departamento levou em consideração todo o salário para a composição do custo de formação do aluno. Como o docente não exerce apenas atividades relacionadas à graduação, mas mesmo assim foi considerado todo o salário. O salário do docente é para fazer ensino, pesquisa, extensão e ainda tem atividades de gestão e complementares.

O Ano de referência desse estudo foi 2012.1. Faltou incluir as disciplinas de 2012.2. Ainda no Sistema acadêmico existe inconsistência nos dados, como, por exemplo, disciplinas sem docentes responsáveis (do total de 4.287disciplinas do 1º semestre de 2012, 11,7% estão sem docentes cadastrados no sistema acadêmico).

Como alguns cursos estão começando a formar seus primeiros alunos em 2012 e os dados utilizados pela auditoria (setembro de 2012), ainda não tinha os dados de concluintes 2012, por conta de greve, foram utilizados os dados dos Indicadores do TCU e todo o segundo semestre de 2012 foi substituído pelo segundo semestre de 2011 conforme recomendação do próprio TCU.

A título de teste da metodologia proposta por essa equipe de auditoria, foram realizados alguns ajustes nos dados de concluintes de 2012 e o rateio do salário de alguns docentes que preencheram o RAAD 2011, com esses pequenos ajustes, o custo de formação do curso de Gestão da Informação que no relatório da auditoria constava que era 8,5 vezes superior ao custo de formação média (R$ 305 mil) reduziu 76,8% passando para 1,97 vezes superior a formação média, chegando a conclusão que os dados precisam ser auditados antes de incluir na metodologia aplicada para o cálculo do custo pela auditoria da CGU.

Como dito anteriormente, esta gestão esta preocupada com a melhoria das informações inseridas no sistema SIGA, no que tange às atividades dos docentes. Neste sentido, a UFPE acredita que o papel dos órgãos de controle é fundamental nessa orientação a uma utilização mais eficiente dos recursos públicos humanos, financeiros e materiais. Assim, com intuito melhorar a qualidade das informações inseridas no SIGA e de contribuir com os trabalhos realizados por essa Controladoria Geral, a UFPE solicitou a seus departamentos que anexassem os documentos comprobatórios do cumprimento da Resolução nº 01/88 da UFPE nos períodos de 2012.1 e 2012.2.

Com base nas informações fornecidas, observou-se ainda a falta de comprovação do atendimento por parte de alguns professores, o que demanda um estudo mais aprofundado para identificação das causas por parte desta Universidade. A título de exemplo podemos citar o caso do departamento de cirurgia que realiza 6 (seis) atividades relacionadas à ensino (Consultas ambulatoriais; visita às enfermarias, com acompanhamento de pacientes; Reuniões clinicas com discussão sobre casos médicos;  preceptoria de residentes, pós graduação; atividades cirúrgicas; e atividades em sala de aula) e que na contabilidade de sua carga horária para o professor, atualmente, na maioria dos casos só registra as aulas realizadas em sala de aula.

É importante destacar que as informações acadêmicas dos professores referentes ao ano de 2012 estão sendo atualizadas até setembro em função dos atrasos no calendário acadêmico provocados pela greve. As informações fornecidas seguem anexas a este ofício e são resumidas no quadro a seguir.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Relatório da CGU 201205397**  **( semestre 2012.1)** | | | **Informações apresentadas**  **(semestres 2012.1 e 2012.2)** |
| **Departamento** | **CH média** | **Prof. abaixo CH mínima** | **Prof.  não comprovou atendimento à resolução 01/1988** |
| **Dep. de psicologia** | **118** | **35%** | **19,5%** |
| **Dep. de Direito Público Geral e Proc.** | **118** | **38%** | **Não enviou documentação** |
| **Dep. de Estatística** | **117** | **34%** | **44,4%** |
| **Dep. de informações e sistema** | **117** | **33%** | **9,7%** |
| **Dep. De Micologia** | **109** | **71%** | **33%** |
| **Dep. De Botânica** | **107** | **40%** | **38,%** |
| **Dep. Medicina Tropical** | **103** | **64%** | **21,7%** |
| **Dep. de Antibióticos** | **103** | **55%** | **23,8%** |
| **Dep. de Medicina Clínica** | **94** | **63%** | **23,6%** |
| **Dep. de Patologia** | **84** | **92%** | **26,7%** |
| **Diretoria do Centro de Tecnologia e Geociência** | **75** | **50%** | **Não localizado** |
| **Dep. de Neuro Psiquiatria** | **70** | **76%** | **15%** |
| **Dep. de Cirurgia** | **31** | **95,5%** | **90,9%** |

Ainda com relação à constatação 007, um fato que preocupou a gestão dessa universidade foi a informação desta Controladoria Geral da União de que 266 docentes possuíam, no primeiro trimestre de 2013, participação na gestão ou administração de sociedade privada. Tal preocupação dar-se sobretudo pelo fato da UFPE não possuir acesso aos sistemas dos governos como os da Receita Federal e o do Ministério do Trabalho, o que restringe significativamente a atuação dessa IFES no acompanhamento dos fatos de acumulação ilegal e de participação na gestão de sociedades privadas.

Não obstante as considerações acima, esta universidade analisou os dados apresentados pela CGU e observou a existência de docentes estariam, à princípio, descumprido o previsto artigo 117, X, da Lei 8.112/90, em virtude de possivelmente figurarem como sócio-administrador ou sócio-gerente de sociedades privadas ativas. Estes docentes estão sendo notificados a apresentarem justificativas/esclarecimento. Após isso, a UFPE analisará as informações e abrirá, caso necessário, processo administrativo contra os professores irregulares.

Quanto à constatação 008, informamos que o relatório aponta a existência de 1132 professores com produção científica zero em 2012. Cumpri-nos esclarecer que a a resolução 01/88 em seu artigo 6º aponta a necessidade de estar realizando uma pesquisa e não a obrigatoriedade de uma publicação científica. É importante observar ainda que a constatação faz referência a publicações de 2010 e utiliza como parâmetro de comparação os professores de 2012. Tal comparação nos parece nos parece prejudicada, pois seria necessário verificar em que categoria o professor se enquadrava à época, á luz da resolução 01/1988, contudo tal análise será possível, embora como dito anteriormente não seja obrigatória, com o preenchimento pelos docentes do RAAD 2012, com finalização prevista para setembro de 2013. Ademais é certo que a resolução prevê em seu artigo 6º que professores 20 horas estão dispensados de realizar atividades vinculadas à pesquisa, assim como para os professores 40 horas ( com e sem dedicação exclusiva) que realizam um mínimo de dezesseis (16) horas-aula semanais, o que corresponde à 480 horas no ano.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

O gestor alega que o artigo 6 da Resolução nº 01/88 da UFPE "aponta a necessidade de estar realizando uma pesquisa e não a obrigatoriedade de uma publicação científica". Isto por si só aponta uma falha na norma e nas próprias práticas de gestão, uma vez que bastaria declarar estar fazendo alguma atividade e então estariam cumpridas as exigências normativas. Não porque deixou-se de publicar um trabalho em periódico científico, já que "produção científica" foi conceituada e analisada num sentido amplo, abrangendo outras atividades, inclusive a orientação ou co-orientação de alunos, embora pudessem ser ainda mais atividades, acaso existentes mais informações, a exemplo da produção de obras de arte, partituras de música, vídeos, ou qualquer produto compatível com o exercício da atividade acadêmica.

Ocorre que também é necessário observar tanto a efetiva realização quanto os resultados decorrentes das atividades declaradas, as quais justificam o vínculo de um docente ao regime de dedicação exclusiva em uma universidade pública. Do contrário, bastaria a cada ano se renovar a declaração de que se está a fazer uma pesquisa ou qualquer atividade equivalente, sem que alunos sejam orientados, sem que teses ou dissertações sejam apresentadas, sem que alunos sejam formados e sem que trabalhos sejam apresentados em congressos ou publicados em revistas, além de quaisquer outros produtos esperados da atividade docente, conforme a área que esteja sendo tratada, já que algumas delas possuem as suas peculiaridades.

Do mesmo modo que um docente que recebe financiamento a projeto de pesquisa deve apresentar um produto da sua pesquisa, ou um professor que recebe bolsa de pesquisador deve apresentar produção científica periódica, o docente em regime de dedicação exclusiva deve apresentar um conjunto mínimo de resultados além da carga didática semanal exigível no ensino de graduação. Afinal, é um conjunto de atividades exigíveis que justifica o recebimento do adicional pecuniário relativo ao regime de dedicação exclusiva.

Quanto à compatibilidade entre o período da produção científica informada e o período do cadastro dos docentes utilizado, cabe ressaltar que não houve significativa renovação do quadro de docentes da UFPE entre 2010 e 2012, ao menos que justificasse a inexistência de qualquer produção de artigos, livros, capítulos de livros, orientação ou co-orientação por parte de 1132 professores da UFPE, cerca da metade do universo de docentes. Afinal, a produção científica é continuada e a maior parte dos docentes analisados já eram docentes da UFPE em 2010, que contava então com 2106 docentes em seus quadros, segundo Relatório da Gestão 2010 da UFPE.

Logo, mesmo excluindo os docentes que não podiam produzir em 2010, ainda assim restariam algumas centenas de docentes presentes na UFPE tanto em 2010 quanto em 2012, sem qualquer produção abrangida no amplo conceito de "produção científica" que foi adotado, embora estejam recebendo o adicional pecuniário referente a este regime de trabalho. O mesmo raciocínio se aplica à fração de docentes que não possuem dedicação exclusiva, cerca de 15%: se forem excluídos de 1132 docentes sem qualquer produção um quantitativo de 330 docentes (15% de 2200 docentes), ainda restariam cerca de 800 docentes em regime de dedicação exclusiva sem qualquer produção científica comprovada.

De qualquer modo, a UFPE dispõe dos dados necessários para o cálculo preciso da fração de docentes em regime de dedicação exclusiva que não possuem quanquer produção, embora o gestor tenha optado por questionar a precisão das análises realizadas.

Ressalta-se que o cálculo de correlação por postos torna ainda mais improvável a mudança dos resultados obtidos e respectivas conclusões, uma vez que eventuais ajustes de dados incompletos tenderiam apenas a mudar posições entre alguns pares de dados situados em postos próximos um do outro, o que implicaria em reduzido impacto nos valores finais dos coeficientes de correlação calculados. Como os eventuais vícios de registro dos dados tendem a afetar igualmente a maior parte dos diferentes cursos, ajustes  nos valores absolutos tendem a manter as posições relativas dos departamentos. E mesmo alterações mais impactantes em uma maior proporção de pares de dados tenderiam, quando muito, a mover o nível de significância de p<0,01 para p<0,05, o que implica que as correlações calculadas ainda continuariam significativas estatisticamente, especialmente se considerarmos que foram realizados testes de hipótese bilaterais, de modo que ainda seria possível e plausível, em função da natureza dos fatos analisados, alterar os testes de hipóteses para testes unilaterais, o que tenderia a manter as correlações calculadas em níveis estatisticamente significantes.

Conclui-se, deste modo, que o aspecto mais grave dos fatos descritos é a correlação negativa entre a produção científica (variável dependente ou efeito) e os vínculos societários e empregatícios extra-UFPE de uma relevante fração de docentes de certos departamentos da UFPE (variável independente ou causal), o que tem como efeito indireto o aumento do custo de formação dos alunos de graduação dos cursos assistidos pelos departamentos mais afetados pelo problema, tendo em vista o baixo escore acadêmico relacionado.

Os níveis de significâncias das correlações são tais que não seriam eventuais imprecisões nos dados utilizados que mudariam a conclusão, válida para a instituição como um todo, qual seja: os docentes com vínculos extra-UFPE produzem menos do que os docentes que não possuem tais vínculos e isto limita a oferta de horas de aula semanais e também a oferta de vagas e de turmas em relação ao potencial institucional o que, por fim, ocasiona a elevação dos custos de formação dos alunos de graduação, cabendo lembrar que mais de três quartos dos docentes da UFPE vinculam-se ao regime de dedicação exclusiva.

Por oportuno, cumpre ressaltar que os resultados do presente trabalho também evidenciam a existência de inconsistências no atual modelo de financiamento do ensino superior público, que tem como um dos seus pressupostos gerais a contratação de docentes apenas em regime de dedicação exclusiva - o que implica em expressivo adicional pecuniário e maiores custos por docente, com a suposição de que todo docente em regime de dicação exclusiva é um pesquisador e que possui produção científica regular, o que não se confirma no presente caso. Isto contribui, em combinação com os fatores descumprimento parcial ou total de obrigações mínimas exigíveis; baixa relação docentes/alunos; limitadas taxas de sucesso em certos cursos; dentre outros fatores, para redução da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Ademais, a suposição de que de fato há dedicação a atividades de pesquisa por cada docente –  mas cujos resultados efetivos nem sempre são aferidos – não raramente pode ser usada como pretexto para minimizar a dedicação de alguns docentes ao ensino de graduação, frustrando tanto o ensino de graduação quanto a pesquisa, na hipótese de ocorrência de baixa carga didática associada a pesquisas sem produtos ou sem resultados ou mesmo não realizadas. São consequências deste modelo os elevados custos de formação de um aluno graduado - em certos casos tornando-se estes custos muito superiores aos valores observados em cursos com qualidade igual ou até mesmo superior, uma vez que estes últimos são cursos melhor gerenciados.

Assim, à perspectiva de ensino superior de qualidade devem ser agregadas as perspectivas de razoabilidade dos custos associados, em conjunto com produção científica efetiva, prática regular de atividades de extensão e respectivos custos por atividade desenvolvida nas universidades públicas, segundo o curso e segundo o departamento envolvido. Deste modo, tornam-se possíveis tanto as comparações externas quanto as comparações realizadas internamente, ainda que cada tipo de comparação possa exigir certo tipo de padronização dos indicadores e ainda que cada comparação também esteja sujeita a certas limitações.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Para as atividades de pesquisa e extensão, definir formas de mensurar a produtividade e os custos envolvidos, visando avaliar o desempenho também nessas áreas.

**1.1.1.7 CONSTATAÇÃO**

**Substituição indevida dos docentes por alunos de pós-graduação em parte da carga didática.**

**Fato**

A partir da aplicação de questionário com os alunos de graduação do curso de Engenharia de Produção, constatou-se a prática de alguns docentes do Departamento de se utilizarem de alunos de pós-graduação para substituí-los em sala de aula. Essa substituição não apenas é indevida, como pode trazer prejuízos à formação dos alunos do curso de Engenharia de Produção da UFPE.

            Dentre as 33 disciplinas abrangidas pela aplicação do questionário, identificaram-se 9 (nove) que foram ministradas no semestre 2012.2 para as quais os alunos relatam ter ocorrido substituição. Os percentuais de substituição indicados variam de 10% a 40%, com valor médio de 20% (vide tabela abaixo).

Nos questionários fica evidenciado que o aluno de pós-graduação tem atuado em substituição ao professor, ou seja, nas aulas ministradas pelos alunos de pós os professores responsáveis pelas disciplinas não estão presentes em sala. Inclusive, quando da realização dos trabalhos de campo, dias 15 a 17/4, verificou-se a presença de aluna de pós-graduação realizando avaliação da turma da disciplina de “Engenharia Econômica” (apresentação de seminário pelos alunos). Dois dias depois, nessa mesma disciplina, a aluna estava novamente substituindo os professores responsáveis, aplicando prova para os alunos. Nesse caso, a pós-graduanda não só aplicou a avaliação (prova), mas também foi responsável direta pela avaliação dos alunos (seminário). A seguir, relacionam-se as disciplinas para as quais ocorreram tais substituições (semestre 2012.2), com os respectivos percentuais de aulas ministradas pelos alunos de pós, conforme indicado pelos alunos.

Disciplinas para as quais foi indicada substituição dos professores por alunos de Pós-graduação

| DISCIPLINA | PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEL(EIS) | CH TOTAL | PERC. DE SUSBT. INDICADO |
| --- | --- | --- | --- |
| Métodos de Apoio à Decisão | A. A./ D. M. | 30 | 15% |
| Modelagem e Estruturação de Problemas | A. A./D. M. | 30 | 20% |
| Engenharia Econômica e Financeira | A. F. | 60 | 40% |
| Logística 2 | A. F./S. V. | 60 | 10% |
| Gestão da Produção 1 | C. M. | 60 | 20% |
| Organização do Pessoal para Qualidade | D. D. | 30 | 20% |
| Sistema de Gestão da Qualidade | D. D. | 60 | 20% |
| Administração para Engenharia | M. H. | 60 | 15% |
| Controle Estatístico da Qualidade | R. F. | 60 | 20% |

             A Resolução 05/99 do Conselho Coordenador De Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco, instituiu o Estágio de Docência para os alunos de pós-graduação stricto sensu da UFPE. O Objetivo nela estabelecido é o de promover a experiência docente para os alunos de pós-graduação, não sendo prevista a substituição do professor e a “liberação” de parte de sua carga horária. Semelhantemente, cabe ao professor responsável pela disciplina acompanhar e avaliar o desempenho do estagiário em sala de aula. Portanto, o “Estágio de Docência” não deve ser utilizado como expediente para substituição dos professores de parte de sua carga horária didática. Também não se pode admitir que o estagiário de docência assuma a responsabilidade pela avaliação dos alunos, ainda que se trate de avaliação parcial.

##/Fato##

**Causa**

Os Pró-Reitores para Assuntos Acadêmicos (PROACAD) e  de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) não instituíram controles adequados ao acompanhamento da presença dos professores em sala de aula e a atuação dos alunos de pós-graduação no estágio à docência. A Chefe do Departamento de Engenharia de Produção não realiza acompanhamento devido da presença dos seus professores às aulas do curso de graduação e da atuação dos estagiários à docência nas diversas disciplinas do curso.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 80/2013 – DCO/PROPLAN, de 22/05/2013, os gestores da Entidade apresentaram a seguinte manifestação:

**“IMPUTAÇÃO:**

3.2.1)

*A partir da aplicação de questionário com os alunos de graduação do curso de Engenharia de Produção, constatou-se a prática de alguns docentes do Departamento de se utilizarem de alunos de pós-graduação para substituí-los em sala de aula. Essa substituição não apenas é indevida, como pode trazer prejuízos à formação dos alunos do curso de Engenharia de Produção da UFPE.*

*Dentre as 33 disciplinas abrangidas pela aplicação do questionário, identificaram-se 9 (nove) que foram ministradas no semestre 2012.2 para as quais os alunos relatam ter ocorrido substituição. Os percentuais de substituição indicados variam de 10% a 40%, com valor médio de 20% (vide tabela abaixo).*

**EXPLANAÇÃO:**

Os alunos de estágio docência devem ministrar em sala de aula o máximo de 15 horas aula sob supervisão presencial do professor. Nenhum estagiário de docência em 2012.2 ministrou mais de 15 horas de aula nas 9 (nove) disciplinas mencionadas (declaração fornecida pelos estagiários em seus relatórios de estágio), todos ministraram uma carga didática menor do que o limite de 15 horas em sala de aula.

Quanto à ausência do professor, esta deve-se ao envolvimento dos docentes com outras atividades acadêmicas já relacionadas anteriormente e explicado no item 1. Registre-se, novamente, que tais ausências ocorreram de forma pontual, não como regra e em quantidades infinitamente inferiores aos números constantes do Relatório.

Todavia, de modo a continuar a evoluir na qualidade do ensino, o DEP reforçou que nenhum estagiário deverá permanecer sozinho em sala de aula.

3.2.2)

*Nos questionários fica evidenciado que o aluno de pós-graduação tem atuado em substituição ao professor, ou seja, nas aulas ministradas pelos alunos de pós os professores responsáveis pelas disciplinas não estão presentes em sala. Inclusive, quando da realização dos trabalhos de campo, dias 15 a 17/4, verificou-se a presença de aluna de pós-graduação realizando avaliação da turma da disciplina de “Engenharia Econômica” (apresentação de seminário pelos alunos). Dois dias depois, nessa mesma disciplina, a aluna estava novamente substituindo os professores responsáveis, aplicando prova para os alunos. Nesse caso, a pós-graduanda não só aplicou a avaliação (prova), mas também foi responsável direta pela avaliação dos alunos (seminário). A seguir, relacionam-se as disciplinas para as quais ocorreram tais substituições (semestre 2012.2), com os respectivos percentuais de aulas ministradas pelos alunos de pós, conforme indicado pelos alunos. Disciplinas para as quais foi indicada substituição dos professores por alunos de Pós-graduação*

**EXPLANAÇÃO:**

O referido seminário constatado pela auditoria no dia 15/04/2013 na disciplina de Engenharia Econômica e Financeira ocorreu após o término do conteúdo programático da disciplina englobando um assunto complementar e que não representava conteúdo de prova, especificamente “Mercado de Capitais”, utilizando como referencia o livro CURSO DE MERCADO FINANCEIRO: Tópicos Especiais (Editora Atlas) tendo por objetivo oferecer uma visão mais detalhada do que representa o mercado financeiro e instrumentos de captação.

A referência do conteúdo da ementa da disciplina cobrado na avaliação de aprendizado dos alunos foi baseado no livro “MATEMÁTICA FINANCEIRA APLICADA: Mercado de Capitais, Administração Financeira, Finanças Pessoais” (Editora Atlas).

Portanto, o referido seminário não foi contabilizado para avaliação acadêmica dos alunos, que foi realizada conforme o modelo padrão da UFPE registrado no sig@ consistindo na média de duas provas (exercício escolar) e prova final, elaboradas e corrigidas pelo professor da disciplina.

Portanto, no que diz respeito à avaliação do aprendizado dos alunos, a participação da pós-graduanda nesta disciplina foi restrita à aplicação do segundo exercício escolar (2ª Prova), que foi elaborada e corrigida pelo professor da disciplina, inclusive o mesmo atendeu a todos os pedidos de revisão de prova, atendendo aos alunos e esclarecendo as dúvidas relacionadas às notas obtidas e correção da prova.

**3.2.3)**

*A Resolução 05/99 do Conselho Coordenador De Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco, instituiu o Estágio de Docência para os alunos de pós-graduação stricto sensu da UFPE. O Objetivo nela estabelecido é o de promover a experiência docente para os alunos de pós-graduação, não sendo prevista a substituição do professor e a “liberação” de parte de sua carga horária.*

*Semelhantemente, cabe ao professor responsável pela disciplina acompanhar e avaliar o desempenho do estagiário em sala de aula. Portanto, o “Estágio de Docência” não deve ser utilizado como expediente para substituição dos professores de parte de sua carga horária didática. Também não se pode admitir que o estagiário de docência assuma a responsabilidade pela avaliação dos alunos, ainda que se trate de avaliação parcial.*

**EXPLANAÇÃO:**

Conforme já explanado anteriormente esta ocorrência se deu de forma esporádica e bem abaixo do limite previsto para envolvimento de estagiário de docência, em sala de aula, tendo ocorrido face à priorização de atividades pelos professores, que estão com uma carga de horária de trabalho acima da jornada normal de 8 horas diárias, com mais de cinco dias de trabalho por semana e com elevada carga de trabalho na maior parte do período de férias.

Deve-se observar que fica clara que este mecanismo não caracteriza uma sistemática de substituição de professor, haja vista que nem foi utilizado o limite de 15 horas em sala de aula previsto, mesmo com a presença do professor”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

O Gestor afirma em sua manifestação que a carga horária máxima ministrada por alunos de pós-graduação é de 15 horas-aula. Primeiramente, ressalte-se que tal afirmação não é incompatível com os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários com os alunos do curso, com o percentual de substituição apontado ficando em torno de 20%, o que corresponde a 12 horas-aula para uma disciplina de 60 horas. A exceção fica por conta da disciplina de “Engenharia Econômica e Financeira”, para a qual os alunos indicaram que a substituição ocorreu num percentual de 40%, o que corresponde a 24 horas-aula. Ressalte-se também que esse limite de 15 horas pode corresponder até a 50% da disciplina (para disciplina de 30 horas), o que se considera excessivo, mesmo se ocorrer sob a supervisão do professor.

Entretanto, o que se questiona aqui é o fato dos alunos de pós-gradução terem atuado em substituição aos docentes. Quanto a isso, o gestor alega que as ausências dos professores ocorreram de forma pontual e em quantidade infinitamente inferiores ao apontado pela equipe de auditoria. Entretanto, em sua resposta, o gestor não apresenta nenhuma documentação que fundamente sua afirmação, nem ao menos informa qual o percentual de “ausências” que teria ocorrido em cada uma das referidas disciplinas. Da mesma forma, a informação de que o conteúdo do seminário que foi acompanhado pela aluna de pós-graduação não ter contado para avaliação dos alunos carece de comprovação. Por sua vez, a opinião da equipe baseia-se nas entrevistas escritas realizadas com os alunos do curso e em verificações “in loco” feitas entre os dias 15 a 17/4/2013.  Para as 9 (nove) disciplinas, foram aplicados 139 questionários, média de 15 por disciplina, o que representa a maioria dos alunos matriculados nessas disciplinas. Os alunos informaram, por meio de suas respostas, que houve, de fato, a substituição dos docentes pelos alunos de pós-graduação. Ademais, não se justifica o fato do estagiário à docência permanecer sozinho em sala de aula devido à ausência do docente responsável, por estar esse “envolvido em outras atividades acadêmicas”, conforme alegado pelo gestor. Inclusive, para o caso em que foi presenciado pela equipe, o preenchimento do Diário de Classe não registra o fato (a substituição), constando do mesmo o conteúdo ministrado e assinado pelo professor responsável, sem nenhuma menção a atuação do estagiário.

Portanto, restou evidenciado que os gestores do Departamento não têm controle efetivo sobre a presença/ausência dos professores responsáveis pelas disciplinas de graduação em sala de aula, bem como sobre a participação de alunos de pós-graduação no estágio de docência, que, segundo informações dos próprios alunos, atuam indevidamente em substituição aos docentes em parte das disciplinas de graduação do curso.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Alterar Resolução 05/99 do Conselho Universitário para incluir vedação expressa a substituição dos docentes em sala de aula por alunos de pós-graduação.

Recomendação 2: Notificar expressamente os professores do Departamento de Engenharia de Produção para que se abstenham de designar alunos de pós-graduação para ministrar aulas nas disciplinas de graduação em substituição aos mesmos.

**1.1.1.8 CONSTATAÇÃO**

**Limitada oferta de acesso ao ensino gratuito, elevado custo de formação de um graduado e limitada extensão de benefícios para o ensino de graduação relacionadas à opção de priorização das atividades ligadas a cursos "lato sensu" e "stricto sensu" pelos professores do Departamento de Engenharia de Produção.**

**Fato**

O presente trabalho descreve a situação de oferta de vagas de graduação e do custo de formação  de um aluno de graduação no contexto em que o departamento responsável pelo curso analisado optou pela priorização de alocação dos esforços acadêmicos em atividades de pós-graduação “lato sensu”, pós-graduação “stricto sensu” e pesquisa.

Em decorrência da decisão de gestão dos recursos departamentais, constata-se uma limitação na oferta de vagas de graduação existindo, portanto, uma limitada acessibilidade ao curso público e gratuito – discrepante da acessibilidade aos cursos pagos ofertados pelos professores do departamento, além de um elevado custo de formação de um aluno de graduação, ao mesmo tempo em que os possíveis benefícios relacionados às atividades priorizadas não se refletem plenamente no ensino de graduação.

Ressalta-se que o trabalho não objetiva apresentar qualquer juízo de valor sobre um curso, um departamento ou os seus docentes em particular, mas sim oferecer um alerta de que as decisões de gestão no âmbito departamental e de um curso determinado podem tornar o ensino de graduação oneroso, além da razoabilidade, levando em conta referenciais externos ou mesmo referenciais de outros cursos oferecidos pela própria instituição. Decorrerá daí, também, a percepção da potencialidade do desenvolvimento e uso de indicadores setoriais – de cursos e de departamentos, enquanto ferramenta de gestão nas universidades federais.

Propõe-se uma abordagem em que está em foco um ensino superior que pode ter suas qualidades e o terá, em certos casos, embora em outros não. Mas destaca-se que determinadas opções de gestão dos recursos públicos e oferta de serviços e produtos não podem ser aceitas a qualquer custo, cuja oferta deve se dar a preços razoáveis e justos, tendo como referência outros cursos privados ou públicos – inclusive da própria instituição, sem ignorar as suas qualidades, as outras atividades do departamento e os benefícios correlatos. Este é o foco da análise que se propõe, sistêmica e não pontual, até mesmo tendo em vista uma coerente advertência fornecida pelos docentes do curso em comento.

Assim é que será discutida a limitada dedicação do Departamento de Engenharia de Produção ao ensino de graduação – aquém das suas possibilidades, na opinião da equipe de auditoria, ao menos em determinadas etapas do curso, em que é possível a ocorrência de turmas progressivamente menores no decorrer dos semestres, mas cujas causas requerem um estudo próprio para a sua identificação, o que por si só não constitui óbice à proposição de estratégias de gestão.

Ademais,  no trabalho são tratadas questões operacionais e não puramente formais, contrariando inclusive eventuais percepções de que as demandas institucionais por melhores resultados na alocação do tempo e dos recursos institucionais estariam além da razoabilidade, ou de que estas seriam desproporcionais ou incompatíveis ante os meios disponibilizados pela instituição. Em outras palavras, acredita-se que mesmo com os recursos e meios atuais são possíveis ganhos substanciais em eficiência.

Assim, inicialmente, será projetado um cenário plausível de alocação do tempo e distribuição de recursos institucionais, para tomar como referência nas análises que serão apresentadas. De modo algum os pressupostos são rígidos, ao contrário, permitem ampla margem para hipóteses alternativas, tamanhas são as discrepâncias que serão apontadas. Vejamos, então:

1)      Tome-se como pressuposto o fato de que a maioria dos professores da UFPE vinculam-se ao Regime de Dedicação Exclusiva, inclusive os professores do Departamento de Engenharia de Produção;

2)      Admita-se como regra geral e preliminar que metade do tempo dos docentes seja dedicada ao ensino de graduação, incluindo-se nesta fração do tempo alocado não só as horas em sala de aula, mas também o tempo para planejamento e preparação de aulas, para orientação, correção de provas, gestão de dados do ensino, dentre tantas outras correlatas ao ensino de graduação;

3)      Admita-se, também como regra geral, que a outra metade do tempo dos docentes seja dedicada às atividades de pesquisa e de extensão, incluindo-se aí o planejamento e execução de projetos de pesquisa, o ensino de pós-graduação, a elaboração de artigos, as interações com o meio social, etc.;

4)      Admita-se que tal distribuição em geral é válida para departamentos e cursos, mas que esteja sujeita a flexibilidade entre indivíduos, sendo natural que alguns se dediquem mais ao ensino de graduação, outros à pesquisa ou pós-graduação e assim por diante;

5)      Por coerência, salvo hipóteses menos frequentes de notória vocação institucional para pesquisa, pós-graduação ou extensão, o ensino de graduação é basilar, primordial, essencial para as Universidades. Não parece ser uma regra geral a Universidade como um todo dedicar sistematicamente mais tempo à pesquisa e pós-gradução do que ao ensino de graduação. Logo surgiriam distorções, pois se tornaria mais escassa a clientela da pós-graduação, que se imagina originar-se da graduação. Vivemos num Brasil com baixo índice de alfabetização, que também pretende duplicar o número de graduados, mas que em determinado contexto parece estar formando mais mestres e doutores. É certo que os estudantes candidatos à pós-graduação poderiam ser oriundos de outros países, de outros cursos ou do ensino privado. Neste caso, revelar-se-ia a opção da Universidade Pública em vocacionar-se para a pesquisa e pós-graduação. Mas, ainda assim, caberia discutir as razões e legitimidade dessa opção, sem desconsiderar os custos e eficiência do uso dos recursos envolvidos, além das diretrizes, planos e metas nacionais.

Dito isto, o que se observa no curso de Engenharia de produção é o seguinte:

1)      Entre 1998 (início dos cursos de pós-graduação) e julho de 2012 foram formados 430 mestres e de 45 doutores no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco (dados da PPGEP/UFPE, conforme informado no sítio institucional). São 475 pós-graduados em cursos “stricto sensu” em 14 anos, ou uma média de 34 alunos pós-graduados por ano. Na verdade, nos últimos dois anos concluíram seus cursos 74 mestres e doutores, perfazendo 37 formados por ano. São resultados elogiáveis e louváveis;

2)      Quanto à oferta de vagas na pós-graduação “stricto sensu”, segundo notícia de 25/07/2012 no sítio da UFPE, “*ao todo, são 36 vagas para o mestrado e uma vaga adicional para funcionário da UFPE. Para o doutorado, são 12 vagas e uma adicional para servidor da universidade*”. Ao todo são 50 vagas para pós-graduação “stricto sensu” em 2012;

3)      A pós-graduação “lato sensu” em Engenharia de Produção oferece os seguintes cursos:

1 - Especialização em Gestão da Manutenção;

2 - MBA em Gestão da Produção;

3 - MBA em Gestão da Informação;

4 - MBA em Gestão de Projetos;

5 - MBA em Logística.

Um cartaz da pós-graduação na UFPE informa:

"Mais de mil especialistas formados em mais de dez anos".

Considerando tal informações, estima-se que tenham decorrido entre 10 e 14 anos de funcionamento destes cursos e, portanto, seriam formados anualmente pelo menos 70 pós-graduados (“lato sensu”), podendo chegar a mais de 100 por ano, caso o início tenha sido posterior a 1998 ou caso tenham sido oferecidas menos vagas nos primeiros anos. Nestes cursos, além da maior oferta de vagas, há oferta de aulas noturnas e no final de semana;

4)      Contrastando com a situação da pós-graduação “lato sensu” e atém mesmo com a pós-graduação “stricto sensu”, o curso de graduação em Engenharia de Produção do Campus Recife oferece apenas 40 vagas por ano e em apenas uma entrada, não oferece vagas noturnas, mas apenas diurnas. Em 2012 foram formados 30 engenheiros de produção. A taxa de sucesso do curso é de 75%, que está muito próxima da mediana institucional, que é igual a 73,25. Por oportuno, registra-se que a UFPE possui diversos cursos com taxas de sucesso iguais ou muito próximas de 100%;

5)      Observa-se que na Engenharia de Produção ingressam e se formam mais alunos de mestrado e doutorado do que alunos de graduação. A diferença de ingressos e conclusões de curso é ainda maior entre alunos de especialização e MBA, comparados com alunos de graduação. Para os 30 engenheiros graduados em 2012 foram formados cerca de 37 mestres e doutores e cerca de 70 especialistas (especialização e MBA), considerando as informações disponíveis.

No caso concreto, relativo ao ensino de graduação, que é público e gratuito, além de basilar, primordial, essencial, como já foi dito, e não obstante a sua qualidade, observa-se que este é uma possibilidade acessível para poucos cidadãos.

Em função do modelo de financiamento e remuneração dos docentes das universidades públicas, cabe lembrar que os vencimentos mensais de qualquer docente não sofrem acréscimos em função da quantidade de alunos matriculados e formados no curso de graduação respectivo, sequer sofre impactos decorrentes dos custos de formação destes graduados ou das taxas de sucesso do curso.

Dito isto, continuemos:

1)      Como foi dito, anualmente ingressam 40 alunos na graduação em engenharia de produção, em uma única entrada, não são oferecidas vagas noturnas e são formados 30 graduados, com taxa de sucesso de 75%. Admitamos que este seja o padrão anual, que admite inclusive certa variação, sem comprometer as conclusões que serão apresentadas. Quanto menor o número de alunos matriculados, quanto maior a taxa de retenção e quanto menor a taxa de sucesso da graduação, maior tende a ser o custo final efetivo de formação de um graduado, pois os custos de funcionamento da Universidade serão os mesmos para formar um número de alunos menor do que a capacidade institucional efetiva;

2)      O custo de formação de um aluno de graduação em Engenharia de Produção na UFPE foi estimado entre R$ 128.891,84 e R$ 210.501,07 Para um curso de 5 anos ou 60 meses de duração, isto corresponde a uma mensalidade estimada entre R$ 2.148,20 e R$ 3.508,28, já considerada a taxa de sucesso. Este custo foi estimado em função das despesas orçamentárias da UFPE, que incluem custos gerais da administração, salários proporcionais dos professores e servidores técnico-administrativos que participam da graduação em Engenharia de Produção, dentre outros. O banco de dados e a documentação utilizada para as estimativas foram disponibilizados para a administração central da UFPE. Os custos da pós-graduação e pesquisas são computados à parte, ou seja, não há que se falar que o elevado custo de formação do graduado oferece, adicionalmente, produtos na forma de pesquisa e pós-graduação. Porém, adotou-se uma estimativa conservadora e benéfica à gestão da UFPE, pois não foram computados os custos com inativos e pensionistas nem os custos de investimentos em infraestrutura, a exemplo do REUNI, emendas parlamentares, transferências voluntárias, dentre outros, os quais devem oneram ainda mais a formação de um aluno, numa estimativa mais acurada;

3)      A título de exemplo comparativo e simplificando os pressupostos, quando se paga uma mensalidade de R$ 1.000,00 numa faculdade privada, num curso de 60 meses, o custo total de formação do graduado será de R$ 60.000,00, considerando apenas as mensalidades, de forma análoga à estimativa da UFPE. Caso o aluno tenha que repetir matérias, numa taxa de sucesso de 75%, este custo poderá chegar a R$ 80.000,00. Porém, na mensalidade da faculdade privada estarão incluídos todos os custos e o lucro privado, inclusive estarão contemplados os custos com a depreciação dos investimentos em equipamentos, infraestrutura e os custos com a previdência e assistência social dos trabalhadores. No caso da previdência dos docentes da faculdade privada, os seus custos futuramente serão pagos pelo respectivo regime de previdência e não irão compor a folha de pagamento da entidade, ao contrário do que acontece na UFPE e nas Universidades Públicas em geral. E não há que se falar que as faculdades privadas não fazem pesquisa e pós-graduação, pois nestes custos não estão incluídos tais tipos de produtos. Ou seja, trata-se apenas do custo de formação de um graduado. Logo, em termos objetivos, a única diferença significativa a justificar a eventual aceitação de discrepância entre os preços de formação de um graduado seria a qualidade dos cursos em comparação. Assim, têm-se mais elementos para estimar os custos e os benefícios associados à qualidade de um curso de graduação;

4)      Percebe-se que, a rigor, os investimentos (cujos custos não são amortizados na contabilidade pública) e os pagamentos dos aposentados e pensionistas deveriam compor proporcionalmente o custo de formação dos alunos da UFPE, pois eles efetivamente existem e são arcados por toda a sociedade, para que a UFPE forme alunos de graduação, alunos de pós-graduação e forneça outros “produtos” de sua atividade. Mas na presente estimativa isto não foi feito, minimizando a estimativa dos custos efetivos da UFPE, o que também confere ampla margem para variação de pressupostos, a exemplo da fração do tempo alocado nas atividades de graduação, o que não se deve perder de vista;

5)      Considerando o exposto até então, percebe-se o quão elevado pode ser o custo de formação de um aluno de graduação em uma universidade pública, o que justifica a busca de meios para reduzir este custo, dentre os quais o aumento da oferta de vagas;

6)      Conforme já foi dito, no modelo atual, qualquer que seja o quantitativo de vagas oferecidas no ensino de graduação, que é público e gratuito, e qualquer que seja a taxa de retenção ou a taxa de sucesso da graduação, os docentes não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações. Neste contexto, pouco importa se um curso oferece vagas na graduação em quantidade inferior à capacidade efetiva da instituição. A demanda social fica em segundo plano. E nada parece impedir que o processo decisório siga a regra da retribuição ou utilitarismo, não necessariamente consonante com o interesse público;

7)      Contrastando com esta realidade do ensino de graduação em Engenharia de Produção, que fornece 40 ingressos na graduação e 30 graduados por ano, na pós-graduação são oferecidas 50 vagas em cursos “stricto sensu”, que formam anualmente 37 pós-graduados, fora os cerca de 70 a 100 especialistas e MBAs formados anualmente. Isto já foi dito. A julgar pelo quantitativo de vagas oferecidas, percebe-se até um gradiente de oferta: primeiro os cursos “lato sensu” – incluindo MBA e Especializações, segundo os cursos “stricto sensu” – incluindo mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado -  e por fim, a graduação;

8)      Neste ponto, cabe registrar a seguinte afirmação contida na resposta do Departamento de Engenharia de Produção fornecida à CGU, relativamente a questões tratadas em outro ponto deste relatório: “*não há como aumentar a carga didática de ensino dos professores sem comprometer o desenvolvimento das outras atividades e como conseqüência a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo Departamento de Engenharia de Produção*”. Mas continuemos;

9)      Não seria errôneo inferir que a remuneração por cursos de MBA e especialização (“lato sensu”) ou mestrado profissional (“stricto sensu”) renderão aos docentes remuneração extraordinária diretamente proporcional aos alunos matriculados nestes cursos;

10)   Segundo dados obtidos no sítio da UFPE, na pós-graduação “lato sensu”, o MBA em logística, por exemplo, custa para cada aluno 14 mensalidades de R$ 650,00, totalizando R$ 9.100,00 para realizar o curso, fora a matrícula. No MBA de Gestão da Informação estes valores serão, respectivamente, R$ 550,00 e R$ 7.700,00. Admitindo que a mensalidade dos demais cursos seja em média R$ 600,00 e que sejam matriculados 100 alunos por ano, a FADE, gestora destes cursos, irá arrecadar mensalmente R$ 60.000,00 ou R$ 720.000,00 por ano, numa atividade que é continuada e não esporádica;

11)   Não estão sendo consideradas eventuais receitas decorrentes de consultorias ou demais serviços, além de bolsas de produtividade em pesquisa ou eventuais valores recebidos em decorrência da realização de projetos. Por ocasião da realização dos trabalhos de auditoria, vários professores do Departamento de Engenharia de Produção congregavam uma entidade que fornece serviços, o IPSID (www.ipsid.org.br). Alguns dias após o envio das respostas do Departamento à solicitação de auditoria do presente trabalho, o referido sítio não mais estava disponível na internet, só não se sabe o motivo ou se em caráter permanente;

12)   Transcreve-se, a seguir, parte do conteúdo obtido do referido sítio do IPSID: “*Os objetos de atuação do IPSID são ensino, pesquisa, treinamento, desenvolvimento e consultoria, representação e exportação de serviços e produtos no campo da Gestão, Engenharia de Produção e Sistemas de Informação e Decisão, objetivando o avanço científico e tecnológico do Grupo de Pesquisa em Sistemas de Informação e Decisão (GPSID) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e da área de Sistemas de Informação e Decisão, e de Engenharia de Produção no País e o avanço tecnológico, a modernização e o aumento da competitividade industrial do País. O IPSID atua na prestação de serviços à sociedade. Seus recursos serão revertidos para pesquisas e desenvolvimento do GPSID da UFPE [...]*”;

13)   Antes disso, existiu o DSID PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA - ME, na forma de pessoa jurídica de direito privado – uma Microempresa, CNPJ nº 05.677.628/0001-40, tendo como sócios administradores dois docentes do Departamento de Engenharia de Produção. A entidade permaneceu ativa entre 2003 e 2008. Atualmente, Estes e outros docentes encontram-se vinculados ao Centro de Desenvolvimento em Sistemas de Informação e Decisão – CDSID, cujo sítio na internet é http://www.cdsid.org.br;

14)   Mesmo os cursos “stricto sensu” podem proporcionar receitas extras para os docentes, fora o prestígio e o expertise, que também proporcionarão visibilidade e maior viabilidade para os cursos de MBA e Especialização. O Mestrado Profissional em Engenharia de Produção representa um custo de R$ 22.500,00 por aluno, isto para todo o curso, segundo o anexo III do edital da turma I de 2013 (conforme informação no sítio da UFPE). O curso deve ser autofinanciado pelo aluno interessado. As receitas do curso serão gerenciadas pela FADE e os professores são remunerados com tais ingressos financeiros;

15)   Entre 2008 e 2012 (até julho) 19 professores entavam vinculados ao Departamento de Engenharia de Produção da UFPE e receberam pagamentos da FADE cujos valores foram, em média, R$ 101.864,24, no período, mas que individualmente chegaram a um máximo de R$ 713.186,00, segundo relação de pagamentos de serviços de pessoas físicas pela FADE;

16)   Por fim, as bolsas de pesquisa rendem remuneração extra para o docente, cujo valor pode variar entre R$ 1.100,00 e R$ 1.500,00 para as modalidades de produtividade do CNPq, conforme informações disponíveis no sítio da referida instituição. Não estão sendo consideradas outras possíveis formas de ingresso pecuniário, de natureza equivalente ou análoga.

Como se infere dos tópicos anteriores, aqui não se trata de qualquer questionamento ou crítica à qualidade acadêmica dos docentes, do Departamento, das pesquisas, dos cursos de pós-graduação ou mesmo da graduação em Engenharia de Produção. Aliás, o Departamento apresentou evidências de sua elevada produção científica. Sequer há o propósito de questionar a busca de alternativas de financiamento para pesquisas, a diversificação das atividades docentes, o intercâmbio de ideias, a ampliação dos serviços à sociedade, inciativas e parcerias entre a UFPE e a iniciativa privada ou pública e a consolidação de grupos de pesquisa.

O problema posto é claro: questiona-se a razoabilidade e a proporcionalidade do deslocamento de prioridades na alocação do tempo e esforços docentes no Departamento de Engenharia de Produção, em detrimento do ensino de graduação, que não é feito apenas de qualidade, mas requer também acessibilidade condizente com os recursos públicos investidos, além de razoabilidade dos custos envolvidos. O ensino de graduação, público e gratuito, é posto claramente em segundo plano, ao passo que há nítida prioridade posta nos cursos de pós-graduação. E isto tem consequências, conforme ainda será demonstrado.

Constata-se que acesso gratuito à excelência do Departamento é claramente limitado, mas cresce à medida em que são pagas mensalidades pelos alunos ou mediante financiamento de projetos ou contratação de serviços. Destes últimos, inclusive, infere-se que decorrerão produção acadêmica e potencialização da visibilidade e da reputação profissionais, podendo alavancar também consultorias, especializações e a oferta de cursos pagos.

Considerando que a disponibilidade de tempo e recursos são limitadas, infere-se  que todas as atividades que proporcionam remuneração adicional aos docentes limitam a atenção, o tempo e a dedicação destes mesmos docentes, podendo interferir, inclusive, na jornada regular de 40 horas semanais, tornando-se um impedimento em potencial para uma maior disponibilidade ao ensino de graduação. Suporta tal inferência a constatação de predominância de vagas em MBAs, Especializações e Mestrado Profissional pagos pelos alunos, contrastantes com a existência de limitadas 40 vagas para ingresso e 30 formaturas anuais do ensino de graduação, que é público e gratuito.

O cenário descrito proporciona um ambiente em que há potencial conflito de interesses, isto porque não há mecanismos vigentes que proporcionem uma inequívoca segregação entre as funções públicas e as funções privadas dos docentes.

O Departamento de Engenharia de Produção afirma que as "*especialização dos professores jamais poderá ser considerada como uma dificuldade, mas sim como um diferencial da Universidade* " (referem-se aos MBA e Especializações que eles ministram, cursos pagos pelos alunos e que são gerenciados pela FADE). Porém, estes mesmos docentes consideram que é necessário "*estudar a redução do nível atual de stress ao qual a maior parte do corpo docente está sendo submetido com metas incompatíveis com a realidade normativa do Sistema Organizacional*".

Observe-se que as normas a que se referem exigem dedicação ao ensino público e gratuito, inclusive de graduação – com carga horária mínima a ser dedicada a essas atividades, enquanto que as atividades “lato sensu” (MBAs e Especializações), que são pagas pelos próprios alunos, são mera faculdade. Na ótica utilizada, estas últimas são um “diferencial”, enquanto que as metas estabelecidas pelo “Sistema Organizacional”, que exigem serviços e resultados  - os quais, ressalta-se, não são remunerados diretamente pelos beneficiários, seriam incompatíveis.

Porém, os dados apresentados até então merecem atenção. A percepção que emerge ao se analisar a decisão da alocação do tempo em benefício de uma ou outra atividade é a diferença na remuneração e vantagens proporcionadas aos docentes pelas diferentes atividades de pós-graduação, pesquisa e consultoria, ais quais foram adotadas em predominância.

Porém, tal alocação de recursos está relacionada a um custo social elevado, que é o alto custo de formação de um graduado no ensino superior, que não se confunde com o já suportado custo para manutenção da pesquisa e pós-graduação, conforme já foi registrado.

Mesmo que sejam alterados os pressupostos da estimativa de custos orçamentários do ensino de graduação, digamos à metade, ainda assim os custos de formação dos graduados seriam bastante elevadas, sem falar que o restante do custeio público haveria de se deslocar para as demais atividades, deslocando o questionamento, então, para os custos destas últimas, mas sem esquecer que os custos efetivos do ensino e da pesquisa devem abranger também previdência social e infraestrutura.

Considerando o exposto, cabe ressaltar que a autonomia universitária e a discricionariedade administrativa não podem ser exercidas a qualquer custo, sem levar em conta os questionamentos aqui apresentados e tantos outros possíveis. Além disso, é importante destacar que não se tem o propósito de apontar falhas no Departamento de Engenharia de Produção em particular, mas tão somente analisar a problemática em tela tomando este departamento como um estudo de caso a analisar. Aliás, a qualidade acadêmica do Departamento de Engenharia de Produção e dos seus docentes torna ainda mais difícil o exercício de qualquer crítica. Mas nada é tão bom que não possa melhorar, eis uma das finalidades maiores do trabalho.

Prosseguindo a análise, em 2012 havia 203 alunos de graduação em Engenharia de Produção cadastrados no sistema SIGA da UFPE, nos diferentes períodos do curso, cujos status eram: matriculado, mobilidade estudantil ou trancamento. Neste mesmo período, havia 19 professores cadastrados no mesmo sistema, vinculados ao Departamento de Engenharia de Produção, com status de ativo permanente ou professor substituto. São 10,7 alunos de graduação em Engenharia de Produção para cada docente do Departamento de Engenharia de Produção.

A título comparativo, a UFPE possui o curso de Ciência da Computação, cujo custo de formação de um graduado foi estimado em R$ 101.190,17, correspondente a uma mensalidade estimada em R$ 1.686,50, ou seja, cerca da metade do valor estimado para o curso de Engenharia de Produção.

A graduação em Ciência da Computação possui avaliação 4 no CPC ENADE 2011, sendo 4 a pontuação de infraestrutura e 1,7 a pontuação da organização pedagógica. A nota máxima dos cursos de Ciência da Computação de faculdades privadas em Recife é 3, ou seja, nenhum se equipara ao curso de Ciência da Computação UFPE. Já a pós-graduação de Ciência da Computação é uma das duas únicas da UFPE que possuem conceito 6. Além disso, este é um dos cursos que atraem o maior volume de investimentos para a instituição.

Já o curso de Engenharia da Produção da UFPE, como já foi dito, possui um custo de formação de um graduado estimado em R$ 210.501,07, correspondendo a uma mensalidade estimada em R$ 3.508,38. A graduação possui avaliação na faixa 3 (escore 2,8) do CPC ENADE 2011, sendo 1,86 a pontuação de infraestrutura e 0,83 a pontuação da organização pedagógica. A pós-graduação em Engenharia de Produção possui conceito 5. Note-se, inclusive, o quão elevadas são as pontuações obtidas pelo curso de Ciência da Computação nos quesitos infraestrutura e organização pedagógica da graduação.

Mesmo considerando a qualidade da pós-graduação em Engenharia de Produção, percebe-se que a Ciência da Computação consegue benefícios e resultados ainda melhores, com a diferença de que estes benefícios estão sendo compartilhados de forma mais equânime com o ensino de graduação e com a comunidade em geral, com reflexos não apenas no significativo menor custo de formação de um graduado, mas também na própria qualidade do ensino de graduação, sem qualquer prejuízo para a pesquisa e pós-graduação, muito pelo contrário, a julgar pelos conceitos dos cursos e pelos investimentos e parcerias firmadas.

O curso de Ciência da Computação da UFPE é um bom referencial comparativo interno, que merece atenção, inclusive para fins de decisões administrativas e busca de melhorias, inclusive na eficiência. Mas também é relevante a busca de referenciais externos.

Em Recife, há outro curso de Engenharia da Produção com conceito CPC ENADE 2011 igual ao da UFPE. Trata-se do curso da Faculdade Boa Viagem, cujo conceito também é 3. Não obstante a pontuação do item concluintes da UFPE ser superior, fatores como as diferenças de notas dos ingressantes, a infraestrutura e a organização pedagógica colocam ambos os cursos na mesma faixa final de avaliação. As pontuações comparativas dos itens nota dos ingressantes, infraestrutura e organização pedagógica são 68,03 vs 55,79, 2,00 vs. 3,57 e 0,83 vs. 3,89, respectivamente para a UFPE e para a faculdade privada.

Fora do Estado de Pernambuco há o curso de graduação em Engenharia de Produção melhor conceituado no Brasil (segundo o ENADE), que é o da FACAMP, uma faculdade privada formada por docentes egressos da UNICAMP, cujo conceito do referido curso é 5 e cuja mensalidade no final de 2007 era de R$ 1.648,00 (não foi identificado o valor atual). Para apoiar o argumento de validade do conceito ENADE dessa faculdade, o curso de Direito da FACAMP (Conceito 5 no ENADE) ficou em terceiro lugar nacional em aprovação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, com 88,9% de aprovação, incluindo instituições públicas e privadas.

São citadas, ainda, três faculdades privadas com conceito 4 no curso de Engenharia de Produção, a título de exemplo, com respectivas mensalidades atualizadas: FAESA, com mensalidade de R$ 907,00; PUCRS, com mensalidade de R$ 1.561,72 e PUCMG, com mensalidade de R$ 844,00. Apesar de possuírem conceito ENADE superior ao curso de graduação da UFPE, o valor das mensalidades é inferior ao custo mensal do curso da UFPE.

Como se observa, ainda que fossem alteradas as premissas de estimativa do custo de formação de um graduado em Engenharia da Produção da UFPE, de modo a reduzir para 1/3 (um terço) os custos estimados inicialmente, ainda assim estes custos seriam superiores aos custos arcados pelos alunos das graduações em faculdades privadas melhor conceituadas. Observe-se, como já foi dito, que o custo da pesquisa e pós-graduação não está incluído neste valor, além de que não estão sendo considerados os custos de infraestrutura e de previdência.

Neste ponto, resgatam-se alguns comentários da resposta do Departamento de Engenharia de Produção, no tocante a questionamentos apresentados pela equipe de auditoria relativos à carga didática dos docentes:

a)      “*O nível atual de stress ao qual a maior parte do corpo docente está sendo submetida, com metas de difícil cumprimento para a realidade normativa do Sistema Organizacional, algumas destas demandadas pela CAPES e pelo CNPq, tem provocado o estabelecimento de prioridades de forma incompatível com algumas normas atuais do sistema*”;

b)      “*Para atingir as metas de desempenho da CAPES e do CNPq, a maior parte do corpo docente desenvolve atividades referentes às demandas do sistema público, sem remuneração extra, em horário extraordinário à jornada de trabalho normal. Esta jornada está acima de 8 horas diárias, com mais de cinco dias de trabalho por semana e com elevada carga de trabalho na maior parte do período de férias*”.

Em nenhum momento os docentes cogitam a possibilidade de o nível de stress ao qual estariam submetidos ser atribuível, em grande parte, às atividades “extras” em horários noturnos e aos finais de semana (normalmente horários dedicados ao repouso), e sabe-se lá em que outros dias e horários exigidos para os diferentes afazeres destes cursos suplementares, dias e horas em que optaram por estarem presentes em salas de aula de cursos de especialização, MBAs e mestrado profissional, formando nestes muito mais alunos do que aqueles formados no “sistema público”, todos eles proporcionando remuneração extra, paga pelas mensalidades dos alunos, sem considerar outros rendimentos de outras atividades “extras”.

Ao contrário disto, atribuem às “normas atuais do sistema” e às “demandas do sistema público” o stress e as horas extra-jornada que trabalhariam – embora sejam professores em regime de Dedicação Exclusiva –, que os obrigariam ao trabalho extraordinário à jornada de trabalho normal, e embora não tenham apresentado evidências e controles de atividades que permitam aferir com fidedignidade quanto tempo realmente é dedicado a tal ou qual atividade, no “sistema público” e no “sistema privado”, se é que é possível fazer isto quando não há segregação de funções.

Ademais, em nenhum momento emerge qualquer percepção quanto ao hiato existente entre a qualidade e condições de funcionamento do curso de graduação comparativamente à qualidade obtida na pós-graduação. Mesmo a limitada carga didática no ensino de graduação ainda é minimizada pela substituição de uma fração dos tempos com os docentes pelo tempo de alunos de pós-graduação, conforme tratado em outro ponto deste relatório.

Considera-se que com razoabilidade e ponderação é possível manter o padrão de excelência acadêmica dos diferentes cursos e dos docentes de Engenharia de Produção da UFPE, bastando um justo e proporcional deslocamento de atenção em favor do ensino de graduação. Afinal, um aumento na oferta de vagas poderia reduzir para níveis razoáveis o custo final de formação de um graduado, sem falar que também são possíveis melhorias nas taxas de retenção e de sucesso.

A título de exemplo, embora o ingresso anual de 40 alunos e realizado em uma única entrada anual possa implicar em tamanhos das turmas no início do curso que são próximos ou equivalentes a tamanhos máximos recomendáveis, no decorrer do curso de Engenharia de Produção da UFPE as turmas vão se tornando cada vez menores, aquém dos possíveis tamanhos viáveis e compatíveis com os mesmos níveis de qualidade atuais, subutilizando a capacidade dos docentes e da infraestrutura.

O intercâmbio de alunos com instituições nacionais ou estrangeiras pode explicar ao menos parte da retenção no curso, mas não há muito o que fazer quanto a isto, já que esta é uma experiência desejável para os alunos.

Porém, o aumento de vagas e entradas de vestibular, ainda que com eventual acréscimo de docentes no ciclo básico (mas não necessariamente) e desde que este eventual aumento seja proporcionalmente menor do que o aumento da oferta de vagas, resultaria em ganho de eficiência, possibilitando aumento do tamanho das turmas nas etapas mais adiantadas do curso e sem requerer aumento na quantidade de turmas ofertadas. Ou seja, sem requerer também aumento da carga didática ou aumento no quantitativo de docentes nas disciplinas mais adiantadas.  É uma possibilidade a considerar, além do próprio aumento da proporção do tempo dedicado ao ensino de graduação.

A situação seria outra se a UFPE fosse autossustentável e independente do orçamento público, inclusive assumindo todos os riscos de um empreendimento privado, mas não é assim que ocorre. Todos os anos cerca de R$ 1,0 Bilhão do orçamento público são destinados para o funcionamento da instituição e os questionamentos quanto à forma de aplicação dos recursos e aos resultados esperados são mais do que pertinentes, podendo partir de qualquer cidadão. Cabe lembrar que qualidade acadêmica e elevados índices de produção científica não têm o condão de imunizar uma entidade pública e os seus servidores contra os questionamentos aqui apresentados.

As necessidades e os interesses coletivos, assim como a opinião da comunidade acadêmica e a opinião pública em geral devem ser considerados e ponderados, e não só as opiniões e decisões departamentais, de centros ou institucionais. Para isto, é necessário o amplo acesso público a informações e dados, não só globais, mas também setoriais, para que então a coletividade possa opinar e decidir conscientemente. Vivemos o início de uma era em que são crescentes os anseios e as necessidades de informação, de participação, as exigências de justa retribuição pelo gasto público e de resultados na gestão pública.

Só assim pode-se dizer legítima e consonante com os diferentes princípios que regem a Administração Pública, dentre eles a eficiência e a supremacia do interesse público, quaisquer decisões atinentes à alocação de recursos públicos, sejam eles a destinação do tempo dos docentes ou o uso da infraestrutura e equipamentos públicos.

Por fim, registra-se que as análises aqui realizadas não foram concebidas de forma fragmentada e dissociada de questões relevantes no âmbito da UFPE. Ela leva em consideração o fato de que em outro trabalho foi constatada uma correlação negativa entre a carga didática dos docentes no ensino de graduação e o histórico de vínculo de professores com entidades de direito privado, com implicações negativas para os custos de formação de um aluno de graduação na universidade pública.

 Correlação neste mesmo sentido foi apontada em prejuízo da produção científica entre docentes, mas esta última tendência não se aplica ao Departamento de Engenharia de Produção, que possui elevada produção científica. Para este, uma hipótese explicativa é que a natureza, a demanda e a aplicabilidade dos projetos , serviços e atividades inerentes a esta área de conhecimento propiciam uma elevada produção científica para os pesquisadores, embora isto seja obtido em detrimento do ensino de graduação, para o qual há limitada oferta de acesso, elevado custo de formação de um graduado e limitada extensão dos benefícios oriundos da pesquisa e pós-graduação, incluindo infraestrutura, organização pedagógica e qualidade do curso segundo o ENADE.

São estas as conclusões divisadas a partir dos dados e fatos apresentados na presente análise.

##/Fato##

**Causa**

No âmbito da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD), inexistência de parâmetros e indicadores para avaliação comparativa entre cursos de graduação da UFPE e entre estes e cursos de outras universidades e faculdades, que permitam cotejar e avaliar internamente e externamente à UFPE a razoabilidade e causas relacionadas aos custos de formação de um graduado segundo o curso; às taxas de sucesso de determinados cursos; e ao desempenho dos cursos de graduação segundo avaliações externas.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

A resposta da UFPE foi encaminhada mediante o Ofício nº 528/2013-GR, de 27/08/2013.

“Em atendimento a S.A o 201211526/006 sobre as seguintes conclusões da CGU–PE: “**Limitada oferta ao acesso de ensino gratuito, elevado custo de formação de um graduado e limitada extensão de benefícios para o ensino de graduação relacionadas a opção de priorização das atividades ligadas a cursos “lato sensu” e “stricto sensu” pelos professores do Departamento de Engenharia de Produção**” são fornecidos alguns esclarecimentos que demonstram que devem ser reformuladas algumas considerações a respeito do agir dessa universidades:

 Inicialmente, deve-se destacar que é atribuição da universidade planejar e estabelecer prioridades para suas atividades acadêmicas, conforme estabelece a **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE** 1996 **em seus artigos 52 e 53**. A Universidade Federal de Pernambuco possui um quadro de docentes com doutorado em suas diversas áreas e com alta qualificação reconhecida externamente. Então, além de ter a atribuição, tem reconhecida competência para tratar deste assunto. Por outro lado, tem sido prática deste processo de planejamento ouvir algumas entidades externas, dando o devido peso ao grau de competência destas no tema.

O Departamento de Engenharia de Produção da UFPE vem trabalhando e distribuindo seus esforços de forma balanceada para cumprir a missão da UFPE que é a de promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão. Assim sendo, a alocação de recursos do referido departamentos destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, cumpre o que disciplina os normativos da Instituição, que dispõe sobre atividades exercidas pelos docentes fora do horário de trabalho, carga horária e remuneração máxima permitida.

 É entendimento desta instituição que o Departamento de Engenharia de Produção não prioriza as atividades ligadas a cursos de Pós-Graduação. Não há uma concorrência entre a graduação e a Pós-Graduação, uma vez que a dedicação aos dois seguimentos tem sido desenvolvida de forma equilibrada, sem destacar um em detrimento do outro. O número maior de alunos formados na Pós-Graduação pode ser facilmente entendido se tivesse sido observado que a duração de cursos de Pós-Graduação é bem menor do que de graduação. Considerando este fato é possível entender isso fazendo uma conta simples. Como ilustração, observe-se que um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* tem duração de pouco mais de um ano e um curso de graduação, cinco anos. Além disto, o primeiro não é um curso de formação (não confere grau, nem diploma), já a graduação é um curso de formação (confere grau e diploma), um dos motivos que leva à equívocos na avaliação.

 Deve-se separar a questão de concorrência de graduação com Pós-Graduação *Lato Sensu*. O *Lato Sensu* envolve reduzidos recursos do Departamento de Engenharia de Produção, visto que há também professores de outros departamentos e alguns externos à UFPE. O entendimento sistêmico disto levaria a compreender a competência de gestão do referido Departamento, que consegue produzir tantos resultados para a sociedade a partir de um reduzido uso de seus próprios recursos. Além disto, a Pós-Graduação *Lato sensu* envolve horário fora da jornada de trabalho de 8 horas diárias e ressarci a universidade pelos gastos com o uso de suas instalações. Assim, não concorre com as atividades do contrato de trabalho dos docentes e não faz sentido discutir esta questão como se assim o fosse. Portanto, trata de assunto de foro intimo de cada pessoa com suas famílias, envolvendo seu tempo fora da jornada de trabalho.

 No que concerne à oferta de vagas no curso de graduação em Engenharia de Produção da UFPE campus Recife, nota-se que é compatível com a dimensão do corpo docente, não podendo ser expandida sem prejuízo ou eliminação das outras atribuições docentes definidas na Missão da UFPE ou sem o aumento do número de docentes no departamento.

 Pelo exposto, afirma-se que a área de Engenharia de Produção da UFPE contribuiu diretamente para dobrar o acesso de estudantes ao curso de graduação, por meio da interiorização do ensino público federal e o aumento de professores com doutorado, colaborando para o Brasil estar entre os 15 países do mundo com maior produção científica. Resultados estes conseqüências de uma atuação integrada na graduação e pós-graduação e destaca-se que a definição desta estratégia de atuação é competência exclusiva da instituição e de seus pesquisadores.

 Em relação à visão do relatório sobre a graduação e as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, surpreende o desprezo contra estas últimas atividades inferido pela leitura do documento supracitado.

 Há uma conclusão distorcida sobre a possibilidade de escassez de alunos para a Pós-Graduação em um futuro próximo, devido a uma premissa também equivocada da existência de poucos alunos de graduação. O argumento carece de informação, que compromete a visão sistêmica. No Brasil há mais de 600 cursos de graduação em Engenharia de Produção, porém menos de 40 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu nesta área. Isto reforça justamente o contrário. Ou seja, o País precisa priorizar a Pós-Graduação na área de Engenharia de Produção (EP). Esta é a visão estratégica do grupo de EP da UFPE. Esta visão merece um justo reconhecimento face à competência deste grupo em gestão, avaliação e planejamento. Aliás, isto tem sido amplamente reconhecido no País.

 A argumentação sobre custos carece de base conceitual. O documento apresentado não considera as diversas atividades existentes dentro da missão da Universidade. A visão é muito simplista e aloca todos os custos à formação dos alunos da graduação, quando é sabido que a missão da Universidade envolve outras atividades e produtos que não foram computados na comparação com instituições privadas, que optam apenas pela graduação, que tem menor custo comparativo. Isto demonstra que o progresso da sociedade neste país depende da dedicação de seguimentos da universidade pública que desenvolvem reconhecidas vocação e competências para dedicarem-se à pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*. É preocupante ver seguimentos do setor público lutando contra isto. Expandir a oferta de vagas na graduação comprometendo a Pós-Graduação *Stricto Sensu* apenas teria sentido, se a visão estratégica fosse acabar com os Programas Stricto Sensu em 35 anos, que seria o prazo estimado para renovação do quadro docentes no País. Consequentemente, as universidades ficariam sem mestres e doutores.

 O equivoco do relatório se prende a falta de percepção de que a pesquisa e a Pós-Graduação são mais caras e que uma parcela grande dos custos das universidades públicas está relacionada a estas atividades e não à graduação. Eis a razão pela qual as privadas priorizam a graduação em detrimento da Pós-Graduação. É mais fácil ter lucro neste seguimento, pois os custos são menores e compatível com o nível de qualidade muitas vezes ofertado. É necessário estudar melhor esta questão e estimar adequadamente estes custos. A UFPE tem uma preocupação contínua com a qualidade da graduação que oferta, e para tal tem desenvolvido ações estratégicas com foco nesta qualidade.

 É importante considerar que para composição dos custos de formação de um graduado outros fatores merecem ser cotejados, que colocam em questionamento as sugestões apresentadas em decorrência da simplificação da análise desenvolvida. Há a sugestão para o aumento de vagas para a formação de graduados, pergunta-se: isto deve se dar a qualquer custo? O aumento simplesmente do número de entrantes, o que não significa que serão concluintes, deve se dar a despeito da qualidade na formação?

 Os custos sociais decorrentes da titulação de profissionais que não tenham adquirido uma sólida base de conhecimentos superam muito os custos financeiros em sua formação, em quase sua totalidade, inadmissíveis, pois são capazes de provocar irreparáveis perdas humanas, materiais, financeiras, ambientais etc. Desta maneira, entende-se que as diretrizes do ensino superior devem se pautar pela priorização de sua qualidade frente à quantidade, pois é este o aspecto que determina a real eficiência de um sistema.

 Ademais de forma sistêmica a UFPE está atenta a necessidade de aumento de vagas ou criação de novos cursos de Engenharia. Observou-se que o Estado de Pernambuco vem recebendo nos últimos anos um número expressivo de indústrias, empreendimentos e de obras estruturadoras através de investimentos privados ou dos diversos programas dos governos federal e estadual. Grande parte destes empreendimentos está situada no Complexo Industrial Portuário de Suape (ex.: Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul, Polo Petroquímico, etc.) na região agreste (indústrias alimentícias, polo de confecções).

 Assim, para consolidar a sustentabilidade econômica e ambiental destes empreendimentos, sobretudo em algumas áreas Pernambuco que não ofereciam cursos de graduação, a universidade propôs, para atender a demanda profissional, a criação de novos cursos como Engenharia de Alimentos, Materiais, Energia, Naval a abertura de novas vagas em Engenharia Cartográfica (Noturno) e Produção (juntamente com o Campus Acadêmico do Agreste) e a melhoria na infraestrutura laboratorial dos diversos cursos já oferecidos.

 Quanto à comparação da Engenharia de Produção com a computação registra-se boa receptividade à preferência pela área de computação, revelada no texto. É compreensível. É difícil comparar áreas tão diferentes, sem falhas. Ainda mais uma área que iniciou, na UFPE, em 1975 com outra com iniciou em 1998. No contexto de uma Universidade, o processo de construção é de longo prazo. Ou seja, construir uma área, como a de Engenharia de Produção na UFPE, com sua reconhecida alta *performance*, leva usualmente muito mais tempo do que de fato ocorreu na UFPE. A área de Engenharia de Produção da UFPE é relativamente jovem. Seus resultados alcançados são indiscutivelmente elevados em comparação com outras com o mesmo tempo de implantação. As diferenças entre as áreas de computação e Engenharia de Produção, na UFPE, são similares em todo o país e fora do país. Por isto, como princípio básico, em avaliação, não se compara áreas diferentes desta forma. Há métodos para isto, embora não seja fácil fazê-lo de forma responsável.

 A comparação da UFPE com instituição privada passa pelos problemas já mencionados neste documento. É interessante notar que dentre as diversas e inúmeras atividades que uma instituição pública desenvolve neste país, e para as quais não há contribuição das instituições privadas, destaca-se a avaliação e auditoria que um dos produtivos professores do Departamento de Engenharia de Produção efetuou na FACAMP e que levou à criação do curso de Engenharia de Produção naquela instituição. Por este motivo, a UFPE detém conhecimento sobre a estratégia da FACAMP, a qual não inclui Pós-Graduação *Stricto Sensu* e está focada apenas na Graduação, que como dito antes é mais lucrativa. Com este foco é mais fácil obter os resultados que apresenta.

**Considerações Finais**

 Entre as diretrizes estratégicas da UFPE está a atuação de forma integrada na graduação e na pós-graduação *stricto e lato sensu*, uma vez que essa estratégia apresenta resultados concretos de contribuição relevante para a sociedade em geral e em especial para alunos recém saídos do ensino médio, profissionais, empresas públicas e privadas da região e do Brasil. Assim a área de Engenharia de Produção da UFPE vem cumprindo o papel definido em seu Planejamento Estratégico: “Contribuir para transformar a sociedade, produzindo conhecimento, alinhando pesquisa e ensino de qualidade, para oferecer uma educação cada vez melhor na graduação e pós-graduação, para melhorar a realidade social, econômica e cultural, do Nordeste e do Brasil.”

 Por fim, deve-se destacar que os docentes do Departamento de Engenharia de Produção dedicam à graduação esforço adequado e em conformidade com as normas vigentes, não tendo sentido questionar ou comparar dedicação, esta sim reconhecida como excessiva às atividades de pesquisa. Este excesso de zelo pela pesquisa em nada prejudica a graduação, ao contrario só pode elevar sua qualidade do ensino”.

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“Outra comparação feita e que é preciso ter muito cuidado para não gerar conclusões erradas e precipitadas é a comparação entre o custo de formação identificado pelos auditores e o das faculdades privadas. Em primeiro lugar, há de se considerar que para haver uma comparação é preciso que estejamos tratando de instituições com o mesmo perfil, desta forma como é possível comparar um custo de uma Universidade com 107 cursos de graduação com uma “faculdade privada” com apenas 10 cursos de graduação, como por exemplo a FACAMP (faculdade utilizada pela equipe de auditoria)? Além disso, como comparar instituições de regiões diferentes, sem considerar as características especifica de cada região? Desta forma, não é possível tirar conclusões baseadas em metodologias frágeis e comparações em bases diferentes, pois a informação não está imbuída de característica como fidedignidade e confiabilidade, que são alguns atributos para considerarmos uma informação útil.

O curso de graduação da UFPE oferece aos seus alunos além de uma formação de qualidade, por contar da titulação dos seus professores, também a possibilidade de participar de programas como o Programa Institucional de Bolsas de Introdução à Docência – PIBID, que em 2014 está atendendo a 36 escolas municipais e estaduais oferecendo atividades em 17 disciplinas distintas. Estas atividades propiciaram experiência de ensino para 619 estudantes de licenciatura da UFPE, além de renovação na didática de escolas públicas de Pernambuco. O quadro abaixo mostra a evolução dos números do PIBID entre 2013 e 2014.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Escolas** | **Disciplinas** | **Estudantes da UFPE** | **Estudantes da Escola** | **Docentes da UFPE envolvidos** | **Docentes da escola envolvidos** |
| **2013** | 10 | 12 | 190 | 2972 | 21 | 38 |
| **2014** | 36 | 17 | 619 | Em avaliação | 44 | 90 |

Fonte: PROACAD/UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco aparece em diversos rankings, nacionais e internacionais, de qualidade universitária. Foram localizados dois rankings nacionais com metodologia aberta e disponível via internet:

- Ranking Universitário Folha (RUF), computado pela Folha de São Paulo. A última divulgação foi em 2013. A UFPE ocupa a décima posição, sendo que nenhuma IES privada aparece em melhor colocação.

- Índice Geral de Cursos (IGC), computado pelo INEP. A última divulgação foi em 2012. A UFPE está na posição 56 quando considera-se apenas o desempenho da graduação, 28 quando considera-se o desempenho geral. No ranking geral, apenas duas instituições privadas apresentaram nota superior a UFPE, a PUC-RJ e PUC-SP, e nenhuma instituição do nordeste supera a UFPE.

Seguindo os mesmos critérios, foram localizados dois rankings internacionais:

- QS Latin American Universities, computado pela Quacquarelli Symonds Limited desde 1994. Considerando o ranking geral, s resultados são quase uma repetição dos resultados do IGC, incluindo apenas a PUC-RJ, PUC-SP e PUC-RS como instituições privadas a frente da UFPE.

- Webometrics, computado pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Este ranking mede o impacto das IES no contexto da internet, principal ferramenta de divulgação científica e cultural da atualidade. A UFPE ocupa a décima terceira posição na América Latina, sendo que nenhuma IES privada aparece em melhor colocação.

Os diversos rankings apresentados, que avaliam critérios como relevância para empregadores, acadêmicos e internet, produção científica e qualificação do corpo docente mostram que a UFPE ocupa posição de destaque regional, com perfil diferenciado, e em particular não é comparável a nenhuma instituição privada da região.

No tocante à Pós-Graduação stricto sensu, a UFPE, de forma geral, se situa entre as melhores do Brasil e América Latina, e primeira do Norte/Nordeste. E sua trajetória mais recente aponta para um processo intensivo de internacionalização.

Diversos indicadores subsidiam a afirmação acima:

1. O CNPQ possui um programa de bolsas para pesquisadores de alta produtividade: a UFPE conta atualmente com 322 bolsistas, colocando-se como a 9a, considerando todas as instituições de ensino e pesquisa brasileiras, a 6a, se considerarmos apenas as instituições federais, e é a primeira da região Norte/Nordeste.

2. A UFPE tem atualmente 523 grupos de pesquisa registrados no CNPq, situando-se entre as oito maiores do Brasil, e a quinta entre as federais, sendo a instituição do Norte/Nordeste com o maior número de grupos de pesquisas.

3. Há uma série de rankings realizados por instituições particularmente internacionais. Nestes rankings, baseados geralmente em critérios de produtividade acadêmica, a UFPE é uma instituição de excelência. Vejamos os rankings mais importantes:

i. No QS World University Rankings, efetuado por uma instituição inglesa desde 2004, que analisa 700 universidades de ponta, sendo considerado um dos rankings mais importantes do mundo, e que está baseado em 4 pilares: pesquisa, ensino, empregabilidade e internacionalização, a UFPE é a 43a entre todas da América Latina, e a primeira na região Norte/Nordeste.

ii. No ranking Webometrics, que deste 2004 analisa mais de 21.000 instituições do mundo inteiro, tendo como critério principal a presença da instituição na Web em termos de informação, a UFPE situa-se entre as 21 melhores instituições latino-americanas.

iii. Há três anos a Folha de S. Paulo iniciou uma computação do ranking das universidades brasileiras. A Folha de S. Paulo leva em consideração a qualidade da pesquisa realizada, a qualidade do ensino, a avaliação do mercado e um indicador de inovação. Neste ranking, a UFPE se situa entre as 10 melhores instituições brasileiras, sendo a primeira na região Norte/Nordeste.

4. Podem-se elencar ainda outros indicadores:

i. a UFPE é a instituição da região Norte/Nordeste com o maior número de programas de doutorado: atualmente, 49 programas.

ii. a qualidade da pesquisa, efetuada pelo seu corpo docente, além de ser aquilatada em termos acadêmicos, também o é em termos de inovação e de impacto sobre a sociedade. Em 08/02/2011, reportagem do jornal Valor Econômico destacava a UFPE como uma das maiores solicitadoras de patente, situando-se acima da Embraer. A UFPE tem atualmente 115 pedidos de patente, o que a coloca como a instituição da região Norte/Nordeste com o maior número de solicitações de patentes.

Nos anos recentes, em seu esforço de interiorização, buscando estar mais próximo dos grandes centros de demanda, e ciente de seu papel de instituição pública, mantida com recursos da sociedade, a UFPE instalou-se em Vitória de Santo Antão e em Caruaru, com diversos cursos de graduação e de pós-graduação de excelente qualidade.

Atualmente, o grande foco é a intensificação de sua internacionalização, reforçando os acordos de cooperação com as melhores instituições de ensino e pesquisa no mundo, o que nos conduzirá a parcerias em pesquisa e ensino com grupos acadêmicos fortes e consolidados, com um intercâmbio cada vez maior.

Ressaltamos, mais uma vez, que é interesse da UFPE continuar sendo uma das melhores universidades do país e a melhor do Nordeste, para tanto, precisamos tornar a aplicação dos recursos públicos cada vez mais eficientes, com profissionais de excelência e avaliação de custos e desempenho.

No que concerne a afirmação por parte da equipe da CGU de que foi “limitada a oferta ao ensino gratuito, especialmente para a graduação, relacionada à opção de priorização dos cursos de pós-graduação “lato sensu” e “stricto sensu””, é preciso tecer alguns comentários, sobretudo pelo fato das conclusões da equipe de auditoria demonstrarem um certo desconhecimento sobre o tema. Primeiramente há de se falar na importância da pós-graduação lato sensu para a UFPE, a oferta desses cursos representa uma excelente oportunidade de troca de conhecimento entre os professores da UFPE e alunos que estão atuando efetivamente no mercado em suas áreas de conhecimento. Isso proporciona ao professor informações que dificilmente estariam disponíveis em livros. Para os alunos, esses cursos proporcionam a oportunidade de ratificar os conhecimentos adquiridos na graduação e aperfeiçoar sua formação com novos conhecimentos.

Outro ponto significativo é que quase a totalidade das aulas dos cursos de pós-graduação lato sensu da UFPE acontecem nos finais de semana, o que resta comprovada a inexiste de uma limitada a oferta ao ensino gratuito, especialmente para a graduação ou a priorização por cursos de pós-graduação “lato sensu”. Tais conclusões precipitadas da equipe de auditoria da CGU não só distorcem a importância desses cursos para a melhoria contínua dos professores da UFPE e para os profissionais que estão no mercado de trabalho, como também não corroboram para um controle social efetivo.

Quanto aos professores com vínculos societários e empregatícios, informamos que, até a presente data, a Comissão de Acumulação de Cargos e Empregos – CACE, tem dado continuidade às seguintes providências, no sentido de promover a verificação de possíveis vinculações de docentes com empresas:

A primeira fase foi processada pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, através da emissão de ofícios aos docentes citados no Relatório da Auditoria de nº 201205397, informando a necessidade de prestarem esclarecimentos sobre o relacionamento dos mesmos com empresas às quais constam na planilha, pautado por alguma forma de envolvimento. De posse dos esclarecimentos prestados, procedeu-se à análise individual dos contratos sociais e demais documentos apresentados, ou mesmo de respostas que apresentam justificativas de teores variados, sendo possível verificar os seguintes aspectos diante dos contratos apresentados:

[...] Em atendimento aos questionamentos formulados pela Controladoria Geral da União – CGU, em relação à vinculação dos docentes do Departamento de Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia e Geociência a empresas sob diversas formas de atuação em descumprimento ao artigo 117, inciso X da Lei nº 8.112/90 temos a informar que a Comissão de Acumulação de Cargos e Empregos – CACE, analisou à luz do Relatório de Auditoria de nº 201205397, da Controladoria Geral da União – CGU, solicitando a documentação dos que apresentavam alguma possível vinculação com empresas. Diante da apresentação da documentação pelos docentes constatou-se não haver desobediência ao artigo 117, inciso X da Lei nº 8.112/90”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Na resposta apresentada pela UFPE, o gestor inicia afirmando que “*A Universidade Federal de Pernambuco possui um quadro de docentes com doutorado em suas diversas áreas e com alta qualificação reconhecida externamente. Então, além de ter a atribuição, tem reconhecida competência para tratar deste assunto. Por outro lado, tem sido prática deste processo de planejamento ouvir algumas entidades externas, dando o devido peso ao grau de competência destas no tema*”.

Entendemos a referida afirmação como um argumento “ab auctoritate”.

Inicialmente, cabe ressaltar que a competência da Controladoria Geral da União para realizar a auditoria objeto da presente análise decorre do artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal, a seguir transcrito:

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”.

Logo, conforme se depreende da Lei Maior, não cabe aos gestores da UFPE ponderar o “grau de competência” sobre o tema do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal. Ao invés de mera faculdade da entidade pública em “ouvir algumas entidades externas”, é obrigação das entidades auditadas prestarem contas da aplicação dos recursos públicos despendidos sempre que requeridas, inclusive quanto aos aspectos operacionais, patrimoniais e de economicidade dos gastos. Ainda mais quando estão envolvidas questões legais, como é o caso da apuração da participação de docentes em regime de dedicação exclusiva em gerência ou administração de sociedade privada, a qual é vedada pelo art. 117, X, da Lei nº 8.112/90.

Neste sentido, em outro trabalho contemporêneo à presente auditoria, na UFPE foi detectada uma correlação negativa entre a proporção de professores com outros vínculos societários ou empregatícios, segundo o departamento, e a carga didática no ensino de graduação. Ou seja, o que se constatou foi que quanto mais docentes com vínculos extras em dado departamento, menor a carga didática média do departamento no ensino de graduação, comparativamente a outros departamentos com menor proporção de docentes com os mesmos tipos de vínculos. E este é um dos principais fatores que tornam certos cursos de graduação mais caros do que outros, ainda que tenham determinada qualidade considerada aceitável ou até boa, pois no caso concreto demonstra-se a existência de cursos com qualidade ainda maior ou igual à do curso objeto da análise mas que possuem custos de formação de um graduado ainda menores (cursos com conceitos iguais ou até mesmo superiores) ou pelo mesmo custo (cursos com conceito superior). Neste caso, não há razão para se pagar mais pela formação de um graduado com certa qualidade se é possível obter qualidade superior ou a mesma qualidade mas com custos inferiores.

No caso do Departamento de Engenharia de Produção, grande parte dos docentes auferiu rendimentos de até R$ 700.000,00 reais pelo desempenho de atividades junto à FADE – ligadas à pós-graduação, num período de cerca de três anos, caracterizando atividades que deveriam ser extraordinárias mas que apresentam natureza  regular ou contínua. E tal fato coincide com o achado de maior envolvimento dos docentes do Departamento de Engenharia de Produção justamente com estas atividades, em particular os cursos de especialização cujas mensalidades são pagas pelos alunos, mas também no mestrado profissionalizante, que também é pago pelos alunos.

No âmbito da engenharia de produção da UFPE são formados anualmente muito mais alunos de pós-graduação do que alunos de graduação, além de que a excelência obtida na pós-graduação (conceito 5 na CAPES) não é seguida pela graduação (conceito na faixa 3 do CPC-ENADE ou nota 2,8175 no CPC contínuo 2011 – a mesma faixa CPC igual a 3 do curso de engenharia de produção de uma faculdade de Recife, embora este último tenha melhores notas na avaliação da coordenação didática e infraestrutura, apesar de CPC contínuo ligeiramente menor, possivelmente relacionado à menor nota dos alunos ingressantes, sujeitos a seleção de ingresso menos rigorosa.

Cabe, então, averiguar a possibilidade de eventuais prejuízos aos interesses públicos decorrentes das decisões relativas à aplicação dos recursos institucionais. Eis as principais razões de fato e de direito para a presente auditoria operacional.

Registrados estes relevantes aspectos iniciais, passa-se à análise das demais justificativas apresentadas.

O entendimento da UFPE expressado na afirmação de que o “Departamento de Engenharia de Produção não prioriza as atividades ligadas a cursos de Pós-Graduação” é contrário aos fatos e análises apresentadas inicialmente e há razões e fundamentos para a conclusão de que há conflito de interesses e concorrência entre a dedicação a certas atividades de pós-graduação – em particular os cursos pagos de especialização e mestrado profissionalizante, ainda que as aulas ocorram em horário noturno, além de consultorias ou outros serviços remunerados junto à FADE –  e as atividades ligadas ao ensino de graduação, ao contrário do entendimento expressado pelos gestores da entidade.

O gestor afirma que “*o número maior de alunos formados na Pós-Graduação pode ser facilmente entendido se tivesse sido observado que a duração de cursos de Pós-Graduação é bem menor do que de graduação. Considerando este fato é possível entender isso fazendo uma conta simples*”. Tal comentário é equivocado, já que o número de alunos formados por cada curso foi calculado por unidade de tempo, ou seja, quantitativo de alunos formado por curso e por ano, e não nos respectivos períodos de duração de cada curso - o que obviamente requer uma padronização dos coeficientes para que sejam comparáveis - os quais são diversos.

Já o fato de um curso conferir ou não diploma em nada muda a conclusão relativa aos quantitativos de alunos formados por curso a cada ano, embora o gestor tenha omitido, nesta afirmação, que mesmo os cursos de pós-graduação “stricto sensu”  (mestrado e doutorado) – os quais também emitem diploma – formam mais alunos por ano do que o cursos de graduação formam também a cada ano. Ademais, cabe ressaltar que o quantitativo de alunos formados anualmente na graduação já se encontra estabilizado, de modo que a duração do curso não mais produzirá oscilações significativas no quantitativo de alunos formados anualmente.

Repete-se o que já foi apresentado antes: a cada ano são formados em média 30 graduados em engenharia de produção; a cada ano são formados em média 37 mestres e doutores; e a cada anos são formados cerca de 70 especialistas (especialização e MBA). Ou seja, há uma quantidade crescente de formados anualmente segundo o tipo de curso: são formados menos alunos por ano no curso de graduação que é gratuito e são formados mais alunos por ano nos cursos de pós-graduação que são pagos (especialização, MBA e mestrado profissionalizante) – os quais geram receitas extraordinárias para os docentes.

O gestor afirma que os tipos de cursos não concorreriam entre si no tocante à aplicação dos recursos e esforços do departamento, e que os docentes utilizariam na pós-graduação os seus horários de disposição privada, mas os números apresentados sugerem conclusão diversa. Afinal, na UFPE não existem instrumentos de controle que assegurem a discriminação do tempo dos docentes efetivamente utilizado em cada atividade, o mesmo ocorrendo quanto ao uso dos recursos departamentais e institucionais. Exceção à regra são os registros relacionados à graduação mantidos no sistema Sig@, além de registros de uso de sala de aula e diários de classe. Quanto às atividades não realizadas em sala de aula, não há controles efetivos para estas. Portanto, poderão ser declaradas formalmente certas atividades, mas poderão ou não ser realizadas tais atividades e apenas o docente saberá se isto ocorreu ou não.

Ainda que os horários presenciais em sala de aula da pós-graduação sejam diferentes dos respectivos horários da graduação – segundo o gestor isto ocorreria apenas fora da jornada diária de 8 horas e, portanto, seriam “assunto de foro íntimo de cada pessoa com suas famílias” –, tanto o ensino de graduação quanto a realização dos cursos de pós-graduação envolvem diversas atividades extra-aula que podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante a jornada de 40 horas semanais, ou simplesmente podem deixar de ser realizadas parcial ou totalmente. Nada impede que certa atividade seja priorizada em detrimento de outra, embora formalmente todas contemplem o leque de tarefas típicas de um docente, formalmente declaradas.

Neste contexto, a priorização ou não de certos cursos e respectivas atividades vinculadas poderá influenciar nos fatores acessibilidade aos cursos, disponibilidade do curso segundo o turno, quantidades de vagas oferecidas, periodicidade dos ingressos, quantidades de alunos formados por unidade de tempo, quantidade de alunos por turma segundo o semestre no decorrer de todo o curso e também nas qualidades dos produtos finais de cada curso. São exemplos: a inexistência de oferta do curso de engenharia de produção no horário noturno, embora a expansão de vagas no horário noturno seja uma das diretrizes do REUNI; a existência de apenas uma entrada por vestibular a cada ano, ao passo que há cursos da UFPE que oferecem duas entradas; e os tamanhos decrescentes das turmas no transcorrer dos semestres do curso - o que poderia ser mitigado mediante duas entradas no vestibular, fazendo com que do meio para o final do curso os tamanhos das turmas de graduação estejam aquém dos tamanhos que poderiam ter, sem prejuízos para a qualidade, levando a uma reduzida razão alunos/professor e consequente oneração do custo de formação de um graduado.

Considerando o que foi dito, se os docentes já têm o horário noturno ocupado com atividades extraordinárias, naturalmente evitarão assumir novos compromissos ou ampliar compromissos já existentes, embora estejam vinculados ao regime de dedicação exclusiva, além de que estarão sujeitos a maior desgaste ou estresse, influenciando assim o desempenho a qualquer dia ou horário. E nada impede que atividades ligadas aos cursos, consultorias e projetos remunerados pela FADE sejam realizadas no horário do expediente. Afinal, não foram evidenciados quaisquer controles efetivos para este fim.

Daí o produto final de cada atividade ou cursos – incluindo o quantitativo de alunos formados anualmente e o escore de avaliação da qualidade dos cursos segundo entidade externa à UFPE – serem um instrumento válido de aferição do produto do trabalho e das consequências das prioridades departamentais. Aliás, nas circunstâncias existentes, estes parecem ser os únicos indicadores fidedignos. Neste sentido, em alusão a um dos argumentos presentes na resposta do gestor, deve-se considerar que não se pode supor que os cursos de mestrado e o doutorado possuem exigências menores do que a graduação, permitindo que se formassem mais alunos por unidade de tempo, comparativamente à graduação, uma vez transcorridos os períodos iniciais requeridos para formação das primeiras turmas, embora os intervalos de tempo para conclusão dos cursos sejam diferentes.

O gestor alega se surpreender com “o desprezo” da equipe de auditoria contra as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu, supostamente existente. É uma afirmação estritamente subjetiva e parcial do gestor, não sustentada em quaisquer evidências, e que não condiz com os fatos tratados no relatório.

Ressalta-se que a produção científica e a carga didática – inclusive na pós-graduação – foram escolhidos pela equipe de auditoria como os dois principais indicadores (variáveis dependentes) nas análises de correlação com os vínculos societários e empregatícios extras de docentes da UFPE (variáveis independentes). E isto demonstra o quanto estes fatores foram valorizados nas análises realizadas, uma vez que se pretende aferir se os vínculos extras dos docentes interferem (em particular aqueles vínculos relacionados às atividades extraordinárias remuneradas, que são representados principalmente pelos cursos pagos de especialização – “lato sensu” e mestrado profissionalizante, além das consultorias, e não os cursos gratuitos de mestrado acadêmico e doutorado) – haja consciência ou não disto – com as principais atividades desenvolvidas pelos docentes, com potencial prejuízo para o interesse público.

A crítica do trabalho é inequívoca: dirige-se ao predomínio dos produtos finais oriundos de atividades remuneradas pelos alunos e decorrentes do compromisso evidente dos docentes com atividades extraordinárias, quais sejam, o produto oriundo dos cursos de pós-graduação remunerados.

Logo, não procede a afirmação de existência de uma percepção de que as atividades de pós-graduação e pesquisa em geral sejam um mal, muito pelo contrário, mas discute-se as causas em potencial dos limitados resultados da graduação - inclusive em avaliação qualitativa oficial do CPC-ENADE, quando comparados ao elevado potencial departamental e institucional e também com os melhores resultados obtidos na pós-graduação.

Ou seja, os resultados sugerem que o incentivo pecuniário das atividades remuneradas junto à FADE – mais precisamente, as pós-graduações pagas e não os cursos de mestrado acadêmico e doutorado – coexiste com os relativamente limitados resultados da graduação que é gratuita, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, de modo que não se pode descartar a hipótese de que existe interferência direta ou indireta das atividades remuneradas e extraordinárias sobre os resultados das atividades públicas e gratuitas, especialmente no tocante aos resultados do ensino de graduação.

Também não se sustenta a afirmação de que a melhor avaliação no ENADE da graduação em informática, comparativamente ao curso de engenharia de produção, ambos da UFPE, seria explicada pelo maior tempo de existência do primeiro curso. Afinal, considerando apenas o fator tempo de existência, não se explicaria o mestrado e o doutorado em engenharia de produção terem atingido um ótimo conceito (nota 5), e o mesmo não ter acontecido na mesma medida com o curso de graduação em engenharia de produção (CPC contínuo igual a 2,8175, inclusive com baixo escore de gestão acadêmica).

Visão parcial e contraditória também está presente na afirmativa inicial de que “*é entendimento desta instituição que o Departamento de Engenharia de Produção não prioriza as atividades ligadas a cursos de Pós-Graduação*”. No entanto, para sustentar a afirmação de uma suposta “*conclusão distorcida*” e “*premissa também equivocada*” no relatório de auditoria, utiliza o argumento de que há no Brasil 600 cursos de graduação em Engenharia de Produção e apenas 40 cursos de Pós-Graduação na área de Engenharia de Produção (EP), concluindo que  “*o País precisa priorizar a Pós-Graduação na área de Engenharia de Produção (EP). Esta é a visão estratégica do grupo de EP da UFPE*”. No entanto, como já se deixou claro, o problema em essência não é a prioridade da pós-graduação, mas o exercício de certas atividades em detrimento do potencial do ensino de graduação.

No mesmo sentido são apresentadas as argumentações sobre custos, que supostamente careceriam de “base conceitual” e corresponderiam a uma visão “muito simplista”. Ao contrário do que o gestor afirma, os custos foram calculados abrangendo um intervalo que leva em consideração as outras atividades existentes dentro da missão da Universidade, além das normas institucionais que estabelecem a alocação de 50% do tempo dos docentes às atividades ligadas ao ensino de graduação. Adicionalmente, como já foi dito, o valor foi subestimado, já que deixou de computar os custos previdenciários e com infraestrutura, os quais efetivamente compõem o custo de formação de um graduado.

Ocorre que mesmo alterando os pressupostos de análise, de modo a reduzir as estimativas dos custos de formação de um aluno de graduação em engenharia de produção na UFPE (o que de qualquer modo já foi feito ao serem desconsiderados os custos previdenciários e de infraestrutura), assumindo o pressuposto de que todas as atividades inerentes ao ensino de graduação ocupariam menor tempo dos docentes do que o estabelecido nas análises, o que reduziria ainda mais a estimativa do custo de formação na graduação para um valor menor do que aquele originalmente estimado, ainda assim estes alunos da UFPE estariam sendo formados a um custo superior ao custo de formação de um aluno de graduação em engenharia de produção em curso com conceito “5” no ENADE. Atente-se que, neste caso, os custos não computados no curso da UFPE deveriam migrar para todas as demais atividades inerentes à missão das universidades, incluindo pesquisa e pós-graduação, cabendo também aferir a relação entre tais custos e os resultados correspondentes.

Cumpre destacar que em nenhum momento se faz apologia no sentido de “acabar com os Programas Stricto Sensu em 35 anos” a UFPE, conforme afirmado pelo gestor. É outra afirmação que não se sustenta nem em fatos nem em evidências, mas que é puramente subjetiva e parcial. O gestor procura desviar o foco da crítica para estes cursos “stricto sensu” – "vitimizando-os" e procurando afastar o foco do episódio do envolvimento dos docentes em atividades remuneradas junto à FADE, sobre as quais pouco ou nada falou em sua resposta. Porém, ficou claramente destacado no relatório de auditoria que a crítica não é feita contra os cursos de pós-graduação em si mesmos – menos ainda contra os cursos de mestrado acadêmico e doutorado, mas sim contra a evidente prevalência dos produtos de atividades remuneradas junto à FADE sobre as atividades públicas e gratuitas, esta última uma consequência em potencial da primeira escolha.

O gestor afirma que “*as diretrizes do ensino superior devem se pautar pela priorização de sua qualidade frente à quantidade*”. Neste aspecto em particular a opinião do gestor não difere muito da opinião da equipe de auditoria, embora a eficiência – ligada à quantidade por unidade de recursos aplicados, seja um princípio constitucional a que se obrigam todos os gestores públicos. Mas não se pode perder de vista que toda qualidade tem um limite de custo razoável. E, no caso concreto, demonstrou-se que resultados superiores são obtidos com custos iguais ou inferiores, conforme se evidencia no presente trabalho. Logo, a qualidade de um certo curso não é um escudo que isenta o gestor de demonstrar que esta é obtida a um custo razoável, tampouco o isenta de buscar resultados cada vez melhores, segundo os recursos disponíveis, a exemplo de reduzir custos mantendo a qualidade ou mesmo obter qualidade ainda melhor.

Outro aspecto a considerar é que o gestor deixou de explicar porque são pagos valores substanciais para formar um aluno no curso de graduação em engenharia de produção da UFPE, que possui conceito faixa “3” no CPC-ENADE (nota 2,8175 no CPC contínuo), tanto ou mais quanto se paga para formar um aluno num mesmo curso de engenharia de produção com conceito CPC-ENADE 4 e conceito “5” no ENADE, do mesmo modo que não explicou a razão do baixo escore no ENADE atribuído ao quesito organização pedagógica do curso na UFPE – igual a 0,83 décimos, já que afirma priorizar a qualidade. Assim, deve-se considerar que parte do resultado positivo do curso de engenharia de Produção no ENADE se deve à alta qualidade dos alunos que ingressam na UFPE, os quais são selecionados por um vestibular muito concorrido. Cabe, pois, uma reflexão de quanto o Departamento de Engenharia de Produção está agregando efetivamente ao resultado final obtido na avaliação da graduação em engenharia de produção.

Ademais, um dos principais questionamentos ao relatório de auditoria apresentados pelo gestor reside nos fundamentos das comparações – as quais rejeita, de modo sistemático – e nos métodos de aferição dos custos, de uso do tempo e dos recursos institucionais pelos professores. Registra-se que não se pretende atingir uma análise cujos resultados sejam exatos ou inquestionáveis. Porém, para fins de análise da gestão administrativa da UFPE, cabe ressaltar a convergência dos achados oriundos de dados obtidos por diferentes meios, a partir de diferentes fontes institucionais, utilizados para diversos fins, alguns deles produzidos pela própria UFPE, os quais estão disponíveis a um baixo custo e são reprodutíveis.

Ao criticar, por exemplo, a comparação entre a graduação da UFPE (nota 2,8175 no CPC-ENADE e conceito ENADE na faixa 4 - com nota 0,83 em organização pedagógica e nota 1,86 em infraestrutura, além de nota 68 no ENEM dos ingressantes) com a correspondente graduação da FACAMP (nota 4,1791 no CPC-ENADE e conceito ENADE na faixa 5 - além da nota 4,52 em organização pedagógica e nota 4,79 em infraestrutura, além de nota 62 no ENEM dos ingressantes), o gestor alega que a graduação seria “mais lucrativa”, para explicar o melhor desempenho da FACAMP, uma faculdade privada, sob todos os aspectos abrangidos. Ocorre que isto dependerá do ponto de vista e dos interesses em questão, como se depreende da própria observação do gestor.

No caso da FACAMP, a graduação de fato deve ser lucrativa para a faculdade privada, daí a possível explicação para os excelentes resultados apresentados, do contrário tais cursos não gerariam receitas nem lucros e estariam fadados ao fracasso, ao contrário dos cursos de graduação ofertados pelas Universidades públicas – cujos recursos para o seu financiamento não são diretamente proporcionais aos resultados e qualidade apresentados. É oportuno ressaltar que os professores do referido curso da FACAMP assumiram todos os riscos da iniciativa privada e deixaram os seus ganhos anteriormente seguros que auferiam nos cargos públicos que ocupavam na UNICAMP, com o objetivo de criar um curso novo junto a uma entidade privada e com fins lucrativos, tendo como fim a exploração de atividades remuneradas.

No caso da UFPE a situação é diversa. Os maiores retornos para os professores são oriundos das atividades e dos cursos no contexto da pós-graduação, gerando remuneração de uma forma ou de outra, conforme evidenciado principalmente pelas receitas que estes auferiram junto à FADE, nos últimos anos, dado que as retribuições dos cargos públicos independem do número de vagas, do número de entradas  e dos turnos ofertados no vestibular para a graduação em engenharia de produção, dos quantitativos de graduados formados anualmente - estes últimos dependentes das taxas de sucesso obtidas no ensino de graduação, da relação alunos/professor e, por fim, dos custos de formação de um graduado no curso em tela.

Dos argumentos e fatos apresentados decorrem a justificativa e a plausibilidade de se avaliar a potencial interferência sobre os interesses públicos decorrente do envolvimento de docentes de uma universidade pública e em regime de dedicação exclusiva com a gerência, administração ou participação em atividades de entidades privadas, mesmo que declaradas sem fins lucrativos, exercidas de forma regular e contínua.

Em suma, a resposta apresentada pelo departamento tem como esteio a suposta falta de confiabilidade dos dados ou metodologias utilizados pela equipe de auditoria e também dos próprios mecanismos de controle institucionais, fora os inúmeros supostos equívocos da equipe de auditoria. Se aceitássemos tal argumentação, restaria como alternativa apenas acatar o que afirmam os docentes do departamento – ainda que contrariamente às evidências e fatos apresentados, ou seja, não seria possível criticar os dados disponíveis.

Adicionalmente, em sua resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor fala em "*conclusões erradas e precipitadas*" da auditoria, alega que "*para haver uma comparação é preciso que estejamos tratando de instituições com o mesmo perfil*" e questiona: "*como comparar instituições de regiões diferentes, sem considerar as características especifica de cada região?*". E por fim decreta: "*não é possível tirar conclusões baseadas em metodologias frágeis e comparações em bases diferentes, pois a informação não está imbuída de característica como fidedignidade e confiabilidade, que são alguns atributos para considerarmos uma informação útil*. A partir daí elenca todos os rankings, nacionais e internacionais em que a UFPE aparece bem colocada, especialmente aqueles de pós-graduação e de produtividade acadêmica; ressalta o número de programas de pós-graduação “stricto sensu” da entidade e a qualidade das pesquisas realizadas pelos docentes da UFPE; destaca o esforço de interiorização com a instalação dos cursos em Vitória de Santo Antão e Caruaru; além de citar o foco de internacionalização da Universidade. Ademais, alega que as conclusões da equipe de auditoria demonstram “*um certo desconhecimento sobre o tema*”. Observe-se que as respostas enfatizam aspectos gerais e positivos da UFPE – com ênfase na pesquisa e na pós-graduação “stricto sensu” –, ao passo que a análise realizada pela equipe de auditoria trata de um problema específico no ensino de graduação da UFPE – com ênfase na limitada oferta de acesso ao curso de graduação em Engenharia de Produção que contrasta com uma expressiva oferta dos cursos de pós-graduação “lato sensu” pagos (MBA e Especialização, e não o Mestrado e o Doutorado), ofertados pelo Departamento de Engenharia de Produção –, além de que a análise realizada pela equipe de auditoria deu a devida ênfase a excelência de certos cursos e atividades da UFPE. Ademais, se fosse admitida sem restrições a crítica do gestor às comparações realizadas entre a UFPE e outras Universidade e Faculdades, só seria possível aceitar a comparação entre iguais. Caso fosse aceita essa hipótese, até mesmo todas as comparações feitas pelo gestor seriam inválidas afinal, como comparar a UFPE com Universidades de outras regiões do Brasil e concluir que ela está entre as 10 melhores? E como comparar a UFPE com Universidades e Faculdades de outros países, sendo essas e estes tão diferentes, para concluir que ela é a 43ª da América Latina? Observe-se que o Ranking Universitário Folha (RUF) e o IGC do INEP, citados pelo gestor da UFPE para destacar a posição ocupada pela entidade, incluem também faculdades privadas de todo o Brasil, com as quais o gestor não admite a comparação feita no relatório. O mesmo acontece com o QS Latin American University – indicador que o gestor da UFPE cita para destacar a 43ª posição que a UFPE ocupa dentre as universidades da América Latina, mas no qual a UFPE não aparece senão após a posição global de número 700, sendo que neste mesmo ranking utilizado na argumentação do gestor existem faculdades privadas brasileiras mais bem colocadas do que a UFPE, nas posições 551-700, como é o caso da Pontífica Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Além de tudo, em mais esta oportunidade de manifestação, o gestor rejeita qualquer comparação entre o curso de Engenharia de Produção da UFPE e outros cursos, mas jamais comenta ou justifica a baixa nota do quesito organização pedagógica da referida graduação, cujo escore foi igual a 0,83 (oitenta e três centésimos), numa escala que vai até 5,0 (cinco).

No tocante ao estudo de caso do curso de Engenharia de Produção em particular, o gestor alega que a oferta de cursos de pós-graduação “lato sensu” representam “*uma excelente oportunidade de troca de conhecimento entre os professores da UFPE e alunos que estão atuando efetivamente no mercado em suas áreas de conhecimento*”, apesar de a análise da equipe de auditoria não abranger os cursos de pós-graduação “lato sensu” da UFPE em geral, como está claramente discutido e evidenciado no texto, mas sim enfatizar o conflito entre os interesses privados no contexto do Departamento de Engenharia de Produção em particular – representados pela expressiva dedicação dos docentes aos cursos de pós-graduação pagos, oferecidos por intermédio da FADE e gerando receitas extraordinárias para os docentes que podem chegar até R$ 700 mil em determinado período – em detrimento dos interesses público – representado pela limitada oferta do curso de graduação em Engenharia de Produção, que é público e gratuito. Não obstante problemas análogos possam ter ocorrido ou ainda estarem ocorrendo em relação a outros cursos “lato sensu” pagos, o que precisaria ser investigado em outro trabalho.

Por fim, contrariamente aos fatos evidenciados no presente relatório e distorcendo as conclusões da equipe de auditoria, o gestor sentencia que a “*quase a totalidade das aulas dos cursos de pós-graduação lato sensu da UFPE acontecem nos finais de semana, o que resta comprovada a inexiste de uma limitada a oferta ao ensino gratuito, especialmente para a graduação ou a priorização por cursos de pós-graduação “lato sensu”. Tais conclusões precipitadas da equipe de auditoria da CGU não só distorcem a importância desses cursos para a melhoria contínua dos professores da UFPE e para os profissionais que estão no mercado de trabalho, como também não corroboram para um controle social efetivo*”. Observe-se, como já foi dito, que o fato não apresentou conclusões generalizadas sobre os cursos de pós-graduação “lato sensu” da UFPE, uma vez que se ocupou da situação do Departamento de Engenharia de Produção, além de que, ao contrário do que o gestor afirmou em sua última resposta, os cursos de Especialização e MBA ofertados pelo Departamento de Engenharia de produção são oferecidos em dias úteis e no horário noturno, conforme evidenciam o próprio sítio da UFPE (Disponível em: <<http://www.dep.org.br/cursos/curso.php?curso=2>> e <<http://www.dep.org.br/cursos/curso.php?curso=4>>, Consultas realizadas em: 30/06/2014) e também a planilha de uso das salas de aulas disponibilizada pela UFPE, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201211526/003, de 17/04/2013, que indica destinação da sala de aula nº 113 do CTG para os cursos de pós-graduação “lato sensu” do referido Departamento, entre os dias de segunda-feira até sexta-feira, entre os horários de 18:00 e 22:00 horas. Ou seja, não só o tempo dos docentes em regime de dedicação exclusiva é substancialmente alocado para os cursos de MBA e especialização pagos, mas a própria infraestrutura da UFPE é ocupada em dias úteis à noite para essas atividades extraordinárias dos docentes, ao passo que os recursos do REUNI investidos na UFPE não geraram qualquer expansão da oferta de cursos noturnos de graduação, que poderiam beneficiar a parcela vulnerável da sociedade que necessita trabalhar durante o dia.

No tocante à atual desvinculação dos docentes com atividades societárias, ressalta-se que ficou evidencida a referida vinculação de docentes em momento anterior – inclusive no exercício da atividade de sócio-gerente por professor em regime de dedicação exclusiva, com posterior extinção da empresa – bem como se evidenciou a existência e posterior remoção do sítio de natureza privada na internet que oferecia serviços de consultoria ligada a professores do Departamento de Engenharia de Produção, o que ocorreu após os achados de auditoria serem encaminhados ao gestor. Logo, a eventual falta de detecção atual de tais vínculos não contradita os achados de auditoria dos quais se deu ciência ao gestor.

Considerando o exposto, embora os dados e os resultados das análises estejam sujeitos a certas limitações – inerentes a qualquer estudo analítico, especialmente em se tratando de um objeto complexo e não passível de sujeição à experimentação – estes não podem ser refutados sem  evidenciação suficiente e sem fundamentação plausível que abranja os fatos apontados, nem podem simplesmente ser descartados, a pretexto de o departamento possuir “alta qualificação”, “ter atribuição” e ter “reconhecida competência para tratar deste assunto”. Ademais, isto não foi posto em questão. Aqui se exerce, tão somente, o zelo pela boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se que as evidências reunidas e a plausibilidade dos resultados decorrentes das análises realizadas reforçam as conclusões apresentadas, embora estejam sujeitos a certas limitações, as quais foram devidamente levadas em consideração nas análises e comentários apresentados. Em outras palavras, e ao contrário do que afirmou o gestor, as análises foram feitas de forma “responsável” e, se padecem de qualquer limitação, isto não se deve à irresponsabilidade nem à imprevidência, nem têm como foco ou objetivo uma suposta investida do setor público contra respeitáveis cursos de mestrado e doutorado oferecidos há tempos por uma bem conceituada universidade pública. Se há qualquer elemento prejudicado ou preterido no curso dos eventos aqui registrados estes seriam os fins e o interesse público.

Para concluir, por oportuno, repete-se o que foi dito anteriormente: nada é tão bom que não possa melhorar, eis uma das finalidades maiores do trabalho. Assim opina a equipe de auditoria.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Verificar a existência de histórico de participação de docentes do Departamento de Engenharia de Produção em regime de dedicação exclusiva em gerência ou administração de sociedade privada, a qual é vedada pelo art. 117, X, da Lei nº 8.112/90 e, em caso positivo, apurar a regularidade das atividades e a eventual existência de responsabilidade no exercício de atividades incompatíveis com o cargo e regime de trabalho dos docentes. Atentar para o fato de que a contagem do período prescricional só inicia a partir da ciência dos gestores quanto à ocorrência dos fatos, já que o gestor não tinha acesso aos sistemas de informação governamentais utilizados para detectar os vínculos.

Recomendação 2: Verificar a regularidade da participação de docentes do Departamento de Engenharia de Produção em entidade de natureza jurídica de direito privado - ainda que seja associação sem fins lucrativos - e em atividades remuneradas sob a gestão administrativa e financeira da FADE, a exemplo de consultorias, projetos e ensino de pós-graduação - as quais estão sujeitas a requisitos de frequência ocasional e ausência de prejuízos para o exercício do cargo público-, assim como os impactos e eventuais conflitos de interesse relacionados ao exercício destas atividades em relação ao exercício da função pública e dos resultados e indicadores do ensino de graduação em especial, incluindo o custo de formação dos alunos e as notas dos diferentes quesitos que compõem o CPC-ENADE.

Recomendação 3: Realizar estudo de viabilidade da implantação de medidas tendentes a aumentar a acessibilidade ao curso de graduação em engenharia de produção e a redução nos custos de formação por aluno de graduação, dentre as quais sugere-se: (a) ampliação do número de vagas no vestibular; (b) ampliação do número de entradas no vestibular; (c) oferta do curso no turno da noite; (d) aumento do tamanho ou do número de turmas de graduação no ciclo básico, de modo que as turmas nos semestres mais adiantados possuam tamanhos maiores do que os atuais mas ainda compatíveis com as condições existentes, mitigando assim os tamanhos decrescentes das turmas no decorrer do curso; (e) aumento da taxa de sucesso do curso de graduação; (f) aumento da relação alunos/professor, tendo como referência o padrão institucional e também as metas do REUNI. Na hipótese de propostas de solução que contemplem aumento de gastos, ter em conta a diretriz de que a ampliação do gasto seja proporcionalmente menor do que os ganhos em ofertas de vagas e no custo de formação por aluno, observando assim o princípio da eficiência.

Recomendação 4: Realizar estudo para identificação das causas em potencial da nota 0,833 no quesito organização pedagógica e nota 1,857 em infraestrutura, ambas no CPC-ENADE 2011 do curso de graduação em Engenharia de Produção, as quais contrastam com a elevada reputação dos docentes e dos cursos de pós-graduação ligados à Engenharia de Produção. Identificar e implementar medidas para melhorias nestes quesitos e também em outros aspectos que impactam a avaliação do curso, de modo a promover melhorias. No tocante ao quesito infraestrutura em particular, identificar e sempre que viável e possível implementar medidas que maximizem o potencial de contribuição de melhorias a serem compartilhadas pela graduação, decorrentes de projetos de pesquisa e pós-graduação no âmbito da Engenharia de Produção, ainda que isto ocorra de maneira reflexa.

**1.1.1.9 CONSTATAÇÃO**

**Oferta de vagas nos cursos de graduação da UFPE definida sem motivação e com ampla margem de discricionariedade, ausência de processo decisório formalizado e não utilização de critérios objetivos como a concorrência no vestibular, enquanto critério adicional à disponibilidade de docentes e de infraestrutura.**

**Fato**

Conforme o Art. 57, § 1º, do Estatuto da UFPE, “*a fixação das vagas oferecidas no processo seletivo será feita de acordo com estudos que levem em consideração o mercado de trabalho, as perspectivas do desenvolvimento regional e nacional e a disponibilidade de recursos humanos e materiais*”.

É possível que tais estudos e levantamentos tenham ocorrido um dia, mas eles devem ser realizados regularmente, já que a realidade é dinâmica, de modo a assegurar o melhor uso dos recursos públicos aplicados. Mas não há indicações de que isso esteja ocorrendo.

Mediante análise documental, constatou-se que a definição do quantitativo de vagas nos diferentes cursos de graduação, a serem ofertadas no vestibular anual, usualmente é realizada sem motivação e com ampla margem de discricionariedade. Entende-se por motivação o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato, nos termos do art. 2º, parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99.

Conforme o art. 50, inciso I, da Lei nº 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses. Esse é o caso da decisão do quantitativo de vagas nos processos seletivos para admissão nos cursos de graduação das IFES, uma vez que a educação é um direito de todos e dever do Estado, conforme art. 205 da Constituição Federal. Também, o art. 208, inciso V, da Constituição Federal, estabelece a educação enquanto dever do Estado, o que será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

O Processo decisório de oferta de vagas nos cursos de graduação da UFPE começa com o encaminhamento de um requerimento da PROACAD às coordenações de graduação, solicitando definição do quantitativo de vagas a ser oferecido pelo respectivo curso. Tal requerimento ressalta a importância de se considerar, na decisão, a infraestrutura física e humana disponíveis. Cita-se, a título de exemplo, o Ofício Circular nº 038/2007 DCA, de 25/04/2007, que solicita às coordenações dos cursos de graduação que informem o número de vagas que serão oferecidas nos referidos cursos, tendo em vista a preparação do processo seletivo do vestibular 2008.

Entretanto, nas respostas encaminhadas pelas coordenações de graduação à PROACAD, para posterior decisão colegiada no CCEPE, usualmente existe apenas a informação do quantitativo de vagas ofertadas, geralmente confirmando a mesma quantidade de vagas oferecidas no vestibular anterior. Não há indicações e registro de como se deu o processo decisório, caso a caso, nem se houve aferição da infraestrutura física e  dos recursos humanos de cada curso, ou se há descompasso entre ambas, nem como isso teria sido feito, tudo isso objetivando otimizar o uso dos recursos públicos e para atender aos interesses coletivos. Tampouco é informado se outros fatores foram considerados, em especial a densidade nos vestibulares anteriores (concorrência no vestibular, refletindo o número de candidatos inscritos dividido pelo número de vagas oferecidas), a qual reflete o interesse e procura da sociedade pelos diferentes cursos existentes.

Considera-se que a adoção de um protocolo formal de análise para definição do quantitativo de vagas a serem ofertadas por cada curso no vestibular pode contribuir para o aumento da satisfação das necessidades sociais e para melhoria do desempenho na gestão dos recursos públicos, possibilitando, inclusive, aumento da eficiência e redução dos custos de formação dos alunos, que em diversos cursos se mostram excessivamente elevados, conforme será discutido no presente relatório. Adicionalmente, também considera-se razoável o pressuposto de que o histórico da concorrência no vestibular (densidade no vestibular) é um indicador de demanda social e de necessidades do mundo do trabalho.

Observou-se que existe uma correlação positiva entre a densidade no vestibular e a taxa de sucesso em cada curso (Coeficiente de correlação de Pearson, r = 0,2642, p<0,05 no teste unilateral, para g.l. = 68). Neste sentido, ressalta-se que uma das metas globais do REUNI é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, conforme o art. 1º, § 1º, do Decreto 6.096/97.

A UFPE pactuou, dentre os objetivos gerais do REUNI, ampliar gradativamente em 26,83% as vagas do vestibular atingindo em 2012 o correspondente a 1.419 novas vagas, sendo 900 vagas mediante criação de 18 novos cursos e 519 vagas nos cursos já existentes. Destas últimas 519 vagas, mais da metade das vagas foram destinadas para cursos cuja densidade no vestibular está abaixo da mediana institucional, que é de 5,8 candidatos por vaga, conforme tabela abaixo. Ou seja, a expansão da oferta de vagas não ocorreu de forma coerente com a demanda social.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Curso | Densidade no Vestibular 2012 | Vagas REUNI | % Acumulado |
| Direito | 20,20 | 60 | 11,56 |
| Fisioterapia | 17,80 | 2 | 11,95 |
| Publicidade | 16,90 | 10 | 13,87 |
| Engenharia Computação | 15,97 | 50 | 23,51 |
| Jornalismo | 13,70 | 10 | 25,43 |
| Engenharia Mecânica / Mecatrônica | 12,25 | 20 | 29,29 |
| Design | 9,30 | 10 | 31,21 |
| Odontologia | 9,20 | 40 | 38,92 |
| Biomedicina | 7,30 | 20 | 42,77 |
| Farmácia | 6,80 | 10 | 44,70 |
| Turismo | 5,80 | 10 | 46,63 |
| Terapia Ocupacional | 5,80 | 2 | 47,01 |
| Fonoaudiologia | 4,10 | 10 | 48,94 |
| Economia / Finanças | 3,80 | 20 | 52,79 |
| Artes Plásticas | 3,80 | 10 | 54,72 |
| Desenho e Plásticas | 3,80 | 10 | 56,65 |
| Ciências Biológicas / Ambientais | 3,70 | 30 | 62,43 |
| Engenharia Cartográfica | 3,00 | 30 | 68,21 |
| Letras | 3,00 | 40 | 75,92 |
| Ciências Biológicas | 2,90 | 20 | 79,77 |
| Música | 2,80 | 95 | 98,07 |
| Biblioteconomia | 2,20 | 10 | 100,00 |

Tão ou mais importante do que ampliar o acesso ao ensino superior, mediante aumento da oferta de vagas, é maximizar a taxa de sucesso e minimizar o excesso de tempo gasto para conclusão da graduação. Aliás, uma das limitações das metodologias tradicionais de cálculo do custo do aluno de graduação é deixar de considerar o tempo de permanência do aluno na universidade e a taxa de sucesso do curso, considerando apenas o custo anual do aluno, o qual está longe de ser o custo efetivo de formação de um graduado. Afinal, quanto mais tempo o aluno gasta para concluir o curso e quanto maior a evasão de um curso, maior será o custo de formação de um graduado.

Se os cursos menos concorridos tendem a apresentar menores taxas de sucesso, resultando também em maior ineficiência do gasto público e maior frustração das demandas sociais, ampliar vagas nestes cursos reduz a probabilidade de êxito na elevação das taxas de conclusão dos cursos de graduação, ao passo que considerar a densidade no vestibular enquanto um dos critérios do processo decisório de oferta de vagas para o ensino de graduação mostra-se uma decisão mais plausível.

Também, há uma tendência de as mais baixas taxas de sucesso dos cursos de graduação estarem associadas a custos mais elevados de formação dos alunos nos respectivos cursos (p = 0,0551, no teste exato de Fisher, para valores de ambas variáveis classificados em duas classes, quais sejam, acima e abaixo da mediana). Assim, os cursos com maior procura no vestibular tendem a apresentar maiores taxas de sucesso e, consequentemente, menores custos de formação por aluno. No caso em tela, mais de 60% dos cursos com taxa de sucesso abaixo da mediana possuem custos de formação por aluno acima da mediana, observando-se comportamento inverso para os cursos com taxa de sucesso acima da mediana.

Na dissertação de mestrado intitulada “*Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais*”, Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi (sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2009), com fundamento em estudo realizado por Comissão Especial para Estudo da Evasão, instituída pelo MEC, indica que as causas predominantes da evasão escolar são de três ordens: (a) Relacionada aos estudantes; (b) Relacionadas aos cursos e às instituições e; (c) Conjunturais, do tipo socioculturais e econômicas, “*relacionadas ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, à qualidade do ensino fundamental e médio, ao contexto socioeconômico e às políticas governamentais*”.

A autora da dissertação mencionada ressalta a relação existente entre os diferentes fatores ligados à evasão universitária, além de mencionar a necessidade de um programa integrado de pesquisas, para identificar causas internas e causas externas do problema, conforme sugestão da comissão do MEC.

Os resultados da dissertação citada indicam que a “*evasão é mais elevada nos cursos que exigem notas mais baixas para entrada, em graduações cujo perfil discente é de nível socioeconômico e cultural predominantemente baixo, sendo, ainda, cursos de mais baixo prestígio social*”.

A autora menciona o trabalho de Tinto (1975), segundo o qual “*o desempenho é o melhor preditor para a permanência, desde que as habilidades do estudante possibilitem as realizações exigidas naquele meio*. (...) *o mais alto nível de planos (educacionais e de carreira) constitui o maior preditor para a permanência*”.

Com base em resultados da pesquisa realizada por Peixoto, Braga, Bogutchi (2003), a autora da retromencionada dissertação de mestrado constata que existe “*certa racionalidade na escolha dos cursos em função das chances de aprovação no Vestibular, pelas baixas taxas de evasão para cursos com alta demanda no Vestibular e altas taxas para cursos com baixo prestígio social e financeiro, como é o caso das Licenciaturas*”.

É razoável supor que há inteligência nas decisões dos cidadãos na escolha dos cursos desejados, resultando em procura maior ou menor por certos cursos de graduação. Assim como é legítima tal escolha respaldada na expectativa de retorno. A procura por certos cursos tende a aumentar com a maior expectativa de retorno decorrente da respectiva graduação.

Assim, se os candidatos historicamente procuram mais cursos de graduação como os de Medicina ou de Direito, por exemplo, o que de fato ocorre na UFPE, isso pode decorrer de uma avaliação que fazem das maiores chances de obterem sucesso profissional com tais graduações, o que não necessariamente implica no exercício de uma profissão como a de advogado, mas no exercício de uma ocupação em que aquele diploma lhes confere maiores chances de êxito, como no serviço público, que nos últimos anos se tornou uma das principais oportunidades profissionais no Brasil. Pesquisas de egressos certamente seriam de grande auxílio, neste sentido.

O Brasil teria o objetivo de atingir 2,5 médicos por mil habitantes, até 2020 (http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/07/governo-tomara-medidas-para-aumentar-o-numero-de-medicos-no-brasil/print). Segundo a notícia, de 07/03/2012, o Brasil conta com 1,8 médicos para cada mil habitantes, um índice inferior ao de outros países latino-americanos, como Argentina, que tem três médicos por mil habitantes, Uruguai, que tem 3,7, e Cuba (6,7). Não obstante o parâmetro preconizado pela OMS ser de um médico por mil habitantes, características demográficas do país tornariam desejável tal quantitativo de médicos, para mitigar a desigual distribuição geográfica existente.

Entretanto, adotando medida em sentido aparentemente contrário à meta anteriormente referida, o MEC limitou a oferta de vagas nos cursos de medicina, por intermédio da PORTARIA NORMATIVA nº 2, de 01/02/2013. O Conselho Federal de Medicina avaliou a medida como um avanço – sob o seu ponto de vista, que é a defesa dos interesses da categoria, e considera que as 197 escolas (58% privadas) e 209 cursos de Medicina existentes no país seriam suficientes para formar o contingente de médicos que o Brasil precisa: “*Em números absolutos, o país só perde para a Índia em quantidade de escolas*”  (http://portal.cfm.org.br/ index.php?option= com\_content&view= article&id=23554: cfm-defende-qualidade-na-formacao-de-medicos &catid=3).

Porém, o elevado interesse na graduação em medicina e a limitada oferta de vagas nos cursos de graduação brasileiros induzem estudantes a buscarem formação superior em outros países, o que implica em diversos efeitos desfavoráveis, já que muitos desejam exercer a profissão no Brasil. Segundo publicação do CREMESP, edição 61, de  outubro a dezembro de 2012 – Especial Bolívia (págs. 14-25), intitulada “*Escolas precárias iludem 20 mil brasileiros*”, um  número crescente de brasileiros estudam Medicina em faculdades particulares da Bolívia: “*Falta de locais para o ensino da prática médica, docentes sem preparo e vagas ilimitadas, sem qualquer processo seletivo, formam um cenário preocupante*”.

 Segundo estudo feito a partir de um relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – Education at a Glance: http://www.oecd.org/edu/eag2012.htm), o Brasil ocupa o último lugar dentre 36 países avaliados quanto ao percentual de graduados na população de 25 a 64 anos. Em 2008, enquanto 11% dos brasileiros tinham diploma universitário (http://fundacaolemann.org.br/blog/blog/education-at-a-glance-2012-indicadores-de-escolaridade), a média entre os países da OCDE era de 28%, mais do que o dobro da brasileira. A título de exemplo, o referido percentual era de 24% no Chile e de 54 % na Rússia. A meta do Brasil é chegar a 33% até 2020, segundo o projeto de lei sobre o Plano Nacional de Educação 2011-2020.

Certamente que não há consenso sobre a questão da oferta de vagas no ensino superior, especialmente quando o ensino privado está inserido na discussão. De qualquer modo, as universidade públicas estão longe de atender às demandas sociais por ensino superior, e as intervenções objetivando a limitação da oferta de vagas nos cursos de graduação mais procurados, como observado recentemente nos cursos de graduação em medicina e direito, podem não ser o melhor caminho para equacionar o problema envolvendo demandas sociais versus qualidade do ensino, especialmente se almejamos aumentar o número de brasileiros com formação superior, que em 2010 eram 7,9% da população, segundo Resultados Gerais da Amostra do Censo 2010, do IBGE (http://portal.mec.gov.br/ index.php? option=com\_content&view= article&id=17725). Isso sem prejuízo da observância de requisitos suficientes para a qualidade no ensino.

Se é esperado que mais cidadãos concluam a graduação em algum curso superior, há maior probabilidade de êxito se o indivíduo consegue ingresso no curso desejado por ele. Que seja considerado, então, o respeito a essa escolha, dentre os critérios a ponderar na oferta de vagas. Afinal, esse é um direito fundamental, conforme art. 5º, XIII, da Constituição Federal, conforme a seguir: "*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*".

Os órgãos de classe, em geral, criticam a elevada oferta de vagas nos cursos de interesse de sua categoria. Talvez porquê a maior oferta de profissionais graduados vá implicar em limitação no valor da remuneração média da categoria. Porém, triplicar o número atual de graduados no Brasil, que é um interesse nacional legítimo, vai representar impacto em qualquer categoria já existente.

Já a restrição de oferta de vagas, a seu turno, pode contribuir para manter sempre elevada a demanda pelos cursos restringidos, aumentando a frustração tanto da demanda social, expressada por aqueles que não conseguem ingressar nos cursos desejados, quanto de muitos daqueles que ingressam nos cursos por eles não desejados e que irão elevar desproporcionalmente as estatísticas de evasão escolar, ao mesmo tempo em que se gera um aumento dos custos finais de formação dos alunos de graduação e se reduz a eficiência dos recursos públicos aplicados. Os suportes fáticos e analíticos a tais conclusões serão demonstrados no decorrer do relatório.

Adicionalmente, a restrição de oferta de vagas no ensino superior público é um dos fatores que contribuem para impulsionar a expansão de vagas na rede privada, em consequência do aumento da procura por alternativas ao ensino público e gratuito, com reflexos na qualidade do ensino, já que são diversas as notícias concernentes à limitada qualidade de alguns desses cursos privados, fora outras consequências. Um exemplo é o impacto já sentido e relatado em cursos superiores públicos, que competem por vagas de estágio com as faculdades privadas, tornando-se este, atualmente, um fator limitador para os alunos das universidades federais.

A seguir, encontra-se reproduzido relato de reunião de órgão colegiado, sobre uma das possíveis limitações anteriormente referidas: o Centro Acadêmico de Vitória enviou cópia da Ata da Seção Extraordinária do seu Conselho Gestor, de 07/05/2007, a qual contém, além do número de vagas a serem oferecidas, a informação de que este quantitativo para os cursos de Nutrição e de Enfermagem é definido “*em função do número de hospitais para realização de estágios, os quais pela especificidade e legislação teriam que ser realizados em hospitais públicos, não havendo hospitais suficientes para absorver uma maior demanda*”. Enquanto isso, nos hospitais públicos, há inúmeras notícias de falta ou deficiência no atendimento à população, o que parece contraditório ou, ao menos, um indicador da deficiente gestão pela administração pública do potencial de colaboração representado pelos estudantes de graduação das universidades públicas.

De qualquer modo, não se pode ignorar a vontade dos cidadãos e potenciais alunos das instituições federais de ensino superior, inclusive porque tal vontade expressa uma importante parcela das próprias necessidades sociais.

A tabela a seguir ilustra a relação entre o indicador densidade no vestibular e a taxa de sucesso no ensino de graduação, para os dez cursos mais concorridos da UFPE, em conjunto com dez dos cursos menos concorridos (segunda metade da tabela), no ano 2012:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Curso | Taxa de Sucesso | Densidade no Vestibular |
| Medicina | 105,00 | 34,9 |
| Direito | 105,76 | 20,2 |
| Fisioterapia | 90,00 | 17,8 |
| Publicidade e Propaganda | 132,50 | 16,9 |
| Psicologia | 78,75 | 16,7 |
| Nutrição | 61,67 | 16,0 |
| Engenharia Civil - CAA | 7,94 | 13,8 |
| Jornalismo | 127,50 | 13,7 |
| Enfermagem | 116,25 | 12,5 |
| Arquitetura e Urbanismo | 98,00 | 12,2 |
| **MEDIANA** | **73,25** | **5,8** |
| Ciências Biológicas - Licenciatura | 70,00 | 2,9 |
| Geografia - Licenciatura | 74,00 | 2,8 |
| Música - Instrumento | 54,55 | 2,8 |
| Filosofia | 97,50 | 2,4 |
| Química - Licenciatura | 26,92 | 2,3 |
| Biblioteconomia | 80,00 | 2,2 |
| Ciências Sociais - Licenciatura | 85,00 | 2,0 |
| Matemática - Bacharelado | 40,00 | 2,0 |
| Estatística | 66,67 | 1,5 |
| Expressão Gráfica | 55,00 | 1,4 |

Dentre os cursos menos concorridos foram excluídos aqueles cujo valor da taxa de sucesso era igual a zero, pois esse valor possivelmente decorre da ausência de informação e não ao real valor da taxa de sucesso. Por outro lado, a baixa taxa de sucesso do curso de engenharia civil do CAA possivelmente corresponde a um valor transitório de curso recém-implantado (grupo de maior taxa de sucesso), que ainda não reflete a realidade do curso.

Observa-se que sete entre os dez cursos mais concorridos possuem taxa de sucesso superior a 80%, com valores entre 90% e 132,5%, excluídos os três menores valores, ao passo que sete entre os dez cursos menos concorridos possuem taxa de sucesso inferior a 80%, com variação entre 40% e 74%, fora os três valores mais elevados.

Considerando a hipótese de um curso com densidade no vestibular igual a 2 (dois) e taxa de sucesso de 50%, ao se optar por oferecer 100 vagas para o mesmo e não 100 vagas para medicina, por exemplo, estará sendo atendida à expectativa de direito de 200 candidatos para formar 50 graduados, em contraposição ao atendimento à expectativa de direito de 3.600 candidatos a medicina para formar 100 médicos, dada a taxa de sucesso de 100%. Isso sem falar que há diversos cursos de baixa taxa de sucesso que custam 4 (quatro) ou mais vezes o custo de formação de um graduado em medicina, que já é um curso de elevado custo. Neste contexto de tamanhos contrastes, nada mais justo que a sociedade em geral tenha conhecimento dessas informações e opine sobre elas, já que os recursos empregados são públicos.

O aumento da eficiência pode ser obtido mediante vários tipos de medidas, que podem ser adotadas isoladamente ou conjuntamente, sempre que viável. Dentre as possibilidades estão o aumento da razão alunos/professores, otimização do uso da infraestrutura, as várias ações para redução da evasão escolar nos cursos em que esta se mostra mais elevada e a oferta de vagas proporcional à demanda no vestibular, não com o intuito de equalizar a concorrência em todos os cursos, mas com observância desse fator para mitigar as diferenças extremas, tanto quanto possível e razoável em relação ao contexto geral. Tais medidas podem contribuir para a elevação das taxas de sucesso e para a redução dos custos finais de formação dos alunos, resultando em maior eficiência, ao mesmo tempo em que devem ser compatibilizadas com eventuais exigências legais ou necessidades sociais de formação em determinados cursos de baixa procura.

Há grande heterogeneidade nos custos de formação dos alunos nos diferentes cursos de graduação na UFPE, assunto que será detalhado em outro ponto do presente relatório. As diferenças não podem ser atribuídas exclusivamente às características inerentes aos cursos, como requisitos de equipamentos, laboratórios e acompanhamento individualizado, tampouco podem ser atribuídas exclusivamente a uma maior ou menor dedicação à produção científica.

O reduzido número de alunos por docente, aquém das possibilidades de infraestrutura e de pessoal de alguns departamentos e as limitadas taxas de sucesso, certamente são dois fatores que podem contribuir para o aumento desproporcional do custo de formação dos alunos em certos cursos, algo que não pode ser ignorado e merece ser investigado.

Considerando as informações apresentadas, infere-se que a adoção de um procedimento rotineiro, incluindo processo decisório formal para definição do quantitativo de vagas no vestibular, para cada curso de graduação, levando em consideração a densidade no vestibular, além de fatores que incluem a infraestrutura física e humana disponíveis, dentre outros fatores objetivos, tende a contribuir para aumento da eficiência dos recursos públicos aplicados, se tal processo for orientado para o aumento da taxa de sucesso na graduação e redução nos custos de formação dos alunos, proporcionando, ainda, aumento na satisfação da demanda manifestada pela própria sociedade.

Decerto que é possível harmonizar o cultivo da diversidade e multiplicidade de ramos do conhecimento humano com a aplicação mais eficiente dos recursos públicos destinados às instituições federais de ensino superior. E a adoção de critérios objetivos de oferta de vagas, com a motivação dos atos e decisões, atendendo ao disposto no art. 50 da Lei nº 9.784/99 e em consonância com os princípios da eficiência, razoabilidade e transparência, contribuem para o maior alcance da missão da UFPE, em harmonia com as metas dos programas governamentais de ensino superior.

##/Fato##

**Causa**

- Os Colegiados de Graduação não adotam processo decisório formal para definição da oferta de vagas no vestibular, o qual pondere e registre fatores como o quantitativo de professores, a infraeestrutura e a densidade no vestibular dos últimos anos - fator este que indica a manifesta demanda social por determinado curso.

- O processo decisório de oferta de vagas no ensino de graduação não atende às exigências de motivação dos atos administrativos, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses dos cidadãos, conforme o art. 50, inciso I, da Lei nº 9.784/99.

- O CCEPE aprova as decisões das coordenações ainda que estas não apresentem estudo formal subsidiando o processo decisório e ainda que estas não observem o requisito do art. 50, inciso I, da Lei nº 9.784/99.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201205397-007, de 03/05/2013, o dirigente da Entidade encaminhou o Ofício nº 478/2013-GR, de 8 de agosto de 2013, com manifestação nos seguintes termos:

"Em atendimento S.A 201205397/007, venho por meio deste apresentar comentários e justificativas que demonstram que devem ser reformadas algumas constatações do relatório Nº 201205397, pelas razões que se seguem, uma vez que não corresponde ao que se contém nos autos e se apresenta, *Data vênia*, fruto de má interpretação do agir dessa Universidade.

Primeiramente, há de se ratificar a relevância da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU/PE) no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma vez que a mesma é subsidiada por recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade de sua produção/trabalho.

Por outro lado, pontuamos que avaliar aspectos dentro de uma Universidade Pública não se trata, como ocorre dentro das empresas, de medir apenas indicadores de eficiência e eficácia tendo como base conceitos gerados no campo da administração pública gerencial, uma vez que dimensões sociais, políticas, culturais e filosóficas estão imbricadas no cotidiano das instituições de ensino. Além do mais, não podemos perder de vista princípios como autonomia, pluralismo e espírito crítico, constitucionalmente assegurados, que fundamentam a existência das Universidades brasileiras (Artigos 206 e 207 – CF/1988).

Reconhecemos que mesmo diante da implementação de políticas, programas e ações praticadas no Sistema de Educação Superior Brasileiro (SESB) desde meados da década de noventa a questão do acesso, permanência e conclusão dos estudantes permanece sendo uma prioridade da política educacional brasileira, pois apesar de todos os esforços apenas 14,6% da população de 18 a 24 anos encontram-se matriculada nesse nível de ensino, conforme aponta o Censo da Educação Superior de 2011 (INEP/MEC), mantendo o sistema de ensino superior de elite, na perspectiva da classificação apresentada por Martin Trow (2005).

A partir desse entendimento torna-se claro que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e nesse contexto a UFPE, têm papel primordial a desempenhar.

A seguir são apresentadas nossas explanações no que se refere às constatações ao relatório de Auditoria em tela:

(...)

* **Constatação 002: Oferta de vagas nos cursos de graduação da UFPE definida sem motivação e com ampla margem de discricionariedade, ausência de processo decisório formalizado e não utilização de critérios objetivos como a concorrência no vestibular, enquanto critério adicional à disponibilidade de docentes e de infraestrutura.**

Conforme informações prestadas pela Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos dessa universidade, em outubro de 2007 aprovou-se em Reunião Extraordinária do Conselho Universitário a adesão da UFPE ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O  Programa Reuni/UFPE na perspectiva da ampliação da oferta de vagas contemplou a criação de 18 novos cursos, entre diurnos e noturnos, além da expansão de vagas em cursos já existentes.

Os novos cursos foram distribuídos nos três campi da UFPE - Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão.

É relevante destacar que para definição da ampliação de vagas e a criação dos novos cursos houve consulta aos Centros Acadêmicos dos três campi. Para tanto, os Centros com base em estudos específicos, projeto pedagógico dos cursos, estrutura administrativa e previsão da contratação de recursos humanos e melhorias na infraestrutura elaboraram seus projetos e enviaram a PROACAD.

A Universidade sistematizou as propostas e apresentou a comunidade acadêmica - diretores de centro, chefes de departamentos, coordenadores de cursos e representantes de centros - versão inicial do Plano Reuni/UFPE (2007-2012), a fim de decidir de forma coletiva as prioridades a serem contempladas no Plano, tendo em vista que os recursos a serem recebidos do Ministério da Educação, não dariam conta de atender a todas as demandas advindas dos Centros, pois não se podia propor uma expansão maior do que no momento era possível planejar.

Para tanto, no que diz respeito à ampliação de vagas de ingresso em novos cursos optou-se por contemplar cursos/projetos que vinham sendo construídos/gestados ao longo do tempo na UFPE, fruto de demandas/interesses regionais e locais da população recifense que estão em sintonia com as mudanças ocorridas na estrutura social, cultural e econômica do estado de Pernambuco.

Entre os cursos de graduação criados no âmbito do Reuni na UFPE, há a formação em Oceanografia que veio minimizar uma deficiência nacional de programas de formação de recursos humanos (graduação) nessa área. Esta carência foi explicitada no VI Plano Setorial para os Recursos do Mar - VI PSRM (2005), que definiu as diretrizes e as prioridades para o setor.

O VI PSRM preconizou claramente que as Instituições de Ensino e Pesquisa que estudam o mar no País estavam aquém das necessidades nacionais para promover o conhecimento integrado, indicando a necessidade urgente de criação de novos Cursos de graduação nas Regiões Norte e Nordeste do País. À época da elaboração do Projeto Reuni na UFPE, existia apenas um curso de graduação em Oceanografia em todo Nordeste, na Bahia.

Em relação a criação de novos cursos de Engenharia, o Estado de Pernambuco vem recebendo nos últimos anos um número expressivo de indústrias, empreendimentos e de obras estruturadoras através de investimentos privados ou dos diversos programas dos governos federal e estadual. Grande parte destes empreendimentos está situada no Complexo Industrial Portuário de Suape (ex.: Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul, Polo Petroquímico, etc.) na região agreste (indústrias alimentícias, polo de confecções).

Para consolidar a sustentabilidade econômica e ambiental destes empreendimentos torna-se necessária a formação de mão de obra qualificada em diversas engenharias. Em algumas áreas Pernambuco não oferecia cursos de graduação, de modo que a universidade propôs, para atender a demanda profissional, a criação de novos cursos como Engenharia de Alimentos, Materiais, Energia, Naval a abertura de novas vagas em Engenharia Cartográfica (Noturno) e Produção (juntamente com o Campus Acadêmico do Agreste) e a melhoria na infraestrutura laboratorial dos diversos cursos já oferecidos.

O curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do Centro de Informática (CIn), também criado no âmbito do Reuni na UFPE, teve por objetivo a formação de profissionais com habilidades para identificar e solucionar problemas nas organizações através do uso eficiente e ético de recursos computacionais e humanos. Para isso, o perfil proposto foi construído utilizando-se da associação da organização curricular e atividades e carreiras da área da computação.

A criação do curso de Sistemas de Informação completa as demais graduações do CIn, isto é, Engenharia da Computação e Ciência da Computação.

Deve ser ressaltado que desde 1990, o CIn vem atraindo projetos de instituições públicas e privadas de grande porte, promovendo o desenvolvimento de novas tecnologias. Esse centro mantém estreita parceria com grandes organizações, como o C.E.S.A.R. - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife -, o Porto Digital e o Softex Recife.

Por ocasião da implantação na UFPE do curso supracitado o Estado de Pernambuco possuía essa graduação apenas em universidades particulares ou em universidades públicas do interior do Estado. Devido à qualidade dos cursos da UFPE, e a gratuidade do ensino, esperava-se que a demanda desse curso fosse superior a dos cursos de Ciência e Engenharia da Computação.

Em 2012, o curso de graduação em Sistemas de Informação conquistou conceito máximo (5), considerado excelente, na primeira avaliação deles realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

O curso de Ciências Atuariais surgiu como oportunidade para os formados atuarem em seguradoras, empresas de capitalização, previdência, entre outros. Esse curso surgiu como uma ação eficaz para preencher uma lacuna na formação profissional nessa área de conhecimento principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Em relação aos novos cursos nas Ciências Humanas, a criação da graduação em Ciência Política/Relações Internacionais expressou uma adequação da organização da Universidade a uma nova etapa de desenvolvimento das Ciências Sociais, em que suas três áreas constitutivas – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – requerendo uma formação profissional especializada. Em 2012, esse curso foi avaliado e conquistou conceito máximo (5), considerado excelente, na primeira avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

A implantação do curso de Ciência Política/Relações Internacionais encontrou respaldo no fato da instituição possuir Programa de Pós-Graduação consolidado e reconhecido nessa área de estudo. A pós-graduação em Ciência Política da UFPE é uma das mais conceituadas do Brasil e certamente, a mais destacada das regiões Norte e Nordeste. O seu Mestrado já possui mais de duas décadas e o programa conta ainda com o curso de doutorado. Essa pós-graduação recebeu o conceito 5 (cinco) na avaliação da CAPES, dando reconhecimento e relevo à sua atuação.

No que tange a graduação em Museologia, era relevante que o estado de Pernambuco, conhecido pelo seu rico patrimônio cultural e turístico, possuísse esse curso. Já datava de muitos anos a necessidade de sua criação, o que se justifica plenamente por ser Pernambuco o estado do Nordeste que possui a maior concentração de museus, porém, sem profissionais qualificados em número suficiente para o desempenho e exercício de suas atividades.

Conforme o Projeto Pedagógico do curso de Museologia, a UFPE vinha recebendo sistematicamente solicitações para capacitar técnicos nessa área, inclusive com pedido de cursos de especialização e de capacitação cujos órgãos demandantes (Secretarias de Cultura do Estado e dos municípios) propunham parcerias de financiamento.

Quando considerada em sua dimensão política e técnica, a cultura exige a formação e qualificação de estudantes, uma vez que sua esfera de atuação tem sido bastante diversificada, criando um mercado de trabalho bastante promissor, através da chamada cadeia produtiva da cultura e, por isso, exigindo a atuação de profissionais especializados em diferentes áreas da competência museológica. Neste sentido, a proposição do curso de Museologia veio a preencher uma lacuna nessa área de formação no estado de Pernambuco, criando também forte expectativa no mercado profissional de estados circunvizinhos.

A criação do curso de graduação em Arqueologia veio oferecer uma formação qualificada, em disciplinas crescentemente solicitadas no mercado das atividades de preservação patrimonial. A demanda na área de restauração é crescente no Nordeste do país. O patrimônio histórico do Brasil, dos séculos XVI e XVII, acha-se, em grande medida, concentrado nessa região. Sua conservação e restauração exigem disponibilidade de maior número de profissionais além dos existentes atualmente.

Os profissionais formados pelo curso de Arqueologia significam um número crescente de recursos humanos preparados para responder aos compromissos de conservação do patrimônio, assinados pelo Brasil no âmbito internacional. Na região Nordeste existe a maior concentração de sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas do país. Um patrimônio iconográfico único que para sua conservação requer profissionais capacitados.

Ademais, por ocasião da criação desse curso, existia na UFPE disponibilidade de espaço físico suficiente para a implantação da graduação em Arqueologia, assim como a estrutura de laboratórios já implantados que poderiam cobrir as necessidades básicas do novo curso, visto que a Pós-Graduação em Arqueologia já existia desde 2002.

No âmbito do Projeto Reuni, a criação da graduação em Dança na UFPE encontrou um momento propício para sua construção e implementação, visto que existia uma mobilização por parte do Governo Federal para renovação dos cursos e suas estruturas curriculares, prevendo a criação de novas modalidades de graduação.

Com a ausência de cursos regulares em nível técnico-profissionalizante ou universitário em Pernambuco, a formação dos artistas da dança vinha sendo viabilizada exclusivamente através do ensino informal, papel desempenhado pelas escolas e/ou academias de dança, cursos livres e, principalmente, pelos grupos e companhias de dança profissionais.

Além disso, o Recife conta com uma dezena de mostras e festivais que se realizam anualmente, demonstrando que a dança possui uma forte presença na cultura pernambucana. Além de formar e capacitar adequadamente os professores de dança, a inclusão do curso de graduação na universidade veio a introduzir a possibilidade de produção de conhecimento acadêmico sobre suas práticas e funções, uma área que carece de estudos.

No que concerne à graduação em Cinema, a UFPE vinha desenvolvendo, há muitos anos, atividades de ensino, pesquisa e extensão nesse campo. No entanto, essas atividades – realizadas em Núcleos de Estudo, em disciplinas isoladas de diversos Cursos - nunca foram organizadas em torno de um projeto coeso de formação.

O estado de Pernambuco tem uma das mais longas tradições de Cinema do país. O forte desenvolvimento das atividades cinematográficas em Pernambuco e, de maneira mais ampla, no Nordeste, gerou uma demanda explícita por parte de produtores culturais, realizadores cinematográficos e instituições culturais e governamentais (como a Fundação Joaquim Nabuco e a Secretaria de Cultura do Governo de Pernambuco), em estimular a UFPE a assumir o papel que lhe cabe na formação de quadros qualificados para o Cinema, nisso reside a importância da implantação dessa graduação.

No tocante aos cursos de Música, que também tiveram ampliação na oferta de vagas, o baixo número de alunos por turma, principalmente nas disciplinas intituladas Instrumento, ocorre devido a fatores técnicos do ensino musical que devem ser considerados.

O ensino de um instrumento musical demanda um atendimento individualizado

do aluno. É o que acontece nos Bacharelados em Instrumento e Canto, assim como em qualquer programa de graduação em música.

Ademais, há instrumentos mais ou menos populares, assim sua demanda é maior ou menor no vestibular. Contudo não os ter, devido a baixa procura no vestibular ou baseado em números estatísticos produtivistas, é um erro técnico que se cometeu no passado. Na década de 1970 o Departamento de Música chegou a ter 7 professores de piano e nenhum professor de flauta transversal, trombone, trompete ou percussão. Isto foi uma clara distorção do que é ter um curso de música em uma Universidade e das demandas para seu pleno funcionamento, situação essa que está sendo corrigida.

Há de se considerar que, ao se ensinar música há necessidade de maior espaço, pois a atividade envolve movimento e o som precisa de espaço para a sua propagação.

O espaço físico ao qual o Departamento de Música dispõe atualmente é limitador do crescimento do número de alunos nos cursos e ocasiona consequente diminuição do número de alunos por professor.

Assim, observa-se que na situação atual do Departamento é impossível aumentar a oferta de vagas para a entrada no vestibular nos cursos de Música. Nesse contexto, uma das obras previstas no Projeto Reuni é a construção de um espaço físico adequado para atendimento aos cursos de graduação em Música.

À época da implantação do Projeto Reuni na UFPE, o curso de Medicina funcionava no limite de suas possibilidades com infraestrutura aquém da necessária, dessa forma a opção deste curso foi investir na reformulação curricular e de infraestrutura. Vale ressaltar que, atualmente está em implantação o curso de Medicina no Campus Agreste.

Ademais, um curso de alta demanda social como Direito teve ampliação significativa no âmbito do Projeto Reuni passando de 190 vagas em 2008 para 250 vagas em 2011.

No que tange à adoção de um protocolo formal de análise para definição do quantitativo de vagas a serem ofertadas por cada curso no vestibular, a PROACAD acata a referida sugestão. ”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Em sua resposta, o gestor tratou em conjunto o presente fato e o fato seguinte deste relatório, de modo que a análise completa da resposta será apresentada no fato seguinte.

Quanto ao presente fato, na resposta do gestor não foram apresentados dados objetivos que justifiquem a mudança das conclusões apresentadas. E estas conclusões decorreram de uma análise técnica e objetiva, considerando múltiplos fatores, além dos fatores puramente gerenciais. Aliás, a maior parte dos argumentos apresentados pelo gestor refere-se qualitativamente à fração observada da oferta de cursos de maior demanda, a exemplo de engenharias e direito. No entanto, na UFPE tal oferta foi proporcionalmente menor do que a oferta de vagas para cursos de demanda abaixo da mediana institucional. E aí reside o questionamento apresentado: a não ponderação do dado concorrência no vestibular como um dos critérios no processo decisório, o qual estabelece a oferta de vaga nos diferentes cursos da UFPE.

Se esta ponderação tivesse ocorrido, seria observada uma expansão proporcionalmente maior de vagas em cursos de maior demanda no vestibular, que também são os cursos de possuem uma maior taxa de sucesso e, portanto, resultam também em maior eficiência na alocação dos recursos públicos, além de representarem proporcionalmente mais os anseios manifestados pela sociedade, expressados por aqueles que se candidatam ao vestibular em instituições federais de ensino superior. Neste sentido, a análise realizada pela equipe de auditoria abrange não apenas aspectos gerenciais, mas também as múltiplas dimensões que devem nortear o processo decisório de alocação e gestão de recursos públicos.

Não obstante o que foi afirmado pelo gestor, não foram apresentados registros documentais de consultas públicas ou setorias, ou do processo de análise e priorização das demandas institucionais, sociais ou quaisquer outras que tenham resultado na definição das vagas oferecidas, tanto durante os trabalhos de auditoria quanto na fase de apresentação do relatório para manifestação do gestor.

Ao contrário disto, os dados apresentados no fato, que são de natureza objetiva, indicam que não há relação entre a quantidade de vagas ofertadas no vestibular da UFPE e a densidade no vestibular (ou concorrência observadas nos vestibulares anteriores) - a qual é um indicador da demanda social por determinado curso. Ressalta-se que ponderar a densidade no vestibular não implica em privilegiar ou considerar apenas este fator, tampouco significa ignorar as "dimensões sociais, políticas, culturais e filosóficas", mencionadas na resposta do gestor. Muito pelo contrário, e isto está claro no fato apresentado à gestão da UFPE para manifestação.

Deixar de ponderar a concorrência no vestibular é que irá implicar em negligência destes fatores, já que a densidade no vestibular reflete diretamente a procura e opinião dos cidadãos que buscam o ensino superior e estes, tanto ou mais do que os representantes das IFES, não ignoram as "dimensões sociais, políticas, culturais e filosóficas" no momento de escolherem que curso de graduação desejam realizar.

Se o processo decisório adotado pelas coordenações dos cursos de graduação não pondera a opinião dos cidadãos, este sim estará desprezando tais dimensões que vão muito além dos aspectos puramente gerenciais da administração pública.  Neste sentido, o gestor deixou de contraditar os argumentos objetivos, técnicos, analíticos, jurídicos e socioeconômicos apresentados pela equipe de auditoria. A discricionariedade administrativa e a autonomia universitária não são passaportes para decisões arbitrárias e baseadas em argumentos *"ab auctoritate"*.

Tendo em vista o exposto, conclui-se que, além de não terem sido apresentadas quaisquer evidências da adoção de um processo decisório formal quanto à distribuição e expansão de vagas no vestibular da UFPE, que leve em conta a capacidade institucional no tocante à infraestrutura, disponibilidade de docentes, de servidores técnico-administrativos e outros fatores condicionantes desta distribuição entre cursos, tal processo decisório não pondera a demanda social pelos cursos e que é manifestada ano após ano mediante a concorrência observada nos vestibulares realizados. E isto ocasiona não apenas frustração da demanda social e a ineficiência no uso dos recursos públicos, mas também implica na inobservância do dever de motivar as decisões administrativas, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando estas neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses dos cidadãos.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Motivar de forma expressa as decisões tanto de oferta semestral ou anual de vagas para o ensino de graduação quanto para as situações de ampliação/expansão de vagas nos cursos de graduação.

Recomendação 2: Estabelecer "canais de comunicação" formais com a sociedade (entidades de classe, empresariado, governos locais, etc) visando sua maior participação no processo de avaliação/definição de oferta de vagas nos cursos de graduação.

**1.1.2 APG - Temas Específicos**

**1.1.2.1 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de registro e de controle da fração da carga horária dos docentes da UFPE que é dedicada aos projetos de extensão, não obstante a existência de informações sobre o quantitativo de projetos, de alunos e de comunidades atendidos pelos docentes nas horas dedicadas às atividades de extensão. Inexistência de indicadores de produtividade em atividades de extensão, incluindo o público efetivamente beneficiado e quantitativo de alunos participantes.**

**Fato**

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201317667/001 da CGU, de 20/11/2013, a Pró-Reitoria de Extensão da UFPE esclareceu o que segue:

“*1. [...] informamos que as atividades de extensão na UFPE estão regulamentadas pela Resolução nº 9/2007 [CCEPE], cópia anexa.*

*2. A Pró-Reitoria de Extensão não tem um sistema próprio de registro, como acontece com o Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (Sig@) para as atividades de ensino e pesquisa.*

*3. Os projetos de extensão são registrados no Sistema de Informação e Gestão de Projetos - SIGPROJ, plataforma disponibilizada pela Universidade Federal do Mato Grosso para registro de ações extensionistas das IFES.*

*4. O SIGPROJ não disponibiliza em seus relatórios a carga horária individual dos coordenadores de projetos, item solicitado pela Auditoria. O sistema contabiliza apenas a carga horária total da Ação Extensionista.*

*5. Este sistema atualmente está passando por uma transição de gerenciamento, o que vem apresentando alguns problemas, desde o início de novembro/2013, principalmente na execução de relatórios.*

[observação: na presente transcrição, mantem-se a numeração tal qual na resposta, apesar da imprecisão a partir deste item]

*Diante desse impasse, estamos anexando uma planilha com todos os projetos executados em 2013, com os nomes dos seus respectivos coordenadores, departamentos e centros.*

*5. Desejamos que as informações repassadas supram a necessidade dessa controladoria e da auditoria.*

*6. Caso seja necessário informações adicionais, infelizmente precisaremos aguardar que o MEC regularize a situação do SIGPROJ junto com a Universidade Federal do Mato Grosso.*

*7. Qualquer informação adicional necessária, entrar em contato através do e-mail [... omissis]*”.

Observa-se, da resposta apresentada, que a UFPE afirma não possuir o registro e controle da fração da carga horária dos docentes que é dedicada aos projetos de extensão.

Quanto à *supramencionada Resolução nº 9/2007 do Conselho Coordenador de Ensino Pesquisa e Extensão, ressaltam-se os seguintes aspectos:*

“*Art. 16 - Cabe aos orientadores responsáveis por ações extensionistas planejar, coordenar, divulgar, mobilizar e gerir recursos, realizar, prestar contas e apresentar relatório às instâncias universitárias pertinentes ao seu Centro e/ou Órgão Suplementar de vinculação*”.

No tocante à obrigação de prestar contas dos orientadores responsáveis por ações extensionistas, pressupõe-se que estas incluam informações sobre o tempo despendido pelos servidores envolvidos nas atividades programadas, inclusive os orientadores e/ou coordenadores, daí não se justificar a resposta da Pró-Reitoria de Extensão de que não pode informar a carga horária individual dos coordenadores dos projetos de extensão e, ainda, que “*caso seja necessário informações adicionais, infelizmente precisaremos aguardar que o MEC regularize a situação do SIGPROJ junto com a Universidade Federal do Mato Grosso*”.

Uma autarquia federal, que goza de autonomia administrativa e possui obrigações, inclusive o dever de prestar contas no tocante à boa e regular aplicação de recursos públicos – o que inclui o uso do tempo de trabalho pelos docentes, que é remunerado com recursos públicos –, não pode simplesmente se justificar afirmando depender de outras entidades e órgãos – no caso, da UFMT e do MEC – para solucionar os seus próprios problemas, ainda mais por se tratar de questão tão elementar e fundamental quanto o uso que é feito do tempo de serviço por cada docente da própria UFPE.

Já o Art.18 da mesma Resolução estabelece que "*Todas as ações extensionistas, após aprovação nos órgãos colegiados das instâncias promotoras, devem ser encaminhadas pela coordenação setorial de extensão à Pró-Reitoria de Extensão para registro, antes de sua execução, visando fornecer dados necessários à avaliação da UFPE e à divulgação de sua produção acadêmica*". E o parágrafo 3º do Art. 19 complementa:

"***O registro dos certificados será feito a partir de relação encaminhada pela unidade organizadora em formulário próprio, no qual constarão*** [grifo da equipe de auditoria]*: nome da atividade, caracterização,* ***carga horária***[grifo da equipe de auditoria]*, relação dos alunos envolvidos e forma de participação, assinalando a origem dos mesmos (aluno de graduação, bolsista e não-bolsista, alunos de pós-graduação, aluno de outra universidade,* ***docente***[grifo da equipe de auditoria]*, técnico-administrativo, comunidade externa*".

Em outras palavras, a própria Resolução da UFPE – que dispõe sobre as atividades de Extensão – prevê o controle da carga horária nas atividades de extensão, inclusive dos docentes, para fins de avaliação e aferição da produção acadêmica, o que ficou evidenciado não estar sendo realizado pela Pró-Reitoria de Extensão, na atualidade.

Não obstante as limitações decorrentes da falta de informações e de controles suficientes das atividades de extensão na UFPE, os dados fornecidos dão conta da existência de 283 projetos de extensão cadastrados no SIGPROJ. Estes dados, porém, não incluem a carga horária, sequer a carga horária total dos projetos. No relatório do SIGPROJ fornecido estão disponíveis os seguintes dados: nome do coordenador; unidade geral; unidade de origem; situação; número de vagas; número estimado de público; total de envolvidos; número de membros da equipe de execução. Entretanto, os dados quantitativos não foram consolidados, não sendo possível aferir o total do público beneficiado, salvo somatório manual de cada público, segundo o projeto.

##/Fato##

**Causa**

O Pró-Reitor de Extensão não estabeleceu controles para acompanhar a carga horária dedicada pelos docentes às atividades de extensão, nem definiu indicadores de produtividade (ou instrumentos congêneres) para avaliar o desempenho das atividades extensionistas.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Foi encaminhado ao gestor o Relatório Preliminar, por meio da S.A 201317667/003, dando ciência sobre o inteiro teor da constatação, porém esse não encaminhou nenhuma manifestação adicional sobre o fato.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Implementar o registro e o controle da fração da carga horária dos docentes que é dedicada aos projetos de extensão no âmbito da UFPE. A partir dos dados existentes, elaborar e implementar o uso de indicadores de produtividade em atividades de extensão, incluindo o público efetivamente beneficiado e o quantitativo de alunos participantes.

**1.1.2.2 CONSTATAÇÃO**

**UFPE não possui regulamento específico para o desenvolvimento das atividades de pesquisa.**

**Fato**

O objetivo do presente tópico foi identificar como estão regulamentadas as atividades de pesquisa a UFPE. Registra-se que a entidade não apresentou resposta a todos os itens contidos na Solicitação de Auditoria nº 201317667 da CGU, de 20/11/2013, dentre os quais o seguinte:

“[...] 2) Informar como estão regulamentadas as atividades de pesquisa na UFPE e como é acompanhada a realização dessas pesquisas (metas, indicadores ou outros instrumentos para aferição de resultados)”.

Em ações de controle realizadas anteriormente, em particular os Relatórios de Auditoria nº 201205397 e 201205396, não foram identificados critérios de regulamentação das atividades de pesquisa na IFES, levando à conclusão de que a realização das atividades de pesquisa não está formalmente regulamentada na UFPE.

##/Fato##

**Causa**

O Pró-Reitor de Extensão não estabeleceu controles para acompanhar a carga horária dedicada pelos docentes às atividades de extensão, nem definiu indicadores de produtividade (ou instrumentos congêneres) para avaliar o desempenho das atividades extensionistas.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Foi encaminhado ao gestor o Relatório Preliminar, por meio da S.A 201317667/003, dando ciência sobre o inteiro teor da constatação, porém esse não encaminhou nenhuma manifestação adicional sobre o fato.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Avaliar a conveniência e oportunidade de elaborar e implantar regulamento específico sobre o desenvolvimento das atividades de pesquisa na UFPE.

**1.1.2.3 CONSTATAÇÃO**

**Inexistência de políticas, diretrizes e critérios emanados da Administração Superior para estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes da UFPE entre o ensino, a pesquisa e a extensão.**

**Fato**

O objetivo do presente trabalho foi identificar qual a distribuição da carga horária do docente entre o ensino, a pesquisa e a extensão, verificar se existem parâmetros para avaliação da adequada distribuição da carga horária dos docentes entre essas três áreas acadêmicas e também identificar qual a sistemática de acompanhamento das referidas atividades.

Inicialmente foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 201317667/001 da CGU, de 20/11/2013 solicitando à entidade “*informar se no planejamento da Entidade (PEI, PDI, PAI, etc.) há diretrizes para a alocação de recursos (inclusive, com relação aos docentes) entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; Semelhantemente, se para o ensino há diretrizes ou metas para distribuição dos recursos entre graduação, pós-graduação lato sensu ou mestrado profissional (cursos pagos) e pós-graduação stricto sensu (gratuitos)*”.

Em ações de controle anteriores não foram identificados parâmetros para avaliação da adequada distribuição da carga horária do docente entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tampouco foi identificada uma sistemática de acompanhamento da referida distribuição, conforme será referenciado.

No Plano Estratégico Institucional (PEI) não se encontra qualquer diretriz no tocante à alocação dos recursos institucionais – incluindo o uso da carga horária dos docentes – entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao contrário disto, ações de controle realizadas entre 2012 e 2013 na UFPE levam à conclusão de que inexistem os referidos critérios institucionais e que a alocação dos recursos entre ensino, pesquisa e extensão é resultante dos interesses e decisões isoladamente adotados por cada departamento e centro acadêmico, e não o resultado de um plano institucional com o qual estariam alinhados os planos de cada unidade acadêmica menor.

As questões em comento foram examinadas e analisadas em maior profundidade em dois relatórios de auditoria da CGU, gerando diversas recomendações. São eles o Relatório de Auditoria nº 201205397 e o Relatório de Auditoria nº 201211526. Veja-se um trecho daquele primeiro relatório sobre a distribuição de vagas no vestibular, que por sua vez está relacionada e é dependente da distribuição da carga horária dos docentes entre diferentes tipos de atividades, uma vez que a oferta de vagas depende do tempo dos docentes que é alocado no ensino de graduação:

“[...] *o processo decisório, conforme informado, resulta do somatório de decisões setoriais, em nível de coordenação de curso, com as instâncias superiores ratificando essas decisões. Portanto, não refletem uma visão estratégica da instituição e não se fundamentam em critérios e parâmetros objetivos que norteiem e sirvam de base para priorização das diversas demandas setoriais. Dessa forma, incorre-se no risco dessas decisões serem reflexos tão somente de fatores internos, originários de interesses e conveniências setoriais, que se sobreponham às estratégias institucionais e aos interesses sociais*”.

As informações abaixo, fornecidas pela UFPE, reforçam esse entendimento, embora evidenciem a existência de regras gerais e balizadoras de certos limites mínimos a serem observados no ensino e na pesquisa – embora isso não necessariamente ocorra – , mas que não caracterizam a existência de uma política, de diretrizes e de critérios institucionais planejado e construído de forma coordenada entre os conjuntos de unidades acadêmicas, a serem seguidos pelos departamentos e cursos – inclusive que vinculassem as atividades de ensino de graduação –, pois o somatório das decisões e planos individualmente adotados é que caracterizará a efetiva distribuição dos recursos. Nestas circunstâncias, tende a não existir a definição de metas institucionais – dentre as quais se destacam aquelas ligadas à eficiência e à economicidade na aplicação dos recursos públicos – e torna-se limitado o controle e a avaliação do alcance das referidas metas.

Mediante o Ofício nº 613/2014-PROGEPE, de 02/04/2014, a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos - PROACAD - informou o seguinte:

"*A distribuição de carga horária entre ensino, pesquisa e extensão tem como única regulamentação a Resolução 01/88, esta, apresenta em seu Art 6º, § 3º que, cada docente é obrigado ao ministério de aulas, de graduação ou pós-graduação, na forma dos parágrafos anteriores, nos seguintes quantitativos: a) Um mínimo de oito (8) horas-aula semanais, quando em regime de 20 horas; b) Um mínimo de oito (8) horas-aula semanais, quando o docente, em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, estiver realizando projeto de pesquisa ou extensão devidamente homologado pela Câmara competente; c) Um mínimo de dezesseis (16) horas-aula semanais quando o docente, em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, não atender às condições da alínea anterior.*

*Portanto, não há uma previsão de distribuição equânime entre essas atividades, até porque o professor pode optar por fazer ensino e pesquisa; ensino e extensão; ensino, pesquisa e extensão ou ainda só ensino.*

*[*sobre os parâmetros para avaliação da distribuição da carga horária*] Podemos informar que o siga é um instrumento que possibilita verificar a distribuição de carga horária da graduação e da pós-graduação, este pode ser considerado como uma forma de controle/avaliação desta distribuição.*

[*sobre o acompanhamento da sistemática de distribuição da carga horária*] *A PROACAD acompanha, sistematicamente, a distribuição de carga horária do docente, nas aulas de Graduação através do controle das cadernetas das disciplinas. Quanto à carga horária de ensino relativa à pesquisa e à extensão, estas têm registros próprios nas respectivas Pró-Reitorias. De acordo com a Resolução 01/88 em seu CAPÍTULO II - Do Plano de Trabalho, Art. 3º Anualmente, todos os docentes deverão apresentar seus respectivos Planos de Trabalho para o ano que se inicia, devendo ser estes compatibilizados ao Plano de Trabalho de Departamento a que se refere o artigo anterior. § 1º O Plano de Trabalho do docente deverá explicitar suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, quando for o caso, estabelecendo o período estimado de duração de cada um deles, em número de semestres, e bem assim a distribuição de carga horária entre as diversas atividades.*

*Desta forma, entendemos que também este acompanhamento é realizado a partir do plano de trabalho de cada docente apresentado anualmente ao seu Departamento e encaminhamento à CPPD.*

*[*sobre a distribuição da carga horária entre graduação é pós-graduação*]* *Conforme a Resolução 01/88. A distribuição de carga horária docente é feita pelos Plenos dos Departamentos dos Cursos, a seguir é informada ao Coordenador e disponibilizada no SIGA.*

*[*Sobre os parâmetros para avaliação da adequada distribuição da carga horária do docente entre a graduação, pós-graduação "lato sensu" e pós-graduação "stricto sensu" (mestrado e doutorado)*] Sim, o PAAD - Plano Anual de Atividades Docentes - e o RAAD - Relatório Anual de Atividades Docentes - são instrumentos de progressão funcional. No entanto, são avaliados no âmbito das comissões departamentais ou de Núcleos Acadêmicos dos diferentes Centros. O RAAD, concernente a atividades propostas e realizadas de Ensino, Pesquisa e Extensão é também instrumento de avaliação da distribuição de carga horária do docente* ".

As questões abordadas na resposta da UFPE, inclusive quanto ao planejamento, avaliação e o uso dos sistemas de informação– particularmente o SIG@ – e o seu uso para fins gerenciais ou no controle das atividades de ensino, pesquisa e extensão, não serão novamente discutidos no presente relatório, registrando-se a existência das referidas informações e dados nos Relatórios de Auditoria nº 201205397 e nº 201211526, anteriormente mencionados, dos quais os gestores já tomaram ciência, os quais contêm as análises e argumentações que sustentam as conclusões aqui apresentadas.

Dito isso, dar-se-á ênfase às consequências da inexistência de políticas, diretrizes e critérios emanados da Administração e Colegiados Superiores para o estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes da UFPE entre o ensino, a pesquisa e a extensão, não obstante os planos individualmente elaborados serem aprovados nas esferas superiores. A diferença é que o formato atual não garante a coordenação de ações nem o alinhamento de estratégias, limitando o alcance dos resultados e favorecendo a ineficiência e a falta de economicidade.

Em decorrência dos achados das mencionadas auditorias, recomendou-se a promoção de melhorias nos sistemas de informação, que incluem a implementação de novas funcionalidades nos sistemas e/ou a aquisição e implantação de novos sistemas de informação, inclusive com definição de procedimentos que garantam que esses sistemas sejam devidamente atualizados, de modo a permitir o acompanhamento e mensuração das atividades docentes (ensino – discriminando graduação e pós-graduação –, pesquisa, extensão), utilização da infraestrutura (ocupação das salas, etc.) e índices de aproveitamento escolar (retenção, evasão, taxa de sucesso, etc.).

No tocante ao ensino de graduação, constatou-se a existência de uma correlação negativa entre a carga didática dos docentes no ensino de graduação e a existência de vínculos societários e/ou empregatícios. Tal achado será detalhado em outro tópico do presente relatório. Ressalta-se, entretanto, que há circunstâncias nas quais o ensino de graduação – público e gratuito – pode ser relegado a segundo plano devido à priorização departamental por certas atividades – em detrimento do interesse público e favorecendo interesses corporativos –, resultando em elevado custo de formação de um aluno de graduação, custo este que por vezes é mais elevado do que o custo de outros cursos análogos em instituições públicas ou privadas, os quais possuem igual ou melhor conceito na avaliação do CPC-ENADE, além de poder resultar em acessibilidade limitada ao ensino de graduação – uma vez que seria possível ampliar a oferta de vagas e também formar muito mais alunos com os mesmos recursos existentes, sem prejuízo para as atividades de pesquisa e extensão, quando executadas segundo as políticas e normas institucionais.

Quanto à pesquisa, no Relatório de Auditoria nº 201205397 constatou-se que a produção científica na UFPE está correlacionada negativamente com histórico de vínculos empregatícios e societários e também foi observada uma elevada proporção de docentes sem produção científica (que na ocasião foi definida operacionalmente de modo abrangente e benéfico à interpretação da atuação dos docentes), além de que a produção científica não explicava a baixa carga didática dos docentes. Dentre os 2.242 docentes da UFPE então registrado no sistema SIG@, havia 1.131 professores com produção científica zero no ano de 2010. Ou seja, não realizaram qualquer uma das atividades geradoras de produção científica que justifiquem uma eventual redução na carga didática permitida pelas normas institucionais.

Evidenciou-se que existe uma relação entre a maior eficiência do departamento e o menor custo de formação dos alunos de graduação. Mediante cálculo de um indicador acadêmico – cuja metodologia está descrita no referido relatório – observou-se que a média dos escores acadêmicos dos departamentos vinculados aos cursos de menor custo de formação por aluno é maior do que a respectiva média dos cursos com maior custo de formação por aluno. Os doze cursos com menores custos de formação por aluno estão ligados a departamentos com maiores escores acadêmicos, ou seja, possuem maior carga didática média dos professores e / ou maior produção científica.

No tocante às constatações ligadas à baixa produção científica de determinados segmentos da categoria dos docentes, as causas apontadas foram a inexistência ou deficiência nos controles relativos à efetiva produção científica por docentes em regime de dedicação exclusiva da UFPE; a ausência, deficiência ou falta de aplicação de indicadores operacionais desagregados de pesquisa e produção científica, segundo o departamento e segundo o docente; a elevada proporção de docentes em regime de dedicação exclusiva da UFPE cuja produção científica inexiste, é irregular ou é incompatível com o conjunto de atividades desempenhadas por um docente neste regime de trabalho; a ausência de controles efetivos tanto no âmbito departamental quanto no âmbito institucional no tocante aos resultados dos docentes em regime de dedicação exclusiva, tendo em conta as atribuições típicas de um docente neste regime de trabalho.

Com o objetivo de corrigir as falhas apontadas recomendou-se à UFPE que, para as atividades de pesquisa e extensão, fossem definidas formas de mensurar a produtividade e os custos envolvidos, visando avaliar o desempenho também nessas áreas.

Por fim, registra-se que o controle das atividades de extensão na UFPE será abordado em outro tópico do presente relatório.

##/Fato##

**Causa**

Conselho Universitário não estabeleceu políticas, diretrizes e critérios objetivos para a aplicação dos recursos da Entidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive do respectivo acompanhamento e avaliação.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Inicialmente, em resposta à S.A 201317667/003, dando ciência sobre o inteiro teor da constatação, o gestão não encaminhou manifestação adicional sobre o fato, além do que já foi transcrito anteriormente.

Posteriormente, em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“Diante do Relatório de Auditoria (RA) nº 201407314, versão preliminar, apresentado pela equipe de Auditoria da CGU, a Universidade Federal de Pernambuco vem muito respeitosamente tecer alguns comentários e esclarecimentos.

Primeiramente, há de se ratificar a relevância das auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU/PE) no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma vez que a mesma é subsidiada por recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade de sua produção/trabalho.

Entretanto, alguns pontos tratados no Relatório de Auditoria da forma como foram colocados podem, se mal compreendidos ou interpretados sobre uma ótica limitada, levar a interpretações equivocadas a respeito de uma Instituição, acarretando um prejuízo imensurável a imagem da mesma. Logo, a função de fomentar o Controle Social, através da transparência na aplicação dos recursos públicos, não seria eficaz, uma vez que a informação posta poderia levar a sociedade a conclusões inadequadas.

O RA nº 201407314 pontua que a UFPE não possui políticas e diretrizes para aplicação dos recursos públicos da entidade, porém falar que uma instituição não possui políticas e diretrizes de aplicação de recursos é falar que a mesma não possui planejamento.

A Universidade Federal de Pernambuco está constituída como tal há quase 70 anos prestando serviços de qualidade a sociedade e ano a ano vem buscando beneficiar cada vez mais a população, como exemplo disso, temos a interiorização do ensino universitário, com os Campi do Agreste e de Vitória de Santo Antão, com abertura de novos cursos e vagas, sem contar que a instituição também está ofertando cursos na modalidade à distância procurando atender ao aluno que deseja ter acesso à universidade pública e de qualidade, sem condições de realizar os seus estudos presencialmente, devido à distância, trabalho e família. Vale ressaltar que em 2027 a instituição estará celebrando 200 anos do curso de Direito, marco inicial desta universidade.

A UFPE possui suas políticas e diretrizes estabelecidas no seu Planejamento Estratégico, o qual denominou de Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI), neste verificamos a missão, visão e valores da universidade, mostrando o caminho que a universidade quer seguir, propondo os objetivos e tópicos estratégicos a serem observados pelos gestores da UFPE nos próximos anos. No Plano de Diretrizes Institucional (PDI) é realizada a decomposição dos objetivos, estratégias e políticas estabelecidos no planejamento estratégico (PEI), tendo como finalidade a utilização eficiente dos recursos disponíveis para a consecução de objetivos previamente fixados. Neste plano, especificamente no item 3, a UFPE esclarece suas políticas institucionais relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão. Por fim, temos o Plano de Ação Institucional (PAI), que especifica os detalhes de como devem ser alcançados os objetivos globais da universidade, detalhando as ações a serem implementadas, bem como o plano de alocação dos recursos.

É importante ressaltar que uma Universidade como a UFPE, que agrega uma comunidade de mais de 45.000 pessoas, composta por 12 Centros Acadêmicos, distribuídos em três campi, que abrigam 72 departamentos acadêmicos, 2.213 professores no quadro efetivo, 340 substitutos e 11 visitantes, 4.106 servidores técnico-administrativos, cerca de 29.500 alunos regularmente matriculados em seus 107 cursos de graduação, sendo 103 presencial e 4 EAD, 3.375 alunos nos 68 cursos de mestrado acadêmico e profissional, 2.885 alunos nos seus 49 cursos de doutorado, 343 alunos nos 8 cursos de mestrado profissional, 2.001 alunos nos 49 cursos de especialização presencial e a distância e 1.169 alunos nos 3 cursos de especialização EAD, não conseguiria existir no mercado, por mais de seis décadas, sem um adequado planejamento institucional.

Diante do exposto, observa-se que não há de se falar em “Ausência de política/diretrizes para aplicação dos recursos geridos pela universidade”, pois conforme demonstrado não se consegue administrar uma universidade do porte da UFPE e mantê-la entre as 10 melhores Universidades do país e a melhor do Nordeste sem um planejamento adequado e políticas e diretrizes definidas. Contudo, informamos que a Universidade está em constante processo de evolução e que apesar de estar entre as melhores da região, almeja alcançar patamares ainda maiores, trazendo desenvolvimento social e econômico para a população, sendo assim, a UFPE está em constante processo de revisão do seu planejamento de forma a fortalecer suas ações, alinhando a sua política de distribuição e alocação dos recursos públicos para maior eficiência dos seus resultados.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Observe-se que o fato não trata simplesmente da inexistência de quaisquer políticas, diretrizes e critérios na UFPE, mas sim daqueles que sejam emanados da Administração Superior e com a finalidade de estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes da UFPE entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A UFPE de fato possui um PEI – Plano Estratégico Institucional da UFPE –, um PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, que na resposta o gestor intitulou “Plano de Diretrizes Institucional” – e um PAI – Plano de Ação Institucional. Porém, em nenhum destes encontram-se políticas, diretrizes e critérios, com a finalidade de estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes da UFPE entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O gestor ressalta a existência na UFPE de 45.000 pessoas, três campi, 12 Centros Acadêmicos, 72 departamentos acadêmicos, 2.213 professores no quadro efetivo, 4.106 servidores e 29.500 alunos, fora os cursos EAD, e que não seria possível “existir no mercado, por mais de seis décadas, sem um adequado planejamento institucional”. Concordamos parcialmente com a afirmação, pois a existência de um planejamento institucional não implica necessariamente que tal plano seja suficientemente adequando, tampouco na eficiência da aplicação dos recursos públicos destinados anualmente para a gestão das políticas públicas de ensino superior.

Uma instituição com o referido tamanho e complexidade, com orçamento anual de cerca de R$ 1 Bilhão, implica em maiores exigências quanto ao estabelecimento das referidas políticas, diretrizes e critérios institucionais, quais sejam, aqueles emanados da Administração Superior e com a finalidade de estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes da UFPE entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que possibilitem um alinhamento dos planos elaborados e desenvolvidos em cada célula menor às políticas, diretrizes e critérios na UFPE como um todo. Eis a questão que se propõe enfrentar.

E as razões para a crítica apresentada estão fartamente demonstradas e evidenciadas nos diferentes fatos que compõem o presente relatório. Em síntese, demonstra-se que há um somatório de processos decisórios de cada departamento, que carecem inclusive da devida fundamentação e motivação, mas não há necessariamente uma aderência destas decisões a políticas, diretrizes e critérios institucionais. Ademais, em qualquer momento a UFPE evidenciou o acompanhamento e avaliação de como e com que resultados os recursos institucionais são realizados.

Em consequência, evidenciou-se um elevado custo de formação de um graduado em diversos cursos, contrastando com a eficiência maior e qualidade superior de certos cursos da própria UFPE, os quais poderiam ser utilizados como referenciais. Evidenciou-se também uma relevante proporção de docentes acumulando empregos ou atividades societárias extra UFPE, em detrimento dos interesses públicos, de modo que quanto mais vínculos extra UFPE um docente possui, menor é a sua carga didática no ensino de graduação e menor é a sua produção científica. E evidenciou-se o não atingimento de certas metas do REUNI, a exemplo da expansão de vagas do ensino de graduação no horário noturno, o não atingimento da relação professores/alunos pretendida – com implicações para o maior custo de formação de um graduado –, fora a ampliação de vagas de forma não proporcional à demanda social por certos cursos de graduação. Além de outras consequências que já foram analisadas nos diferentes tópicos do presente relatório.

Deste modo, não se afirma que a UFPE não possui planejamento institucional. Mas mantem-se a conclusão de que inexistem políticas, diretrizes e critérios emanados da Administração Superior para estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes da UFPE entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao menos que tenham sido evidenciados pelo gestor e ao menos que sejam adequados ao enfrentamento dos problemas tratados no presente relatório – com destaque para o elevado custo de formação dos alunos de graduação e para o potencial conflito de interesses entre as atividades de interesse privado desempenhadas pelos docentes e os interesses públicos. Assim, ainda que fossem demonstrados tais planos alegados, a conclusão seria de que não estariam funcionando.

Por fim, espera-se que os planos vão além dos enunciados e intenções, estabelecendo concretamente objetivos, metas e critérios de avaliação dos resultados, para os problemas concretos que foram apresentados, com ênfase para a eficiência da aplicação dos recursos públicos, sendo pertinente questionar a que custos determinados resultados são obtidos.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Estabelecer e implementar políticas, diretrizes e critérios concernentes à distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes entre as diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFPE.

**2 CONTROLES DA GESTÃO**

**2.1 CONTROLES INTERNOS**

**2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS**

**2.1.1.1 INFORMAÇÃO**

**Informação sobre atendimento de recomendações relativas ao patrimônio imobiliário.**

**Fato**

Acerca da Recomendação 001 - Constatação 071 - RA 201203144: "Consultar assessoria jurídica e adotar providências para regularização da situação do imóvel cedido à Sudene (registrado no Spiunet sob nº RIP 25310049450002) que está sendo utilizado para finalidade diversa da estabelecida no correspondente Termo de Cessão".

Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO/PROPLAN, a Unidade informou que "o processo nº 23076.022345/2013-69 em que o Reitor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado informa à Procuradoria junto à UFPE o interesse da instituição em solicitar a devolução do imóvel cedido à Sudene e solicita a adoção de providências necessárias à regularização da situação foi respondido pela Sudene através do Ofício nº 0462/2013-GAB/SUDENE, de 26/12/2013, cópia que segue em anexo, apresentando considerações sobre a utilização do imóvel, apresentando cópias de documentações anexadas ao citado ofício, solicitando com isso reconsideração quanto à concessão de uso do imóvel. O processo se encontra no Gabinete do Reitor para apreciação do Magnífico Reitor e decisão junto à Procuradoria".

Portanto, verifica-se que a Unidade tomou providências cabíveis para a regularização do imóvel, embora ainda não se tenha chegado ao final do processo. A recomendação não foi atendida. O sistema Monitor Web foi atualizado com tais informações.

...

Acerca da Recomendação 004 - Constatação 069 - RA 201203144: "Dotar a coordenação de infraestrutura adequada para o desempenho de suas atividades, especialmente no que se refere à aquisição de sistemas informatizados para suporte a suas atividades. Os sistemas de informação devem permitir um controle adequado sobre a manutenção de prédios e equipamentos, além de proporcionar a consistência entre os dados do inventário e os dados do Spiunet".

Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO/PROPLAN, a Unidade informou que "a Prefeitura da Cidade Universitária está em processo de reestruturação onde será criada uma superintendência, um plano diretor, entre outras modificações necessárias para a melhoria na gestão de Bens Imóveis".

Observa-se, portanto, que a recomendação não foi atendida. O sistema Monitor Web foi atualizado com tais informações.

...

Acerca da Recomendação 002 - Constatação 069 - RA 201203144 : "Elaborar manuais operacionais ou outros instrumentos congêneres, com definição de rotinas de gestão de Bens Imóveis, contemplando as atividades de atualização de dados cadastrais e manutenção preventiva".

Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO/PROPLAN, a Unidade informou que "as novas licitações de projetos e obras já contemplam a elaboração de Manuais de Uso, Operação e Manutenção da edificação".

Observe-se que a recomendação não se refere a manuais específicos de cada edificação - embora seja uma boa prática a ser adotada pela Unidade. A recomendação determina que a Unidade elabore manuais para a gestão de todos os seus bens imóveis, inclusive seu cadastramento e manutenções preventivas, aspectos estes que não serão supridos por manuais específicos de cada edificação.

Portanto, a recomendação não foi atendida. O sistema Monitor Web foi atualizado com tais informações.

...

Acerca da Recomendação 006 - Constatação 069 - RA 201203144: "Atualizar normativos institucionais de modo a definir claramente as responsabilidades de cada área no que concerne à manutenção de bens imóveis em utilização pela Entidade".

Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO/PROPLAN, a Unidade informou que "através das Portarias Normativas nº 30/2012 e 31/2012, foi realizada uma reestruturação organizacional na PCU, ficando a PCU com a finalidade de prestação de serviços de manutenção e conservação predial e urbana e a então criada Superintendência de Projetos e Obras com a finalidade de planejar e administrar as obras e o uso do espaço físico da UFPE". A Unidade também apresentou a portarias referidas.

Portanto, a recomendação foi atendida. O sistema Monitor Web foi atualizado com tais informações.

##/Fato##

**2.1.1.2 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de providências efetivas e tempestivas para atendimento às recomendações do Plano de Providências Permanente da Entidade.**

**Fato**

No primeiro semestre de 2013, foi realizada por esta CGU Regional uma revisão do Plano de Providências Permanente da UFPE, sendo analisadas as recomendações pendentes de atendimento (exceto aquelas referentes ao Hospital das Clínicas - HC).

Verificou-se que havia 316 recomendações ainda não atendidas, referentes a 7 (sete) relatórios. Esses relatórios correspondem a auditorias de contas (Exercícios 2008 a 2011), além de resultados de trabalhos de Acompanhamento (OS Tipo 3) sobre a atuação da Auditoria Interna e referentes aos programas de Assistência Estudantil. A partir da análise dessas recomendações, consultando-se também os textos das respectivas constatações, verificou-se que havia muitas dessas recomendações que se repetiam, embora não exatamente com a mesma redação. Inclusive, no mesmo relatório havia recomendações semelhantes (constatações distintas, mas que tratavam do mesmo assunto). Também foram identificadas recomendações (de relatórios mais antigos) que já haviam perdido sua eficácia, por perda de objeto (por exemplo, contratos já encerrados), ou por refletirem posicionamento diverso do entendimento atual do Controle Interno sobre a matéria.

Nesses casos, procedeu-se a "baixa" dessas recomendações, registrando a justificativa devida para cada uma das recomendações canceladas. Como resultado, cancelou-se 1/3 (um terço) das recomendações, o que representa significativa redução no esforço de acompanhamento do PPP da Entidade, permitindo focar nas recomendações cuja implementação pode resultar em impactos positivos para gestão da UFPE.

Além dessa consolidação, procedeu-se a classificação das recomendações, atribuindo "grau" de prioridade para cada uma, de modo a permitir focar o acompanhamento nas recomendações mais importantes (segundo a relevância do tema para a gestão da Entidade). Nesse sentido, classificaram-se essas recomendações, destacando aquelas referentes à "CONTA ÚNICA" e as que requerem providências para "REPOSIÇÃO/REPARAÇÃO", as que se referem ao relacionamento dessa IFES com a sua fundação de apoio, as recomendações emitidas quando da avaliação da Assistência Estudantil, as quais foram consideradas como prioritárias, além de "outras recomendações" que abordam temas considerados relevantes para a Entidade.

Assim, voltaram-se as atenções para as 161 recomendações (incluindo novas recomendações sobre Auditoria Interna) consideradas prioritárias, as quais foram objetos de Notas Técnicas enviadas ao gestor para que esse se manifestasse quanto as suas implementações. Dessa forma, sinalizaram-se claramente para a Entidade as prioridades que essa devia considerar no que se refere ao atendimento ao Controle Interno, ao tempo que se permitiu um acompanhamento melhor para as questões que são, de fato, relevantes. A seguir relacionam-se os principais assuntos que foram objeto das recomendações consideradas nestas notas técnicas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nota Técnica** | **Assunto** | **Qtd Recomendações** |
| 1455/2013 | Recomendações referentes ao Relatório de Auditoria nº 201205395, resultado da avaliação dos programas de Assistência Estudantil. | 28 |
| 1456/2013 | Recomendações classificadas como prioritárias e particularmente relacionadas às impropriedades/irregularidades constatadas ao longo do período no âmbito dos convênios e contratos firmados entre a Universidade e sua Fundação de Apoio. | 30 |
| 1457/2013 | Recomendações consideradas prioritárias, excetuando as que tratam da Fundação de Apoio e de Assistência Estudantil, | 49 |
| 1459/2013 | Recomendações para comprovação, reposição de valores e/ou apuração de responsabilidades que se encontram com prazo de atendimento expirado. | 54 |

Ressalte-se que essas recomendações estavam com o prazo de atendimento expirado, algumas com mais de 2 (dois) anos transcorridos do prazo inicialmente estabelecido. Na geração das Notas Técnicas, porém, foram fixados novos prazos para atendimento, de acordo com procedimento estabelecido no âmbito da CGU para operacionalizar o acompanhamento do Plano de Providência Permanente das Unidades Jurisdicionadas. Ainda assim, mesmo considerando esses novos prazos, muitas dessas recomendações encontram-se ainda pendentes de atendimento e com prazo novamente expirado, conforme balanço apresentado a seguir.

**BALANÇO DO ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Como resultado das análises e verificações realizadas, apresenta-se uma posição atualizada sobre o estágio de implementação das recomendações referentes à assistência estudantil:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Total de recomendações (RA 201205395) | 33 | 100% |
| Recomendações atendidas (baixadas) | 13 | 39% |
| Recomendações não atendidas (com prazo expirado) | 9 | 27% |
| Recomendações não atendidas (dentro ainda do prazo, considerando as prorrogações concedidas) | 10 | 30% |
| Recomendações “Em atendimento” | 1 | 3% |

Conforme demonstrado no quadro acima, decorridos mais de 12 meses de sua expedição, a maioria das recomendações continua ainda pendente de atendimento, mesmo já expirado o prazo pactuado com o gestor para boa parte dessas. Dentre essas recomendações não atendidas, destacam-se as recomendações de natureza gerencial, sendo verificado mesmo que os gestores responsáveis pelos setores envolvidos não haviam sequer compreendido a importância da implementação de tais recomendações para melhoria da gestão e alcance dos objetivos propostos pelos programas de assistência estudantil. É possível mesmo que seja necessário o apoio de outros setores da Universidade para que esses gestores possam se apropriar de ferramentas gerenciais adequadas para gerir esses programas, instituindo instrumentos de planejamento (com definição de metas), de monitoramento e avaliação (indicadores, relatórios gerenciais), e outros que garantam a qualidade dos serviços prestados (mapeamento de processos, definição de procedimentos e rotinas, padrões de qualidade, etc). Mesmo para aquelas recomendações que se encontram ainda no prazo negociado para atendimento (a maior parcela destas foi objeto de solicitação e concessão de dilação de prazo), verificou-se que, até o momento, não foi adotada nenhuma ação efetiva visando o seu atendimento.

Por outro lado, pode-se verificar o atendimento a algumas recomendações que tiveram impacto positivo para melhoria dos programas sob gestão da PROAES. Nesse sentido, destacam-se as providências adotadas para adequação da estrutura do Restaurante Universitário (RU) à demanda estudantil. Foi realizado estudo (por meio de um projeto de pesquisa de um estudante de graduação da UFPE) que resultou na mudança de layout do RU e trouxe como resultado uma significativa redução no tempo de atendimento (tempo de fila + tempo de refeição). A média anterior, segundo o estudo apresentado, era de 60 minutos, chegando a média de 1h18min para o horário de 11:30 às 12:30, e passou a ser de cerca de 37 minutos (uma redução de quase 40%), segundo medições apresentadas pela Diretora do RU. Considera-se esse tempo bastante razoável, mesmo para os alunos que só dispõem de 1 hora de intervalo para realizar suas refeições. Não obstante as melhorias obtidas, o estudo aponta, em sua conclusão, que os balcões ainda representam um gargalo produtivo, o que demanda uma tomada de ação como descentralização ou mesmo ampliação física do restaurante. Nesse sentido, o gestor informou que já foram definidos os locais e layout do restaurante a ser instalado no Centro de Ciências Biológicas (CCB), com 150 cadeiras e capacidade para atender a 450 comensais/hora. Outra melhoria a ser ressaltado na gestão do RU é a redução dos níveis de desperdícios de alimentos. A Diretora do RU apresentou levantamento dos percentuais de rejeito nos últimos exercícios, que chegaram a atingir, em determinadas medições de 2011, cerca de 9,5% e apresentaram significativa redução para cerca de 5,5% para o exercício de 2013 e início de 2014. Tal fato, além de representar maior eficiência na aplicação dos recursos, reduz o impacto ambiental e os custos para destinação dos refugos. Segundo a Diretora, essa redução foi obtida a partir de campanha educativa realizada entre os frequentadores do RU.

Também merece destaque positivo a implementação do cadastro e das funcionalidades de seleção e pagamentos no Sistema SIGA. Quanto à seleção, as inscrições passaram a ser efetuadas diretamente pelo SIGA, propiciando maior facilidade ao aluno, que não precisa mais se deslocar até a PROAES para se candidatar aos benefícios da assistência estudantil, além de garantir maior segurança ao processo de inscrição e seleção dos candidatos. Em relação à manutenção no cadastro de beneficiários, também é possível com o sistema de informação maior controle sobre esse, o que propicia aprimoramento dos controles administrativos sobre o processo de pagamentos, inclusive passando-se a dispor de informações gerenciais para acompanhamento e validação da folha de pagamentos.

Outras melhorias foram verificadas na estrutura física da PROAES, com a conclusão de sua sede e a aquisição de equipamentos, o que resultou em melhores condições de trabalho para seus servidores e também em melhoria das condições de atendimento dos alunos que demandam os serviços da PROAES.

##/Fato##

**CONTA ÚNICA**

As recomendações que se referem à arrecadação de receitas por meio da Fundação de Apoio foram tratadas no âmbito da OS 201205394 ("CONTA ÚNICA"). A partir desse trabalho consolidou-se entendimento sobre a aplicação da legislação/normatização para cada tipo de projeto/atividade desenvolvida por meio da Fundação, ajustando-se/cancelando-se algumas dessas recomendações. Ainda que essa avaliação tenha ocorrido anteriormente à promulgação da Lei 12.863/2013, que alterou a Lei 8.958/94, que disciplina o relacionamento das IFES com suas fundações de apoio, as conclusões e recomendações resultantes desse trabalho permaneceram igualmente válidas diante da vigência da nova lei. Das cinco recomendações iniciais, foram canceladas duas, uma por perda de objeto (rescisão contratual)e outra por entender-se que não mais se aplica perante a legislação em vigor, enquanto que outras três foram substituídas pela recomendação emitida no Relatório CGU 201205394. Por meio do referido relatório, foi dado ciência ao gestor da “nova” recomendação no que se refere ao assunto, porém, até o momento, esse não comprovou ter adotado as providências cabíveis para seu atendimento, não obstante a relevância do tema para a gestão da universidade.

**PONTECIAIS DANOS AO ERÁRIO/APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

Quanto às recomendações para comprovação/reparação/apuração de responsabilidades, eram 54 recomendações pendentes de atendimento, envolvendo recursos da ordem de R$ 90 milhões.

Após nova avaliação (resultado da análise das respostas à Nota Técnica 1459), tem-se o seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO** | **QTD RECOMENDAÇÕES** | **%** |
| Atendidas | 10 | 18,5 |
| Em atendimento | 9 | 16,7 |
| Não Atendidas | 35 | 64,8 |

Foi verificado o atendimento a 10 (dez) recomendações, enquanto que para outras 9 (nove), o gestor apresentou providências em curso para o seu atendimento. Entretanto, a maior parcela das recomendações continua pendente de atendimento, sem mesmo que o gestor tenha demonstrado qualquer medida efetiva para sua implementação, não obstante tratar-se de recomendações que visam reparar potenciais danos ao erário, com prazo expirado (algumas com mais de dois anos transcorridos desde o prazo inicial de atendimento). Essas constatações correspondem a um prejuízo potencial de aproximadamente R$ 20 milhões. Uma redução significativa com relação ao montante anteriormente questionado, porém ainda relevante, de forma a requerer uma atenção especial por parte dos gestores da UFPE.

Dentre as recomendações não atendidas, pode-se citar, a título de exemplo, a não comprovação da regularização do reembolso para os servidores cedidos, não realização de análise para verificar possíveis casos de despesas sem comprovação e/ou inelegíveis para os contratos/convênios firmados com a FADE, falta de medidas para reparação ao erário decorrente de sobrepreço apurado em contratos para execução de obras de engenharia, ausência de providências para apurar responsabilidades de quem deu causa a prejuízos decorrentes de despesas para as quais não houve comprovação de compatibilidade de preços com os praticados no mercado, pela manutenção de RP no valor de R$ 10 milhões em desacordo com os critérios estabelecidos em decreto presidencial, dentre outras.

**OUTRAS RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS**

Quanto às “outras recomendações” também considerada prioritárias, eram 44 recomendações pendentes de atendimento (excluindo-se 5 que foram canceladas - substituídas por outras recomendações).

Após nova avaliação (resultado da análise das respostas à Nota Técnica 1457), tem-se o seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO** | **QTD RECOMENDAÇÕES** | **%** |
| Atendidas | 5 | 11,36% |
| Canceladas | 2 | 4,55% |
| Pendentes de verificação | 5 | 11,36% |
| Em atendimento | 14 | 31,82% |
| Prorrogadas | 3 | 6,82% |
| Não Atendidas | 15 | 34,09% |

Foram efetivamente atendidas um total de 5 (cinco) recomendações, além de 2 (duas) canceladas, pois verificou-se que não seriam mais aplicáveis, havendo outras recomendações (em relatórios mais recentes) mais adequadas. Também foi informado pelo gestor o atendimento a outras 5 (cinco) recomendações, porém a confirmação depende de realização de ação de controles para verificar a efetividade das providências adotadas. Portanto, mesmo contando com as que estão pendentes de verificação, o percentual máximo de atendimento não supera os 27% do total de recomendações pendentes quando do envio da Nota Técnica 1457, de 18/6/2013. Para outras 14 recomendações, o gestor demonstrou ter adotado providências para seu atendimento, porém ainda se encontram em fase de implementação, enquanto que solicitou prorrogação de prazo para outras 3 (três) recomendações, alegando dificuldades de atendimento dessas num período mais imediato. Entretanto, mesmo considerando que algumas providências requerem mais tempo para seu pleno atendimento, ainda há uma significativa parcela das recomendações (34%) para as quais o gestor sequer demonstrou qualquer iniciativa efetiva para o seu atendimento ou informou medidas que não contemplam o teor dessas recomendações. Ressalte-se que essas recomendações referem-se a temas relevantes para a gestão da Entidade e, no entanto, não se evidencia a devida atenção por parte dos dirigentes da universidade.

Dentre as poucas recomendações efetivamente atendidas, pode-se destacar a inclusão de exigência nos contratos/convênios com a FADE de que essa integralize de forma imediata ao patrimônio da UFPE todos e quaisquer equipamentos e/ou materiais permanentes adquiridos com recursos advindos desses instrumentos, a comprovação da compatibilidade de preços nas aquisições/contratações diretas (dispensa/inexigibilidade), além de medidas adotadas pela Auditoria Interna para garantir que a realização de atividades não previstas inicialmente no PAINT seja precedida de autorização pelo Conselho de Administração da Entidade.

Entre as recomendações para as quais não foram apresentadas nenhuma providência efetiva, ressaltem-se a ausência de providências para realização de estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho frente aos objetivos, metas e estratégias da Entidade e a consequente falta de definição de objetivos e metas para redução da defasagem entre o quantitativo/perfil atual e o desejado; a não criação de área específica para tratar estrategicamente com segurança da informação; intempestividade no registro dos atos de admissão e concessão de aposentadorias no SISAC; deficiências na atuação da Auditoria Interna, deixando de avaliar adequadamente os controles internos administrativos, o que resulta em pouca contribuição da unidade para a melhoria da gestão da UFPE; Não estabelecimento de uma rotina para verificação periódica dos RP (restos a pagar) inscritos e a manutenção de RP (restos a pagar) não processados sem a comprovação da regularidade dessa manutenção.

**RELACIONAMENTO ENTRE A IFES E A SUA FUNDAÇÃO DE APOIO**

Quanto às recomendações referentes convênios e contratos firmados entre a Universidade e sua Fundação de Apoio, relacionadas também como prioritárias, eram 24 recomendações pendentes de atendimento (excluindo-se 6 que foram canceladas - substituídas por outras recomendações).

Após nova avaliação (resultado da análise das respostas à Nota Técnica 1456, de 18/8/2013), tem-se o seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO** | **QTD RECOMENDAÇÕES** | **%** |
| Atendidas | 10 | 42% |
| Canceladas | 3 | 13% |
| Pendentes de verificação | 5 | 21% |
| Em atendimento | 3 | 13% |
| Não Atendidas | 3 | 13% |

Para essas recomendações, verifica-se um grau maior de atendimento, permanecendo apenas 13% de recomendações não atendidas, para as quais o gestor não demonstrou nenhuma ação efetiva para seu atendimento ou as providências adotadas não atendem ao recomendado.

Dentre as recomendações atendidas, destacam-se aquelas referentes ao aprimoramento e maior detalhamento dos Planos de Trabalhos/Projetos Básicos de Convênios/Contratos firmados com a FADE; Não reincidência de subcontratação de parcelas relevantes do objeto de contratos/convênios celebrados com a FADE; encerramento do contrato com a FADE para o gerenciamento do centro de convenções da UFPE; procedimentos para assegurar a compatibilidade dos preços estimados quando da assinatura de contratos/convênios com a FADE; implementação de instrumentos gerenciais (indicadores, relatórios gerenciais, etc) para acompanhamento do desempenho da atividade de análise de prestação de contas.

Quanto às recomendações não atendidas, ressaltem-se a não adoção de instrumentos mais efetivos de cobrança, junto à FADE, para regularização de pendências referente às prestações de contas em análise e a não definição de forma de rateio dos custos para os casos de utilização de recursos que atendam a mais de um projeto gerido no âmbito da fundação de apoio.

##/Fato##

**Causa**

Reitor não adotou providências para garantir resolutividade às questões prioritárias tratadas no Plano de Providências Permanente da Entidade, nem instituiu mecanismos adequados para o efetivo acompanhamento da implementação dessas recomendações, não obstante ter sido alertado por esta CGU a cerca da relevância dos temas abordados no PPP.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201407314/005, a Entidade, por meio do Of. 017/2014-Audint/GR, de 16/05/2014, se manifestou nos seguintes termos:

Relatório 201211362 – Constatação 002 – Recomendação 002 (NT 1457/2013)

Instituir controles para acompanhar e registrar a alocação de HH da equipe de Auditoria Interna

Manifestação do Gestor

Quanto a esta recomendação, informamos que em 2014 instituimos controles de acompanhamento de HH da equipe de Auditoria Interna, conforme modelo da planilha anexa a este Ofício com o intuito de efetuarmos o controle e monitoramento quanto às horas previstas e realizadas (Anexo I).

Em atenção a este item, informamos que a equipe de Auditoria Interna vem aperfeiçoando os seus conhecimentos e técnicas através de cursos e treinamentos direcionados às atividades e assuntos propostos no PAINT2014.

Relatório 201211362 – Constatação 003 – Recomendação 002

Na execução das ações de controle, busque identificar as causas estruturais que contribuem para a ocorrência das impropriedades constatadas, afim de expedir recomendações adequadas à mitigar as falhas apontadas.

Manifestação do Gestor

Em consonância com os aspectos apresentados esclarecemos que em nossos relatórios ficam evidenciados que a unidade de auditoria interna da UFPE, tem buscado e concretizado medidas almejando uma maior integração de sua atuação às rotinas afeitas à Gestão institucional, por um lado subsidiada pelo próprio planejamento anual (PAINT), cujo conteúdo viabiliza essa integração.

O monitoramento das recomendações são realizadas mediante envio de Plano de Providências Permanente às Unidades auditadas. Através desse plano os gestores informaram quais foram às providências adotadas para implantar as recomendações e emitiram documentos probatórios da implantação, quando for o caso. Após o recebimento das manifestações dos gestores à AUDIN analisa, a fim de verificar se atendem ao que fora recomendado.

Tais medidas são consubstanciadas por ações de assessoramento, com foco orientativo e preventivo, dirigidas aos diversos setores da Instituição visando assistir à Gestão quanto à consecução de demandas específicas, seja quanto aos aspectos legais envolvidos em cada matéria em particular, seja quanto à correta formalização dos procedimentos, de forma que nestes estejam refletidos os princípios norteadores da Administração Pública.

Relatório 201211362 – Constatação 003 – Recomendação 001

Na elaboração dos programas de auditoria atente para cumprir o escopo definido no PAINT e procure enfocar aspectos relevantes, que possam contribuir efetivamente para aprimoramento da gestão da Entidade.

Manifestação do Gestor

Para consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva e atender às necessidades da Instituição, a Audint vem continuamente implementando sua atuação através do aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna, da operacionalização de procedimentos, do desenvolvimento de suas atividades buscando o aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Para a realização das atividades previstas no seu Plano Anual de Atividades – PAINT, a AUDINT leva em consideração ações e atividades e procura classificar os assuntos segundo a materialidade, a relevância e a criticidade.”

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“No tocante ao Plano de Providências Permanente da UFPE, nos causa espanto e indignação a afirmação de “ausência de providência efetivas por parte do gestor”. Tal indignação justifica-se sobretudo pelo fado da UFPE ter conseguido avanços significativos em tão pouco tempo na implementação das recomendações desse Órgão de Controle Interno, muitas vezes baseadas em interpretações sobre temas complexos, como no caso de convênios, e de difícil implementação. Esses avanços tornam-se ainda mais relevantes quando observamos que os anos de 2013 e 2014 têm sido marcados por grandes períodos de greve dos Professores e Técnicos-administrativos nesta Universidade. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, a UFPE mais que dobrou os recursos empenhados, o que demonstra que a universidade teve que buscar um equilíbrio entre executar o orçamento previsto e implementar as recomendações sugeridas pela CGU.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Despesa Empenhada até 2013** | | | | |
| 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| 653.373.483,00 | 736.802.520,20 | 992.983.584,30 | 1.085.878.750,26 | 1.347.013.377,04 |
| 100% | 112,77% | 151,98% | 166,20% | 206,16% |

Não obstante as dificuldades relatadas, ainda é possível demonstrar, nas informações que se seguem, que a UFPE continuou a implementar as recomendações:

**Nota Técnica - 1455/2013**

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 – RECOMENDAÇÃO 001**

Defina com a equipe de gestores da PROAES as formas e os momentos de divulgação dos programas de assistência estudantil, buscando uma ação mais proativa e utilizando os meios disponíveis no âmbito da universidade.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Apesar de ter sido mantida as mesmas forma de divulgação que consta em resposta ao Relatório de Auditoria nº 201205395, o número de assistidos aumentou em 46% se compararmos dezembro 2012 com dezembro 2013 (anexo 1), mas compreendemos a preocupação de V.Sa que também é a nossa, além das ações anteriormente citada no relatório por isso no dia da Aula Magna na entrevista coletiva onde estiveram presentes o Magnífico Reitor e os titulares da Pró-Reitoria Acadêmica e Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, os mesmos fizeram divulgação da universidade, cada um dentro de suas competências, esse momento foi filmado para posterior divulgação. No mesmo dia e hora uma equipe da PROAES fez divulgação de todas as ações desta Pró-Reitoria, através de folders e prestação de orientações e esclarecimentos, além da divulgação via SEGIC nas Estações de Informação e Comunicação que se encontram nos Centros de Filosofia Ciências Humanas, Centro Acadêmico do Agreste, Centro de Informática e Centro de Ciências Sociais Aplicadas. No tocante ao aluno ser informado antes do seu ingresso na UFPE, a fonte seria o Manual do Candidato, editado pela COVEST e entregue aos estudantes no momento da inscrição no Vestibular, porém isso não faz mais sentido, visto que não haverá vestibular, pois a UFPE aderiu ao (SISU) Sistema de Seleção Unificada. Demonstrando ainda o atendimento dessa recomendação, foi dado destaque no Portal do Estudante dos benefícios ofertados pela PROAES. Sendo assim a Recomendação foi atendida.

RELATÓRIO 201205395– CONSTATAÇÃO 004 – RECOMENDAÇÃO 001

Estabeleça mecanismos para acompanhamento e aferição da demanda efetiva por benefícios da assistência estudantil, utilizando-se, para isso, informações provenientes da COVEST, do sistema Sig@ (matrícula), de pesquisas e/ou outras fontes que se mostrarem adequadas.

MANIFESTAÇÃO DO GESTOR

Em reunião com V.Sa. informamos que tinha em mãos a lista da COVEST porém, já tínhamos previsto, baseados na políticas de cotas, que haveria um aumento de 27% para a UFPE em 2014, fizemos um ajuste no mês de janeiro, quando realizamos o planejamento financeiro, considerando também esses novos beneficiários da PROAES. Informamos que na lista continham estudantes oriundos do Colégio de Aplicação e do Colégio Militar e que desses Colégios poucos seriam nossos beneficiários, logo a afirmação que não houve nenhuma ação do gestor não procede. Também a maneira que a COVEST seleciona os candidatos, não se aplica para a nossa seleção, pois a COVEST solicita apenas um comprovante da escola pública e um comprovante de renda. Solicitamos na Escolaridade a lista dos cotistas matriculados, porém a matricula ainda não foi concluída. (Anexo 2) . De forma que consideramos a Recomendação atendida.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 006 - RECOMENDAÇÃO 003

Dote a PROAES de sistemas de informações que facilitem o acompanhamento pedagógico dos alunos, com a automação de algumas tarefas e que sirva como repositório de dados que possibilite o registro e armazenamento das análises e encaminhamentos resultantes desse acompanhamento. Esses sistemas devem também disponibilizar informações gerenciais para subsidiar os dirigentes da PROAES na gestão dos programas de assistência estudantil.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR DA CONSTATAÇÃO 006 - RECOMENDAÇÃO 001, 002 E 003.**

Uma pedagoga entrou em exercício na PROAES, em outubro de 2013, desde então, as atividades realizadas pelo Setor de Acompanhamento Pedagógico, em relação aos alunos bolsistas com baixo desempenho acadêmico, vem se estruturando da seguinte forma:

1) Inicialmente, solicitação ao NTI da listagem dos alunos bolsistas com reprovações; ( Anexo 3)

2) Análise dos históricos escolares desses alunos bolsistas, diretamente no SIG@ com o intuito de ser realizada uma triagem dos estudantes com insuficiente desempenho acadêmico, para serem acompanhados pelo Setor de Acompanhamento Pedagógico ;

3) Construção de tabela com os nomes dos alunos que serão convocados pelo Setor de Acompanhamento Pedagógico para averiguação das causas que estão provocando o baixo desempenho acadêmico ( anexo 4);

4) Serão chamados todos os alunos, a partir da triagem feita anteriormente, pelo Setor de Acompanhamento Pedagógico;

5) Serão realizados atendimentos dos alunos com insuficiente desempenho acadêmico pelo Setor de Acompanhamento Pedagógico.

Os critérios de avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes serão pautados pelos artigos 16, 17, 18, Parágrafo único, 21 da Resolução Nº 2/2002, (anexo 5) a qual regulamenta o Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica da UFPE, que estão relacionados ao número de disciplinas matriculadas semestralmente, que garanta o término do curso de graduação no período previsto naquela legislação; a aprovação em pelo menos 50% das disciplinas cursadas nos dois semestres anteriores; ausência de reprovação por falta em cada um dos dois semestres anteriores, salvo nos casos de força maior devidamente justificado e aprovados pelo DAE/PROAES; a duração média em semestres, acrescido de 20% do curso no qual o bolsista está matriculado. Nesse caso, o Acompanhamento do Setor Pedagógico da PROAES atuará a partir desses critérios estabelecidos, mas ressaltando a necessidade de uma análise individual do processo de aprendizagem de cada aluno, pois diversos aspectos podem ocasionar a insuficiência do rendimento acadêmico.

Com o intuito de estruturarmos um instrumento que possa realizar um acompanhamento mais próximo do desempenho acadêmico dos alunos bolsistas e também fazer o registro das informações desse processo, solicitamos ao NTI uma habilitação no SIG@. A referida solicitação ainda está no aguardo de um posicionamento do NTI, mas estamos em contato com o mesmo para contemplar essa demanda. (anexo 6). Contudo o prazo previsto para execução de 30 junho de 2014 restou comprometido em função do grande número de dias de greve dos servidores técnicos-administrativos da UFPE.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 007 - RECOMENDAÇÃO 001**

Redefina os parâmetros para concessão e manutenção da Bolsa Permanência, considerando como critério de priorização dos candidatos o fato desses possuírem ou não outro tipo de bolsas; que estimulem a permanência e conclusão do curso no qual o aluno ingressou primeiramente na UFPE; e que incentivem os alunos a buscarem fontes alternativas de renda (como estágio remunerado).

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Informamos que nossos beneficiários são classificados de acordo com o estabelecido pelo Decreto PNAES (anexo 7) e pelas resoluções 01/99 ( anexo 8) e 02/02 (vide anexo 5) ambas regulamentam os programas de Assistência Estudantil. O valor dos benefícios concedidos aos ingressantes em um estágio remunerado não é suficiente para tirá-los da situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entendemos que com estes esclarecimentos a recomendação foi atendida.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 007 - RECOMENDAÇÃO 002**

Busque fontes alternativas e complementares de financiamento dos programas, por meio de parcerias com outras instituições públicas e/ou privadas, que propiciem aos alunos uma fonte de renda e o desenvolvimento pessoal/profissional por meio da realização de atividades extracurriculares.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Segue em anexo, documento da Coordenação de Formação para o Trabalho, vinculada a PROACAD (anexo 9). Porém colocamos um Link no Portal do Estudante da UFPE (Anexo10) com as informações das entidades que gerenciam estágio para estudantes de graduação, tais como: NUDEP, ABRE, IEL e CIEE. Portanto a Recomendação foi atendida**.**

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 009 - RECOMENDAÇÃO 004**

Dote a PROAES de sistema de informação para dar suporte à atividade de atendimento aos estudantes, auxiliando na triagem e registro dos atendimentos (inclusive com avaliação da satisfação dos beneficiários), bem como fornecendo informações gerenciais para os dirigentes da PROAES.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR - CONSTATAÇÃO 009 – RECOMENDAÇÃO 003 E 004.**

Atendimento presencial - os estudantes são inicialmente atendidos pelo serviço de recepção da PROAES, onde é cadastrada on-line no controle de procedimento, identificada a demanda espontânea o estudante é encaminhado ao setor/profissional competente. Também há o atendimento previamente agendado pelo Sig@, telefone e correio eletrônico para atendimento direto com a equipe multiprofissional. Após o atendimento do estudante, o profissional responsável registra as orientações e/ou encaminhamentos na planilha.

Neste momento, é solicitado ao estudante realizar a pesquisa de satisfação, on-line.

Estamos confeccionando uma cartilha no intuito de esclarecer aos estudantes beneficiários sobre os programas da PROAES, contendo informações tais como: quais os benefícios concedidos, como solicitar os mesmos, como mantê-los e quais as forma de exclusão dos benefícios. Prazo previsto para disponibilizar no Portal do Estudante será o dia 30 de junho de 2014, portanto a recomendação foi parcialmente atendida.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 009 - RECOMENDAÇÃO 005**

Designe supervisor responsável pelo atendimento aos estudantes e defina modelo e periodicidade de relatórios gerenciais a serem apresentados com análises sobre o quantitativo de atendimentos realizados, a adequação da estrutura para essa atividade, a qualidade dos serviços prestados (considerando também a avaliação dos beneficiários), a produtividade de cada servidor responsável pelos atendimentos, os principais assuntos tratados nesses atendimentos e os encaminhamentos adotados, sugestões para melhorias dos programas geridos pela PROAES (a partir desses registros de atendimento), dentre outras informações relevantes para avaliação e aprimoramento dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFPE.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A partir do modelo do registro de atendimento citado na Constatação 009-Recomendação-003, poderemos gerar relatórios mensais, aferir os atendimentos realizados, a produtividade do servidor responsável pelo atendimento, principais assuntos tratados e encaminhamentos adotados. Com as informações adquiridas na pesquisa de satisfação poderemos adequar melhor a estrutura e a qualidade dos serviços.

Prazo para atendimento: Recomendação atendida.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 001 - RECOMENDAÇÃO 001**

Estabeleça metas e defina indicadores que permitam o monitoramento e avaliação do desempenho dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFPE.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

As metas e indicadores estão na planilha do Anexo 11, portanto a recomendação foi atendida.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 001 - RECOMENDAÇÃO 002**

Elabore relatório gerencial de acompanhamento dos programas de assistência estudantil e defina a periodicidade de sua produção, de modo a subsidiar a equipe da PROAES na avaliação dos resultados das ações empreendidas.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A planilha (anexo 12) foi implantada, porém, só será utilizada após o término da greve dos servidores. A mesma servirá para colaborar os relatórios de modo a subsidiar a equipe da PROAES na avaliação dos resultados das ações empreendidas. Sendo assim consideramos que a Recomendação será atendida com o retorno dos servidores à suas atividades.

Prazo para atendimento: Recomendação atendida

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 001 - RECOMENDAÇÃO 003**

Empreenda ações para avaliar os casos de insucesso entre os beneficiários dos programas de assistência estudantil (retenção\evasão), identificando as causas e oportunidades de aprimoramento das ações de assistência estudantil.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Os seguintes procedimentos serão adotados:

1 - Análises do rendimento acadêmico dos estudantes bolsistas dos programas de assistência estudantil, identificando os alunos com o déficit no desempenho acadêmico, por meio de levantamento periódico no sistema do SIG@;

2 - Orientação e acompanhamento pedagógico sistemático dos alunos bolsistas dos programas de assistências estudantil com baixo desempenho acadêmico, de forma conjunta com a equipe psicossocial.

3- Acompanhamento dos estudantes bolsistas dos programas de assistência estudantil com dificuldades de aprendizagem.

4 - Produzirá relatórios periódicos das atividades realizadas, submetendo-os à apreciação da Diretora de Assuntos Estudantis e do Pró-Reitor da PROAES.

Prazo para atendimento: Recomendação em atendimento.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 002**

Adote providências para melhorar a visibilidade e qualidade das informações referentes à assistência estudantil no sítio da universidade na internet.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A página da PROAES no portal da UFPE já foi atualizada e o Portal do Estudante (seções que dizem respeito à PROAES) está em fase de implementação como relatamos na observação anterior. Será solicitada a inserção de link para a página da PROAES na página principal da UFPE.

Prazo para atendimento: Recomendação atendida

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 003**

Defina estratégias para divulgação eficaz dos programas de assistência estudantil aos alunos recém-ingressos na universidade, aproveitando, inclusive, o momento da matrícula.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Informamos que não foi realizada nenhuma ação sobre os programas da PROAES no momento da matrícula, porém durante a aula magna que ocorreu em 31/03/14 foram realizadas divulgações através dos folders (anexo 13), Banners e a Pró-Reitora concedeu entrevista sobre as bolsas e auxílios da PROAES. Também neste dia ocorreu no Foyer no Centro de Convenções esclarecimentos sobre só referidos programas. Nas próximas matrículas também será feita uma campanha de divulgação semelhante a da aula magna.

Prazo para atendimento: Recomendação atendida

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 004**

Analise a viabilidade de utilização do sistema Sig@ e/ou das informações disponíveis à COVEST para identificação e contato com alunos (inclusive novatos) que apresentem perfil de potenciais beneficiários da assistência estudantil.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Baseados nas políticas de cotas a UFPE previu que teria um aumento de 27% nos beneficiários em 2014, fizemos um ajuste no mês de janeiro, quando realizamos o planejamento financeiro, considerando também esses novos beneficiários da PROAES. Também informamos que na lista da COVEST continham estudantes oriundos do Colégio de Aplicação e do Colégio Militar e que desses Colégios poucos seriam nossos beneficiários. Os critérios adotados pela COVEST para classificar seus cotistas não são os mesmos critérios adotados pela PROAES, visto que a COVEST solicita apenas o documento informando que o candidato é oriundo de escola pública e um comprovante de renda familiar.

Solicitamos na Escolaridade a lista dos cotistas matriculados, porém a matricula ainda não foi concluída (anexo 14).

Prazo para atendimento: Recomendação parcialmente concluída.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 005**

Empreenda ações descentralizadas visando à divulgação dos benefícios da assistência estudantil nos diversos centros acadêmicos e departamentos, para melhor informar aos alunos, professores (que têm o papel de orientar os estudantes beneficiários da Bolsa Permanente) e coordenadores de cursos, considerando também a possibilidade de ações de divulgação em locais de grande fluxo de estudantes, como o Restaurante Universitário e a Biblioteca Central.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Os estudantes também receberão orientação nos próprios Centros Acadêmicos, através de palestras.

Prazo para atendimento: Recomendação em implementação.

**RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 003 - RECOMENDAÇÃO 001**

Conclua a reestruturação dos processos referentes a seleções de beneficiários da assistência estudantil, definindo procedimentos que garantam as devidas formalizações, registro, publicidade e transparência dos atos praticados no âmbito dessas seleções.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Informamos que existe na página da PROAES registro dos editais também é divulgado nos Jornais de grande circulação (Comércio, Diário e Folha); (Anexo 4) Site da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis.

Prazo para atendimento: Recomendação atendida

* **Constatação 012 - Recomendação 001 (Esta constatação não consta na NT. 1455/2013)**
* **Constatação 012 - Recomendação 002 (Esta constatação não consta na NT. 1455/2013)**

**Nota Técnica - 1456/2013**

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 063 - RECOMENDAÇÃO 001 (FADE)**

Que a UFPE adote ações no sentido de assegurar que a FADE mantenha a atualização imediata do sítio mantido por ela na internet, garantindo a divulgação, na íntegra, dos documentos descritos nos itens I a V do art. 4º-A da Lei nº 8.958/94.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Tal recomendação já encontra-se atendida conforme pode ser observado no site da Fundação de Apoio (Anexo 15).

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 084 - RECOMENDAÇÃO 002**

Adoção de instrumentos mais efetivos de cobrança aos convenentes, inclusive com participação dos gestores em seus diversos níveis hierárquicos, conforme a situação requerer.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em vigor desde abril/2013. Com essa nova rotina, foram aprovadas 26 prestações de contas em 2013 e 14 até maio/2014, mesmo com o número reduzido de pessoas na equipe (de abril/2014 até março/2014 eram apenas 4 servidores). Nos anos anteriores a equipe tinha em média 7 servidores e foram 27 aprovações em 2011 e 33 em 2012).

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 084 - RECOMENDAÇÃO 003**

Elaborar normativo interno estabelecendo procedimentos e parâmetros para ações de cobranças de prestações de contas/regularização de pendências.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Será elaborado pela Diretoria de Convênios e Contratos Acadêmicos manual estabelecendo procedimentos para apresentação e análise das prestações de contas. Além disso, foi implantado neste mês de junho/2014 a rotina de envio toda primeira quinzena de cada mês Ofício à FADE cobrando atendimentos às pendências de prestações de contas analisadas não atendidas no prazo estabelecido.

**Prazo para atendimento:** 30/07/2014

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 061 - RECOMENDAÇÃO 001**

Expedir orientação aos gestores de projetos cientificando da incompatibilidade de contratação desses mesmos gestores e dos fiscais dos convênios com recursos dessas transferências.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A fundação de apoio, convenente, já tem ciência da incompatibilidade de pagamento aos fiscais dos convênios com recursos do mesmo. Além disso, quando solicitamos à Unidade Acadêmica responsável a indicação de fiscal o parecer segue informando as atribuições do fiscal e que o mesmo não poderá ser remunerado, além disso, exigimos a ciência do fiscal indicado.

**Prazo para atendimento:** Já em vigor

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 083 - RECOMENDAÇÃO 002**

Elaborar instrumentos gerenciais (indicadores, relatórios, etc) que permitam um acompanhamento mais efetivo das atividades de Análises de Prestações de Contas.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em maio/2014 implementamos uma planilha em que são registrados os processos de prestações de contas que entram na Diretoria de Convênios e Contratos Acadêmicos. Tal planilha possui indicadores que permitem o acompanhamento das atividades relacionadas à análise de prestações de contas, conforme planilha no Anexo 16.

**Nota Técnica. 1457/2013**

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 006 - RECOMENDAÇÃO 002 (NTI)**

Criar área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Ações:

- Entre abril de 2013 e Maio de 2014 foram realizados os seguintes cursos na área de segurança da informação:

Pentest - Teste de Invasão em Redes Corporativas e não Corporativas

Gestão de Riscos de TI - NBR 27005

Segurança em Redes sem Fio

Segurança de Redes e Sistemas

Gestão da Segurança da Informação

Obs: as evidências para os cursos realizados estão disponíveis nos documentos em anexo (Anexo 17).

- Até o final de 2014 estão programados os seguintes cursos:

Segurança da Informação da Teoria à Prática

CNASI – Congresso de Segurança da Informação, Auditoria e Governança TIC

- Com relação às seguintes ações:

1) Apresentar as diretrizes de composição e as responsabilidades do Comitê Gestor de Segurança da Informação, prevista para Dezembro de 2013

2) Designar o Comitê Gestor de Segurança da Informação, prevista para 2014

Não conseguimos executá-las de acordo com o cronograma previsto porque várias demandas operacionais foram feitas pela própria UFPE, o que causou um atraso no cronograma, visto que os membros da comissão temporária criada para atender a estas ações tiveram que se desdobrar para atender a estas demandas priorizadas pela UFPE. Como exemplo destas demandas operacionais podemos citar: preparação de várias licitações, instalação de novos equipamentos de rede/servidores/telefonia, desenvolvimento de novos subsistemas e atendimentos nos 3 campi da UFPE.

Vale salientar que a instalação dos novos servidores e equipamentos de rede irão contribuir para melhorar os problemas de segurança da informação hoje enfrentados pela UFPE.

Diante do exposto, os novos prazos propostos são:

- Ação 1 - previsão de conclusão Agosto de 2014

- Ação 2 - previsão de conclusão Setembro de 2014

Obs: como evidência para este replanejamento de ações, podemos apresentar o plano de providências a ser enviado ao TCU com relação a determinação 199.3 (planilha disponível em <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1EbelgsJfUo2Hvt3-cTMynPpNV1SX1_kJYRTYFcPK8OU/edit#gid=619501685>

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 073 - RECOMENDAÇÃO 001**

Recomendar a UFPE que observe as regras do Decreto nº 6.114/2007, quando da contratação de servidores públicos federais para desempenho de atividades eventuais em processos seletivos públicos.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em resposta à sua solicitação referente a OS: 201203144 nº da Constatação 073 informamos que em consonância com o Decreto nº 6.114/2007, considerando a natureza, a complexidade e a logística de preparação e execução de concursos públicos e exames vestibulares, onde a confidencialidade de atividades inerentes aos mesmos requer alto grau de confiabilidade de todos os servidores envolvidos, para o êxito do certame, nesta comissão são consideradas a formação acadêmica e a experiência comprovada, conjuntamente com treinamento prévio supervisionado por servidores com notória experiência na realização de processos seletivos, como requisitos indispensáveis para a participação dos mesmos nos eventos.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 049 - RECOMENDAÇÃO 001**

Abstenha-se de autorizar e assinar convênios na ausência de pesquisas de preços que comprovem a adequabilidade dos seus custos aos praticados pelo mercado.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Os Novos convênios a serem celebrados com a fundação de apoio em que tenha previsão de transferência de recursos da conta única da Universidade para a FADE somente são celebrados mediante a apresentação de cotações de preços de todas as despesas a serem realizadas com recursos do convênio.

A partir da criação da Diretoria de Convênios e Contratos Acadêmicos - DCCAc, na Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, em novembro/2012, os convênios e os contratos acadêmicos (ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional) a serem celebrados com a fundação de apoio passam por análise criteriosa para verificação das exigências constantes no Decreto 7.423/2010 e demais legislações pertinentes.

Durante a análise dos projetos, está sendo utilizado "check-list" (Anexo 18) para conformidade dos projetos com os requisitos legais.

Está em fase de elaboração um manual a ser disponibilizado no site da UFPE com orientações para celebração de convênios. A disponibilização do manual no site está prevista para ocorrer até 30/06/2014.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 049 - RECOMENDAÇÃO 002**

Oriente a Coordenação de Convênios e a Diretoria de Controladoria que, ao realizar análise técnica das propostas de convênios, atente para verificar a existência de pesquisas de preço que demonstrem a compatibilidade dos preços propostos para aquisição/contratação dos bens/serviços previstos nos respectivos Planos de Trabalho.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A Diretoria de Convênios e Contratos Acadêmicos já está ciente de tal orientação.

Novos convênios a serem celebrados com a fundação de apoio em que tenha previsão de transferência de recursos da conta única da Universidade para a FADE e os de cursos de pós-graduação (que são de arrecadação) somente são celebrados mediante a apresentação de cotações de preços de todas as despesas a serem realizadas com recursos do convênio, o que já tem sido repassado aos interessados em apresentar propostas para celebração de convênios dessas modalidades. Está em fase de elaboração um manual a ser disponibilizado no site da UFPE com orientações para celebração de convênios.

Informamos ainda que por meio do Ofício nº 190/2012-DCO/PROPLAN (Anexo 19), de 31/08/2012, emitido pela Diretoria de Controladoria da UFPE a Coordenação de Convênios (atualmente Diretoria de Convênios e Contratos Acadêmicos) tomou ciência da referida recomendação da CGU.

**RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO 055 - RECOMENDAÇÃO 001**

Que a UFPE oriente seu corpo técnico de engenheiros responsáveis pela confecção do projeto básico, no sentido da eminente necessidade de os mesmos elaborarem e anexarem ao processo a memória de cálculo de todos os itens que compõem a planilha orçamentária, de acordo com o SINAPI, e, no caso de serviços para os quais não exista referência 6de preços no supracitado sistema (SINAPI), sejam guardados registros das cotações de preços de insumos efetuadas e justificadas as composições adotadas com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentarem os preços unitários dos insumos e dos serviços que integrarem o orçamento, devendo, ainda, o orçamento identificar os responsáveis por sua elaboração e aprovação.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Seu corpo técnico já foi orientado e os processos já constam memória de cálculos com base no SINAPI. Reiteramos nossas informações relativas às dificuldades em relação à utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, recomendado pela Lei de Diretriz Orçamentária (LDO), conforme relatado anteriormente. E para reforçar esta informação a Caixa Econômica Federal no início só liberava a tabela do SINAPI para consulta mediante senha, não tivemos êxito em adquiri-la, então só passamos a usar a referida tabela quando o sistema foi liberado na internet. Como é do conhecimento público, a Caixa Econômica Federal só disponibilizou o acesso para pesquisa a partir de 27 de julho de 2009 (fonte: <http://www.piniweb.com.br/construção/custos/caixa-economica-federal-vai-abrir-o-sinapi-143673-1.asp>) e a planilha foi concluída em 10/07/2009. Reforçamos também o fato desta obra ser realizada na zona rural do município de Caruaru no Agreste de Pernambuco sendo o SINAPI referência de preços na Capital e a necessidade de utilização de mão de obra, materiais e matérias primas existentes no local (Inciso IV, Art. 12 da Lei no 8.666/93), vindo encarecer os custos dos serviços pela sua escassez e a distância de transporte.

***Informação anterior:***

**‘**Como é do conhecimento no Serviço Público Federal, principalmente no âmbito do Executivo,o mesmo sofreu durante muitos anos redução do seu quadro de pessoal, por diversas razões, sem que houvesse a devida reposição dos servidores afastados. Só recentemente é que foram feitas contratações tentando minimizar essa deficiência.

Ademais, as instituições de ensino superior com o advento do REUNI que tem como finalidade a reestruturação das universidades e a criação de novos cursos, veio ainda mais sobrecarregar a estrutura administrativa das instituições de ensino superior, pois, num tempo relativamente curto se fez necessário a construção de espaços físicos para que os novos cursos pudessem ser implantados, aliado a abertura de novos “campi”. Isto ocorreu sem que proporcionalmente houvesse um aumento da quantidade de servidores e de funções para suprir a referida demanda. Este fato se agravou, também, com a transferência para as universidades das atividades realizadas pelas Fundações de Apoio as Universidades por determinação do Ministério de Educação e recomendação do Tribunal de Contas da União.

Durante determinado período, face as limitações de pessoal passou-se a elaborar planilhas de preços de serviços e quantitativos tomando como base os preços de referência de planilhas existentes. No nosso caso, as da EMLURB ( Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – Prefeitura da Cidade do Recife ) e/ou aqueles cotados através do Volare 10 ( *aplicativo criado e comercializado pela editora PINI - O programa tem como base de dados o TCPO 13 e os preços são atualizados mensalmente através de pesquisas de mercados coletados na cidade do Recife e em outras capitais brasileiras*) e, quando necessário, através de cotação de mercado. O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, recomendado pela Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) só passou a ser utilizado pela UFPE a partir de agosto/2009 uma vez que havia no início da sua implantação dificuldade operacionais de acesso as informações e principalmente limitações no banco de informações. O Art. da LDO referente a serviços e obras de engenharia mostra a evolução do SINAPI desde a LDO 2008 (13/08/2007) até a LDO 2012 (12/08/2001) onde os mecanismos e as exigências evoluíram à medida que a acessibilidade e as informações do banco de dados do SINAPI melhoraram, tornando possível e facilitando o acesso a consulta de preços. O Quadro abaixo constata esses fatos.

Quadro – Evolução de exigências da LDO entre 2008 e 2012, referente a elaboração de planilhas orçamentárias

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| LDO | LEI/ARTIGO | CONSTATAÇÃO |
| 2008 | Lei no. 11.514/  Art. 115, §§2o e 3o | Utilização de informações dos órgãos públicos federais para ampliação do banco de dados do SINAPI; Uso de informações do CUB (Custo Unitário Básico) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil |
| 2009 | Lei no. 11.768/  Art. 115, §§1o e 3o | Elaboração de preços utilizando custos de insumos constantes do SINAPI; Órgão ou entidade que aprovar tabelas de acordo com o estabelecido no §1o, publicar na internet e encaminhá-las à Caixa Econômica Federal |
| 2010 | Lei no. 12.917/  Art. 112, §§1o e 7o | Em obras cujo valor total contratado não supere o limite de Tomada de Preços, será admitida variação máxima de 20% (vinte por cento) sobre os custos unitários de que trata o **caput** deste artigo, por item, desde que o custo global orçado fique abaixo do custo global calculado pela mediana do SINAPI; Recomendação para utilização além da Tabela do SINAPI, também, a do SICRO |
| 2011 | Lei no. 12.309/  Art. 127, §§3o e 6o | Utilização nos orçamentos de referência, variações locais de custos; Disposições a serem observadas no caso do regime de empreitada por preço global. |
| 2021 | Lei no. 12.465/  Art. 125, § 8o | Manteve todos os demais artigos da LDO 2011 acrescendo apenas o parágrafo referente ao que entende-se por composição de custo unitário |

Um fato a ser destacado é a Súmula 258 do TCU aprovada na sessão de 09/06/2010 que estabelece: “**as composições de custos unitários** e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, **devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes** e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidade genéricas”. Essa exigência já faz parte dos processos licitatórios da UFPE.

A UFPE mesmo quando usava do expediente de elaborar as planilhas orçamentárias baseadas em planilhas que não eram do SINAPI, após a homologação do certame fazia a avaliação da planilha de composição de custos unitários apresentada pela licitante vencedora, exigido, quando necessário, as correções de erros, de modo que os preços unitários não fossem alterados. No momento essa avaliação é feita em seguida a abertura da proposta.

**RELATÓRIO 224884 - CONSTATAÇÃO 015 - RECOMENDAÇÃO 001 (ESTA CONSTATAÇÃO NÃO FAZ PARTE DO RELATÓRIO Nº 201303144 E SIM DO REL. 224884)**

Recomendamos que sejam realizadas as melhorias do Sistema de Controle Patrimonial, conforme previsto no Of. 028/2009, de 06/05/09, onde a Divisão de Patrimônio se compromete a otimizar todo o processo de elaboração do Inventário Físico de 2009.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Conforme já informado anteriormente, o processo administrativo nº 23076.046320/2013-51 deu origem ao Pregão Eletrônico nº 258/2013, que permitiu a celebração do Contrato nº 11/2014 entre a UFPE e a empresa SIG Software & Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda. Para o exercício de 2014 está prevista a implantação de 06 (seis) módulos do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), dentre os quais o módulo do Sistema de Controle Patrimonial instalado até Setembro/2014 (vide documento anexo ao Ofício nº 18/2013-PROGEST/DGBS – Anexo 20).

**RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO 098 - RECOMENDAÇÃO 002**

Recomendamos que a UFPE se abstenha de efetuar contratos por tempo indeterminado para o quadro da TVU.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

**Respondido a CGU através do OF. 664/13-GR - 18/10/2013 -** Informamos que a UFPE utiliza a Fundação de apoio para apoio na gestão administrativa e financeira de seus projetos, conforme previsão na Lei 8958/1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e as fundações de apoio, foi alterada pela Lei 12349/2010, com a inclusão em seu art.1º de que as IFES poderão realizar convênios e contratos, por prazo determinado com as fundações, inclusive para dar apoio na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos e que o contrato 06/05 já não se encontra vigente desde 2011 e sua prestação de contas foi analisa por esta Universidade.

**RELATÓRIO 201211362 - CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 002**

Instituir controles para acompanhar e registrar a alocação de HH da equipe de Auditoria Interna.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Quanto a esta recomendação, informamos que em 2014 instituímos controles de acompanhamento de HH da equipe de Auditoria Interna.

Em atenção a este item, informamos que a equipe de Auditoria Interna vem aperfeiçoando os seus conhecimentos e técnicas através de cursos e treinamentos direcionados às atividades e assuntos propostos no PAINT2014.

**RELATÓRIO 201211362 - CONSTATAÇÃO 003 - RECOMENDAÇÃO 001**

Na elaboração dos programas de auditoria atente para cumprir o escopo definido no PAINT e procure enfocar aspectos relevantes, que possam contribuir efetivamente para aprimoramento da gestão da Entidade.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Para consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva e atender às necessidades da Instituição, a Audint vem continuamente implementando sua atuação através do aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna, da operacionalização de procedimentos, do desenvolvimento de suas atividades buscando o aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Para a realização das atividades previstas no seu Plano Anual de Atividades – PAINT, a AUDINT leva em consideração ações e atividades e procura classificar os assuntos segundo a materialidade, a relevância e a criticidade.

**RELATÓRIO 201211362 - CONSTATAÇÃO 003 - RECOMENDAÇÃO 002**

Na execução das ações de controle, busque identificar as causas estruturais que contribuem para a ocorrência das impropriedades constatadas, a fim de expedir recomendações adequadas à mitigar as falhas identificadas.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em consonância com os aspectos apresentados esclarecemos que em nossos relatórios ficam evidenciados que a unidade de auditoria interna da UFPE, tem buscado e concretizado medidas almejando uma maior integração de sua atuação às rotinas afeitas à Gestão institucional, por um lado subsidiada pelo próprio planejamento anual (PAINT), cujo conteúdo viabiliza essa integração.

O monitoramento das recomendações são realizados mediante envio de Plano de Providências Permanente às Unidades auditadas. Através desse plano os gestores informaram quais foram às providências adotadas para implantar as recomendações e emitiram documentos probatórios da implantação, quando for o caso. Após o recebimento das manifestações dos gestores à AUDIN analisa, a fim de verificar se atendem ao que fora recomendado.

Tais medidas são consubstanciadas por ações de assessoramento, com foco orientativo e preventivo, dirigidas aos diversos setores da Instituição visando assistir à Gestão quanto à consecução de demandas específicas, seja quanto aos aspectos legais envolvidos em cada matéria em particular, seja quanto à correta formalização dos procedimentos, de forma que nestes estejam refletidos os princípios norteadores da Administração Pública.

**Nota Técnica - 1459/2013**

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 065 - RECOMENDAÇÃO 003**

Verifique a prestação de contas do convênio, somente aceitando como elegível os gastos que comprovadamente possam ser relacionados à execução do objeto do convênio, providenciando o ressarcimento das despesas realizadas sem a devida comprovação. (Convênio nº 026/2009)

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Prestação de contas final do Convênio nº 026/2009 está em análise (processos nºs 23076.047655/2013-96 e 23076.050525/2013-31), em que tal constatação será verificada. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período pode haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAC/PROPLAN.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 112 - RECOMENDAÇÃO 001**

A Unidade deve realizar encontro de contas entre o valor total dos itens aprovados pela CGU/PE ajustado ao Sinapi (agosto/2009) e o valor pago pelos mesmos itens e descontar o valor referente ao sobrepreço nos próximos pagamentos.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

*Reiteramos nossas informações relativas às dificuldades em relação à utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, recomendado pela Lei de Diretriz Orçamentária (LDO), conforme relatado anteriormente. E para reforçar esta informação a Caixa Econômica Federal no início só liberava a tabela do SINAPI para consulta mediante senha, não tivemos êxito em adquiri-la, então só passamos a usar a referida tabela quando o sistema foi liberado na internet. Como é do conhecimento público, a Caixa Econômica Federal só disponibilizou o acesso para pesquisa a partir de 27 de julho de 2009 (fonte:* [*http://www.piniweb.com.br/construção/custos/caixa-economica-federal-vai-abrir-o-sinapi-143673-1.asp*](http://www.piniweb.com.br/construção/custos/caixa-economica-federal-vai-abrir-o-sinapi-143673-1.asp)*) e a planilha foi concluída em 10/07/2009. Reforçamos também o fato desta obra ser realizada na zona rural do município de Caruaru no Agreste de Pernambuco sendo o SINAPI referência de preços na Capital e a necessidade de utilização de mão de obra, materiais e matérias primas existentes no local (Inciso IV, Art. 12 da Lei no 8.666/93), vindo encarecer os custos dos serviços pela sua escassez e a distância de transporte.*

***Informação anterior:***

**“**Como é do conhecimento no Serviço Público Federal, principalmente no âmbito do Executivo,o mesmo sofreu durante muitos anos redução do seu quadro de pessoal, por diversas razões, sem que houvesse a devida reposição dos servidores afastados. Só recentemente é que foram feitas contratações tentando minimizar essa deficiência.

Ademais, as instituições de ensino superior com o advento do REUNI que tem como finalidade a reestruturação das universidades e a criação de novos cursos, veio ainda mais sobrecarregar a estrutura administrativa das instituições de ensino superior, pois, num tempo relativamente curto se fez necessário a construção de espaços físicos para que os novos cursos pudessem ser implantados, aliado a abertura de novos “campi”. Isto ocorreu sem que proporcionalmente houvesse um aumento da quantidade de servidores e de funções para suprir a referida demanda. Este fato se agravou, também, com a transferência para as universidades das atividades realizadas pelas Fundações de Apoio as Universidades por determinação do Ministério de Educação e recomendação do Tribunal de Contas da União.

Durante determinado período, face as limitações de pessoal passou-se a elaborar planilhas de preços de serviços e quantitativos tomando como base os preços de referência de planilhas existentes. No nosso caso, as da EMLURB ( Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – Prefeitura da Cidade do Recife ) e/ou aqueles cotados através do Volare 10 ( *aplicativo criado e comercializado pela editora PINI - O programa tem como base de dados o TCPO 13 e os preços são atualizados mensalmente através de pesquisas de mercados coletados na cidade do Recife e em outras capitais brasileiras*) e, quando necessário, através de cotação de mercado. O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, recomendado pela Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) só passou a ser utilizado pela UFPE a partir de agosto/2009 uma vez que havia no início da sua implantação dificuldade operacionais de acesso as informações e principalmente limitações no banco de informações. O Art. da LDO referente a serviços e obras de engenharia mostra a evolução do SINAPI desde a LDO 2008 (13/08/2007) até a LDO 2012 (12/08/2001) onde os mecanismos e as exigências evoluíram à medida que a acessibilidade e as informações do banco de dados do SINAPI melhoraram, tornando possível e facilitando o acesso a consulta de preços. O Quadro abaixo constata esses fatos.

Quadro – Evolução de exigências da LDO entre 2008 e 2012, referente a elaboração de planilhas orçamentárias

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| LDO | LEI/ARTIGO | CONSTATAÇÃO |
| 2008 | Lei no. 11.514/  Art. 115, §§2o e 3o | Utilização de informações dos órgãos públicos federais para ampliação do banco de dados do SINAPI; Uso de informações do CUB (Custo Unitário Básico) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil |
| 2009 | Lei no. 11.768/  Art. 115, §§1o e 3o | Elaboração de preços utilizando custos de insumos constantes do SINAPI; Órgão ou entidade que aprovar tabelas de acordo com o estabelecido no §1o, publicar na internet e encaminhá-las à Caixa Econômica Federal |
| 2010 | Lei no. 12.917/  Art. 112, §§1o e 7o | Em obras cujo valor total contratado não supere o limite de Tomada de Preços, será admitida variação máxima de 20% (vinte por cento) sobre os custos unitários de que trata o **caput** deste artigo, por item, desde que o custo global orçado fique abaixo do custo global calculado pela mediana do SINAPI; Recomendação para utilização além da Tabela do SINAPI, também, a do SICRO |
| 2011 | Lei no. 12.309/  Art. 127, §§3o e 6o | Utilização nos orçamentos de referência, variações locais de custos; Disposições a serem observadas no caso do regime de empreitada por preço global. |
| 2021 | Lei no. 12.465/  Art. 125, § 8o | Manteve todos os demais artigos da LDO 2011 acrescendo apenas o parágrafo referente ao que entende-se por composição de custo unitário |

Um fato a ser destacado é a Súmula 258 do TCU aprovada na sessão de 09/06/2010 que estabelece: “**as composições de custos unitários** e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, **devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes** e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidade genéricas”. Essa exigência já faz parte dos processos licitatórios da UFPE.

A UFPE mesmo quando usava do expediente de elaborar as planilhas orçamentárias baseadas em planilhas que não eram do SINAPI, após a homologação do certame fazia a avaliação da planilha de composição de custos unitários apresentada pela licitante vencedora, exigido, quando necessário, as correções de erros, de modo que os preços unitários não fossem alterados. No momento essa avaliação é feita em seguida a abertura da proposta.

No caso específico dos serviços das obras referentes às duas constatações (NOS 5.1.1.1 e 5.1.1.2) do Campus do Agreste, os mesmas apresentam alguma especificidades:

* Obras na zona rural a mais de 7 km do centro de Caruaru (centro comercial) ;
* A necessidade de utilização de mão de obra, materiais e matérias primas existentes no local (Inciso IV, Art. 12 da Lei no 8.666/93), vindo encarecer os custos dos serviços pela sua escassez e a distância de transporte.

Relativo à Concorrência 16/2009 para Construção da 3ª Etapa do Campus do Agreste:

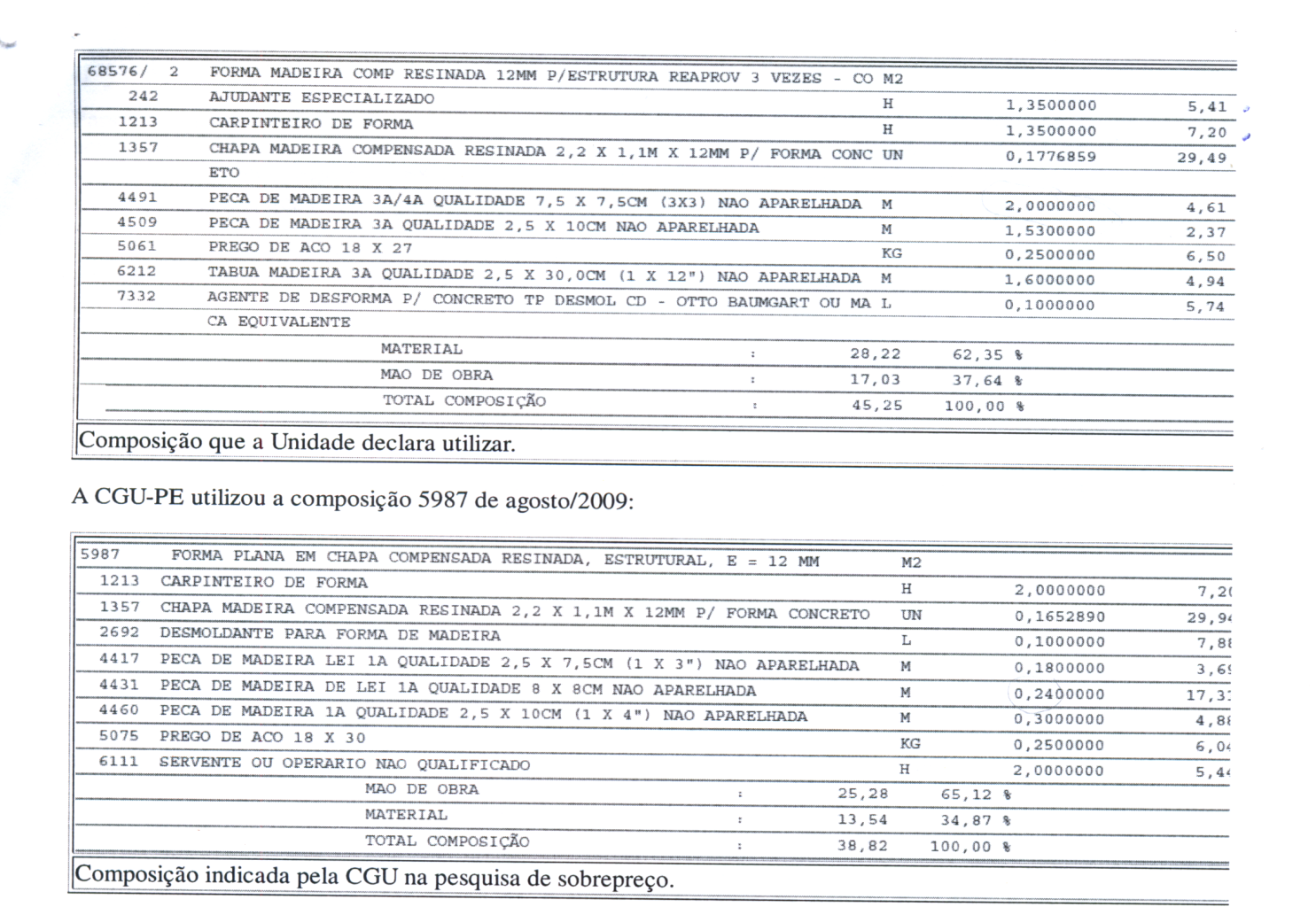
É importante salientar que a planilha desta concorrência possui 326 páginas e 1390 itens (preços unitários) sendo o valor total da obra R$ 8.682.569,79 e o dito sobrepreço pela CGU, o qual nos discordamos refere-se a 0.92%.

Esclarecemos que em nossas respostas anteriores informamos que começamos utilizar o SINAPI a partir de agosto/2009, porém a Concorrência 16/2009 teve sua planilha finalizada em 10/07/2009, conforme processo licitatório nº 23076.015369/2009-85 analisado pela CGU,

**Utilizamos para os itens questionados outros sistemas, porém fizemos o comparativo entre o preço da empresa vencedora e o SINAPI da época da elaboração da planilha, incluímos coluna demonstrando a diferença de especificação dos serviços*:***

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO PLANILHA CONCORRÊNCIA 16/2009** | **PREÇO**  **EMPRESA** | **CÓDIGO SINAPI** | **DESCRIÇÃO PARA OS SERVIÇOS DA TABELA DE SERVIÇOS SINAPI ABRIL/2009** | **PREÇO** | ***Diferenças***  ***dos itens*** |
| 4.4.7 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, ***3 reaproveitamentos*** | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 5.4.7 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 6.4.2 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 7.4.7 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 8.4.7 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 9.4.7 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 10.4.2 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 11.4.2 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 18.4.3 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 19.4.2 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 20.4.8 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 21.4.2 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |
| 22.4.2 | FÔRMA de chapa compensada para estruturas em geral, resinada, e=12 mm, 3 reaproveitamentos | 40,46 | 5987 | FORMA PLANA EM CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESTRUTURAL, E = 12 MM | 38,91 | ***Escoramento e 3 reaproveitamentos***  ***para estrutura aparente*** |

1. A UFPE em sua especificação definiu que a forma teria 3 reaproveitamentos para atender a exigência do projeto de arquitetura que utilizou elementos estruturais (pilares e vigas) em concreto aparente dispensando chapisco, massa única e pintura. O item 68576/002 tabela SINAPI abril/2009 descrito FORMA MADEIRA COMPENSADA RESINADA 12MM PARA ESTRUTURA REAPROVEITAMENTO 3 VEZES- CORTE/ MONTAGEM/ ESCORAMENTO/ DESFORMA – R$ 45,25, cuja composição foi anexada por está Controladoria em nota técnica anterior ( ver abaixo - insumo 4491 – peça de madeira - 2m ) onde contempla todas as etapas do processo do item bem como seus coeficientes de consumo, vem mostrar a diferença na falta do insumo do escoramento no item 5987 de valor R$ 38,91 também apresentado. Assim reafirmamos que não houve sobrepreço, uma vez que na composição da empresacontemplado o insumo do escoramento de 2m. (composição de custo unitário da empresa vencedora analisada e aprovada pela UFPE).



|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO PLANILHA CONCORRÊNCIA 16/2009** | **PREÇO** | **CÓDIGO SINAPI** | **DESCRIÇÃO PARA OS SERVIÇOS DA TABELA DE SERVIÇOS SINAPI AGOSTO/2009** | **PREÇO** | ***Diferenças***  ***dos itens*** |
| 1.2.4 | CONSTRUÇÃO de barracão para depósito, com paredes e esquadrias em *chapa madeira compensada 12mm*, coberta telha ondulada fibra vegetal esp 3mm, piso concreto simples desempenado, inst. elétrica e iluminação área circunvizinha | 213,29 | 23604/1 | BARRACAO PARA DEPOSITO EM *TABUAS DE MADEIRA*, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO PISO ARGAMASSA TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA) | 170,84 | *Madeira compensada 12mm*  *Instalações elétricas e iluminação na área circunvizinha,*  *(mão de obra eletricista)*  *o*  *entorno não tem iluminação pública – terreno em zona rural de Caruaru*  *Qual a madeira no SINAPI ?* |
| 1.2.5 | CONSTRUÇÃO de barracão p/ escritório com parede, forro e esquadria chapa *madeira compensada 12mm*, coberta telha ondulada fibra vegetal 3mm, piso concreto simples desempenado, pintura pva látex, instalação elétrica com pto computador e ar condicionado | 237,40 | 73805/001 | BARRACAO DE OBRA PARA ALOJAMENTO/ESCRITORIO, PISO EM PINHO 3A, PAREDES EM COMPENSADO 10MM, COBERTURA EM TELHA AMIANTO 6MM, INCLUSO INSTALACOES ELETRICAS E ESQUADRIAS | 129,41 | *forro, parede compensado 12mm*  *pintura pva látex,*  *pto de computador e ar condicionado*  *( mais pontos de tomadas, conj,arstop aterramento, tempo de mão de obra eletricista* ) |
| 1.2.6 | CONSTRUÇÃO de barracão para refeitório, com paredes e esq em chapa mad comp 12mm, coberta telha ond fibra vegetal 3mm, piso conc simples desemp, inst hidr e elétrica, e iluminação área circunvizinha | 222,26 | 11506/1 | BARRACAO DE OBRA EM TABUAS DE MADEIRA COM BANHEIRO, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO INSTALACOES HIDRO-SANITARIAS E ELETRICAS | 129,84 | *Madeira compensada 12mm*  *iluminação na área circunvizinha,*  *(mais luminária, lâmpadas, fiação e mais tempo de mão de obra eletricista)*  *o*  *entorno não tem iluminação pública – terreno em zona rural de Caruaru*  *Qual a madeira no SINAPI ??* |
| 1.2.7 | CONSTRUÇÃO de barracão para vestiários e WC, com paredes e esq em chapa mad comp 12mm, coberta telha ond fibra vegetal 3mm, piso conc simples desemp, inst hidr e elétrica, inclusive fossa e iluminação área circunvizinha | 243,42 | 11506/1 | BARRACAO DE OBRA EM TABUAS DE MADEIRA COM BANHEIRO, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO INSTALACOES HIDRO-SANITARIAS E ELETRICAS | 129,84 | *Madeira compensada 12mm*  *iluminação na área circunvizinha e vestiárias*  *(mais luminária, lâmpadas, fiação e mais tempo de mão de obra de eletricista) e fossa*  *Qual a madeira no SINAPI ??* |

4- Queremos deixar claro que em todos os itens existem serviços (insumos) que não estão contemplados na tabela do SINAPI, confirmamos que ainda não utilizávamos, mas queremos mostrar que não significa que houve sobrepreço e sim itens que não podem ser comparados sem a análise das composições. Desta forma solicitamos a este órgão a possibilidade de fornecer as composições de custos correspondentes aos itens apresentados, pois não se encontra disponível no site da Caixa Econômica Federal. (composição de custo unitário da empresa vencedora analisada e aprovada pela UFPE ).

5- Entendemos que todos os itens Cabo Sintenax ( 1.3.5/ 1.3.6/ 1.3.7/ 15.6/ 1.3.8/ 1.3.9/ 15.7/ 1.3.10/ 15.8/ 1.3.11/ 15.9) foram acatados não havendo sobrepreço.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO PLANILHA CONCORRÊNCIA 16/2009** | **PREÇO** | **CÓDIGO SINAPI** | **DESCRIÇÃO PARA OS SERVIÇOS DA TABELA DE SERVIÇOS SINAPI ABRIL/2009** | **PREÇO** | ***Diferenças***  ***nos itens*** |
| 6.5.2 | FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIA EM GRANITO NATURAL CINZA CORUMBÁ ESP 20MM, POLIDO NAS DUAS FACES COM ARGAMASSA NO TRAÇO 1:3 | 241,42 | 72244 | DIVISORIA EM GRANITO E=2CM POLIDO DUAS FACES INCLUSIVE ASSENTAMENTO | 174,17 | Dependendo do local e da época o granito sofre variações de preço no nosso caso o granito é o cinza Corumbá |
| 19.5.2 | FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIA EM GRANITO NATURAL CINZA CORUMBÁ ESP 20MM, POLIDO NAS DUAS FACES COM ARGAMASSA NO TRAÇO 1:3 | 241,42 | 72244 | DIVISORIA EM GRANITO E=2CM POLIDO DUAS FACES INCLUSIVE ASSENTAMENTO | 174,17 | Dependendo do local e da época o granito sofre variações de preço no nosso caso o granito é o cinza Corumbá |
| 21.5.2 | FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIA EM GRANITO NATURAL CINZA CORUMBÁ ESP 20MM, POLIDO NAS DUAS FACES COM ARGAMASSA NO TRAÇO 1:3 | 241,42 | 72244 | DIVISORIA EM GRANITO E=2CM POLIDO DUAS FACES INCLUSIVE ASSENTAMENTO | 174,17 | Dependendo do local e da época o granito sofre variações de preço no nosso caso o granito é o cinza Corumbá |

6 - Conforme já relatado a UFPE ainda não utilizava o SINAPI, o que não significa que houve sobrepreço. Neste item reforçamos o fato desta obra ser realizada na zona rural do município Caruaru no Agreste de Pernambuco sendo o SINAPI referência de preços na Capital e a necessidade de utilização de mão de obra, materiais e matérias primas existentes no local (Inciso IV, Art. 12 da Lei no 8.666/93), vindo alterar os custos dos serviços por sua escassez e a distância de transporte. Salientamos também que o granito (especificado no projeto arquitetônico é o granito natural cinza corumbá) sofre variações de preço de acordo com dificuldade de mineração, espessura, o quão exótica é a pigmentação, o custo do transporte (o material é pesado) e época (descobertas de novas jazidas).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO PLANILHA CONCORRÊNCIA 16/2009** | **PREÇO** | **CÓDIGO SINAPI** | **DESCRIÇÃO PARA OS SERVIÇOS DA TABELA DE SERVIÇOS SINAPI ABRIL/2009** | **PREÇO** | **Diferenças**  **dos itens** |
| 19.16.1 | BACIA DE LOUÇA COM CAIXA ACOPLADA RAVENA DA DECA OU SIMILAR, COM TAMPA E ACESSÓRIOS | 285,61 | 68462/1 | VASO SANITARIO BRANCO C/CAIXA ACOPLADA | 174,89 | tampa garantia de qualidade superior contribuindo principalmente para manutenção e de fácil reposição de acessórios |
| 21.16.1 | BACIA DE LOUÇA COM CAIXA ACOPLADA RAVENA DA DECA OU SIMILAR, COM TAMPA E ACESSÓRIOS | 285,61 | 68462/1 | VASO SANITARIO BRANCO C/CAIXA ACOPLADA | 174,89 | tampa garantia de qualidade superior contribuindo principalmente para manutenção e de fácil reposição de acessórios |
| 6.16.1 | BACIA DE LOUÇA COM CAIXA ACOPLADA RAVENA DA DECA OU SIMILAR, COM TAMPA E ACESSÓRIOS | 285,61 | 68462/1 | VASO SANITARIO BRANCO C/CAIXA ACOPLADA | 174,89 | tampa garantia de qualidade superior contribuindo principalmente para manutenção e de fácil reposição de acessórios |

*7-* Conforme já relatado a UFPE ainda não utilizava o SINAPI, o que não significa que houve sobrepreço, pois os itens analisados apresentam serviços ou materiais diferentes. O item descrito pela UFPE contempla a tampa (assento sanitáro), além de especificar material padrão objetivando a qualidade da manutenção predial contribuindo principalmente pela durabilidade e facilidade de reposição de acessórios, como também garantir ganho de escala na aquisição de materiais proporcionando um custo mais baixo na manutenção estabelecendo uma relação de economicidade assim não havendo desperdício do erário. O material foi especificado na 1ª etapa de construção do Campus do Agreste - Caruaru. (composição de custo unitário da empresa vencedora analisada e aprovada pela UFPE).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO PLANILHA CONCORRÊNCIA 16/2009** | **PREÇO** | **CÓDIGO SINAPI** | **DESCRIÇÃO PARA OS SERVIÇOS DA TABELA DE SERVIÇOS SINAPI ABRIL/2009** | **PREÇO** | **Diferenças**  **dos itens** |
| 6.16.2 | CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR REF L 37 DA DECA OU SIMILAR COM TORNEIRA DE PRESSÃO E ACESSÓRIOS | 231,40 | 11531/1 | CUBA LOUCA BRANCA EM BANCADA INCLUSIVE TORNEIRA E COMPLEMENTOS | 139,90 | garantia de qualidade superior contribuindo principalmente para manutenção e de fácil reposição de acessórios |
| 19.16.2 | CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR REF L 37 DA DECA OU SIMILAR COM TORNEIRA DE PRESSÃO E ACESSÓRIOS | 231,40 | 11531/1 | CUBA LOUÇA BRANCA EM BANCADA INCLUSIVE TORNEIRA E COMPLEMENTOS | 139,90 | garantia de qualidade superior contribuindo principalmente para manutenção e de fácil reposição de acessórios |
| 21.16.35 | CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR REF L 37 DA DECA OU SIMILAR COM TORNEIRA DE PRESSÃO E ACESSÓRIOS | 231,40 | 11531/1 | CUBA LOUCA BRANCA EM BANCADA INCLUSIVE TORNEIRA E COMPLEMENTOS | 139,90 | garantia de qualidade superior contribuindo principalmente para manutenção e de fácil reposição de acessórios |

8- Conforme já relatados a UFPE ainda não utilizava o SINAPI, o que não significa que houve sobrepreço, pois os itens analisados apresentam serviços ou materiais diferentes. O item descrito pela UFPE especifica material padrão objetivando a qualidade da manutenção predial contribuindo principalmente pela durabilidade e facilidade de reposição de acessórios, como também garantir ganho de escala na aquisição de materiais proporcionando um custo mais baixo na manutenção estabelecendo uma relação de economicidade assim não havendo desperdício do erário. O material foi especificado na 1ª etapa de construção do Campus do Agreste - Caruaru. (composição de custo unitário da empresa vencedora analisada e aprovada pela UFPE).

***“ A vedação de preferência de marca, contida no art. 25, I, da Lei 8.666/93, deve ser interpretada em consonância com a norma do art. 15, I, da mesma lei, que dispõe que as compras, sempre que possível, deverão ‘atender ao princípio da padronização’... A padronização visa à eficiência administrativa e um dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública é justamente o da eficiência (art. 37 da CF).***

***Por outro lado, além do princípio da eficiência, a Constituição contempla o princípio da economicidade (art.70 da CF), que se traduz na relação de custo/benefício.”***

[***http://jus.com.br/artigos/5220/principio-e-processo-de-padronizacao-e-a-utilizacao-de-marca***](http://jus.com.br/artigos/5220/principio-e-processo-de-padronizacao-e-a-utilizacao-de-marca)

***É importante salientar que apesar de não ter utilizado a planilha do SINAPI e na época não fazer parte do processo licitatório desta Concorrência Pública as cópias das composições de preços e das memoriais de cálculo da UFPE (que perdemos nos nossos arquivos eletrônicos), discordamos da definição de sobrepreço nos itens questionados conforme explicamos, além do mais a planilha desta concorrência possui 326 páginas e 1390 itens (preços unitários) sendo o valor total da obra R$ 8.682.569,79 e conforme análise deste órgão de controle foi constatado que apenas 26 itens de um total de 1390, correspondendo apenas a 0,92% do valor total da citada planilha estão com preços acima da tabela SINAPI.***

**RELATÓRIO 201108956 - CONSTATAÇÃO 073 - RECOMENDAÇÃO 003**

Reavalie os pagamentos realizados em decorrência do Contrato de Prestação de Serviços n° 140/09 e respectivo Termo Aditivo e apresente ao Controle Interno, na próxima Auditoria de Gestão da Unidade, a documentação comprobatória referente ao efetivo ressarcimento das despesas realizadas não condizentes com o objeto do Contrato ou sem o devido suporte documental que respalde os gastos realizados pela FADE cujo somatório se refere ao valor de cada nota fiscal citada no fato desta constatação.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Essa Universidade entende estar plenamente atendida essa recomendação uma vez que o Tribunal de Contas da União, por meio do TC-033.982/2011-2- Exame técnico da prestação de contas anual do exercício de 2010, concluiu por não haver dano ao erário decorrente do contrato n° 140/09 e terjulgado regulares com ressalva as contas da UFPE.

**RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO: 091 - N° RECOMENDAÇÃO 001 (CONTROLADORIA)**

Solicite à FADE, em virtude da rescisão do Contrato n° 06/05, para que sejam apresentadas prestações de contas de todos os recursos movimentados pela Fundação desde a assinatura do referido Contrato.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Toda documentação relativa ao contrato nº 06/05 foi entregue pela fundação e analisada pela UFPE, a qual apesar da análise a posteriori não identificou danos ao erário, conforme consta da própria Nota de Auditoria Nº: 201103019/001. Além disso, informamos que as dificuldades relacionadas a análise da prestação de contas final do contrato nº 06/05 foi ocasionada pelo número reduzido de pessoas na equipe e pela quantidade de instrumentos de convênios para análise de prestação de contas. Dessa forma entendemos que tal recomendação já foi atendida e não há necessidade de abertura de processo para apuração de responsabilidades, conforme sugerido nesta recomendação.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 064 - RECOMENDAÇÃO 001**

Apurar as responsabilidades pelas falhas no acompanhamento do convênio que resultaram em pagamentos de serviços sem que houvesse comprovação da legitimidade dos preços de referência adotados.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em 26/12/2013 a FADE apresentou a prestação de contas final do Convênio nº 103/2010-UFPE (SICONV 752078), que encontra-se em análise através do processo 23076.062584/2013-51. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período pode haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 064 - RECOMENDAÇÃO 002**

Solicitar à FADE o detalhamento dos serviços contratados e proceder a pesquisas de preços a fim de obter os preços de referências de tais serviços, e solicitar a devolução dos valores pagos a maior.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em 26/12/2013 a FADE apresentou a prestação de contas final do Convênio nº 103/2010-UFPE (SICONV 752078), que se encontra em análise através do processo 23076.062584/2013-51. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período pode haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 074 - RECOMENDAÇÃO 001**

Rever de ofício ato de exoneração de servidor e instaurar processo sumário para apuração de abandono de cargo.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Processo 23076.048652/2013-70 - Trata de pedido de exoneração do Servidor Antonio aparecido Queiroz da Silva, SIAPE Nº 1466068, que ocorreu no decorrer do processo disciplinar que apurava o abandono de cargo do mesmo, tombado sobº 23076.053391/2010-67, o qual foi concluído desde 10/2011.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 079 - RECOMENDAÇÃO 002**

Apurar as responsabilidades pela manutenção do Empenho 2009NE900566/UG 153095 em Restos a Pagar Não Processados, em inobservância aos termos do Decreto n° 7.468/2011.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

O processo analisado referente ao empenho de restos a pagar 2009NE900566/UG 153095, encontra-se de acordo com o Decreto n.º 7.468/2011, uma vez que a Ordem de Serviço foi emitida com data anterior ao mencionado Decreto.

É oportuno esclarecer que com o Reuni houve um expressivo aumento do número de obras realizadas na UFPE o que dificultou, sobretudo, o início das obras uma vez que não havia número de fiscal suficiente para acompanhar as obras em alguns momentos. Em 2009, a universidade nomeou 4 engenheiros, mas não foi suficiente para atender a demanda prevista para o referido ano (mais de 90 obras distribuídas em recife, caruaru e vitória).

Assim, por meio do contrato 27/2010, de 13 de abril de 2010 (Anexo 12), a universidade contratou a empresa SMC ENGENHARIA LTDA para prestação de serviços técnicos de fiscalização de obras de engenharia da execução concomitante de quatro obras no campus do agreste da UFPE.

Diante do exposto, só foi possível emitir a ordem de serviço após a assinatura do supracitado contrato**,** contudo ainda dento da data limite estabelecida pelo decreto e não haver necessidade de abertura de processo para apuração de responsabilidades, conforme sugerido nesta recomendação.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 114 - RECOMENDAÇÃO 001**

A Unidade deve realizar encontro de contas entre o valor total dos itens apontados pela CGU/PE ajustado ao Sinapi (julho/2008) e o valor total pago pelos itens e descontar o valor referente ao sobrepreço nos próximos pagamentos.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Relativo à Concorrência 13/2008 para Construção da 2ª Etapa do Campus do Agreste:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO PLANILHA CONCORRÊNCIA 16/2009** | **PREÇO** | **CÓDIGO SINAPI** | **DESCRIÇÃO PARA OS SERVIÇOS DA TABELA DE SERVIÇOS SINAPI JULHO/2008** | **PREÇO** | **Diferenças**  **dos itens** |
| 1.1 | DESMATAMENTO,  destocamento e  limpeza da área com  árvores de diâmetro  até 0.15m, inclusive  carga, transporte e  descarga do  material de expurgo  com DMT 6KM | 1,62 | 66375 | Apresentado antes pela CGU  DESMATAMENTO E DESTOCAMENTO MECANICOS DE ARVORES DE DIÂMETRO O,15M E LIMPEZA | 0,76 | *Transporte e descarga de expurgo com DMT 6Km*  *Qual a composição do SINAPI ?* |
| 1.3 | CONSTRUÇÃO de barracão para depósito, com paredes e esquadrias em chapa madeira compensada 12mm, coberta telha ondulada fibra vegetal esp 3mm, piso concreto simples desempenado, inst. elétrica e iluminação área circunvizinha | 279,34 | 13003/1 | Apresentado antes pela CGU  BARRACAO PARA DEPOSITO EM TABUAS DE MADEIRA, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO PISO ARGAMASSA TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA) | 205,43 | *Parede em compensado 12mm e iluminação área circunvizinha* *(mais luminária, lâmpadas, fiação e mais tempo de mão de obra eletricista)*  *o*  *entorno não tem iluminação pública – terreno em zona rural de Caruaru*  Qual a composição do SINAPI? |
| 1.4 | CONSTRUÇÃO de barracão p/ escritório com parede, forro e esquadria chapa madeira compensada 12mm, coberta telha ondulada fibra vegetal 3mm, piso concreto simples desempenado, pintura pva látex, instalação elétrica com pto computador e ar condicionado | 312,64 | 13003/2 | Apresentado antes pela CGU  BARRACAO DE OBRA PARA ALOJAMENTO/ ESCRITORIO, PISO EM PINHO 3A, PAREDES COMPENSADO 10MM, COBERTURA EM TELHA AMIANTO 6MM, INCLUSO INSTALACOES ELETRICAS E ESQUADRIAS | 205,94 | forro, parede compensado 12mm  pintura pva látex,  pto de computador e ar condicionado  ( mais pontos de tomadas, conj,arstop, aterramento, tempo de mão de obra eletricista )  Qual a composição do SINAPI? |
| 2.12.2 | PINTURA em  textura acrílica com  acabamento em tinta  látex acrílica fosca (2 demãos ) | 13,20 | 21696/2 | PINTURA EM  TEXTURA ACRÍLICA | 9,7 | Acabamento em tinta látex acrílica fosca  ( 2 demãos) |

1, 2 e 3. Queremos deixar claro que em todos os itens existem serviços (insumos) que não estão contemplados na tabela do SINAPI, conforme coluna de diferenças entre os itens na tabela acima. Reafirmamos que não utilizávamos o SINAPI, os itens das planilhas na época eram cotados através do Volare 10 (aplicativo criado e comercializado pela editora PINI - O programa tem como base de dados o TCPO 13 e os preços atualizados mensalmente através de pesquisas de mercados coletados na cidade do Recife e em outras capitais brasileiras, **mas queremos mostrar que não significa que houve sobrepreço** e sim itens que não podem ser comparados sem a análise das composições de custos. Desta forma solicitamos a este órgão a possibilidade de fornecer as composições de custos correspondentes aos itens apresentados, pois não se encontra disponível no site da Caixa Econômica Federal. (composição de custos unitários da UFPE).

4. Quanto a pintura temos a informar que a UFPE, utiliza a textura acrílica para um acabamento diferenciado e este é um produto que segundo o fabricante necessita para a área externa receber acabamento com outra tinta que no nosso caso látex acrílica, então este item possui 2 serviços em 1.

Discordamos da definição de sobrepreço nos itens questionados conforme explicamos, além do mais a planilha desta concorrência possui 326 páginas e 1390 itens (preços unitários) sendo o valor total da obra R$ 3.316.603,66 e conforme análise deste órgão de controle foi constatado que apenas 4 itens de um total de 1390, correspondendo apenas a 0,90% do valor total da citada planilha estão com preços acima da tabela SINAPI.

**RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO 052 - RECOMENDAÇÃO 002**

Reavalie os pagamentos realizados com recursos do Convênio n° 109/2007, glosando as despesas realizadas não condizentes com o objeto do Convênio e/ou não previstas no seu Plano de Trabalho.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A prestação de contas final do Convênio nº 109/2007-UFPE (SIAFI 600279) foi apresentada pela fundação de apoio em 25/03/2014 (processo 23076.016887/2014-83). Na primeira análise foi verificada a ausência de documentos de responsabilidade do gestor, que atendeu as diligências em 27/05/2014. A prestação de contas encontra-se em análise e será observada a presente constatação. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período podem haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**Prazo para atendimento:** 30/08/2014

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 001**

Adotar providências junto à FADE para que apresente a documentação referente à seleção e contratação dos funcionários contratados com recursos do Contrato n° 30/2011, de forma que seja evidenciada a natureza contratual utilizada, carga horária e valor utilizada, carga horária e valor contratado, e demonstre que as despesas constantes da planilha demonstrativas dos valores pagos são condizentes com o valor contratual, e, em caso de não atendimento, providenciar a devolução das despesas executadas sem detalhamento e sem comprovação de vinculação ao objeto do contrato.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Prestação de contas parcial (processo 23076.045132/2013-13) foi apresentada pela fundação de apoio. Já foi feita análise considerando a presente constatação e o processo foi enviado à FADE para complementar documentação e apresentar esclarecimentos em 22/11/2013. Emitimos nova cobrança das pendências e a FADE se pronunciou, por e-mail, informando que em até 20 dias (a partir de 04/06/2014) apresentaria o processo com a documentação e esclarecimentos solicitados. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período podem haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**Prazo para atendimento:** 30/08/2014

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 005**

Adotar providências junto à FADE para que apresente o detalhamento dos serviços não especificados prestados pelas pessoas físicas relacionadas no item "c" do fato de constatação, pagos com recurso do Contrato n° 30/2011, assim como o produto porventura gerado, de forma que reste evidenciado as atividades desempenhadas e o valor contratado, e, em caso de não atendimento, exigir a devolução das despesas executadas sem detalhamento e sem comprovação de vinculação ao objeto do contrato.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Prestação de contas parcial (processo 23076.045132/2013-13) foi apresentada pela fundação de apoio. Já foi feita análise considerando a presente constatação e o processo foi enviado à FADE para complementar documentação e apresentar esclarecimentos em 22/11/2013. Emitimos nova cobrança das pendências e a FADE se pronunciou, por e-mail, informando que em até 20 dias (a partir de 04/06/2014) apresentaria o processo com a documentação e esclarecimentos solicitados. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período podem haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**Prazo para atendimento:** 30/08/2014

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 032 - RECOMENDAÇÃO 006 (ESTA CONSTATAÇÃO NÃO CONSTA NA NT. 1459/2013).**

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 002**

Adotar providências junto à FADE para que apresente as documentações referentes à seleção e contratação do favorecido CPF n° \*\*\*.949.724-\*\*, contratado com recursos do Contrato n° 62/2011, de forma que reste evidenciada a natureza contratual utilizada, carga horária e valor contratado.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em 04/11/2013 a Diretoria de Controladoria abriu o processo 23076.052095/2013-91 solicitando providências sobre a presente constatação. Foi anexada ao processo documentação apresentada pela FADE justificando as despesas operacionais no valor de R$ 6.841,25, bem como documentação complementar apresentada pela FADE-UFPE através do processo 23076.060866/2013-14. No Anexo 21 cópia dos processos que se encontram em análise, para verificação da vinculação das despesas com o projeto do Contrato nº 62/2011.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 003**

Adotar providências junto à FADE para que apresente o devido detalhamento e documentação comprobatória referente ao ressarcimento das despesas operacionais à dita fundação, no valor de R$ 6.841,25, e demonstre que as mesmas estão vinculadas ao objeto do Contrato n° 62/2011, e, em caso de não atendimento, exigir a devolução das referidas despesas.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em 04/11/2013 a Diretoria de Controladoria abriu o processo 23076.052095/2013-91 solicitando providências sobre a presente constatação. Foi anexada ao processo documentação apresentada pela FADE justificando as despesas operacionais no valor de R$ 6.841,25, bem como documentação complementar apresentada pela FADE-UFPE através do processo 23076.060866/2013-14. No Anexo 21 cópia dos processos que se encontram em análise, para verificação da vinculação das despesas com o projeto do Contrato nº 62/2011.

**Prazo para atendimento:** Atendida parcialmente. Conclusão em 30/07/2014

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 007**

Adotar providências junto à FADE para que apresente o devido detalhamento das despesas comprovadas e não comprovadas pela utilização de suprimentos de fundos, e demonstre que as mesmas estão vinculadas ao objeto do Contrato n° 62/2011, identificando em que atividade foi utilizada e em qual período, e, em caso de não atendimento, exigir a devolução das despesas executadas sem detalhamento e sem comprovação de vinculação ao objeto do contrato.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A prestação de contas final do Contrato nº 62/2011-UFPE foi apresentada pela fundação de apoio em 18/04/2012. Estão sendo solicitados esclarecimentos à FADE referentes a presente constatação. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/09/2014, considerando que nesse período podem haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**Prazo para atendimento:** 30/09/2014

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 008**

Adotar providências junto à FADE, para que, para as despesas de suprimento de fundos cujos pagamentos foram feitos por meio de transferência da conta da FADE (231850-4) para a conta da FADE EMPRÉSTIMO (226359-9), apresente também o documento de transferência ou extrato bancário que comprove que as despesas foram debitadas da conta da FADE EMPRÉSTIMO (226359-9) para serem transferidas aos beneficiários finais, e, em caso de não atendimento, exigir a devolução das referidas despesas.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em 04/11/2013 a Diretoria de Controladoria abriu o processo 23076.052094/2013-47 solicitando providências sobre a presente constatação. Foram solicitados esclarecimentos à FADE e a mesma comprovou o débito das despesas da conta 226.359-9 (FADE EMPRÉSTIMO) em favor dos beneficiários finais. Segue no Anexo 22 cópia de todo o processo citado, com extratos bancários, comprovantes das despesas e pronunciamento da FADE.

**Prazo para atendimento:** Implementada desde 22/11/2013

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 036 - RECOMENDAÇÃO 001**

Adotar providências junto à FADE para que realize o devido rateio das despesas de telefonia/energia pagas com recursos do Contrato n° 94/2010 e exigir a devolução das despesas executadas sem vinculação ao objeto.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A prestação de contas final do Contrato nº 94/2010-UFPE foi apresentada pela fundação de apoio em 28/10/2013 (processo 23076.051385/2013-18). A prestação de contas encontra-se em diligência pela terceira vez na FADE para sanar pendências, desde 19/05/2014, e está sendo observada a presente constatação em sua análise. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período podem haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**Prazo para atendimento:** 30/08/2014

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 037 - RECOMENDAÇÃO 002**

Adotar providências junto à FADE para que apresente a documentação que evidencie que os beneficiários dos planos de saúde atuaram especificamente no objeto do Contrato n° 94/2010, dentre elas o respectivo contrato de trabalho e a comprovação do plano de saúde dos beneficiários cobertos pelos valores pagos e, em caso de não atendimento, exigir a devolução das despesas executadas sem detalhamento e sem vinculação ao objeto do contrato.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A prestação de contas final do Contrato nº 94/2010-UFPE foi apresentada pela fundação de apoio em 28/10/2013 (processo 23076.051385/2013-18). A prestação de contas encontra-se em diligência pela terceira vez na FADE para sanar pendências, desde 19/05/2014, e está sendo observada a presente constatação em sua análise. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período podem haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 038 - RECOMENDAÇÃO 007**

Adote providências junto à FADE para que restitua aos cofres públicos os valores das despesas atinentes aos ressarcimento, cuja documentação disponibilizada pela Fundação de apoio não traga os elementos necessários para que se vincule os gastos ao objeto do Contrato n° 94/2010.

**MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

A prestação de contas final do Contrato nº 94/2010-UFPE foi apresentada pela fundação de apoio em 28/10/2013 (processo 23076.051385/2013-18). A prestação de contas encontra-se em diligência pela terceira vez na FADE para sanar pendências, desde 19/05/2014, e está sendo observada a presente constatação em sua análise. Previsão de conclusão da análise da prestação de contas: 30/08/2014, considerando que nesse período podem haver mais diligências à FADE e ao Gestor, bem como o volume de prestações de contas em análise na Coordenadoria de Prestação de Contas/DCCAc/PROPLAN.

**Prazo para atendimento:** 30/08/2014”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A manifestação inicialmente apresentada pelo gestor se refere a 3 (três) recomendações constantes da NT 1457/2013 que versam sobre a atuação da Auditoria Interna. Da análise dessa, verifica-se que tais recomendações continuam sem atendimento, conforme análise detalhada a seguir:

- Relatório 201211362 – Constatação 002 – Recomendação 002

Na análise do RAINT 2013 não há informações sobre a alocação de HH da equipe de auditoria interna, mas apenas a repetição do HH do PAINT, embora algumas atividades do PAINT não tenham sido realizadas ou foram realizadas parcialmente. Em sua manifestação, a Titular da Auditoria Interna informa que instituiu o controle de HH da equipe da Audint em 2014. Entretanto, apresentou apenas o modelo da planilha de controle, sem apresentar qualquer informação acerca da alocação do HH da equipe até então, não obstante já termos concluído o primeiro quadrimestre do ano.

- Relatório 201211362 – Constatação 003 – Recomendação 002

Na análise do RAINT 2013 verificou-se que continuam a ocorrer as falhas de não identificação das causas estruturais que contribuem para a ocorrência das impropriedades constatadas, limitando, assim, a contribuição da Unidade de Auditoria Interna para a gestão da Entidade, a qual seria muito mais efetiva se abordasse questões estruturais e buscasse o aprimoramento dos controles internos. Ademais, em sua resposta, a Titular da Auditoria Interna não aborda efetivamente a questão objeto dessa recomendação.

- Relatório 201211362 – Constatação 003 – Recomendação 001

Na análise do RAINT de 2013 continuaram a ocorrer falhas de execução em que o escopo é definido de forma abrangente e genérica, além de que as análises tendem a ter como foco falhas pontuais e não a identificação das causas dos problemas e as falhas sistêmicas.

ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO AO RELATÓRIO PRELIMINAR

Quanto à manifestação adicional, em resposta ao Relatório Preliminar, primeiramente, no tocante à “indignação” manifestada pelo gestor para a expressão “ausência de providências efetivas”, registre-se que está devidamente descrito no fato que para a maior parcela das recomendações o gestor não demonstrou medidas efetivas visando o seu atendimento, não obstante se tratarem de recomendações emitidas a pelo menos 18 meses (algumas há mais de 3 anos). Nessas respostas, o gestor menciona apenas a intenção de atendimento, sem demonstrar quaisquer iniciativas nesse sentido. Para aquelas recomendações em que foi demonstrada que haviam sido adotadas providências para o seu atendimento, mesmo que ainda não atendidas plenamente, foram classificadas, para efeito de avaliação da gestão, como “em atendimento”. Ressalte-se, mais uma vez, que além de se tratarem de recomendações com prazo de atendimento expirado (prazo esse pactuado e até repactuado com os gestores da Entidade), foram objeto de priorização em razão do potencial impacto que representam para a gestão da Entidade, e, portanto, requeriam uma maior atenção por parte dos dirigentes da UFPE.

Feitas essas considerações iniciais, passa-se a tratar de cada recomendação citada pelo gestor em sua manifestação, ressaltando que em sua resposta o gestor pouco acrescentou ao que havia respondido por ocasião dos trabalhos de acompanhamento do Plano de Providência Permanente da Entidade, realizados ao longo do exercício sob avaliação.

- NT 1455/2013

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 – RECOMENDAÇÃO 001

O gestor repete a mesma manifestação já enviada em resposta à S.A 201316906/002, o que remete a mesma análise por parte desta CGU: quanto às informações no Manual do Candidato e divulgação na Aula Magna, essas formas de divulgação já vinha sendo adotadas pela PROAES e novamente ressalta-se que, não obstante a sua pertinência, ainda constituem-se em meios insuficientes para garantir uma divulgação eficaz. Já em relação à divulgação por meio da TV Universitária e Estações de Informação e Comunicação, entende-se que são iniciativas importantes, que representarão aprimoramento dos meios de divulgação dos programas de assistência estudantil, mas que, entretanto, ainda não foram efetivamente implantadas. Além disso, insiste-se na importância de adoção de ações mais efetivas voltadas aos alunos recém-ingressantes, devido ao limitado alcance das ações atualmente realizadas (Manual do Candidato e Aula Magna), e com vistas a aproveitar o momento em que o aluno (já na condição de aprovado para determinado curso) comparece à universidade para efetuar sua matrícula, em período determinado, definido no calendário acadêmico. Ressalte-se ainda que o aumento do número de assistidos não decorre necessariamente da melhoria na divulgação dos programas, até por que até o momento não foram adotadas novas formas de divulgação. Já era mesmo esperado o aumento de demanda pelos programas da assistência estudantil devido à ampliação da política de cotas para acessos ao ensino superior público. Portanto, esta recomendação permanece como “não atendida”.

RELATÓRIO 201205395– CONSTATAÇÃO 004 – RECOMENDAÇÃO 001

Novamente o gestor repete a resposta já enviada anteriormente, em resposta à S.A 201316906/002, ao que se procedeu a seguinte análise: o Fato da gestora ter solicitado a disponibilização das informações da COVEST não significa que esta atendeu à recomendação. A COVEST, além da informação sobre cotistas, também dispõe de informações socioeconômicas dos candidatos que podem subsidiar a PROAES para identificar alunos com perfil de potenciais demandantes de assistência estudantil. Além disso, pode-se utilizar o sistema SIG@ para obter informações do alunado da universidade, de modo que se tenham uma fonte independente para aferição da demanda potencial pelos programas geridos pela PROAES. Por fim, o não atendimento à recomendação fica claramente evidenciado na resposta apresentada à S.A 201316906/001, item 7.a, por meio da qual se solicitou à gestora que informasse o quantitativo de alunos da UFPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indicando a fonte da informação. Essa resposta foi apresentada nos seguintes termos: “Informamos que com o Edital de Fluxo Contínuo nos mostrou um número aproximado de alunos em situação de vulnerabilidade. A fonte de informação é o próprio Sig@”. Dái se verifica que o gestor continua sem conhecer a efetiva demanda por assistência estudantil, baseando-se apenas no número de beneficiários e no número de inscritos nos seus processos seletivos, o que traz prejuízos ao seu planejamento e a avaliação dos resultados (não se consegue aferir a eficácia das ações de divulgação dos programas).

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 006 - RECOMENDAÇÃO 001, 002 e 003

Novamente o gestor repete a resposta já enviada anteriormente, em resposta à S.A 201316906/002, ao que se procedeu a seguinte análise: o gestor se refere ao “piloto” como se fora um procedimento já estruturado. Porém, tanto na entrevista realizada com a Coordenadora Pedagógica, como na própria manifestação da Pró-Reitora, fica evidente se tratar de uma primeira tentativa para dar início a um acompanhamento pedagógico. Não se desmerece aqui tal iniciativa, entretanto, se verifica que essas ações ainda não estão balizadas por procedimentos e rotinas devidamente concebidos, pensados e estruturados para garantir um acompanhamento mais efetivo e que venha de encontro aos objetivos dos programas geridos pela PROAES. Entende-se a sua validade com uma primeira abordagem, de caráter exploratório, de modo que venha a subsidiar a gestão da PROAES a conceber seu modelo de acompanhamento pedagógico. Entretanto, se parar por aí, teremos a prevalência da informalidade e improviso em detrimento do planejamento, gerenciamento e monitoramento eficaz. Como crítica a esse “piloto” destaque-se que os próprios critérios de seleção (maior número de reprovações) não se coadunam aos estabelecidos na Resolução 2/2002 (inclusive citados pela gestora em sua resposta), pois mesmo que os alunos não tenham muitas reprovações podem estar atrasados em relação ao prazo de conclusão dos seus cursos (mesmo considerando a tolerância de 20%). Ressalte-se também que não há ferramentas de TI adequadas para realizar esse “filtro” de maneira parametrizada, nem tão pouco para efetuar o devido registro e acompanhamento gerencial, o que não é suprido pela demanda da PROAES junto ao NTI, a qual se refere tão somente ao acesso da Coordenadora Pedagógica para consultar o histórico escolar dos beneficiários da Assistência Estudantil. Outrossim, ainda mais relevante é o fato de não ter sido concebido como deverá ser feito o tratamento, registro e encaminhamento dos casos de insuficiência de desempenho acadêmico. Nesses casos, é importante que se estabeleçam de forma clara os encaminhamentos que serão adotados e os limites e instâncias decisórias para oportunizar chance de recuperação ao aluno que não atingir o mínimo exigido (qual o limite de atuação da Coordenação Pedagógica e qual(ais) instância(s) que decidirá(ão) os casos “mais extremos”), além de critérios e parâmetros que direcionem a intervenção da PROAES junto aos alunos, para que não se dependa de critérios subjetivos e que se garanta tratamento isonômico aos alunos, sem deixar de considerar as particularidades de cada situação.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 007 - RECOMENDAÇÃO 001

Também em relação a essa recomendação, o gestor nada acrescentou a sua manifestação anteriormente encaminhada em resposta à S.A 201316906/002. O gestor Declara, com relação ao estágio, que os valores percebidos nesses são insuficientes para tirar o aluno da condição de vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, não obstante reconhecer-se tal argumento como pertinente e relevante, entende-se que isso não afasta a possibilidade e validade da inclusão de critérios que priorizem alunos que não contam com outras fontes de renda própria (estágio, bolsas, etc.) e que estabeleçam exigências visando o comprometimento desses alunos com a conclusão de seus cursos. Os recursos são escassos e, portanto, impõe-se a necessidade de aplicá-los de forma eficiente. Daí, a necessidade de priorização de atendimento ao aluno que não dispõem de uma bolsa de estágio e/ou iniciação científica, por exemplo, em relação àqueles que as possuem/ou venham a possuir. Essa priorização não significa necessariamente a exclusão desses alunos dos programas de assistência estudantil, mas pode se traduzir numa redução proporcional de seus benefícios (por exemplo, a suspensão da bolsa de manutenção acadêmica e a manutenção dos auxílios alimentação e transporte). Quanto à questão da mudança de cursos, mais uma vez cumpre zelar eficiência e eficácia na aplicação dos recursos. A evasão escolar (do curso) ocorre em detrimento a um dos objetos basilares do PNAES, que é a redução das taxas de retenção e evasão. Os desligamentos dos cursos (ainda que sejam para ingresso em outros) representam um alto custo social, desperdício de recursos que vão muito além daqueles que são destinados à assistência estudantil. É toda uma estrutura e recursos (inclusive recursos humanos altamente capacitados) que são empregados sem que isso resulte na formação de um graduado, apto ao exercício de profissões que exijam qualificação de nível superior. Não se está discutindo sobre a prerrogativa do aluno de escolher e mesmo desistir depois dessa escolha e optar por outro curso. O que não se entende como adequado é a administração pública financiar esse “trampolim” entre os cursos com recursos que poderiam ser mais bem empregados se destinados a alunos comprometidos com a conclusão dos seus cursos. Nesses casos, deve-se, no mínimo, estabelecer um limite temporal para a mudança de curso sem a perda dos benefícios da assistência estudantil.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 007 - RECOMENDAÇÃO 002

Novamente o gestor repete a resposta já enviada anteriormente, em resposta à S.A 201316906/002, ao que se procedeu a seguinte análise: as providências propostas pela Pró-Reitora se limitam a divulgar no Portal do Estudante informações sobre as entidades que gerenciam estágios para estudantes de graduação. Consideram-se tais providências insuficientes. Espera-se que o gestor busque ativamente parcerias com instituições públicas e privadas para prospectar oportunidades, em caráter especial, para os alunos beneficiários dos programas de assistência estudantil, aproveitando as oportunidades decorrentes de engajamento crescente das organizações em ações que demonstrem seu comprometimento com questões relacionadas à responsabilidade social.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 009 - RECOMENDAÇÃO 003 e 004

Neste item, a gestora informa ter procedido à implementação de uma rotina de atendimento que inclui o registro do motivo e encaminhamento dado, além da avaliação da satisfação do usuário. Também, segundo esta, está prevista a divulgação de uma cartilha contendo orientação aos beneficiários. Entende-se como positiva essa mudança de postura da gestora e como pertinentes as providências adotadas. Entretanto o modelo apresentado se limita ao registro dos dados básicos do atendimento (data/hora de chegada, nome e curso do aluno, motivo/assunto, setor/profissional demandado), não prevê o registro da hora de atendimento (tornando impossível verificar o tempo médio de espera), do responsável pelo atendimento (inviabilizando também qualquer medição de produtividade), nem o encaminhamento dado às demandas dos estudantes (o que dificulta a análise do grau de resolutividade do atendimento da PROAES). Além disso, entende-se que a gestora deve atentar ainda para ampliação dos meios de atendimento (utilizar e-mails, telefone, SIG@, etc., não apenas como meios de agendamento, mas também como formas de atendimento) que facilitem o acesso dos estudantes à PROAES, especialmente considerando as novas tecnologias de informação e comunicação, além de realizar um acompanhamento gerencial do atendimento (definindo responsável, relatórios periódicos com avaliações, entre outras medidas). Quanto às ferramentas de suporte de TI, pode-se ainda obter um melhor aproveitamento dessas com a inclusão de funcionalidade para registro do atendimento e dos seus encaminhamentos, e a disponibilização de relatórios gerenciais referentes às atividades de atendimento.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 009 - RECOMENDAÇÃO 005

Novamente o gestor repete a resposta já enviada anteriormente, em resposta à S.A 201316906/002, ao que se procedeu a seguinte análise: mais uma vez, as providências para acompanhamento e melhoria na qualidade do atendimento da PROAES estão no plano da intencionalidade e, não obstante, a Pró-Reitora já considera a recomendação como atendida. Para que isso ocorra, as ações devem ser efetivamente implementadas, com a concepção e elaboração de relatório gerencial periódico, e que esse seja utilizado como subsídio para tomada de decisões visando o aprimoramento do atendimento realizado pela PROAES e, principalmente, do aperfeiçoamento dos programas de assistência estudantil geridos por essa Pró-reitoria.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 001 - RECOMENDAÇÃO 001

Novamente o gestor repete a resposta já enviada anteriormente, em resposta à S.A 201316906/002, ao que se procedeu a seguinte análise: no referido anexo, a gestora apresenta como metas: “1) Atingir aumento de 27% no quantitativo de beneficiários da PROAES até Dez/2014; 2) Executar 100% do orçamento planejado no PAI – Plano de Ação Institucional – até Dez/2014; 3) Entrevistar 25% dos beneficiários da PROAES na pesquisa de satisfação de qualidade dos serviços da Pró-Reitoria até Dez/2014”. As metas indicadas pelo gestor, quando muito podem ser consideradas como metas operacionais, porém não fazem sentido se não resultam do desdobramento de metas estratégicas e táticas definidas a partir de um planejamento da área que considere os objetivos do programa de assistência estudantil. Não se pode admitir que os gestores públicos não se comprometam com resultados dos programas e ações sob sua gestão, nem que deixem de utilizar ferramentas gerenciais adequadas visando à eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos. No entanto, a julgar por sua resposta, a gestora não demonstra ter entendido a importância de uma gestão pautada por resultados, que constantemente monitore o desempenho de suas ações, visando que a aplicação dos recursos públicos proporcione o melhor retorno possível à sociedade (que financia tais ações). Quanto às ditas metas apresentadas pela Pró-Reitora, verifica-se que o acompanhamento orçamentário é necessário à execução dos programas, porém pouco agrega para a gestão da PROAES no que se refere à avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Outrossim, a ampliação do número de beneficiários também é desejável, porém, quanto a isso, o que precisa ser monitorado e avaliado é a abrangência do programa (se tem atendido todos os potenciais beneficiários e para os benefícios para os quais esses são elegíveis) e a acessibilidade aos benefícios (tempo médio que o aluno em condições de vulnerabilidade leva para ter acesso aos auxílios depois do seu ingresso na universidade). Do mesmo modo, realizar pesquisas de satisfação por si só não garante o incremento na qualidade do atendimento aos beneficiários, por isso a meta a ser perseguida deve ser definida em termos da satisfação dos usuários e da resolutividade dos problemas apresentados por esses, além de possíveis metas de eficiência como tempo de espera máximo, nº. atendimentos por dia/servidor, etc. Ainda mais importante do que as metas sugeridas para atendimento, são metas vinculadas a efetividade dos programas, que se relacionam diretamente com os objetivos propostos, como a taxa de sucesso entre os beneficiários, o tempo médio de conclusão de seus cursos em relação ao tempo padrão de cada curso, entre outras possíveis (cita-se essas a título exemplificativo), além de outras metas de eficiência, como, por exemplo, o custo médio da assistência por aluno beneficiário formado. No Relatório 201205395 são citados outros exemplos de possíveis metas e indicadores, porém, reconhece-se que a UFPE reúne em seus quadros pessoal qualificado, com toda competência na área de gestão, e que conta, portanto, com todas as condições necessárias para implementar técnicas e ferramentas que venha colocar sua gestão num patamar de qualidade e excelência. Entretanto, a gestora da PROAES não demonstra qualquer inciativa em prover a PROAES de ferramentas gerenciais adequadas para acompanhamento e avaliação de suas ações.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 001 - RECOMENDAÇÃO 002

O anexo que se refere a gestora apresenta tão somente uma planilha modelo para registrar os dados básicos do atendimento (data/hora chegada, nome, curso, motivo/assunto, setor/profissional requisitado). Até para o controle do atendimento se mostra insuficiente, pois nesse modelo não há como registrar a hora e o responsável pelo atendimento do aluno, nem os encaminhamentos dados as suas demandas. Para atendimento à recomendação, que visa à concepção de relatórios gerenciais para subsidiar a equipe da PROAES na avaliação dos resultados das ações empreendidas, a gestora terá que conceber, baseado nas metas e indicadores previamente definidos (o que é objeto de outra recomendação), relatórios periódicos que possam auxiliar na avaliação de desempenho dos programas geridos pela PROAES. Portanto, as medidas aludidas pela gestora estão longe de atender ao que se pretende com a recomendação emitida por esta CGU. Conforme já comentado, a gestora demonstra não entender a importância de prover a PROAES de instrumentos gerenciais adequados para acompanhamento e avaliação de suas ações, além de evitar sistematicamente qualquer controle sobre a produtividade de sua equipe.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 001 - RECOMENDAÇÃO 003

Novamente a gestora repete a resposta apresentada à S.A 201316906/002. Conforme já analisado, verifica-se que as providências elencadas pelo gestor referem-se a outra recomendação (Constatação 006/Recomendação 001), cujo atendimento também é objeto de análise neste relatório. O que se requer com esta recomendação é a avaliação dos casos de insucesso: alunos que eram beneficiários que não concluíram os seus cursos (evasão), ou mesmo que ainda mantém o vínculo com os cursos, mas foram desligados dos programas da assistência estudantil por terem “estourado” o tempo, de modo a impossibilitar a conclusão do curso dentro do limite de tolerância admitido. Tal avaliação tem por finalidade a identificação de possíveis deficiências e/ou oportunidades de melhoria dos programas da assistência estudantil. Portanto, mais uma vez, não se vislumbra qualquer providência no sentido de atender à recomendação emanada por este Órgão de Controle.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 002

As providências elencadas ainda se encontram inconclusas segundo informação da própria gestora. Passado mais de um ano da emissão da recomendação que objetiva a melhoria na visibilidade das informações referentes à assistência estudantil no sítio da Entidade na internet, a gestora responde que ainda irá solicitar a inserção de “link” na página principal da UFPE. Portanto, não foram adotadas, até então, medidas efetivas visando o atendimento da recomendação.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 003

Novamente a gestora repete a resposta apresentada à S.A 201316906/002. Mais uma vez se reconhece a validade das ações de divulgação promovidas pela PROAES. Entretanto, como registrado no Relatório de Auditoria nº 201205395, considera-se esses ainda insuficientes, especialmente quando se trata de divulgação ao aluno recém-ingresso, devido ao limitado alcance da aula magna e mesmo da divulgação esporádica pela TVU. Há uma oportunidade que não tem sido ainda aproveitada pela PROAES, que é o momento em que o aluno “calouro” comparece à universidade para efetuar a sua matrícula no curso, nos locais determinados e período previsto no calendário acadêmico. Portanto, a PROAES pode planejar uma ação de divulgação mais efetiva (contato pessoal com o aluno) e que não demanda maiores recursos (já que a matrícula se concentra em determinados locais e em período não muito prologando), além de contribuir para redução do lapso de tempo entre o ingresso do aluno na universidade e seu acesso aos benefícios da assistência estudantil. A PROAES, portanto, manteve as mesmas formas de divulgação (cuja insuficiência fora evidenciado no Relatório de Auditoria), de modo que fica patente a ausência de medidas efetivas para atendimento à recomendação. A gestora nem ao menos expressa qualquer intenção de ampliar os meios de divulgação empregados.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 004

Quanto às dificuldades alegadas pelo gestor, entende-se que essas não se constituem em empecilhos ao atendimento da recomendação. O contato com os alunos (inclusive, por meio de e-mails) para divulgação dos programas de assistência estudantil não requer a identificação precisa e inequívoca de alunos elegíveis à assistência estudantil, mas podem se basear em critérios e filtros que focalizem a campanha para alunos potenciais candidatos aos benefícios (o que poderá ser comprovado no momento oportuno). As informações que seriam importantes obter da COVEST e do Sig@ seriam aquelas relativas ao contato dos alunos (e-mail, telefone e endereço residencial). Os dados socioeconômicos serviriam tão somente para melhorar a eficiência nesse tipo de divulgação, porém seriam até dispensáveis, pois, neste caso, poder-se-ia contatar (por meio de e-mails, SMS, correios, etc.), todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da universidade.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 005

Mais uma vez as providências ficam no plano da intencionalidade, sem demonstração de nenhuma ação concreta objetivando ao atendimento da recomendação.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 003 - RECOMENDAÇÃO 001

Foi implantado o Módulo de Assistência Estudantil no SIG@, por meio do qual são realizadas as inscrições e seleção de beneficiários, onde ficam registrados tanto os documentos apresentados, como os pareceres técnicos sobre a elegibilidade ou não dos candidatos aos benefícios. Quanto à formalização, houve significativa melhoria, com os registros devidos no sistema SIG@. Com relação aos aspectos de publicidade e transparência, entretanto, os procedimentos adotados ainda deixam a desejar. A divulgação dos resultados de seleção no Edital de fluxo contínuo não se dá dentro de uma periodicidade regular e/ou de acordo com cronograma previamente definido (no período de nov/13 a fev/14, houve divulgação nos dias 10/01, 30/01 e 28/02). Em alguns casos a assistente social responsável pela seleção comunica o resultado da seleção ao aluno por meio de email, porém esse não é um procedimento institucionalizado e depende da iniciativa de cada assistente social. Ainda com relação à divulgação dos resultados, verifica-se que é divulgada também relação dos alunos que tiveram algum de seus pleitos indeferidos, porém não é informado o motivo do indeferimento, o que também dificulta o exercício do direito de recurso por parte do candidato (previsto em Edital). Outro aspecto ainda deficiente é a convocação do aluno (também prevista em Edital) para receber orientações, assinar o termo de compromisso e, assim, passar a receber o(s) benefício(s) a que fizer jus. Apesar da previsão editalícia, quando da divulgação dos resultados, não há nenhuma orientação de como proceder. Por fim, destaque-se que na atual metodologia empregada, o aluno pode ter que esperar um tempo considerável até que sua inscrição seja analisada e esse tenha acesso aos benefícios da Assistência Estudantil. O próprio gestor, em sua resposta, menciona que, para o Edital referente ao semestre 2013.2, há entrevistas agendadas até agosto de 2014, ou seja, 10 meses após o lançamento do referido edital. De fato, se tivermos, a cada ano, cerca de 2.100 novos alunos demandantes dos benefícios geridos pela PROAES, e, considerando os resultados divulgados até fevereiro (média de 150 alunos por mês), teríamos mais de um ano para atender a toda a demanda, o que pode comprometer os resultados do programa, pois essa espera pode ser decisiva para a permanência ou não do aluno em condição de vulnerabilidade social no curso. A solução além de passar por uma otimização e/ou readequação de recursos (destinar mais horas no início dos semestres para análise das inscrições), pode também incluir a criação de um auxílio provisório, de caráter emergencial, que propicie ao aluno recém-ingresso condições mínimas para permanência no curso, enquanto aguarda avaliação de sua inscrição para os benefícios financeiros.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 010 - RECOMENDAÇÃO 001

Essa recomendação, de fato, não constou da referida Nota Técnica, pois quando da sua emissão estava ainda no prazo para atendimento. Entretanto, a gestora foi questionada a respeito por meio da S.A 201316906/001, de 03/02/2014, item 21, e em resposta informou que foi implantado o Módulo de Assistência Estudantil no SIG@, por meio do qual são realizadas as inscrições e registrados os atos concernentes à seleção dos beneficiários, conferindo maior segurança e agilidade ao processo seletivo, de manutenção cadastral e de pagamentos dos benefícios. Após avaliação feita “in loco”, durante os trabalhos de acompanhamento (OS 201316906), entende-se como pertinentes as medidas adotadas e que essas representam melhoria quanto aos controles sobre a atualização cadastral e de realização de pagamentos. Entretanto, visando o aprimoramento de tais controles, reitera-se a recomendação (considerada para efeitos de avaliação como “em atendimento”) com a indicação das seguintes medidas adicionais:

1. Incluir na relação de pagamentos a identificação do curso do aluno e o mês de sua admissão como beneficiário dos programas da PROAES;
2. Gerar resumo com informações sobre as inclusões e exclusões de beneficiários no período;
3. Gerar relatórios gerenciais incluindo também as folhas complementares;
4. Definir rotina de conferência mensal quanto à atualização cadastral e o pagamento de benefícios.

RELATÓRIO 201205395 – CONSTATAÇÃO 012 - RECOMENDAÇÃO 002

Essa recomendação, de fato, não constou da referida Nota Técnica, pois quando da sua emissão estava ainda no prazo para atendimento. Entretanto, a gestora foi questionada a respeito por meio da S.A 201316906/001, de 03/02/2014, item 21, e em resposta informou que estava ainda providenciando meios para regularizar a contratação desses serviços de assistência psicológica/psiquiátrica. Portanto, verifica-se que ainda não foram implantadas medidas efetivas para atendimento a essa recomendação.

NT 1456/2013

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 063 - RECOMENDAÇÃO 001

Verificou-se no sítio da FADE a disponibilização de informações referentes aos instrumentos firmados entre a FADE e a UFPE, constando também a relação de pagamentos a pessoas físicas e jurídicas. Com relação às exigências consignadas no Art. 4-A, Lei 8.958/94, verifica-se ainda o não atendimento ao disposto nos incisos II e V, que tratam, respectivamente, dos relatórios semestrais de execução, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária e as prestações de contas dos respectivos instrumentos contratuais. Portanto, a recomendação foi parcialmente atendida.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 084 - RECOMENDAÇÃO 002

Essa nova rotina já havia sido informada anteriormente, onde verificou-se que no próprio “checklist” empregado pelo gestor para balizar a atividade de análise dos projetos a serem celebrados com a FADE não há qualquer indicação de verificação quanto à adimplência do coordenador do projeto no seu atendimento aos prazos de prestação de contas e regularização de pendências. Ademais, também verificou-se no âmbito da OS 201308761 que a FADE continua extrapolando os prazos fixados para prestação de contas e regularização de pendências. De modo que o referido instrumento de cobrança ainda não é efetivo.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 084 - RECOMENDAÇÃO 003

A rotina proposta pela Diretoria de Convênios não está amparada por nenhum normativo interno, de forma que não há o devido respaldo para sua efetiva implantação. Quanto ao manual, entende-se como iniciativa válida para tentar diminuir a ocorrência de pendências quando da avaliação das prestações de contas, porém trata-se de providências ainda em fase de implementação. Ressalte-se, enfim, que a recomendação propriamente dita não foi atendida posto que não foi elaborado normativo interno nem houve a implantação de níveis de cobrança escalonados (com envolvimentos de instâncias superiores quando cabível).

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 061 - RECOMENDAÇÃO 001

As providências elencadas atendem à recomendação expedida por esta CGU, entretanto, fica pendente de verificação por parte desta CGU quanto a efetividade das medidas adotadas.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 083 - RECOMENDAÇÃO 002

O gestor apresentou planilha com os controle e indicadores para as atividades de análise de prestação de contas da Diretoria de Convênios e Contratos Acadêmicos (preenchidas com dados referentes a dois meses). Diante dessas informações, considera-se a recomendação atendida.

NT 1457/2013

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 006 - RECOMENDAÇÃO 002

Transcorridos dois anos de expedida a recomendação a única providência apresentada pelo gestor foi a realização de cursos sobre o tema para servidores do NTI. As duas etapas - Apresentar as diretrizes de composição e as responsabilidades do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Designar o Comitê Gestor de Segurança da Informação - prevista até janeiro de 2014 (já contando com a prorrogação de prazo anteriormente concedida) não foram realizadas. Portanto, nenhuma providência efetiva foi demonstrada.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 073 - RECOMENDAÇÃO 001

O gestor repete a mesma resposta quando da resposta da Nota Técnica 1457/2013, alegando a inviabilidade de estabelecer um regramento formal para seleção e remuneração dos servidores que desempenhem atividades eventuais em processos seletivos conduzidos pela instituição, em razão da confidencialidade requerida em tais situações. Entretanto, conforma já explicitado no referido relatório, entende-se que prezar pelo sigilo e lisura do processo seletivo não constitui impeditivo para que a UFPE adote regras objetivas e transparentes para disciplinar a formação desse prévio cadastro de pessoas, os critérios de escolha e de remuneração dos colaboradores.

A ausência da fixação desses critérios, juntamente com a falta de divulgação, restringe o universo de interessados e possibilita indicações de cunho pessoal por parte de servidores que possuem algum grau de influência nas decisões, não se coadunando com os princípios que vincula toda a Administração Pública, notadamente os da impessoalidade e publicidade, conforme art. 37 da Constituição Federal. Portanto, não acata-se a recusa para essa recomendação.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 049 - RECOMENDAÇÃO 001

O "check-list" apresentado prevê a exigência de cotação de preços para confirmação de sua adequabilidade aos preços praticados no mercado, restando apenas a confirmação da efetividade dessas providências por parte deste Órgão de Controle Interno.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 049 - RECOMENDAÇÃO 002

Foi apresentado ofício cientificando os gestores responsáveis pela análise técnica dos Convênios firmados pela UFPE do teor da presente recomendação, ao que considera-se essa como atendida.

RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO 055 - RECOMENDAÇÃO 001

Nos processos licitatórios referentes a contratação para execução de obras de engenharia analisados pro ocasião do acompanhamento da gestão (Construção do Centro Nacional de Tecnologia em União e Revestimentos de Materiais do Campus Recife - processo nº 23076.031306/2013-52; Ampliação do Centro de Tecnologia e Geociências – Departamento de Engenharia Mecânica do Campus Recife - processo nº 23076.021663/2013-11; Ampliação do Centro de Tecnologia e Geociências – Departamento de Energia Nuclear do Campus Recife - processo nº 23076.045740/2013-10) o gestor não apresentou as respectivas memórias de cálculo. Portanto, o gestor não demonstrou qualquer medida efetiva para o atendimento a essa recomendação.

RELATÓRIO 224884 - CONSTATAÇÃO 015 - RECOMENDAÇÃO 001

Tratam-se providências iniciadas, porém ainda não concluídas. Daí a recomendação ser considerada “em atendimento”.

RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO 098 - RECOMENDAÇÃO 002

A legislação permite a gestão administrativa e financeira de projetos por parte das fundações de apoio, o que não foi contestado por esta CGU. Entretanto, a referida lei veda a utilização desse tipo de contrato para a contratação de pessoal para prestar serviços ou atender a necessidades de caráter permanente dessas instituições (§3º, do Art. 4º). Portanto, reitera-se a recomendação, pois o gestor não comprovou a natureza contratual dos empregados que trabalham na TVU.

RELATÓRIO 201211362 - CONSTATAÇÃO 002 - RECOMENDAÇÃO 002

O gestor repete a manifestação anterior, enviada em resposta à S.A 201407314/005, por meio do Of. 017/2014-Audint/GR, de 16/05/2014. A análise desta CGU, portanto, permanece inalterada para este item (vide parte inicial desta ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO).

RELATÓRIO 201211362 - CONSTATAÇÃO 003 - RECOMENDAÇÃO 002

Para esta recomendação o gestor também repete a manifestação anterior, enviada em resposta à S.A 201407314/005, por meio do Of. 017/2014-Audint/GR, de 16/05/2014. A análise desta CGU, portanto, permanece inalterada para este item (vide parte inicial desta ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO).

NT 1459/2013

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 065 - RECOMENDAÇÃO 003

Providências ainda pendentes de implementação. Inobstante ao volume de prestações de contas a analisar, cumpria ao gestor priorizar as prestações de contas com indicativo de possíveis irregularidades e com potencial dano ao erário. Afinal, já temos mais de dois anos da expedição desta recomendação e o gestor não apresenta nenhuma medida efetiva. Esse protelamento tem sido recorrente para os casos em que esta CGU tem apontado possíveis problemas na aplicação dos recursos.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 112 - RECOMENDAÇÃO 001

A manifestação do gestor nada acrescenta em relação à manifestação anterior, analisada no acompanhamento de gestão e cujo resultado foi dado ciência ao gestor por meio da Nota Técnica Nº 917/AUD2014/CGU-Regional/PE, de 5 de maio de 2014. A conclusão desta última avaliação permanece, portanto, inalterada, a saber, que permanece um sobrepreço no valor de R$ 80.145,36, para os quais resta pendente providências por parte do gestor da Entidade visando a devida reparação ao erário. Tais recomendações (onde são apontados sobrepreços) têm sido sistematicamente refutadas pelo gestor, mesmo diante dos argumentos técnicos apresentados por esta CGU. Assim, após mais de dois anos de expedida tal recomendação, entende-se que se chegou a um impasse (recusa de atendimento pelo gestor, não obstante a diversas reiterações por parte deste Órgão de Controle Interno) e que, portanto, deve-se cientificar a outras instâncias (como a Corregedoria desta CGU) e/ou outras instituições (a exemplo do Ministério Público Federal) para que adotem as medidas julgadas cabíveis.

RELATÓRIO 201108956 - CONSTATAÇÃO 073 - RECOMENDAÇÃO 003

Recomendação não atendida, embora tenham se passado mais de dois anos de sua expedição. Independentemente do repasse ou não do montante financeiro referente ao referido Termo Aditivo, faz-se necessário avaliar as despesas executadas no âmbito do supramencionado contrato e seus aditivos, juntamente com a documentação comprobatória, para verificar se essas são condizentes com o objeto do contrato e tem o devido suporte documental que ateste a sua execução. Ressalte-se que o TCU, no mencionado relatório, não confirma em momento algum a comprovação efetiva da execução das despesas correspondentes aos pagamentos realizados à FADE. Portanto, cumpre ao gestor adotar providências para certificar-se da regularidade desses gastos e, se for o caso, providenciar a reposição ao erário.

RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO: 091 - N° RECOMENDAÇÃO 001

A Nota de Auditoria nº 201103019, mencionada pelo gestor, não confirma a regularidade da aplicação dos recursos, pelo contrário, conclui pela a ausência de comprovação de recolhimento à conta única do saldo do Contrato nº 06/05 , a existência de pagamento de despesas após a vigência final do contrato (CONTROLADORIA), pagamento de despesas sem a apresentação da respectiva documentação comprobatória e que a Prestação de Contas Final contempla prazo não englobado no período de vigência do contrato e não apresenta qualquer documentação que comprove a aprovação da UFPE. Portanto, transcorrido mais de três anos do prazo inicialmente fixado para atendimento desta recomendação, o gestor continua sem apresentar comprovação da regularidade da aplicação dos recursos do referido Contrato. Outra recomendação para qual se verifica um impasse, mesmo após várias reiterações o gestor não adotou medidas efetivas para seu atendimento, tão somente repete o mesmo posicionamento.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 064 - RECOMENDAÇÃO 001

Ressalte-se que, diferentemente do alegado pelo gestor, o atendimento desta recomendação independe do encerramento do referido convênio ou mesmo da conclusão da análise de sua prestação de contas. A falha foi devidamente evidenciada e cabia ao gestor a apuração de responsabilidades pelo fato. Mais uma vez, verifica-se a protelação de medidas por parte do gestor, não obstante as reiterações feitas por esta CGU.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 064 - RECOMENDAÇÃO 002

Semelhantemente ao comentário feito com relação à recomendação anterior, não há razão para protelação de medidas, ainda mais em se tratando da necessidade de apuração de potencial danos ao erário e de promoção da devida reparação, caso confirmado o prejuízo.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 074 - RECOMENDAÇÃO 001

O gestor insiste em seu posicionamento, que já havia sido analisado e refutado quando da elaboração do referido Relatório, pois a Lei 8.112/90 estabelece, de forma inequívoca, que o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão do processo e do cumprimento da penalidade, caso aplicada. Cumpria ao gestor, portanto, consultar sua assessoria jurídica quanto ao procedimento adequado para o referido caso, considerando os efeitos que podem advir da revisão de seu ato administrativo.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 079 - RECOMENDAÇÃO 002

Também com relação a essa recomendação, o gestor insiste na recusa de sua implementação baseando-se em argumentos que já foram devidamente analisados e refutados quando da emissão do referido Relatório de Auditoria. Outra recomendação para qual há um impasse, pois o gestor recusa-se a seu atendimento, inobstante as reiterações feitas por este Órgão de Controle Interno.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 114 - RECOMENDAÇÃO 001

Os argumentos apresentados pelo gestor já haviam sido analisados quando do acompanhamento da gestão e comunicado ao gestor, por meio da Nota Técnica nº 971/AUD2014, de 5 de maio de 2014. Não concorda-se com a recusa do gestor a essa recomendação, tendo em vista as seguintes considerações (explicitadas na referida Nota Técnica):

1 - Para o item “1.1 - desmatamento, destocamento (...)”, o gestor afirma não ter encontrado o código 66375 do Sinapi. Entretanto, na tabela Sinapi para julho/2008, existe o código 66375, com valor unitário de R$ 0,76. O valor pago à construtora por este item foi de R$ 1,62. Caso o gestor necessite de uma cópia da tabela, esta poderá ser fornecida pela CGU. O gestor não justificou o valor a maior pago pelo item.

2 - Para o item “1.3 - construção de barracão (...)”, o gestor afirma não ter encontrado o código 13003/1 do Sinapi. Entretanto, na tabela Sinapi para julho/2008, existe o código 13003/1, com valor unitário de R$ 205,43. O valor pago à construtora por este item foi de R$ 279,34.O gestor encontrou um outro código do Sinapi (11506/1) com valor unitário de R$ 158,75 - o que aumentaria ainda mais o sobrepreço. Apesar dessas considerações, o gestor não apresentou justificativa para ter pago o valor a maior.

3 - Para o item “1.4 - construção de barracão (...)”, o gestor afirma não ter encontrado o código 13003/2 do Sinapi. Entretanto, na tabela Sinapi para julho/2008, existe o código 13003/2, com valor unitário de R$ 205,94. O valor pago à construtora por este item foi de R$ 312,64.O gestor encontrou um outro código do Sinapi (11506/1) com valor unitário de R$ 121,70 - o que aumentaria ainda mais o sobrepreço. Apesar dessas considerações, o gestor não apresentou justificativa para ter pago o valor a maior.

4 - Para os itens de “pintura em textura acrílica com acabamento em tinta látex acrílica fosca (...)”, o gestor afirma que “a UFPE, utiliza a textura acrílica para um acabamento diferenciado e este é um produto que segundo o fabricante necessita receber acabamento com outra tinta que no nosso caso látex acrílica independente da cor e não há necessidade de massa fina”. Anteriormente, acerca do mesmo item, o gestor havia se manifestado declarando que o serviço descrito na planilha seria o somatório de dois insumos do Sinapi (“pintura acrílica” + “pintura com texturado”), os quais somados resultariam em preço superior ao pago à construtora. Tanto à época quanto neste momento, para a verificação da ausência de sobrepreço é necessário que o gestor demonstre a composição do preço unitário do tem com base no Sinapi, justificado por relatório técnico circunstanciado.

Trata-se, portanto, de um impasse, pois o gestor recusa-se a atender esta recomendação, mesmo diante das análises técnicas apresentadas por esta CGU.

RELATÓRIO 243911 - CONSTATAÇÃO 052 - RECOMENDAÇÃO 002

Não se justifica a protelação de medidas em razão da espera pela prestação e, posteriormente, para a conclusão da análise da prestação de contas, pois a avaliação dos pagamentos realizados independe da conclusão de tal análise. Cumpria aos gestores da UFPE, por se tratar de situação com potencial dano ao erário, priorizar à fiscalização da execução do Convênio glosando as despesas realizadas não condizentes com o objeto e/ou não previstas no Plano de Trabalho, entretanto, após transcorrido mais de três anos do prazo inicialmente fixado ainda não apresenta medidas conclusivas.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 001

Mais uma vez o gestor protela a análise e condiciona essa à conclusão do parecer sobre a prestação de contas do Contrato 30/2011. Por se tratar de ocorrência com potencial dano ao erário, era mister priorizar a avaliação da regularidade na aplicação dos recursos aplicados no âmbito do referido contrato, o que não ocorreu mesmo depois de transcorridos mais de dois anos do prazo inicialmente fixado para essa recomendação.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 005

Idem ao item anterior. O gestor protela o atendimento à recomendação e condiciona-a à conclusão da análise sobre a prestação de contas final do Contrato 30/2011. Novamente discorda-se desse posicionamento, pois, por se tratar de ocorrência com potencial dano ao erário, cabia a sua priorização (ao invés de esperar por mais de dois anos para adotar alguma iniciativa), além de que não há óbice ao atendimento da recomendação antes mesmo da finalização da análise da prestação de contas do referido contrato.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 032 - RECOMENDAÇÃO 003

Conforme observou o gestor a recomendação pendente é a 003 (e não a 006). Para essa recomendação o gestor apresentou manifestação em resposta à Nota Técnica 1459/2013, por meio do Of. 708/2013-GR, 05/11/2013: A prestação de contas do Contrato 62/2011, encontra-se em análise na Pró-Reitoria de Gestão Administrativa, com previsão de término em 30 dias”. Porém, até o momento, o gestor não informou sobre o resultado da análise da prestação de contas do referido contrato.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 002

Conforme a documentação apresentada, a prestação de contas ocorreu em abril de 2012, enquanto que a Diretoria de Controladoria demandou a Pró-Reitoria de Gestão Administrativa a sua análise (juntamente com documentação complementar) em 01 de outubro de 2013, fixando um período de 30 dias para resposta. No entanto, passados oito meses, a Pró-Reitora não apresenta nenhuma providência a respeito.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 003

Idem recomendação anterior.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 007

A prestação de contas foi apresentada em abril de 2012, conforme o próprio gestor informa. Entretanto, transcorridos mais de dois anos, não apresenta nenhuma análise sobre as despesas utilizadas como suprimento de fundos e condiciona indevidamente o atendimento dessa recomendação à conclusão da análise da prestação de contas do Contrato 62/2011.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 033 - RECOMENDAÇÃO 008

Na documentação apresentada a Diretoria de Controladoria da Universidade solicita (em 4/11/2013) análise da Divisão de Prestação de Contas sobre a documentação encaminhada pela FADE. Entretanto, nenhuma análise é apresentada.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 036 - RECOMENDAÇÃO 001

Mais uma vez o gestor adia o atendimento à recomendação e condiciona seu atendimento indevidamente à conclusão da análise de prestação de contas do Contrato 94/2010. Fica flagrante a falta de resolutividade nas análises quando para os casos em há um indicativo de possível irregularidade ou impropriedade na aplicação dos recursos.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 037 - RECOMENDAÇÃO 002

Idem recomendação anterior.

RELATÓRIO 201203144 - CONSTATAÇÃO 038 - RECOMENDAÇÃO 007

Idem recomendação anterior.

Portanto, constata-se que permanecem sem atendimento a maior parcela das recomendações definidas como prioritárias para a gestão da UFPE, não obstante se encontrarem com o prazo de atendimento expirado.

A manifestação ao Relatório Preliminar, para a maior parcela das recomendações, apenas repetiu as manifestações já apresentadas pelo gestor quando do acompanhamento do PPP durante o exercício em apreço. Essa última manifestação resultou apenas na alteração do “status” de seis recomendações, para as quais foram evidenciadas providências, o que foi devidamente considerado na presente análise.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Apresentar plano de ação que contemple o atendimento às recomendações na condição de ?não atendidas?, com ações pretendidas, prazos e respectivos responsáveis, não se admitindo mais protelações na implementação das providências requeridas nessas recomendações.

**2.1.1.3 INFORMAÇÃO**

**Fragilidades na estrutura interna da unidade para acompanhamento e atendimento às recomendações do Órgão de Controle Interno.**

**Fato**

A partir das respostas enviadas pelo gestor para o item 4 da S.A 201407314/001, juntamente com os resultado das avaliações sobre a estrutura e atuação da Auditoria Interna da UFPE, realizada no âmbito da OS 201315650, identificaram-se algumas fragilidades no que se refere ao acompanhamento das providências visando o atendimento das recomendações emitidas por esta CGU, quais sejam:

1. Ausência de normativos internos e outros documentos (portarias, resoluções, checklists, manuais, procedimentos escritos, etc) que disciplinem o monitoramento das recomendações espedidas pelos órgãos de controle.

Em resposta à referida S.A, o gestor encaminhou resposta apenas com referência à Instrução Normativa CGU nº 01/2007, que determina que devem constar do RAINT informações relativas ao cumprimento das recomendações/determinações dos órgãos de controle, além de mencionar também a Portaria Normativa UFPE nº 08/2004, que criou a Diretoria de Controladoria, atribuindo-lhe o assessoramento à administração no relacionamento com os órgãos de controle.

Não há, portanto, normativo interno específico, que estabeleça as responsabilidades dos diversos setores/áreas quanto ao monitoramento das referidas recomendações. Igualmente, não há procedimentos manualizados para orientar a atuação dos servidores incumbidos de realizar esse acompanhamento. Essa deficiência se verifica na universidade como um todo, cujos processos não estão mapeados, nem há rotinas operacionais formalmente estabelecidas.

1. Ausência de avaliação de riscos no que concerne ao tempestivo atendimento das recomendações.

Novamente, constata-se que não há mecanismos para identificar e gerir os potenciais riscos decorrentes da não implementação de forma tempestiva de cada recomendação constante do PPP da Entidade.

1. Não há indicadores de gestão para monitoramento do atendimento às recomendações dos órgãos de controle.

Essa ausência de indicadores dificulta o acompanhamento pela alta gerência do andamento das providências para atendimento aos órgãos de controle.

1. Ausência de identificação e monitoramento dos pontos críticos e/ou gargalos para implementação das recomendações, bem como de eventos (fatores internos/externos) que poderiam impactar no atendimento dessas.

A Audint informou que não possui sistema informatizado que permita o acompanhamento do estágio de implementação das recomendações. Dessa forma, se depreende que tão pouco consegue mapear os pontos/eventos críticos que potencialmente possam interferir na implementação das providências planejadas para saneamento dessas recomendações. Sendo assim, também não é possível prever medidas corretivas/alternativas, em caso de ocorrência desses eventos críticos.

1. Ausência de escala de prioridades para atendimentos às recomendações dos órgãos de controle.

Não são definidos níveis de prioridades para a implementação das recomendações, de forma que o acompanhamento não consegue focar nos pontos mais relevantes e urgentes para a gestão da Entidade.

Essas deficiências se refletem no alto índice de recomendações não atendidas, mesmo depois do trabalho de consolidação e priorização do PPP da Entidade realizado por esta CGU, conforme detalhado em item específico deste Relatório.

##/Fato##

**2.1.1.4 INFORMAÇÃO**

**Falhas no Relatório de Gestão da UFPE - exercício 2013.**

**Fato**

Analisado o teor do RG UFPE 2013, identificou-se que as informações de alguns dos seus itens não atendem plenamente ao conteúdo estabelecido pela DN TCU 127/2013 (alterada pela DN TCU 129/2013), detalhado por meio da Portaria TCU 175/2013. No quadro abaixo, destacam-se tais itens, discriminando as falhas verificadas:

|  |  |
| --- | --- |
| ITEM | OBSERVAÇÕES |
| 1.4 Macroprocessos finalísticos | Na descrição dos macroprocessos finalísticos, o gestor incluiu também processos de apoio (como celebração de convênios, análise de solicitações diversas, concessão de diárias, licenças, gestão administrativa e financeira). Além disso, há uma confusão de conceitos, com a inclusão de informações sobre eventos, benefícios, produtos, projetos, entre outros, que não correspondem a processos operacionais, muito menos a macroprocessos, cuja descrição pressupõe a abstração de detalhes operacionais. São exemplos disso os “macroprocessos”: PROACAD – Celebração de Convênios, Realização da EXPO UFPE, Auxílio financeiro à aulas de campo; PROAES – Bolsa Permanência, Programa de Moradia Estudantil, Auxílio Alimentação (todos esses são tipos de benefícios da assistência estudantil); PROPESQ – Gestão Administrativa e financeira. Mesmo os itens que podem ser caracterizados como macroprocessos são descritos de forma sucinta, indicando que a Entidade, de fato, não tem os seus macroprocessos mapeados. |
| 1.6 Principais parceiros | O RG deixou de citar importantes parceiros externos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que tem dentre as suas competências planejar e operacionalizar ações e procedimentos referentes à avaliação da educação superior, subsidiar a formulação de políticas na área de educação, definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para realização de exames de acesso à educação superior. Observa-se também que deixou de ser mencionada a Secretaria de Ensino Superior de Ministério da Educação, a quem cabe planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. |
| 2.1 Planejamento da Unidade | Neste item, verifica-se a ausência de análise do contexto (político, econômico, ambiental, tecnológico, social), das limitações internas da unidade, nem das estratégias utilizadas para enfrentar tais contingências. |
| 2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados | Quadro 5 (Ação 20RI) não contém análise crítica quanto ao baixo percentual de despesas liquidadas (25%); No quadro 6 (Ação 20RJ), não há justificativa para a oferta de um número menor de cursos, do que o previsto inicialmente; Quadro 7 (Ação 20GK) não foi justificado o baixo nível de execução financeira (7,5% empenhado com relação à dotação final); Quadro 8 (Ação 20RK) não apresenta análise crítica quanto ao baixo percentual de despesas liquidadas (50%); Quadro 10 (Ação 6328) sem justificativa para a não utilização da dotação orçamentária; Quadro 11 (Ação 8282) sem justificativa para o baixo nível de execução orçamentária no localizador 0026(apenas 24% da dotação foi empenhada). |
| 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão | Não há informações sobre indicadores desenvolvidos pela UJ para acompanhar o desempenho da gestão (não atendendo ao item 2.3 previsto na Portaria TCU 175/2013). |
| 3.1 Estrutura de Governança | Ausência de informações mais detalhadas referentes à base normativa, atribuições e forma de atuação dos Conselhos Universitário, de Administração, Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. |
| 3.2 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos | Não foi apresentada uma análise crítica sobre as percepções trazidas nos Quadros 35 e 36. |
| 3.5 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos | Não são apresentados indicadores, nem tão pouco qualquer demonstração quanto à efetividade dos controles internos. |
| 4.2 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | Não há análise do impacto na gestão financeira da UJ, em 2013, decorrente do pagamento de RP de exercícios anteriores, nem foi apresentada fundamentação para permanência de RP, prorrogados por mais de um exercício financeiro. |
| 4.4 Suprimento de Fundos | Na análise crítica não há informações sobre os controles internos instituídos para assegurar que a aplicação de tais recursos esteja em conformidade com a legislação vigente. |
| 5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos | São apresentados os indicadores de Absenteísmo e rotatividade, porém não foram apresentados, em relação a esses, nem metas e/ou objetivos, nem conclusões decorrentes de sua aferição sobre a gestão de recursos humanos. |
| 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros | Média de quilômetros rodados – faltou informações para os grupos III e V; Custos – faltou considerar os custos de licenciamento anual; Plano de substituição da frota – foi apresentado apenas a demanda para aquisições para o exercício de 2013; Razões para aquisição – Não foi demonstrado a vantagem da aquisição com relação a locação. |
| 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário | Não foi apresentado o Quadro A.6.2.1 (com a distribuição espacial dos imóveis); Não foi informado despesas com reforma e manutenção de forma separada para cada imóvel. |
| 8 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental | Em que pesem as boas práticas e louváveis iniciativas apresentadas pelos gestores da UFPE no âmbito da sustentabilidade ambiental, verifica-se algumas lacunas de informação no seu RG: Quadro Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – Não foi respondida a questão 12 (“Na unidade ocorre separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n° 5.940/2006); A Questão 9 foi respondida afirmativamente (4 – Parcialmente Válida), no entanto, a UJ não anexou ao RG o seu “plano de gestão de logística sustentável”; No Quadro de “Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água” não foram devidamente especificadas as unidades para o consumo de energia elétrica e água. |
| 9.3 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna | Não foram descritas as rotinas para acompanhamento das ações gerenciais para implementação das recomendações da Auditoria Interna; Não foi respondida adequadamente a questão sobre “sobre existência de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes do trabalho da Auditoria Interna”; Nada é mencionado sobre o conhecimento e aceitação, pela alta gerência, dos riscos de não implementação das recomendações da Audint; Semelhantemente não é informada se há sistemática para comunicação à alta gerência e ao Conselho de Administração sobre os ricos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da Auditoria Interna. |
| 9.4 Declaração de Bens e Rendas | No Quadro “Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR” não foi feita discriminação entre os servidores que apresentaram a DBR em razão de posse no cargo/função, aqueles que apresentaram decorrente de exoneração do cargo/função, e aquelas que apresentaram por ocasião do encerramento do exercício financeiro; Não há informações quanto às providências adotadas em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR; Nem identificação da unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR; Nem em relação às formas de recepção das DBR (em papel ou autorização para acesso eletrônico); Nem quanto às formas de guarda das DBR tendo em vista a necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações. |

##/Fato##

**2.1.1.5 CONSTATAÇÃO**

**Quantidade significativa de processos administrativos instaurados não registrados no CGU-PAD.**

**Fato**

Ao confrontar a lista de processos do relatório emitido por meio do sistema CGU-PAD com a relação de processos administrativos informada pela Unidade, constatou-se que havia uma quantidade significativa de PADs instaurados e já fora do prazo de cadastro no sistema CGU-PAD (determinado pela Portaria CGU 1.043/2007, em seu artigo 4º), não registrados no sistema. Para fazer a verificação, foi estabelecida uma amostra contendo todos os PADs dos três últimos meses de 2013. Os PADs instaurados e não cadastrados no sistema estão listados a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Número do processo | Número da portaria | Data da portaria |
| 23076.036166/2013-17 | 4629 | 01/10/13 |
| 23076.051856/2013-98 | 5904 | 13/12/13 |
| 23076.033102/2013-56 | 5908 | 13/12/13 |
| 23076.048652/2013-70 | 4851 | 10/10/13 |
| 23076.052078/2013-54 | 5956 | 20/12/13 |
| 23076.056939/2013-73 | 5957 | 20/12/13 |
| 23076.057958/2013-17 | 5958 | 20/12/13 |
| 23076.051840/2013-85 | 5414 | 19/11/13 |
| 23076.026674/2013-89 | 5959 | 20/12/13 |

A não inclusão de PADs no sistema CGU-PAD, contraria a portaria CGU1.043/2007, que torna obrigatório, para todos os órgãos e unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (é o caso da unidade examinada), o registro no Sistema CGU-PAD de informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados.

##/Fato##

**Causa**

O Serviço de Organização das Comissões de Inquérito (SOCI) apresenta deficiências na estrutura de pessoal e deficiências tecnológicas que acarretam as falhas na gestão dos processos disciplinares. O SOCI é subordinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE). Conforme verificado nos trabalhos de campo, a PROGEPE não proveu o SOCI de estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD, tampouco elaborou normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Apesar de solicitado, por meio da S.A 201407314/009, de 14/05/2014, a Unidade não se manifestou até a conclusão do Relatório Preliminar.

Posteriormente, o gestor enviou o Of. nº 325/2014-GR, de 30/05/2014, por meio do qual encaminhou a CI 30/2014 do chefe do SOCI, com a seguinte manifestação:

“Atendendo solicitação contida no Memorando nº 98/2014 – DCO/PROPLAN, de 16/05/2014, vimos apresentar as informações inerentes as questões requeridas na Solicitação de Auditoria nº 201407314/009, de 14.05.2014, o que fazemos nos seguintes termos:

Que além do servidor A. S. de A. F., SIAPE nº 1133735, chefe deste serviço, o servidor C. C. F. da S., SIAPE nº 1131550, já está devidamente habilitado e atuando na execução e atualização do Sistema CGU-PAD, conforme orientação recebida desse Serviço da Controladoria.

Outrossim, assinalamos que a referência aos nove (09) processos disciplinares relacionados na Solicitação supra referida sete (07) já estão devidamente cadastrados no Sistema CGU-PAD, sendo que os dois restantes não foram cadastrados por existir erro na Portaria de Designação, e que o atraso na inclusão dos mesmos decorreu do fato, anteriormente explicado, de ter expirado a senha de acesso ao sistema, ocorrida no final de dezembro de 2013, porém, já restabelecida, razão do atraso no registro dos PAD’s no âmbito desse Serviço.

Por derradeiro, reiteramos que o procedimento de informação e atualização do Sistema CGU-PAD já está devidamente restabelecido, com a inclusão do outro servidor como operador, mesmo diante da insuficiência de servidores nesta unidade para atender as inúmeras demandas disciplinares, instauradas e instruídas no âmbito desta coordenação, envidaremos todo o esforço para cumprir a nossa tarefa, no prazo estabelecido.” (editou-se a resposta apenas para substituir os nomes dos servidores por suas respectivas abreviações).

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Em que pese como positiva a iniciativa do gestor em adotar providências para restabelecer o acesso ao sistema CGU-PAD e, dessa forma, voltar a cadastrar os processos no referido sistema, restaram caracterizadas a deficiência de estrutura da Unidade (ausência de normativo interno, carência de pessoal, ausência de controles efetivos para garantir a tempestiva atualização do CGU-PAD) e a inobservância aos prazos fixados para cadastramento dos processos disciplinares no referido sistema (comprovado na amostra analisada). O cadastramento de um segundo servidor também se reputa como medida acertada, porém ainda insuficiente para garantir estrutura e organização adequadas para que o setor desempenhe a contento a tarefa de manter atualizado o sistema CGU-PAD com informações dos processos administrativos instaurados no âmbito da Entidade.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE)deve prover o Serviço de Organização das Comissões de Inquérito (SOCI) de estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD, e elaborar normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição.

**2.1.1.6 CONSTATAÇÃO**

**Estrutura tecnológica e de pessoal deficiente na gestão do sistema CGU-PAD.**

**Fato**

Por meio da SA 201407314-001, a CGU solicitou informações quanto à utilização do sistema CGU-PAD, existência de coordenador responsável pelo registro no sistema, existência de estrutura de Pessoal e de TI para gerenciar sua utilização na UFPE, existência de normativos internos que disciplinem o registro de informações no sistema, e se foi indicado formalmente ao órgão central um servidor para o perfil de administrador principal do sistema na UFPE. Além disso, foi solicitado que a Administração apresentasse relação contendo nº processos, portaria/data de instauração e situação atual, indicando ainda todos os procedimentos disciplinares instaurados no exercício de 2013, todos os procedimentos disciplinares instaurados a partir de 24/7/2007 e todos os procedimentos disciplinares encerrados a partir de 2006.

Por meio da Comunicação Interna nº 22/2014, de 16/04/2014, a Administração informou que o servidor Antônio Sabino de Araújo Filho, Siape nº 1133735, é o responsável pela operação e atualização do sistema CGU-PAD. Entretanto, o servidor está afastado de suas funções para tratamento de saúde. A Administração informa, também, que “em razão de problemas com a senha de acesso” ao sistema, não está executando sua atualização.

Portanto, constata-se que existe apenas um usuário responsável pelo cadastramento de processos administrativos no sistema CGU-PAD e que o referido usuário não está atuando na área devido a licença para tratamento de saúde. Verifica-se, ainda, que o sistema não está sendo utilizado devido aos problemas de acesso.

##/Fato##

**Causa**

O Serviço de Organização das Comissões de Inquérito (SOCI) apresenta deficiências na estrutura de pessoal e deficiências tecnológicas que acarretam as falhas na gestão dos processos disciplinares. O SOCI é subordinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE). Conforme verificado nos trabalhos de campo, a PROGEPE não proveu o SOCI de estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD, tampouco elaborou normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Apesar de solicitado, por meio da S.A 201407314/008, de 09/05/2014, a Unidade não se manifestou até a conclusão do Relatório Preliminar.

Posteriormente, o gestor encaminhou, por meio do Of. nº 319/2014-GR, de 29/05/2014, a CI SOCI 25/2014, com a seguinte manifestação:

“Atendendo solicitação contida no Memo nº 92/2014 – DCO/PROPLAN, de 13/05/2014, vimos apresentar as informações inerentes as questões requeridas na Solicitação de Auditoria nº 201407314/008, de 09/05/2014, o que fazemos nos seguintes termos:

Que o servidor A. S. de A. F., SIAPE nº 1133735, chefe deste serviço, é responsável pela operação e atualização do Sistema CGU-PAD, estando atualmente afastado de suas funções por se encontrar em licença para tratamento de saúde.

Outrossim, assinalamos que segundo informações do citado servidor, nossa unidade estava sem poder atualizar os dados do sistema em referência, tendo em vista que havia expirado o prazo de vigência da senha de acesso ao mesmo, contudo, sendo a mesma restabelecida, esperamos que no mais tardar em 16 de junho do corrente, todas informações solicitadas pala Auditoria na CGU/PE esteja à disposição no Sistema CGU/PAD.

Por derradeiro, impera assinalar que esta coordenação conta apenas com quatro servidores, para atender aos procedimentos de instauração, notificação, instrução e conclusão da grande maioria dos procedimentos investigativos em curso no âmbito desta UFPE, atuando ainda na orientação e assessoramento nos procedimentos disciplinares onde não há participação de servidores com experiência profissional capaz de assegurar o regular procedimento dos seus trabalhos.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Em sua manifestação o gestor informa o restabelecimento da senha de acesso ao sistema, o que se considera importante, porém ainda insuficiente para prover o setor de estrutura e organização adequadas para garantir o devido acompanhamento e tempestiva atualização do sistema CGU-PAD.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE)deve prover o Serviço de Organização das Comissões de Inquérito (SOCI) de estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD, e elaborar normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição.

**2.1.2 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA**

**2.1.2.1 CONSTATAÇÃO**

**Falhas quanto à aderência das atividades efetivamente realizadas pela Auditoria Interna no exercício sob análise, constantes no RAINT, com relação às planejadas. Falta de identificação das causas e de avaliação sistêmica dos problemas. Predominância dos aspectos formais sobre os aspectos analíticos e gerenciais no RAINT.**

**Fato**

Mediante análise do RAINT, comparativamente aos Relatórios de Auditoria Interna específicos para cada área de exame, constatou-se que o RAINT 2013 é genérico quanto ao seu conteúdo e, por si só, não permite aferir as atividades efetivamente realizadas pela Unidade de Auditoria Interna, tampouco o contraste destas atividades com o que foi planejado no PAINT 2013.

Apenas a análise dos Relatórios de Auditoria Interna específicos para cada área de exame permite aferir melhor a aderência entre planejado e realizado, com a ressalva de que o RAINT não registra o tempo efetivamente gasto em cada atividade nem detalha quantitativamente as metas físicas atingidas parcialmente, naqueles trabalhos que foram planejados, executados em parte, mas que não foram concluídos em 2013.

Cita-se, a título de exemplo, o Anexo I, que seria um resumo dos sete Relatórios de Auditoria Interna, mas contém tão somente os seguintes dados: número do relatório, UG, Assunto/análise, área e recursos auditados, mas não inclui qualquer resumo sobre os resultados das análises, causas, recomendações geradas, resultados e efeitos esperados ou obtidos, etc. Já o Anexo VII, sobre a análise de regularidade dos processos de pregões, não contém o somatório dos valores dos processos auditados, nem quanto esta amostra representa do total de pregões realizados em 2013 e, quanto às ressalvas registradas para todos os processos examinados da amostra analisada, não registra sequer de forma superficial informações essenciais de natureza analítica, a exemplo de quais foram ao menos os tipos de ressalvas, as suas causas e as recomendações decorrentes, embora registre em colunas da tabela diversas outras informações de natureza unicamente descritiva sobre os processos analisados, que em princípio são informações de natureza mais formal, sendo desejável também a disponibilização de elementos analíticos e dados gerenciais. As observações sobre o Anexo VII apresentadas anteriormente se aplicam ao Anexo VIII. Logo, o RAINT 2013 tem limitada utilidade sem os sete relatórios individuais.

Emerge, do que foi exposto, uma nova observação: diante de tantas ressalvas nos exames, que denotam uma regra nos resultados das análises dos processos selecionados, quais seriam as causas dos respectivos problemas objetos de ressalva, o que essas falhas representam, quais as suas consequências e o que foi recomendado para eliminar os fatores causais? O RAINT 2013 é silente neste sentido, sendo desejável uma abordagem mais voltada aos procedimentos e seus controles e não puramente voltada a processos administrativos.

O item 11 do RAINT 2013 (p. 20) ressalva o descumprimento da exigência do item II, art. 7º, da IN nº 01, de 01/01/2007 (RAINT, relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade, com base nos trabalhos realizados, contendo avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade, quanto à sua qualidade, confiabilidade, representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade e estabilidade). Segundo informado, a referida omissão ocorreu devido à indisponibilidade de dados fornecidos pelas Pró-Reitorias, Centros e Departamentos, em função de o ano letivo 2013 ainda se encontrar em curso no início de 2014, impedindo a Coordenação de Informações Gerenciais – CIG/PROPLAN de concluir os trabalhos tempestivamente.

Registra-se, ainda, a inexistência do Anexo VI do RAINT 2013, que deveria tratar das ações relativas a demandas recebidas pela ouvidoria da entidade. Na ocasião da elaboração do RAINT tais informações estavam sendo consolidadas e foram enviadas em 10/02/2014.

##/Fato##

**Causa**

Predomínio de aspectos formais no RAINT da UFPE e a insuficiência ou falta de elementos analíticos – incluindo causalidade das falhas detectadas – e gerenciais.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Auditoria Interna apresentou a seguinte resposta, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“*A Auditoria Interna vem elaborando o RAINT com base na IN-CGU 01/2007, atendendo, assim, todas as determinações nela contidas. Contudo, as propostas e recomendações expedidas por esta equipe técnica de auditories da CGU será objeto de análise para aprimoramento dos próximos RAINT’s.*

*Quanto à ausência de informações a respeito dos indicadores, pelo que foi mencionado no item 11 do RAINT2013, frise-se que estarão contidos no Relatório de Gestão da UFPE*“.

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“Quanto ao item referente a avaliação do Parecer da Auditoria Interna e a Estrutura e Atuação da Auditoria Interna, a AUDINT/UFPE tece os seguintes comentários: [...]

A unidade de Auditoria Interna para dar cumprimento ao IN 01/2007-CGU, informa através do RAINT as ações de auditoria realizadas de acordo com as áreas auditadas com base nos ditames fixados no PAINT. Para tanto, descreve as ações de auditoria de acordo com o cronograma proposto e recursos humanos e materiais empregados (HH).

Para as ações do PAINT previstas para o exercício de 2014, a AUDINT está identificando nos programas e volume de recursos auditados as fragilidades encontradas, identificando os percentuais referentes ao total das constatações por Relatório e por área, e avaliação dos controles internos administrativos.

Para as recomendações formuladas pela AUDINT através de seus Relatórios, está sendo efetivado o acompanhamento por ação, quantidade de recomendações expedidas, não atendidas e percentuais para as atendidas.

Em cumprimento a IN 01/2007, e como objeto de ação da auditoria interna a será observado o cronograma a ser executados, recursos humanos e materiais empregados para elaboração do RAINT/2013”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A resposta da Auditoria Interna afirma que vem elaborando o RAINT com base na IN-CGU 01/2007, “*atendendo, assim, todas as determinações nela contidas*”.

O fato trata do predomínio de aspectos formais no RAINT da UFPE e a insuficiência ou falta de elementos analíticos e gerenciais. Esse ressalta, também, a falta de registro do tempo efetivamente gasto em cada atividade planejada – ao contrário do que afirma o gestor – e a ausência de detalhamento quantitativo das metas físicas atingidas parcialmente, naqueles trabalhos que foram planejados, executados em parte, mas que não foram concluídos no exercício respectivo.

Cabe ressaltar que a IN-CGU 01/2007 prevê para o RAINT elementos dessa natureza, a exemplo de:

1. Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade, com base nos trabalhos realizados (Inciso III do artigo 4º);
2. Cronograma executado e recursos humanos e materiais empregados na descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade (incisos IV e V do art. 5º e art. 4º, inciso I).

Conclui-se, assim, que o RAINT não cumpre efetivamente o previsto na IN-CGU 01/2007 no tocante à sua elaboração, cabendo corrigir e aperfeiçoar os aspectos descritos no fato. Além disso, a implementação de tópicos analíticos e gerenciais no RAINT da UFPE tende a enriquecer o referido relatório e torná-lo mais útil para os gestores e demais usuários do mesmo, ainda que os aspectos formais do conteúdo do RAINT já sejam observados pela unidade de Auditoria Interna.

Quanto ao item 11 do RAINT 2013 (p. 20), relativo ao item II, art. 7º, da IN CGU nº 01, de 01/01/2007, será objeto de verificação por ocasião da auditoria de avaliação da gestão 2013, a ser realizada no primeiro semestre de 2014.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Na elaboração do RAINT observar a necessidade de existência de elementos formais - segundo as normas aplicáveis - e também de elementos analíticos e gerenciais - estes últimos em consonância com o Inciso III do artigo 4º da IN-CGU 01/2007, além do cronograma executado e recursos humanos e materiais empregados na descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade - conforme os incisos IV e V do art. 5º e art. 4º, inciso I da referida Instrução Normativa.

**2.1.2.2 INFORMAÇÃO**

**Avaliação sobre a estrutura a atuação da Auditoria Interna da unidade.**

**Fato**

A partir da avaliação realizada sobre a estrutura e atuação da Auditoria Interna, que baseou-se na documentação e informações prestadas pelos gestores, apresenta-se, a seguir, tabela com a consolidação das respostas às questões de auditoria (análises detalhadas constam nas constatações/informações deste relatório específicas sobre o tema):

**Estrutura da Unidade de Auditoria Interna**

|  |  |
| --- | --- |
| **Questões** | **Respostas obtidas** |
| 1. Qual a posição da Audin no organograma da entidade? | 1) Vinculada ao Conselho de Administração. |
| 1. O Conselho Diretor/Deliberativo:    1. aprova o regulamento da Audin?    2. aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT)?    3. Recebe comunicações da Audin sobre o cumprimento do PAINT?    4. Aprova as decisões sobre nomeação e exoneração do auditor-chefe? | 2.1) o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno (Resolução 01/95);  2.2) Sim;  2.3) Sim, o RAINT é submetido ao Conselho de Administração;  2.4) Sim, ao Conselho de Administração compete aprovar a nomeação/exoneração do Titular da Auditoria Interna. |
| 1. Existe uma política formalizada no regulamento/estatuto/regimento da IFE que:    1. Defina a missão da Audin?    2. Defina as responsabilidades do auditor-chefe perante o Conselho Diretor e a Administração?    3. Estabeleça que o Auditor-chefe deva opinar sobre a adequação e a efetividade dos controles internos administrativos da IFE?    4. Estabeleça que o auditor-chefe deva opinar sobre a gestão de riscos realizada na IFE?    5. Estabeleça que o auditor-chefe deva informar sobre o andamento e os resultados do PAINT ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração?    6. Estabeleça que o auditor-chefe deva informar sobre a suficiência dos recursos financeiros, materiais e de pessoal destinados à Audin ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração?    7. Defina que o auditor-chefe é responsável pelo alinhamento da atuação da Audin com os riscos identificados na gestão?    8. Garanta ao auditor-chefe a autoridade necessária para desempenhar suas atribuições?    9. Estabeleça que a Audin tenha acesso irrestrito a todos os documentos, registros, bens e servidores da IFE?    10. Estabeleça que o auditor-chefe tenha livre acesso ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente?    11. Garanta ao auditor-chefe a autonomia necessária para determinar o escopo dos trabalhos e aplicar as técnicas necessárias para a consecução dos objetivos de auditoria?    12. Determine que a prestação de serviços de consultoria à Administração da IFE seja realizada quando a Audin considerá-los apropriados?    13. Delimite a atuação dos trabalhos da Audin, evitando que execute trabalhos próprios de gestores?    14. Minimize os conflitos de interesses e favoreçam a imparcialidade dos auditores internos? | 3.1) Não está formalmente prevista. Existe definição da finalidade e objetivos;  3.2) as competências e responsabilidades do titular da Auditoria Interna não estão formalmente estabelecidas;  3.3) não está formalmente estabelecido;  3.4) não está formalmente estabelecido;  3.5) não está formalmente estabelecido;  3.6) não está formalmente estabelecido;  3.7) não existe tal definição;  3.8) não está formalmente previsto;  3.9) o § 2º do artigo 8º do Regimento Interno contém tal previsão, exceto pela falta de previsão formal de acesso aos servidores;  3.10) não existe previsão formal de livre acesso ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente;  3.11) não está formalmente previsto;  3.12) não está formalmente previsto;  3.13) não está formalmente previsto;  3.14) não está formalmente previsto. |
| 1. Existe uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os auditores internos da IFE? | 4) Não existe. |
| 1. Quantos auditores internos compõem a Audin? | 5) cinco |
| 1. As instalações da Audin na IFE podem ser consideradas como? Ruins, regulares, boas, ótimas? | 6) As instalações e equipamentos da Unidade podem ser considerados bons. |
| 1. A Audin possui equipamentos de informática em quantidade/qualidade suficiente para realizar seu trabalho? | 7) As instalações e equipamentos da Unidade podem ser considerados bons. |
| 1. Tomando-se como base o número de trabalhos de auditoria previstos no PAINT, pode-se considerar que o número de auditores internos é suficiente ou insuficiente? | 8) Avaliação restou prejudicada porque o RAINT 2013 não detalha como o tempo previsto no PAINT foi efetivamente utilizado nem que ações foram concretamente realizadas, em que medida e com que resultados. |
| 1. Qual o grau aproximado de aderência das atividades realizadas pela Audin, constantes no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) do exercício avaliado, com relação às planejadas? | 9) foram concluídos em 2013 trabalhos equivalentes a 75% dos homens hora planejados. |
| 1. Quem realiza a gestão de riscos na IFE? | 10) Entidade não realiza gestão de riscos (Acórdão TCU nº 3.388/2013 – Plenário). |
| 1. Caso seja realizada a atividade de gestão de riscos, qual o grau aproximado de aderência do planejamento das atividades da Audin em relação às fragilidades apontadas na avaliação de riscos? | 11) Idem item anterior. |
| 1. O PAINT do exercício avaliado foi submetido ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente para aprovação? | 12) Sim. |
| 1. As eventuais modificações ocorridas durante o exercício no PAINT do exercício avaliado foram submetidas ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente para aprovação? | 13) Não se aplica (Não houve modificações na versão aprovada pelo Conselho). |
| 1. A Audin realiza atividade de assessoramento à alta administração,    1. Propondo ações corretivas para os desvios gerenciais identificados?    2. Objetivando contribuir para a melhoria da gestão quanto à economicidade?    3. Objetivando contribuir para a melhoria da gestão quanto à eficiência?    4. Objetivando contribuir para a melhoria da gestão quanto à eficácia?    5. Nas ocasiões em que haja suspeitas de práticas fraudulentas dentro da IFE? | 14.1) sim, porém, o valor dessas recomendações poderia sder potencializado com a identificação de causas estruturais;  14.2) Idem item anterior;  14.3) Idem item anterior;  14.4) Idem item anterior;  14.5) sim. |
| 1. A Audin realiza atividades típicas de gestão, tais como elaboração de editais e minutas de contratos? | 15) Não identificou-se nenhuma evidência disso. Ressalta-se, porém, a ausência de normativos com vedação explícita da participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão. |
| 1. A Audin já realizou trabalhos que envolvessem a avaliação dos controles internos administrativos da IFE? | 16) Os PAINT recentes previam a avaliação dos controles internos em diversas áreas, porém identificaram-se deficiências na atuação da Auditoria Interna quanto a isso. |

##/Fato##

**2.1.2.3 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de previsão formal no Estatuto e Regimento da UFPE da existência da Unidade de Auditoria Interna. Omissão no Regimento Interno da Auditoria Interna da UFPE em relação a diversos aspectos relevantes para a sua atuação.**

**Fato**

A Auditoria Interna da UFPE não está formalmente prevista nem no Estatuto, nem no Regimento, nem consta no Organograma da UFPE. Essa unidade foi criada por meio da Resolução nº 01/95, de 19/09/95. Essa unidade possui um Regimento Interno, cuja versão atual é resultado de uma deliberação do Conselho de Administração, aprovada em 16/01/2002. O Conselho de Administração é órgão deliberativo superior da UFPE, de natureza colegiada (art. 15, inciso “b”, do Estatuto da UFPE).

A Auditoria Interna da UFPE é o órgão Técnico de Controle Interno e Assessoramento ao Conselho de Administração, segundo o Art. 1º do Regimento Interno da Auditoria Interna da UFPE, aprovado pelo Conselho de Administração da UFPE.

Apresenta-se, a seguir, informações sobre a existência de uma política formalizada no regulamento / estatuto / regimento da entidade para definir a missão, a autoridade e a responsabilidade da Auditoria Interna; delimitar a atuação dos trabalhos de Auditoria Interna, evitando que desempenhe tarefas de gestão administrativa, própria de gestores; e para estabelecer as normas que devem ser seguidas pelos auditores internos a fim de evitarem conflitos de interesses e favorecer a imparcialidade e a objetividade no resultado dos trabalhos.

As suas finalidades, de caráter preventivo e consultivo, estão previstas no art. 3º do referido Regimento Interno. Este instrumento não contém delimitação dos trabalhos de Auditoria Interna com o objetivo específico de evitar que desempenhe tarefas de gestão administrativa, própria de gestores, nem contempla previsão expressa de competência normativa – incluindo o estabelecimento de normas que devem ser seguidas pelos auditores internos a fim de evitarem conflitos de interesses e favorecer a imparcialidade e a objetividade no resultado dos trabalhos. Persiste a pendência para que a entidade reformule o seu Regimento Interno de modo a sanear as falhas anteriormente mencionadas.

A constituição formal da Auditoria Interna mediante previsão no Estatuto da UFPE conferiria maiores garantias e uma maior estabilidade institucional desta unidade. Em tese, na forma atual, uma decisão colegiada por maioria simples do Conselho de Administração seria suficiente para promover alterações da Auditoria Interna ou do seu Regimento Interno, ou até mesmo a extinção da unidade.

Caso houvesse previsão estatutária da Auditoria Interna, apenas decisões por dois terços do Conselho Universitário poderiam promover alterações no Estatuto. Além disso, comparativamente ao Conselho de Administração, deve-se ter em conta a maior abrangência e representatividade do Conselho Universitário, que é composto pelos integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (art. 16 do Estatuto) e a ele compete reformar o estatuto da IFES por maioria de dois terços da totalidade de seus membros e aprovar o regimento geral da universidade (art. 19, “a” e “b” do Estatuto). Tais informações são particularmente relevantes na atualidade, tendo em vista as iniciativas em curso para reformulação do Estatuto da UFPE, o que constitui uma oportunidade para previsão estatutária da Unidade de Auditoria Interna, vinculada a um conselho superior.

No entanto, feitas as ressalvas anteriores, registra-se a aprovação pelo Conselho de Administração da UFPE tanto do Regimento Interno da Auditoria Interna – que é o seu regulamento –, quanto do seu Plano de Atividades (PAINT) e Relatório de Atividades (RAINT), além da apreciação da indicação da Titular da Unidade de Auditoria Interna (Audint) pelo referido Conselho, ao qual a Audint/UFPE está vinculada.

Por fim, o Regimento Interno da Auditoria Interna da UFPE é omisso em relação a diversos aspectos considerados relevantes para a sua atuação, conforme registrado a seguir:

1) Definição da missão da Audint: não está formalmente prevista. Existe definição da finalidade e objetivos da unidade de auditoria interna no artigo 3º, além das suas competências no artigo 7º. Em termos de planejamento estratégico são admitidas diferenças entre os conceitos de missão, finalidade e objetivos;

2) Definição das responsabilidades do auditor-chefe perante o Conselho Diretor e a Administração: é tratado como auditor-titular no regimento interno e as suas competências e responsabilidades não estão formalmente estabelecidas;

3) Estabelecimento sobre o que o auditor-chefe deve opinar no tocante à adequação e a efetividade dos controles internos administrativos da IFES: não está formalmente estabelecido;

4) Estabelecimento de que o auditor-chefe deve opinar sobre a gestão de riscos realizada na IFES: não está formalmente estabelecido;

5) Estabelecimento de que o auditor-chefe deve informar sobre o andamento e os resultados do PAINT ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração: não está formalmente estabelecido;

6) Estabelecimento de que o auditor-chefe deve informar sobre a suficiência dos recursos financeiros, materiais e de pessoal destinados à Audint ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração: não está formalmente estabelecido;

7) Definição de que o auditor-chefe é responsável pelo alinhamento da atuação da Audint com os riscos identificados na gestão: não existe tal definição;

8) Garantia ao auditor-chefe da autoridade necessária para desempenhar suas atribuições: não está formalmente previsto;

9) Estabelecimento de que a Audint tenha acesso irrestrito a todos os documentos, registros, bens e servidores da IFE: o § 2º do artigo 8º contém tal previsão, exceto pela falta de previsão formal de acesso aos servidores;

10) Estabeleça que o auditor-chefe tenha livre acesso ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente: não obstante a previsão de livre acesso a informações, dependências e instalações, bens, títulos, documentos e valores, constante no § 2º do artigo 8º, não existe previsão formal de livre acesso ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente;

11) Garantia ao auditor-chefe de autonomia necessária para determinar o escopo dos trabalhos e aplicar as técnicas necessárias para a consecução dos objetivos de auditoria: não está formalmente previsto;

12) Determine que a prestação de serviços de consultoria à Administração da IFE seja realizada quando a Audint considerá-los apropriados: não está formalmente previsto;

13) Delimite a atuação dos trabalhos da Audint, evitando que execute trabalhos próprios de gestores: não está formalmente previsto. Ressalta-se que esse aspecto está tratado em outro ponto do presente relatório, existindo inclusive recomendação pendente de implementação;

14) Minimize os conflitos de interesses e favoreçam a imparcialidade dos auditores internos: não está formalmente previsto.

##/Fato##

**Causa**

- O Estatuto e o Regimento da UFPE não contemplam formalmente a existência de uma Unidade de Auditoria Interna, cuja existência decorre de uma resolução do Conselho de Administração;

- O Regimento Interno da Auditoria Interna da UFPE é omisso quanto à regulamentação de diversos aspectos considerados relevantes para a atuação dessa Unidade.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Sobre a inexistência de previsão formal da auditoria interna no Estatuto e no Regimento da UFPE, assim como a sua competência normativa, a Auditoria Interna comentou o que segue, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“*A Auditoria Interna irá apresentar uma nova proposta ao Conselho de Administração da UFPE, na qual será incluída de forma expressa a competência normativa da AUDINT, acatando, portanto, a recomendação desta CGU. Registre-se que a elaboração do Regimento já é objeto de ação contida em nosso PAINT2014.*

*Quanto à previsão formal da Auditoria Interna no Estatuto e no Organograma da UFPE, a AUDINT dará conhecimento à Administração Central para providências cabíveis*”.

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“*Conforme informado pela AUDINT está previsto no seu PAINT 2014 a elaboração de propostas/mudanças a serem submetidas ao Conselho de Administração da UFPE, que contemplem aspectos relevantes no Estatuto da UFPE e no seu Estatuto*”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A unidade de Auditoria Interna manifestou-se no sentido de promover alterações no seu Regimento Interno, que consta inclusive no PAINT de 2014. É importante que as mudanças propostas contemplem aqueles aspectos omissos no seu atual regimento, mas que são considerados relevantes para a sua atuação, de modo a aproveitar a oportunidade de implementação de melhorias.

No que diz respeito à previsão formal da Auditoria Interna no Estatuto, Regimento e Organograma da UFPE, a unidade de Auditoria Interna informou que dará conhecimento à Administração central para "providências cabíveis”. Não obstante as condições atuais garantirem autonomia para o desenvolvimento das atividades da Auditoria Interna, também neste caso é importante aproveitar a oportunidade em curso de reforma do Estatuto da UFPE para assegurar ainda maior autonomia e melhores condições para o desempenho da missão da Auditoria Interna.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Avaliar a conveniência e oportunidade de instituir previsão formal da existência da Auditoria Interna no Estatuto e Regimento da UFPE, por ocasião da reforma do Estatuto, em curso na entidade.

Recomendação 2: Reformular o Regimento Interno da Auditoria Interna da UFPE de modo a regulamentar as omissões relativas a diversos aspectos considerados relevantes para a atuação da Unidade, conforme tratado no Relatório de Auditoria nº 201315650.

**2.1.2.4 INFORMAÇÃO**

**Informação sobre a adequação do planejamento (PAINT) das atividades de Auditoria Interna da UFPE às fragilidades detectadas na avaliação dos riscos realizada pelo gestor e/ou pela própria Auditoria Interna.**

**Fato**

A análise do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFPE – PAINT/2013 foi objeto do Relatório de Acompanhamento da Gestão 2012 de nº 201209880. A versão preliminar do PAINT foi encaminhada à CGU-Regional/PE mediante o Ofício nº 723/2012-GR, de 29/10/2012. Foi apresentada a seguinte conclusão da análise:

“O PAINT está alinhado com os planos, metas, objetivos, programas e políticas gerenciados pela Entidade, contemplando também os temas tratados nos últimos trabalhos de auditoria realizados, com previsão para acompanhamento das diligências dos órgãos de controle”. As ressalvas apresentadas sobre a versão preliminar do PAINT foram consideradas na revisão que deu origem à versão definitiva do PAINT 2013, a qual foi encaminhada mediante o Ofício nº 049/2013-GR, de 31/01/2013. Os referidos documentos compõem o Processo nº 00215.001278/2012-21.

Entretanto, cabe ressaltar que o TCU apontou como não conformidades em relação à estrutura e à atuação da unidade de auditoria interna, no item 9.1.5 do Acórdão nº 3.388/2013 – Plenário, a “*ausência de trabalho específico de avaliação de riscos, realizado pela Audin ou pela própria UFPE, que utilize metodologia similar à preconizada nos Padrões de Levantamento do Tribunal de Contas da União, apesar da Audin realizar uma ’Avaliação Sumária quanto ao risco e a sua relevância em relação à UFPE’*”.

Sobre o que foi informado, a Auditoria Interna comentou o que segue, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“*Quanto ao planejamento para a realização de auditorias baseadas em risco, a AUDINT está capacitando seu quadro para esse fim.*

*Atualmente a Auditoria Interna vem realizando seu Plano Anual de Atividades com base em uma Matriz de Risco elaborada a partir das demandas do TCU da CGU e da AUDINT. Sendo observadas, assim, quais as áreas de maiores complexidades e questionamentos por parte dos órgãos de controle*”.

Por fim, a Auditoria Interna disponibilizou uma cópia da matriz de risco elaborada pela AUDINT.

##/Fato##

**2.1.2.5 CONSTATAÇÃO**

**Parecer da Auditoria Interna não contemplou de forma suficiente todos os elementos exigidos na DN TCU nº 132/2013.**

**Fato**

A partir da análise da primeira versão apresentada do Parecer da Auditoria Interna, solicitaram-se justificativas ao gestor pelas lacunas identificadas quando do cotejamento desse parecer com as exigências consignadas no item 1, anexo III, da DN TCU nº 132/2013. Em resposta, por meio do Ofício 018/2014-AUDINT, de 16/05/2014, a Titular da Auditoria Interna da UFPE encaminhou novo Parecer, o qual foi incluído no Processo de Contas da Entidade. Em análise a esse novo Parecer, verificaram-se ainda omissões/incompletudes quanto ao seguinte item:

Sistemática e sistemas para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna: esse item, que deveria ter sido contemplado na letra “d” do parecer em análise, não foi satisfatoriamente respondido pela titular da Auditoria Interna da UFPE. O parecer descreve a forma como é acompanhado o atendimento às recomendações da Auditoria Interna, porém não faz nenhuma menção à sistemática para identificar e monitorar os resultados e benefícios daí decorrentes. Tal deficiência também foi constatada quando da avaliação da autuação da Auditoria Interna, verificando-se que não são mensurados, nem monitorados, os potenciais benefícios de correntes da implementação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna.

##/Fato##

**Causa**

Atuação deficiente da Auditoria Interna, que não mensura, nem monitora os potenciais benefícios advindos do atendimento às suas recomendações.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201407314/005, item 1, a Titular da Auditoria Interna, por meio do Of. Nº 018/2014-AUDINT, de 16/05/2014, encaminhou novo Parecer da Auditoria Interna, que para o item em questão tem a seguinte redação:

“As atividades relativas às orientações para cumprimento das recomendações referentes às pós-auditorias, em observância às leis, aos regulamentos e procedimentos administrativos, foram encaminhadas às Unidades Gestoras/UFPE motivando ações e controles com o objetivo da adequada transparência dos seus atos.

A Unidade de Auditoria Interna em sua avaliação dos controles administrativos acompanhou as ações, as fragilidades identificadas e os aperfeiçoamentos desenvolvidos principalmente nas áreas de controle de gestão, gestão patrimonial e suprimentos bens e serviços.

O “Plano de Providências”, instrumento oficial de acompanhamento permanente das recomendações formuladas pelo órgão de controle interno, é utilizado pela entidade para orientar os gestores e dar transparência à gestão. As constatações e recomendações evidenciadas no Relatório de Acompanhamento da Gestão e Plano de Providências, foram objeto de monitoramento durante o exercício de 2013 da Auditoria Interna, em conjunto com a Diretoria de Controladoria/PROPLAN/UFPE e a Assessoria de Controladoria do Hospital das Clínicas/UFPE, setor responsável pelo acompanhamento de providências e cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelos órgãos de controle interno e externo.

O referido Plano funciona como um instrumento que consolida as providências a serem tomadas pelos gestores, as ações adotadas ou as justificativas para não adoção. Com base nesta sistemática, houve um avanço para sanar as falhas apontadas.

A AUDINT não possui um sistema informatizado de monitoramento para garantir o efetivo acompanhamento do estágio de implementação das recomendações e determinações expedidas pela Auditoria interna. Osacompanhamentos são efetivados pela AUDINT e pela Controladoria através de planilhas e consolidados ao final do exercício.

O acompanhamento da implantação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna da UFPE, após análise das respectivas respostas e documentos comprobatórios emitidos pelas unidades auditadas, é consolidado em planilhas Excel, onde se observa as recomendações implementadas e as pendentes. É também através destas planilhas que é feito o registro dos prazos concedidos para que as unidades tomem as providências cabíveis para sanar as falhas apontadas e efetivar o seu cumprimento no prazo estabelecido. Para tanto, o monitoramento se dá através de ofícios e planilhas constantemente atualizadas e endereçadas aos gestores para atender as pendências registradas.

Registre-se que a Unidade de Auditoria Interna tem participado de reuniões sistemáticas com os gestores, onde são discutidas as demandas dos órgãos de controle interno e externo, informações caráter consultivo e preventivo, alerta aos prazos para atendimento e esclarecimentos necessários para as falhas apontadas nos respectivos instrumentos de demanda.

Ratificamos nossa informação de que o novo sistema informatizado adquirido pela UFPE será uma ferramenta de controle e acompanhamento e monitoramento para os trabalhos da auditoria interna uma vez que possui um módulo específico para tais atividades.”

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“*Quanto ao item referente a avaliação do Parecer da Auditoria Interna e a Estrutura e Atuação da Auditoria Interna, a AUDINT/UFPE tece os seguintes comentários: [...]*

*Atendendo a solicitação da CGU a AUDINT elaborou novo Parecer o qual foi incluído no Processo de Contas da Entidade, pelo qual consideramos como atendido.*

*Ratificamos que o acompanhamento e atendimento das recomendações da AUDINT estão sendo tratado através de monitoramento continuo com o objetivo de se obter resultados advindo de sua atuação*”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A nova versão do Parecer, quanto ao monitoramento dos resultados decorrente dos trabalhos da auditoria interna, ainda se limita a descrever a forma de acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna, não abordando a questão pertinente ao acompanhamento dos resultados (ou benefícios) advindos da atuação da Auditoria Interna da Entidade, em desconformidade ao que é exigido na letra “d”, item 1 do Anexo III da DN TCU 132/2013.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Dar conhecimento formalmente a Auditoria Interna das falhas apontadas quanto ao parecer apresentado, para que nas futuras prestações de contas venha a apresentar peça em conformidade com os normativos emitidos pelo Tribunal de Contas da União.

**2.1.2.6 CONSTATAÇÃO**

**Estrutura disponível na Auditoria Interna é avaliada pela própria Unidade como não suficientemente adequada às necessidades institucionais, embora isso não seja satisfatoriamente evidenciado. Inexistência de uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os seus auditores internos.**

**Fato**

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) 2013 da UFPE registra que a Unidade de Auditoria Interna conta atualmente com sete servidores, sendo três contadores – incluindo a titular da Unidade, dois auditores, um assistente em administração e um auxiliar administrativo. As instalações e equipamentos da Unidade podem ser considerados bons. No entanto, esse PAINT ressalva os seguintes aspectos que refletem a visão da AUDINT quanto à sua estrutura e recursos disponíveis:

“*Considerando o número de Unidades Gestoras, a natureza e as ações diversificadas existentes em nossa Instituição, a unidade de Auditoria Interna continua necessitando de fortalecimento quanto ao seu quadro de pessoal, ampliação de sua estrutura física, aquisição de softwares aplicados às ações da auditoria com vista a uma atuação mais potencializada que renda maior eficácia, eficiência e efetividade no exercício de suas atividades [...]*

*Diante das dificuldades comentadas, a AUDINT com vistas ao cumprimento de sua missão, solicitou ao Dirigente máximo da Instituição a designação de um auditor adjunto, com função gratificada (FG-1), que substituirá o Auditor Titular, em suas faltas e impedimentos legal devidamente habilitado, conforme preceitua o Capítulo II, Art. 4º, parágrafo 3º do Regimento Interno da Auditoria Interna [...]*

*Salientando que os novos servidores, bem como toda a equipe, necessitam de treinamentos específicos voltados aos sistemas informatizados do Governo Federal (SIAFI Operacional e Gerencial, SIASG, SIAPE, SIMEC, etc., bem como capacitações nas áreas de Suprimentos, Bens e Serviços e Recursos Humanos*”.

Com as informações disponíveis não é possível opinar de forma concordante à visão da AUDINT quanto às carências de pessoal e recursos. Isto porque o RAINT 2013 não detalha como o tempo previsto no PAINT foi efetivamente utilizado nem que ações foram concretamente realizadas, em que medida e com que resultados. Mesmo a análise de cada um dos Relatórios da Auditoria Interna específicos não permite avaliar o planejado em confronto com o efetivamente realizado, já que existem atividades que não foram concluídas e não se explicita o tempo e recursos efetivamente gastos para a realização de cada trabalho. Assim, a avaliação da eficiência é prejudicada.

Por outro lado, há indícios de tempo excessivo destinado à realização de certas atividades previstas no PAINT, a exemplo da elaboração do próprio RAINT 2013, com alocação de 840 homens hora para elaboração de um produto cujo conteúdo pode não condizer com o tempo alocado para produção do mesmo. Esse tempo corresponde à alocação de 5 pessoas em tempo integral (40 horas semanais) durante um mês inteiro para elaboração de um relatório cujo conteúdo não reflete suficientemente as ações e resultados dos trabalhos da AUDINT e que é constituído predominantemente da consolidação de dados obtidos de relatórios do TCU, da CGU e respostas fornecidas pelos gestores da UFPE, no tocante às providências adotadas para atendimento às recomendações e determinações dos órgãos de controle, sem caracterizar o papel efetivo da AUDINT na solução dos problemas e implementação das ações em atendimento às recomendações expedidas. No mais, contém descrição superficial das demais atividades previstas no PAINT – mas não dos resultados obtidos, atividades estas que por sua vez já tiveram tempo específico para a sua realização e confecção dos respectivos relatórios específicos, a serem consolidados no RAINT.

Ademais, mesmo computando tempo aparentemente suficiente para realização de diferentes atividades, diversas delas não foram concluídas em 2013, mas foram prorrogadas para o exercício 2014, de forma que irão comprometer a produção da AUDINT no referido exercício.

Deste modo é necessário que a AUDINT documente e evidencie com suficiência cada uma das suas atividades e resultados, assim como documente e registre os seus relatórios em confronto com os seus planos, de modo a caracterizar eventual necessidade de ampliação do seu quadro de pessoal e de modo a justificar limitações nos resultados causadas por déficit de servidores.

##/Fato##

**Causa**

- Os planos e relatórios da Auditoria Interna da UFPE não contêm elementos suficientes que evidenciem o quantitativo de ações planejadas que são efetivamente realizadas nem os recursos efetivamente utilizados nessas atividades concluídas ou parcialmente executadas, o que implica em falta de informações suficientes para emissão de opinião favorável à ampliação dos recursos materiais e humanos requeridos pela Unidade;

- A Auditoria Interna da UFPE não possui uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os seus auditores internos.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

A Auditoria Interna respondeu o que segue, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“A Auditoria Interna mantém a informação de que tem um quadro pequeno de servidores, necessitando, assim, fortalecimento e ampliação de sua estrutura física.

A Auditoria interna elenca suas atividades no PAINT baseando-se na quantidade de HH disponível na equipe, objetivando do cumprimento das metas estabelecidas.

Entretanto, considerando o porte da UFPE, o seus orçamento anual de R$ 1.090.451.084,00, o quantitativo de Unidades Gestoras, entre outros parâmetros, pode-se concluir que do universo a ser auditado a AUDINT avalia um pequeno percentual nos trabalhos realizados, e isto ocorre em virtude do quadro deficitário de servidores”.

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“*Conforme informado a esse órgão de controle. informamos que em 2014 instituímos controles de acompanhamento de HH da equipe de Auditoria Interna, com o intuito de efetuarmos o controle e monitoramento quanto às horas previstas e realizadas para cada atividade prevista no PAINT/2014, bem como embasamento para o planejamento do próximo Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.*

*A equipe de Auditoria Interna vem aperfeiçoando os seus conhecimentos e técnicas através de cursos e treinamentos direcionados às atividades e assuntos propostos no PAINT/2015.*

*Está previsto para 2015 uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos da UFPE*”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A resposta da Auditoria Interna não contém elementos que justifiquem uma mudança nas conclusões do que foi informado anteriormente, uma vez que essa unidade afirma, mas não demonstra, mediante fatos e evidências, o uso eficiente dos recursos disponíveis nem demonstra, em consequência, a efetiva necessidade de ampliação do seu quadro de pessoal e da infraestrutura existente.

Como já foi tratado no presente relatório, o próprio RAINT não contrasta o que foi efetivamente realizado em relação ao que foi planejado, sequer demonstra como foram utilizados os recursos disponíveis.

O volume de recursos auditados, por si só, não é justificativa bastante. Afinal, existem técnicas de amostragem e de auditoria para tratar e superar as dificuldades e realidades alegadas.

Quanto ao número de UGs na UFPE, foi uma opção da gestão da entidade criar uma multiplicidade delas, embora sem vantagens evidentes e embora isso já tenha sido tratado e criticado em relatórios anteriores da CGU. Muitas dessas UGs (na verdade UGRs) funcionam com diversas limitações, dependendo da UG da Administração Central para o atendimento de suas necessidades.

Permanecem, pois, as conclusões apresentadas pela equipe de auditoria.

No tocante ao registro da necessidade de fortalecimento do seu quadro de pessoal e também de treinamentos e capacitações pela Audint, ressalta-se que essa unidade não possui uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os seus auditores internos, não obstante ocorrerem participações regulares do seu pessoal em eventos de treinamento e capacitação, além da alocação de carga horária para essas atividades no PAINT, apesar de tais ocorrências não estarem ligadas a uma política formal de desenvolvimento de competências.

Por fim, durante o exercício 2014 a CGU acompanhará a implementação e resultados das medidas informadas pelo gestor, de modo a avaliar eventual mudança da situação do fato apresentado.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Elaborar e instituir formalmente uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos da Auditoria Interna da UFPE, de modo que as ações de treinamento e capacitação incluídas anualmente no PAINT estejam aderentes à referida política e que se viabilize o estabelecimento de objetivos e aferição de resultados.

**2.1.2.7 INFORMAÇÃO**

**Aspectos indefinidos no relatório sobre as demandas recebidas pelo sistema de ouvidorias da UFPE, componente do RAINT 2013 da UFPE**

**Fato**

Um dos tópicos existentes no RAINT 2013 da UFPE é um relatório sobre as demandas recebidas pelo sistema de ouvidorias da UFPE. A existência de um relatório sobre as demandas recebidas pelo sistema de ouvidorias da UFPE é um aspecto positivo. Mas cabem algumas observações sobre os referidos relatórios.

Não fica evidente em diversas demandas recebidas pela Ouvidoria o desfecho do caso ou o acompanhamento de providências que não são imediatas ou daquelas envolvendo múltiplos setores, até o seu desfecho. Alguns exemplos:

a) “Denúncia de fraude no concurso técnico administrativo da UFPE com provas realizadas em 26 de maio de 2013”; “Encaminhada à PROGEPE para avaliação e providências necessárias”;

b) “Denúncia de discriminação / preconceito contra alunos africanos que estudam na UFPE”; “Realizada reunião com os envolvidos e aberto processo nº 23076.031622/2013-24, encaminhando a carta denúncia para Ana Cabral, Pró-Reitora da PROACAD para as providências cabíveis”; Ou ainda,

c) “Porta de entrada da BC fechada para acesso de cadeirantes”; “Encaminhado à Direção do SIB para providências”; e

d) “Denúncia de funcionários sem trabalhar na biblioteca do CTG”; “sem encaminhamentos”.

Quanto aos eventos retromencionados e todos os demais, em situação análoga, no relatório das ouvidorias, cabe questionar: a unidade administrativa envolvida adotou as providências necessárias? Quais? Isto ocorreu tempestivamente? O problema foi resolvido? E, nos casos classificados como “sem encaminhamentos”, qual a razão, a quem compete resolver o problema e o que deve ser feito, se aplicável?

É necessário definir a que setor ou unidade da UFPE compete acompanhar o andamento das soluções de demandas recebidas pela Ouvidoria e encaminhadas aos setores diretamente envolvidos, até a sua conclusão, qualquer que seja o desfecho. Se isto já acontecer, cabe ser explicitado no relatório, para que o público usuário do relatório possa saber que os problemas são acompanhados, após serem endereçados aos envolvidos diretos.

E, no relatório da Ouvidoria, seria positiva a inclusão de um campo para classificar cada demanda em “atendida”, “em andamento” e “não atendida”, ou classificação similar, além já existente estatística consolidada, quanto à situação de atendimento, os setores envolvidos e a categorização dos tipos de denúncias, quanto às suas naturezas, permitindo o acompanhamento de cada caso por setores externos à ouvidoria e aos setores diretamente envolvidos, bem como uma visão abrangente e gerencial.

Registra-se, por fim, a ilegibilidade de alguns gráficos ou tabelas do relatório da Ouvidoria-Geral da UFPE em 2013.

Sobre o que foi informado, a Auditoria Interna comentou o que segue, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“*Foi encaminhado à Ouvidoria Interna o memorando nº 033/2014-AUDINT-GR em 12/03/2014, solicitando os esclarecimentos relacionados às demandas da ouvidoria, uma vez que por enquanto a Auditoria Interna não faz acompanhamentos dos procedimentos adotados para monitoramento das demandas elencadas pela Ouvidoria.*

*Em anexo o Memo nº 16/2014 – Ouvidoria Geral com as justificativas apresentadas pelo Ouvidor Geral da UFPE*”.

A resposta da Ouvidoria-Geral da UFPE esclarece que as ouvidorias da UFPE “*ainda não dispõem de sistemas de gestão apoiado por tecnologia da informação (TI) que possibilitem a disponibilização de relatórios gerenciais integrados (ou individuais) com flexibilidade, rapidez, qualidade e segurança (sigilo) requeridos, bem como nos padrões preconizados pela Ouvidoria Geral da União. A única exceção, neste item, fica por conta da Ouvidoria Setorial do HC* [...]”. E acrescenta que a partir de abril de 2014 a Ouvidoria da UFPE deverá operar um novo Sistema de Gestão Integrado de Demandas, desenvolvido internamente no Núcleo de Tecnologia da Informação da UFPE, o que deverá contribuir para superação das atuais limitações.

Sobre o acompanhamento das denúncias, a Ouvidoria-Geral da UFPE afirma que “*verifica a efetiva implementação das soluções adotadas, em cada caso, tendo em vista o fortalecimento da credibilidade institucional e o potencial para alguma melhoria contínua (ou inovação) do serviço público (potenciais sugestões, alterações de procedimentos, normas, manuais, etc.) prestado pela UFPE, em médio ou longo prazo. No caso de denúncias, a Ouvidoria-Geral encaminha ao gestor diretamente responsável pela investigação, mas acompanha o desfecho do caso, respondendo oportunamente ao demandante*”. E descreve como é feito o referido acompanhamento, inclusive disponibilizando um fluxo da gestão das demandas. Por fim, informa algumas alterações que foram providenciadas no relatório da ouvidoria, a partir dos tópicos discutidos no presente fato.

##/Fato##

**2.1.2.8 CONSTATAÇÃO**

**Falhas na atuação da Auditoria Interna em trabalhos de avaliação dos controles internos administrativos da UFPE**

**Fato**

Conforme o item 12 do RAINT 2013 (p. 20), a AUDINT “*atuou na verificação dos controles internos da instituição, no que tange às aquisições de bens e serviços, procedendo com orientações para o controle das despesas por Unidade Gestora*”. Segundo informado, o acompanhamento incluiu o monitoramento de despesas por Unidade Gestora, contemplando aquisições mediante dispensa de licitação, segundo elemento de despesa, para observância dos limites legais e determinações do Acórdão TCU nº 1.038/2011-Plenário. Um dos objetivos almejados é a redução dos custos e a melhoria dos gastos, mediante gerenciamento dos processos para as compras centralizadas.

O RAINT 2013, entretanto, não menciona as constatações, as causas ou os resultados obtidos nem as recomendações expedidas, o que só pode ser conhecido mediante leitura de cada um dos Relatórios de Auditoria Interna elaborados para áreas de exame específicas, ainda assim de forma fragmentada e sem uma abordagem gerencial.

Ressalta-se que falhas sistêmicas, passíveis de detecção por meio das análises e dos relatórios da AUDINT, não recebem tratamento quanto à causalidade da falha nem a ênfase no problema sistêmico observável, pois o foco predominante reside nas constatações em cada processo administrativo individualmente considerado e não na avaliação dos controles internos dos procedimentos administrativos examinados. Se isto fosse feito seria possível identificar causas e propor soluções mais efetivas e definitivas para os problemas detectados.

São exemplos:

- Falhas na documentação de pagamentos de despesas de exercícios anteriores, que não contêm Nota Técnica quanto ao embasamento legal, nem o Resumo Contábil no formato do Demonstrativo das Despesas com Pessoal (DDP) do SIAFI, nem a Memória de Cálculo na planilha, dentre outros documentos relevantes (Relatório de Auditoria Interna nº 004/2013);

- Ausência de memórias de cálculo ou notas explicativas ou documentação comprobatória da origem dos valores pagos aos servidores (Relatório de Auditoria Interna nº 003/2013 – Gestão de Recursos Humanos);

- Ausência de numeração de páginas dos processos das diferentes áreas de gestão da UFPE examinadas, falha que foi apontada em mais de um dos relatórios da Auditoria Interna e que caracteriza desorganização administrativa interna da UFPE. Isto ocorreu no Relatório de Auditoria Interna nº 001/2013 – Dispensa de licitação (sugerindo que ocorrem pagamentos e posterior montagem de processo administrativo de dispensa de licitação e não um processo de aquisição que culmina com o reconhecimento da situação de dispensa de licitação); Relatório de Auditoria Interna nº 002/2013 – Inexigibilidade de licitação; Relatório de Auditoria Interna nº 004/2013 – Gestão Financeira; e Relatório de Auditoria Interna nº 005/2013 – Pregões.

- Atraso na publicação dos contratos e termos aditivos, ou da ratificação da inexigibilidade de licitação, na imprensa oficial, condição necessária para a eficácia dos atos e dos contratos administrativos (Relatório de Auditoria Interna nº 002/2013 – Inexigibilidade de Licitação; Relatório de Auditoria Interna nº 005/2013 - Pregões);

- Acréscimo de valor contratual superior ao limite legal previsto na Lei 8.666/93 (Relatório de Auditoria Interna nº 005/2013 - Pregões);

- Falhas na atuação dos gestores do contrato e nos procedimentos de fiscalização dos contratos, a exemplo de ausência da fiscalização inicial, ausência de registros de reuniões com preposto da contratada, inexistência de instrumentos de controle da execução contratual – incluindo pesquisa de satisfação do público usuário dos serviços (Relatório de Auditoria Interna nº 005/2013 - Pregões);

- Falhas nos controles de concessões de diárias e respectivas prestações de contas, incluindo ausência de justificativa para concessão de diárias em finais de semanas ou feriados e falta de documentos comprobatórios da efetiva participação do servidor no evento – que não a declaração assinada pelo próprio servidor (Relatório de Auditoria Interna nº 006/2013 - Contratos).

Outro aspecto a considerar são as atividades planejadas para um ano e não concluídas no mesmo exercício, sendo realizadas apenas no exercício seguinte, mas que não são consideradas no PAINT do novo exercício, o que interfere com a fidedignidade do respectivo cronograma de atividades e na alocação das horas de trabalho segundo as novas atividades programadas.

O RAINT 2013 e os Relatórios de Auditoria Interna de 2013 informam a não conclusão até o final de dezembro de 2013 das seguintes atividades planejadas no PAINT para o referido exercício: “Manual de procedimentos da AUDINT”; “Acompanhamento das NBCASP”; “Auditoria do CPGF”; “Auditoria de SPIUNET”; “Auxílio Natalidade”; “Indicadores de desempenho do Programa”, “Projeto/Atividade ou Ação Administrativa”; além de relatórios apresentados em versão preliminar apenas.

Observa-se que os relatórios da unidade de Auditoria Interna da UFPE não especificam o quantitativo atingido das metas parciais de cada trabalho remanescente, nem o quantitativo de homens horas efetivamente despendido em cada atividade, comparado ao quantitativo planejado, não discrimina o percentual de cumprimento efetivo de cada atividade do PAINT 2013 até o final de 2013, nem os respectivos homens hora utilizados em cada trabalho. Deste modo, não é possível aferir adequadamente o grau de aderência do RAINT 2013 ao respectivo PAINT. Porém, considerando os trabalhos segundo o quantitativo de homens hora planejados e concluídos, deixaram de ser concluídos em 2013 trabalhos correspondentes a 3.080 homens horas planejadas, de um total de 12.744 homens hora. Assim, foram concluídos em 2013 trabalhos equivalentes a 75% dos homens hora planejados.

Também foram identificadas possíveis falhas no processo de amostragem nos trabalhos da Auditoria Interna, tendo em vista os objetivos almejados. No Relatório de Auditoria Interna nº 001/2013 – Dispensa de Licitação, utilizou-se como critério de amostragem a seleção do empenho de maior valor – ou seja, apenas um empenho na respectiva categoria –, dentre as naturezas de despesas que continham totais acima de R$ 8.000,00.

Ocorre que a variabilidade é um elemento essencial num processo de amostragem. Se apenas um elemento de uma categoria ou estrato é selecionado, não há variabilidade na amostra. No caso da avaliação de processos de dispensa de licitação, por exemplo, não será possível detectar fracionamento de despesas examinando apenas um processo de licitação por elemento de despesa – pois o fracionamento é caracterizado justamente pela compra em diversos processos de menor valor daquilo que poderia ser adquirido em um único processo de maior valor (um dos determinantes da modalidade de licitação). Excetuam-se os casos incidentais, como de fato ocorreu no referido relatório, ao se detectar fracionamento de despesas mediante exame de um segundo processo, que se encontrava associado a um dos processos selecionados.

No exemplo apresentado, se um dos objetivos dos exames é detectar fracionamento de despesas e/ou inferir sobre o assunto, é necessário que cada estrato (elemento de despesa) seja constituído por múltiplos processos de um mesmo elemento de despesa, aplicando-se o mesmo raciocínio se há pretensão de avaliar o comportamento de determinada Unidade Gestora Responsável, ou qualquer outro fator que natureza análoga.

Ademais, é desejável que o RAINT dê a devida ênfase aos benefícios financeiros e/ou não financeiros resultantes do trabalho da Auditoria Interna, o que de fato acontece mas não foi registrado no relatório. Um exemplo é o potencial benefício financeiro, concretizado a partir do atendimento à recomendação de devolução de R$ 492,77 no Relatório de Auditoria Interna nº 011/2013 – Auxílio Natalidade. Há diversos outros exemplos identificáveis mediante análise dos Relatórios de Auditoria Interna Específicos, mas não no RAINT.

Por fim, registra-se uma situação que merece atenção dos gestores, que são as solicitações e recomendações da AUDINT não são respondidas por determinados setores da UFPE. Cita-se, a título de exemplo registrado nos Relatórios da Auditoria Interna, que as Unidades Gestoras 153089 – Centro de Ciências Jurídicas e 153098 – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação não se manifestaram sobre as constatações mencionadas nos relatórios preliminares nºs 007.07/2012 e 007.05/2012, respectivamente (Relatório de Auditoria Interna nº 001/2013 – Dispensa de Licitação).

##/Fato##

**Causa**

O Conselho de Administração, como órgão superior deliberativo em matéria administrativa e financeira, para o qual a Auditoria Interna se constitui como unidade técnica de assessoramento, não exerceu supervisão devida sobre a atuação da Audint, de modo a primar para que essa venha a agregar valor à gestão da Entidade, com avaliação efetiva sobre a qualidade dos controles internos, analisando as causas das falhas identificadas, e propondo soluções que venham trazer benefícios significativos para a Entidade.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Auditoria Interna apresentou a seguinte resposta, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“Conforme dito anteriormente, a equipe de Auditoria Interna vem aperfeiçoando os seus conhecimentos e técnicas através de cursos e treinamentos direcionados às atividades e assuntos propostos no PAINT2014. Contudo, as propostas e recomendações expedidas por esta equipe técnica de auditores da CGU será objeto de análise para aprimoramento dos próximos trabalhos.

A Auditoria Interna está adotando mecanismos de acompanhamento e controle do cumprimento das determinações e solicitações expedidas nos Relatórios e SA’s. O PPP – Plano de Providências Permanente permite a Auditoria Interna monitorar a implementação das recomendações por parte das Unidades Gestoras auditadas”.

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“*Na avaliação dos controles internos da Entidade a AUDINT já vem aperfeiçoando sua metodologia para exame de seus trabalhos. Para tanto, vem avaliando os controles internos administrativos da entidade com o objetivo de adotar mecanismos que permitam detectar a ocorrência de riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.*

*Considerando que os órgãos de controle vêm adotando a metodologia COSO, a auditoria interna está atenta no sentido de adequar a sua política de controles internos, tendo por referência os parâmetros e as boas práticas aplicáveis para a avaliação de controles internos da UFPE, utilizando o modelo do que preconiza o modelo COSO que são: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento*”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A unidade de Auditoria Interna afirma que pretende aperfeiçoar os seus próximos trabalhos levando em consideração os aspectos tratados no presente fato, o que será acompanhado pela CGU-Regional/PE.

Porém, deve ser ressaltada a importância da identificação das causas das falhas apontadas no relatórios da Auditoria Interna e no foco que deve ser dirigido à avaliação dos controles internos dos procedimentos administrativos examinados pela unidade de Auditoria Interna, objetivando maior eficácia e efetividade dos trabalhos da referida unidade.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Na realização das ações de controle pela Auditoria Interna da UFPE, adotar metodologia de exame que proporcione a identificação das causas das falhas apontadas - inclusive no tocante à detecção e evidenciação de falhas sistêmicas e não apenas falhas pontuais. Para tal, adotar enfoque voltado para a avaliação dos controles internos dos procedimentos administrativos examinados e não apenas para cada processo administrativo individualmente considerado.

**2.1.2.9 INFORMAÇÃO**

**Ausência no Regimento Interno da Auditoria Interna da UFPE de mecanismos para aplicação do princípio da segregação de funções, para evitar que a Auditoria Interna desempenhe tarefas de gestão administrativa próprias de gestores.**

**Fato**

O Relatório de Acompanhamento da Gestão 2012 de nº 201209880, que tratou da análise do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFPE – PAINT/2013 registrou a constatação de “Ausência de normativos com vedação explícita da participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão”, uma vez que o Conselho de Administração da UFPE não estabeleceu normativo que vedasse a participação de auditores internos em atos de gestão. Essa constatação gerou a recomendação de “atualizar o Regimento Interno da Auditoria Interna, contemplando vedação à participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão”. Tal recomendação continua pendente de implementação.

Sobre o que foi informado, a Auditoria Interna comentou o que segue, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“*Conforme dito anteriormente, a proposta de atualização do Regimento Interno já é objeto de ação da Auditoria Interna em 2014, sendo previsto do PAINT 2014, item 25. Saliente-se que, mesmo sem contemplar no Regimento Interno a vedação à participação dos auditores internos em atividades de gestão, a Auditoria Interna não participa das atividades que possam caracterizar participação na gestão*”.

##/Fato##

**2.1.2.10 INFORMAÇÃO**

**Informação sobre a atuação da Auditoria Interna no assessoramento à alta administração da UFPE**

**Fato**

Quanto à atuação da Auditoria Interna no assessoramento à alta administração, de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, com destaque para a pertinência e tempestividade das ações corretivas propostas para os desvios gerenciais identificados, são apresentadas as informações e consideração abaixo.

O RAINT 2013 da UFPE não fornece informações suficientes que permitam aferir a pertinência e tempestividade das ações corretivas propostas para os desvios gerenciais identificados. Aliás, sequer são indicados os eventuais desvios gerenciais identificados no referido relatório. Para os referidos fins é necessário examinar cada um dos Relatórios de Auditoria Interna temáticos. Nos referidos relatórios, em particular no tópico das conclusões que lista as ressalvas decorrentes dos trabalhos da AUDINT, é possível identificar uma síntese dos principais problemas detectados nas áreas examinadas, que possui valor enquanto instrumento de assessoramento à alta gestão. Porém, o valor desses relatórios poderia ser potencializado se a AUDINT adotasse uma avaliação voltada para os procedimentos – inclusive indicando as falhas de natureza sistêmica e a sua representatividade, na qual sejam identificadas as causas estruturais que contribuem para a ocorrência das impropriedades constatadas e que apontem o alcance e os ganhos financeiros e não financeiros decorrentes da solução dos problemas.

O RAINT 2013, embora em geral não caracterize que ações a Auditoria Interna realizou concretamente nem com que resultados e recomendações, informa as seguintes iniciativas que poderiam contribuir para o assessoramento à alta administração na busca de alcance de resultados:

- “*A Auditoria Interna buscando reforçar sua missão de assessoramento à gestão, e também aprimorar o processo de comunicação interna, informou aos Srs. Gestores/UFPE, com base no Ementário da Gestão Pública – EGP, as principais orientações do TCU, organizadas por assunto e segundo o dia de publicação do Diário Oficial da União, considerando três fatores: relevância, criticidade e excelência, objetivando alerta-los para o cumprimento das leis, normas e regulamentos, norteando-os quanto às demandas dos órgãos de controle interno e externo no âmbito da UFPE*” (item 2).

- “*As constatações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo referentes ao exercício de 2013 foram acompanhadas pela Auditoria Interna em conjunto com a Diretoria de Controladoria da UFPE*”. Os documentos examinados para este fim incluem relatórios, ofícios, notas técnicas, PPP (plano de providências permanente) e determinações expedidas pelo TCU (Acórdão, Deliberações, Denúncias, Ofícios, etc.) (item 4).

- Acompanhamento das decisões dos Conselhos Superiores da UFPE (item 5).

- Acompanhamento de recomendações de entidades de fiscalização do exercício profissional (item 6).

- Acompanhamento das ações relativas a demandas recebidas pela Ouvidoria da entidade (item 7): registra-se a inexistência do Anexo VI do RAINT 2013, que deveria tratar das ações relativas a demandas recebidas pela ouvidoria da entidade, mas estariam sendo consolidadas, para envio aos órgãos de controle em 10/02/2014.

- Acompanhamento das ações relativas a denúncias recebidas diretamente pela entidade (item 8).

- Acompanhamento do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de recursos provenientes de convênios com órgãos financiadores [possivelmente também se refere a recursos de financiadores privados]. Isto é feito mediante o uso de sistemas como o SIMEC e do SIAFI (item 10). O RAINT 2013 ressalva que as metas física e financeira, previstas e realizadas, ainda estavam sendo avaliadas pelos gestores das ações/programas.

- Avaliação dos indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa: O item 11 do Raint 2013 (p. 20) ressalva o descumprimento da exigência do item II, art. 7º, da IN nº 01, de 01/01/2007, conforme já dito anteriormente, devido à indisponibilidade de dados fornecidos pelas Pró-Reitorias, Centros e Departamentos, em função de o ano letivo 2013 ainda se encontrar em curso no início de 2014, impedindo a Coordenação de Informações Gerenciais – CIG/PROPLAN de concluir os trabalhos tempestivamente.

- Avaliação dos controles internos e administrativos da entidade (item 12), no tocante às aquisições de bens e serviços, mediante o uso do SIAFI Gerencial para monitoramento de despesas por dispensa de licitação, alertando e recomendando aos gestores observância dos limites legais e também as determinações do TCU. Também são mencionados esforços por parte da PROGEST em diagnósticos e planejamento de aquisições, em especial o uso de compras compartilhadas entre instituições de ensino superior, para obtenção de qualidade e preços, além da aplicação das orientações de consumo do “Esplanada Sustentável” e das Melhores Práticas de Gestão, por intermédio da Diretoria de Logística da PROGEST.

- Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios em pregões e processos de inexigibilidade de licitação (item 13): o RAINT 2013 não informa quais foram as constatações, recomendações e resultados das auditorias realizadas.

- Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios, avaliação do gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes firmados entre a UFPE e FADE (item 14), cujos resultados finais estão previstos apenas para o final de fevereiro de 2014.

- Verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal (item 15).

Sobre o que foi informado, a Auditoria Interna comentou o que segue, por intermédio do Ofício nº 011/2014-AUDINT/GR, de 14/03/2014:

“*Quanto às constatações e recomendações referentes a auditoria de processos licitatórios, estas estão elencadas nos respectivos Relatórios Finais de Auditoria Interna.*

*As recomendações evidenciadas por esta equipe, serão objeto de análise visando o aprimoramento das atividades realizadas pela Auditoria Interna*”.

##/Fato##

**2.2 CONTROLES EXTERNOS**

**2.2.1 ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO**

**2.2.1.1 CONSTATAÇÃO**

**Fragilidades dos Controles Internos da UFPE para atendimento das determinações do TCU.**

**Fato**

Por meio da SA 201407314-001, a CGU solicitou informações quanto ao monitoramento exercido pela Unidade acerca das determinações do TCU. Por meio do Memo 067/2014-AUDINT/GR, a Unidade se manifestou da forma listada a seguir, analisada caso a caso pela CGU.

A - Acerca da avaliação de riscos no que concerne ao tempestivo atendimento das determinações do TCU:

*"O Setor de Auditoria Interna realiza suas atividades de acordo com as atividades programadas no seu Plano Anual de atividades = PAINT. Para escolha das áreas, subáreas e assuntos previstos no PAINT, elabora-se uma matriz de riscos baseada nas demandas dos órgãos de controle e da própria unidade de Auditoria Interna".*

Cabe observar que na matriz de riscos apresentada pela Unidade, as determinações do TCU funcionam como entradas da matriz e não se configuram em seu objeto essencial. A matriz apresentada não realiza avaliação de riscos específicos para determinações do TCU.

B - Acerca dos instrumentos utilizados para acompanhamento das determinações:

*"A Unidade de Auditoria adotou rotinas administrativas e está efetuando o controle de todas as recomendações expedidas pelos órgãos de controle interno e externo, tais como: Relatórios, Ofícios, Notas Técnicas, PPP e determinações expedidas pelo TCU (Acórdão, Deliberações, Denuncia Ofícios etc.). Como não possuímos ainda um sistema informatizado que possibilite o efetivo acompanhamento, estamos utilizando a ferramenta do Excel, onde se encontram planilha das demandas (constatações e recomendações), efetuando assim o monitoramento, acompanhamento, manifestação do gestor, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos".*

Cabe observar que existem fragilidades no controle e monitoramento de determinações a partir de planilhas visto que tal instrumento não fornece alertas de prazos, pontos críticos e gargalos, por exemplo.

C - Acerca da identificação e monitoramento dos pontos críticos e/ou gargalos para implementação das determinações/recomendações, bem como de eventos (fatores internos/externos) que poderiam impactar no atendimento:

*"A AUDINT não possui um sistema informatizado de monitoramento para garantir o efetivo acompanhamento do estágio de implementação das recomendações e determinações expedidas pelos órgãos de controle e pela Auditoria interna. Os acompanhamentos são efetivados pela AUDINT e pela Controladoria através de monitoramento em planilhas de Excel.*

*Como sistemática de monitoramento dos resultados dos trabalhos dos órgãos de controle e da auditoria interna, a equipe emite o PPP (Plano de Providencias Permanente) que evidencia as recomendações não atendidas e/ou pendente de cumprimento, com o objetivo de monitorar as ações que foram implementadas, justificativas para o seu não cumprimento e prazo para cumprimento".*

Cabe observar que a identificação e monitoramento de pontos críticos, gargalos e eventos é realizado de forma artesanal, sujeita a falhas, fragilidades e intempestividade.

D - Acerca de medidas corretivas/alternativas a ser adotadas, em caso de ocorrência de eventos que impeçam a implementação das determinações:

*"Todas as recomendações oriundas dos trabalhos da Auditoria e dos órgãos de controle interno e externo são de conhecimento da alta gerência e o procedimento usual é de encaminhamento aos gestores das Unidades/UFPE, que por sua vez são monitoradas pela Diretoria de Controladoria e a Auditoria Interna. Para as recomendações não implementadas durante os trabalhos de auditoria, o procedimento é de que na emissão do Plano de Providências Permanente (PPP), o gestor responsável pela Unidade auditada, se manifesta com justificativa e/ou esclarecimentos, bem como informa a data prevista para as recomendações exaradas nos relatórios de auditoria.*

*O Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT, que consolida todas as ações realizadas pela Auditoria da UFPE durante o exercício, é submetido à aprovação do Conselho de Administração da UFPE e enviados a Controladoria Geral da União".*

Observa-se que, em sua manifestação, a Unidade não especificou as medidas corretivas que podem ser adotadas em caso de ocorrência de eventos que impeçam a implementação de determinações.

E - Acerca de escala de prioridades na implementação das deliberações do TCU:

*"Todas as demandas recebidas pelos órgãos de controle para a UFPE, a Diretoria de Controladoria e a Auditoria Interna procuram atender em cumprimento aos prazos estabelecidos pelos referidos órgãos".*

Em sua manifestação, a Unidade não apresentou uma escala de prioridades.

Em resumo, constata-se que a Unidade realiza o processamento de todas as demandas oriundas dos diversos órgãos de controle de forma manual, apenas com o uso de planilhas de computador. Verifica-se, portanto, o procedimento está sujeito a fragilidades no monitoramento de prazos, pontos críticos, fatores de impacto e pendências diversas. Cabe destacar que não há uma avaliação de riscos específica para as determinações do TCU. Cabe observar, ainda, que o TCU em seu Acórdão nº 3388/2013 já havia alertado sobre a “ausência de trabalho específico de avaliação de riscos, realizado pela Audin ou pela própria UFPE, que utilize metodologia similar à preconizada nos Padrões de Levantamento do Tribunal de Contas da União”.

##/Fato##

**Causa**

A Titular da Auditoria Interna não definiu procedimentos para um acompanhamento adequado ao atendimento das recomendações do Tribunal de Contas da União. Por sua vez, o Conselho de Administração não exerceu supervisão efetiva sobre a atuação da Auditoria Interna, particularmente quanto à adoção de procedimentos visando assegurar um adequado acompanhamento ao atendimento das recomendações do TCU.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Memo 083/2014-AUDINT, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

“A – Acerca da avaliação de riscos no que concerne ao tempestivo atendimento das determinações do TCU;

Manifestação do Gestor

Entendemos que o processo de controle interno deve ser monitorado, e as modificações necessárias efetuadas tempestivamente. Dessa forma, o sistema pode se adaptar às mudanças internas e externas que venham a surgir, mantendo sempre os riscos de erros e fraudes em um nível aceitável. As ações da auditoria interna têm sido constante em relação aos processos da entidade, bem como alterações necessárias a fim de que se possam otimizar os resultados.

Contudo, a AUDINT vem observando quais as áreas de maiores complexidades e questionamentos por parte dos órgãos de controle, bem como vem aperfeiçoando os seus conhecimentos e técnicas através de cursos e treinamentos direcionados ao seu corpo técnico para a realização de auditorias baseadas em risco.

Vale salientar que a Diretoria de Controladoria dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo TCU através dos TC 019.580/2011-8 e TC 001.027/2014-0 que tratou de mapeamento dos processos de manutenção e pesquisa com o propósito de identificar risco de execução de processos, a Controladoria da UFPE iniciará um mapeamento dos processos desde a sua origem até o seu termino, passando por todas as rotinas e funções, que com certeza a auditoria contribuirá bem como subsidiará nos seus trabalhos.

A AUDINT entende que a avaliação de risco tem como finalidade identificar, medir e priorizar riscos a fim de se eleger às áreas auditáveis mais significativas, permitindo ao auditor delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles com maior profundidade.

B – Acerca dos instrumentos utilizados para acompanhamento das determinações:

Manifestação do Gestor

O acompanhamento das recomendações são realizadas mediante envio de Plano de Providências Permanente às Unidades auditadas. Através desse plano os gestores informaram quais foram às providências adotadas para implantar as recomendações e emitiram documentos probatórios da implantação, quando for o caso. Após o recebimento das manifestações dos gestores à AUDIN analisa, a fim de verificar se atendem ao que fora recomendado.

Ressalta-se que com a aquisição do novo sistema ( SIPAC), adquirido pela UFPE, que conta com um módulo específico de auditoria, trará resultados efetivos para a Entidade no acompanhamento das demandas da unidade de auditoria interna e dos órgãos de controles.

C – Acerca de identificação e monitoramento dos pontos críticos e/ou gargalos para implementação das determinações/recomendações, bem como de eventos (fatores internos/externos) que poderiam impactar no atendimento:

Manifestação do Gestor

A UFPE objetivando atender aos desafios supracitados, a UFPE assinou o Termo de Cooperação 01/2013 com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o objetivo de receber 19 módulos do sistema SIPAC da UFRN, além do acompanhamento, supervisão, fiscalização e prestação de assistência técnica visando o alcance das metas de implantação previstas no instrumento por parte da UFRN.

A decisão pela escolha do SIPAC foi baseada nos seguintes aspectos:

Trata-se de uma solução licenciada em que é cedido o código fonte para a UFPE, permitindo que a instituição evolua o sistema por conta própria após o término do convênio, tendo assim completo domínio sob a evolução do sistema. Ressalta-se, que, via de regra, as soluções comerciais licenciadas não disponibilizam o código fonte para instituição uma vez que se trata de um produto pronto.

O sistema SIPAC possui uma considerável abrangência negocial, e se mostra adequado ao uso em diversas Universidades e Institutos Federais. São quase duas mil funcionalidades destinadas à gestão administrativa.

Não há soluções similares no mercado que possuam as características tecnológicas dos sistemas SIG da UFRN: atualizado, 100% web, utilizando frameworks opensource e servidores livres, bem como o seu escopo negocial da abrangência de informações e completude de funções voltadas para o contexto de uma IFES no Brasil.

Diversas instituições públicas federais, dentre elas 20 universidades federais, 4 institutos federais, 5 unidades da administração direta estão implantando e participando de uma rede de colaboração para o desenvolvimento do sistema SIPAC. Esta colaboração, especialmente entre as IFES, não será encontrada em produtos comerciais.

Entendemos que a identificação dos pontos críticos, gargalos e eventos e seu monitoramento realizado através de planilhas Excel podem sofrer falhas e intempestividade, contudo no momento a Auditoria Interna só dispõe deste recurso para efetuar tais acompanhamentos. Com a aquisição do novo sistema (SIPAC) adquirido pela UFPE, que subsidiará nossos trabalhos, acreditamos que esse instrumento trará resultados efetivos para a Entidade considerando que o sistema possui um módulo específico para auditoria interna e controladoria.

D – Acerca de medidas corretivas/alternativas a ser adotadas, em caso de ocorrência de eventos que impeçam a implementação das determinações;

Manifestação do Gestor

Os procedimentos adotados para as demandas da auditoria interna são também utilizados para as recomendações evidenciadas nas auditorias de acompanhamento realizadas pela CGU/PE e pelo TCU. Salienta-se que as ações corretivas/sanadas são acompanhadas pela Unidade de Auditoria Interna em parceria com a Diretoria de Controladoria/PROPLAN/UFPE.

Em regra, a alta gerência tem se mostrado sensível às recomendações e/ou observações apresentadas pelos órgãos de controle, buscando sempre atuar em parceria com o objetivo de fortalecer as ações voltadas à gestão da coisa pública.

Conforme justificativa apresentada no item “C” o controle e monitoramento acompanhamento das demandas podem sofrer falhas e intempestividade, contudo no momento a Auditoria Interna só dispõe deste recurso para efetuar tais acompanhamentos.

E – Acerca de escala de prioridades na implementação das deliberações do TCU

Manifestação do Gestor

Todas as recomendações oriundas dos trabalhos da Auditoria e dos órgãos de controle interno e externo são de conhecimento da alta gerência e o procedimento usual é de encaminhamento aos gestores das Unidades/UFPE, que por sua vez são monitoradas pela Diretoria de Controladoria e a Auditoria Interna. Para as recomendações não implementadas durante os trabalhos de auditoria, e demandas dos órgãos de controle (TCU e CGU), o procedimento é de que na emissão do Plano de Providências Permanente (PPP), o gestor responsável pela Unidade auditada, se manifesta com justificativa e/ou esclarecimentos, bem como informa a data prevista para as recomendações exaradas nas solicitações das auditorias. Quanto a escala de prioridades a UFPE procura atender tempestivamente, obedecendo os prazos estipulados nas deliberações do TCU. “

Em resposta ao Relatório Preliminar nº 201407314, por meio do Ofício nº 278-GR, de 25/06/2014, o gestor apresentou a seguinte manifestação adicional:

“*A Auditoria Interna da UFPE está estabelecendo planos com base em análise de risco para determinar as prioridades das atividades de auditoria. A matriz de risco subsidiará o planejamento dos trabalhos de auditoria, quando da elaboração do PAINT 2014, na definição do escopo, profundidade e extensão da análise e no direcionamento geral dos trabalhos, contribuindo assim para prover informações gerenciais e promover um melhor conhecimento do controle interno da entidade.*

*O trabalho a ser realizado tem como objetivo subsidiar o planejamento das atividades da auditoria interna, com relação à seleção das Unidades Gestoras Responsáveis da UFPE a serem auditadas e ainda possibilitará a criação de um modelo baseado em risco e relevância a ser aplicado também para atendimento aos órgãos de controle interno e externo*”.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Em relação à avaliação de riscos no que concerne ao tempestivo atendimento das determinações do TCU, a Unidade indicou as medidas que está tomando para que, no futuro, possa efetivamente realizar a avaliação de riscos.

Em relação aos instrumentos utilizados para acompanhamento das determinações, a Unidade indicou que irá adquirir um sistema que trará resultados efetivos nessa área.

Em relação à identificação e monitoramento dos pontos críticos e/ou gargalos para implementação das determinações/recomendações, bem como de eventos (fatores internos/externos) que poderiam impactar no atendimento, a Unidade descreve o funcionamento do sistema que, no futuro, trará resultados efetivos nessa área.

Em relação às medidas corretivas/alternativas a serem adotadas, em caso de ocorrência de eventos que impeçam a implementação das determinações, a manifestação da Unidade não respondeu aos questionamentos.

Em relação à escala de prioridades na implementação das deliberações do TCU, a manifestação da Unidade não discrimina tal escala, limitando-se a destacar que “procura atender tempestivamente” às deliberações do TCU.

Durante o exercício 2014 a CGU acompanhará a implementação das medidas mencionadas e os seus resultados.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Instituir procedimentos para garantir um adequado acompanhamento do atendimento das determinações do TCU, com instrumentos para avaliação de riscos, identificação e monitoramento dos pontos críticos e/ou gargalos para implementação, com previsão de medidas corretivas em caso de ocorrência de eventos que prejudiquem o atendimento a essas determinações e com a adoção de uma escala de prioridades para o atendimento a tais determinações.

**3 GESTÃO PATRIMONIAL**

**3.1 BENS IMOBILIÁRIOS**

**3.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS**

**3.1.1.1 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de inventário das condições de conservação de cada prédio/bloco.**

**Fato**

Por meio da SA nº 201407314-001, a CGU solicitou que a UFPE apresentasse registro ou inventário das condições de conservação de cada prédio/bloco. Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO-PROPLAN, a UFPE informou que "após a finalização do cadastro (Plano de Providências) teremos condições de categorizar os prédios de acordo com seu estado de conservação". Constata-se, portanto, que a UFPE não mantém inventário das condições de conservação dos seus bens imóveis.

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 305/2014-PCU/DCM, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

“Com base na auditoria de natureza operacional, realizada entre abril e julho de 2012 pelo Tribunal de Contas da União, o qual culminou no Acórdão 504/2013. Elaboramos o Plano de Providências em julho de 2013 com o intuito de atender as orientações do TCU e às NBR 5674 – Manutenção de edificações - Procedimentos e NBR 14037 – Manual de operação, uso e manutenção das edificações - Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação. Percebemos que, como todo e qualquer planejamento, precisamos conhecer e registrar o universo de trabalho que vai compor o nosso escopo. Segundo a NBR 5674: “O sistema de manutenção dever possuir uma estrutura de documentação e registro permanentemente atualizado para propiciar economia na racionalização dos serviços de manutenção, reduzir a incerteza no projeto e execução dos serviços de manutenção e auxiliar no planejamento de serviços futuros.” Para isto, projetamos a contratação de bolsistas na UFPE que estão executando levantamentos, cadastros e digitalizando em CAD, de forma a permitir a consulta do acervo aos projetistas da Gerência de Pequenos Projetos, Diretoria de Planos e Projetos e Coordenação de Patrimônio. O acervo está em desenvolvimento desde set/2013, composto por elementos gráficos e planilhas de revestimentos que vão possibilitar o planejamento das intervenções de acordo com a durabilidade projetada dos materiais e suas condições de uso, prolongando assim a sua existência e função. As inspeções técnicas de resistência dos materiais, infiltrações pontuais e avaliação estrutural são realizadas pela Gerência de Pequenas Obras e Serviços – GPO/DMC. Com a implantação do novo contrato e com a atual atividade dos Técnicos em Edificações (concursados em set/2013) temos uma resposta a solicitação mais precisa sobre os pontos importantes a serem trabalhados. O desafio é compatibilizar com a dinâmica de intervenções nos mais de 400.000m² de área construída da instituição, que por vezes executam reformas com recursos oriundos de projetos de pesquisa e que não são submetidos a parecer técnico da SPO ou PCU.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A manifestação da Unidade corrobora a constatação pois o inventário solicitado está em desenvolvimento e apenas no futuro a Unidade disporá de uma resposta mais precisa.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: o Reitor deve prover a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve compilar e apresentar um inventário das condições de conservação de cada prédio/bloco de seu patrimônio, contendo no mínimo a identificação do prédio, estado de conservação das instalações elétricas, hidráulicas, lógicas, de telefonia, de prevenção e combate a incêndio, tipo de estrutura, estado de conservação das estruturas, tipo de coberta, estado da coberta, data da última manutenção, valor da última manutenção, data da última reforma, valor da última reforma, entre outros que se fizerem necessários de acordo com o entendimento de seus profissionais. O inventário deve ser atualizado periodicamente.

**3.1.1.2 INFORMAÇÃO**

**Prédios construídos nos últimos cinco anos.**

**Fato**

A Unidade construiu mais de 15 prédios nos últimos cinco anos, conforme quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Prédios construídos nos últimos cinco anos | |
| Ano de conclusão da obra | Identificação do prédio |
| 2013 | CLÍNICA ESCOLA DE FONOAUDIOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA UFPE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA E CENTRO DE APOIO AO ESTUDANTE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DO NIATES CCB / CCS |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS AGRESTE |
| 2013 | CONSTRUÇÃO DO BLOCO 7 DO CAMPUS DO AGRESTE |
| 2012 | CONSTRUÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS CASAS DE ESTUDANTE MASCULINA E FEMININA |
| 2012 | CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS - CTG / CCEN |
| 2012 | CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE SLAS DE AULA - CFCH / CCSA |
| 2011 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE ECOTOXICOLOGIA AQUÁTICA MARINHA DO DEP. ZOOLOGIA DO CCB |
| 2011 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE CULTIVO DE MEIO AMBIENTE - FAUNA MARINHA DO CCB |
| 2010 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE PALEONTOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO CERMA / MUSEU DE OCEANOGRAFIA |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ENGENHARIA BIOMÉDICA |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA PÓS-GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MECÂNICA DO CTG |
| 2009 | CONSTRUÇÃO DAS SALAS DE AULA DO CCSA |

Cabe observar que, apesar de solicitado, a Unidade não informou a origem dos recursos para cada obra, conforme relatado em constatação. Observe-se, ainda, que a Unidade não apresentou as informações sobre obras concluídas e em andamento dos últimos cinco anos em um formato compilado ou sinóptico. As informações foram apresentadas em diversos formatos e tipos de documentos. Dada a ausência de compilação dos dados, restam dúvidas quanto à confiabilidade das informações. Na tentativa de checar a confiabilidade das informações, a CGU fez uma pequena amostra com três obras que estavam em andamento em 2009. As obras continuaram em andamento nos anos de 2010, 2011, 2012. Entretanto, em 2013, as três obras não se encontravam mais em andamento e tampouco fazem parte da lista de obras concluídas em 2013. As obras que permaneceram em andamento de 2009 a 2012 e que não se encontram em 2013 são as seguintes:

- CONSTRUÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE DO CAMPUS DO AGRESTE;

- CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISA EM INOVAÇÃO TEREPÊUTICA – NUPIT / UFPE;

- CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO PARA O NÚCLEO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS E CONS. DO PATRIMÔNIO.

##/Fato##

**3.1.1.3 CONSTATAÇÃO**

**Falhas na conservação de áreas e equipamentos destinados aos estudantes.**

**Fato**

A CGU inspecionou uma amostra de quatorze salas em sete prédios do Campus Joaquim Amazonas da UFPE. Foram selecionados dois prédios novos, construídos a menos de cinco anos, dois prédios reformados a menos de cinco anos e três prédios antigos que não foram objeto de reforma. Em parte desses imóveis foram verificadas as seguintes falhas:

A - Material elétrico exposto sem a devida proteção.

|  |  |
| --- | --- |
| A description... | A description... |
| Laboratório de aula do prédio de Odontologia - caixa de tomada exposta. | Laboratório de aula do prédio de Odontologia - fiação exposta próxima ao teto. |
| A description... | A description... |
| Laboratório de aula do prédio de Odontologia - caixa de tomada de telefonia aberta. | Laboratório de aula do prédio de Odontologia - fiação de rede lógica exposta. |
| A description... | A description... |
| Laboratório de aula do Centro de Ciências Biológicas - fiação exposta em caixas de passagem. | Laboratório de aula do Centro de Ciências Biológicas - a fiação elétrica é aérea, o que não se constitui em problema. Entretanto, a ligação do equipamento com a fiação aérea é frágil e desprotegida, além de estar próxima ao contato com o corpo dos usuários. |
| A description... | A description... |
| Laboratório de aula do Centro de Ciências Biológicas - caixas de tomadas sem eletricidade no piso - foram abandonadas em troca da fiação aérea, entretanto acumulam detritos e podem dificultar a locomoção dos usuários. | Laboratório de informática do Niate - fiação de rede lógica exposta. |
| A description... | A description... |
| Laboratório de informática do Niate - na ausência do projetor, a fiação elétrica fica perigosamente exposta. | Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação - caixa de interruptor aberta (elétrica) e fiação exposta (rede lógica). |
| A description... | A description... |
| Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação - fiação elétrica de ventilador exposta no teto. | Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação - fiação elétrica de luminárias exposta no teto. |

B - Luminárias sem funcionamento dificultando a iluminação adequada.

|  |  |
| --- | --- |
| Laboratório de aula do prédio de Odontologia - de um total de 56 luminárias, 15 não estão em funcionamento. | Laboratório de aula nº 7 do Centro de Ciências Biológicas - de um total de 18 luminárias, 7 não estão em funcionamento. |
| Laboratório de aula nº 8 do Centro de Ciências Biológicas - de um total de 18 luminárias, 6 não estão em funcionamento. | Sala de aula nº 101 do Niate - de 9 luminárias, uma não está em funcionamento. |
| Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação (sem numeração aparente) - de um total de 48 luminárias, 12 não estão em funcionamento. | Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação (sem numeração aparente) - de um total de 110 luminárias, 30 não estão em funcionamento. |

C - Falhas na estanqueidade (infiltrações, goteiras, vazamentos).

|  |  |
| --- | --- |
| A description... | A description... |
| Laboratório de aula do prédio de Odontologia - presença de mofo e manchas escuras indicam infiltração ou vazamento. | Laboratório de aula do prédio de Odontologia - presença de mofo indica possível infiltração pela caixa do ar-condicionado. |
| A description... | A description... |
| Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação (sem numeração aparente) - água da chuva que entra pelas janelas. | Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação (sem numeração aparente) - teto molhado indicando infiltração ou goteira. |
| A description... |  |
| Prédio da Clínica Escola de Fonoaudiologia - infiltração ou goteira no teto sobre as escadas. |  |

D - Falhas relativas ao conforto térmico.

|  |  |
| --- | --- |
| A description... | A description... |
| Laboratório de aula do prédio de Odontologia - diversos aparelhos do modelo acima estão desativados. Entre os quatro aparelhos do modelo split, dois não estavam em funcionamento. A sala estava quente e, segundo o relato de servidores, é uma sala muito quente quando em uso. | Laboratório de aula nº 7 do Centro de Ciências Biológicas - há dois aparelhos modelo split, entretanto ambos não estavam em funcionamento. A sala é muito quente e se tornou pior quando entraram 35 alunos. Segundo servidores, os aparelhos funcionam de forma precária. |
| A description... | A description... |
| Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação (sem numeração aparente) - a sala conta com apenas um ar-condicionado modelo split que não é suficiente para a grande área da sala. Segundo usuários, a sala é muito quente. | Sala de aula do Centro de Artes e Comunicação (sem numeração aparente) - esta sala só dispõe de ventiladores que não fornecem conforto térmico. A sala estava muito quente no momento da inspeção e é sempre assim, de acordo com os usuários. |

E - Falhas relativas ao desempenho acústico. Em relação a este item, verificou-se que as salas visitadas não foram objeto de um projeto que levasse em conta as exigências da acústica. Entretanto, na observação do uso por professores e alunos nas salas visitadas, nas salas vizinhas e nos corredores, não foram percebidos ruídos que comprometessem as atividades, exceto nas salas do Centro de Artes e Comunicação. Naquele centro, quase todas as salas foram contruídas com blocos de concreto finos e sem a aplicação de revestimento. Além disso, há utilização elementos vazados e os pés-direitos são muito altos. Essas características do projeto do CAC contribuem para a reverberação e a difusão dos ruídos.

|  |  |
| --- | --- |
| A description... | A description... |
| Salas do Centro de Artes e Comunicação - blocos finos de concreto, elementos vazados e pé-direito alto contribuem para a ausência de isolamento acústico. | Salas do Centro de Artes e Comunicação - blocos finos de concreto, elementos vazados e pé-direito alto contribuem para a ausência de isolamento acústico. |

F - Falhas relativas à acessibilidade.

|  |  |
| --- | --- |
| A description... | A description... |
| Prédio da Clínica Escola de Fonoaudiologia - apesar de dispor de rampas para acesso ao térreo, não há acessibilidade para o primeiro pavimento. | Prédio da Clínica Escola de Fonoaudiologia - a plataforma mecânica de acesso ao primeiro pavimento não foi instalada. O vão está fechado apenas com um painel e há risco de quedas. |
| A description... | A description... |
| Prédio da Clínica Escola de Fonoaudiologia - atualmente, as escadas são o único acesso ao primeiro pavimento. | Prédio do Niate - há rampas de acesso ao térreo. Entretanto, se o usuário vem do estacionamento (improvisado), é difícil o acesso através do terreno irregular, com buracos e poças d'água. |
| A description... | A description... |
| Prédio do Niate - para sair do estacionamento improvisado e alcançar as rampas de acesso, o usuário tem que vencer diversos obstáculos, como os automóveis, terreno irregular, poças d'água e degraus. | Prédio do Niate - apesar da rampa de acesso ao térreo, a plataforma mecânica está quebrada. O acesso aos três pavimentos superiores só se dá pelas escadas. |
| A description... | A description... |
| Prédio do Niate - apesar da rampa de acesso ao térreo, a plataforma mecânica está quebrada. O acesso aos três pavimentos superiores só se dá pelas escadas. | Prédio do Centro de Artes e Comunicação - o acesso aos pavimentos superiores se dá exclusivamente por escadas. Há uma estrutura para instalação de plataforma mecânica (sem plataforma), mas está envelhecida e empoeirada e aparenta nunca ter sido usada. |

G - Falhas na conservação de mesas e cadeiras.

|  |  |
| --- | --- |
| A description... | A description... |
| Laboratório de aulas de Radiologia do prédio de Odontologia - de um total de 20 cadeiras, duas estão quebradas. | Laboratório de aulas de Radiologia do prédio de Odontologia - de um total de 20 cadeiras, duas estão quebradas. |
| A description... | A description... |
| Prédio do Niate - o futuro Laboratório de Informática encontra-se com suas cadeiras empilhadas desordenadamente, o que pode resultar em danos ao patrimônio. | Prédio do Niate - o futuro Laboratório de Informática encontra-se com suas cadeiras empilhadas desordenadamente, o que pode resultar em danos ao patrimônio. |

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 305/2014-PCU/DCM, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

Face a dinâmica de solicitações e atendimentos nos já citados 400.000m² de área construída do Campus Recife. Solicitamos verificação in loco para intervenção sobre os pontos citados. A PCU recebe diariamente 60 a 70 pedidos de serviços de diversas naturezas e quantidades. Deste universo 60% representam instalações elétricas e hidráulicas, motivo pelo qual projetamos equipes fixas em cada Centro Acadêmico que possam agir preventivamente quer seja na substituição de lâmpadas, reatores, assento sanitários, chuveiros ou desentupimentos em geral. As falhas citadas nos Itens A e B (instalações elétricas) serão em sua maioria, vistoriadas e corrigidas. Casos específicos de tomadas de piso e cabeamento sem eletroduto serão diligenciados por fugir do padrão (instalação aparente com eletrodutos) de serviços da GPO. Como citado anteriormente, alguns departamentos e centros possuem recursos próprios e executam intervenções sem a fiscalização da PCU, estas ações estão sendo coibidas nos últimos anos. As falhas de estanqueidade serão tratadas pontualmente, sabendo que não se corrigem patologias de infiltração se não atacarmos a Causa-Raiz do problema. Não podemos afirmar no momento, mas pode se tratar recuperação de fachada ou sistema construtivo. Os técnicos farão a inspeção e parecer técnico necessário para solução do problema. A ausência de conforto térmico em determinadas salas será corrigida com a contratação dos serviços de manutenção e recuperação de equipamentos de ar condicionado que está em análise na Procuradoria para um total de 6000 equipamentos no Campus Recife. Anteriormente estes serviços eram contratados/executados de forma isolada. Desde a chegada do Engenheiro Mecânico na PCU podemos modelar os critérios e padrões de serviços e com isso projetamos uma grande economia de escala para a união. O desempenho acústico relatado especificamente no CAC é decorrente do projeto da década de 70, sem a necessidade de climatização, com captação de ventos norte e sul e proteção solar através de brises em concreto. O atelier iconografado sofreu mudança de uso e dimensionamento ao longo dos anos. Os estudantes de arquitetura que anteriormente faziam uso de pranchetas, daí a necessidade de salas com 500m², agora realizem seus estudos e projetos em notebooks demandando uma área infinitamente inferior, atrelado ao crescimento do número de turmas e cursos na UFPE, algumas salas foram fracionadas e permaneceram com o mesmo pé direito. Desta forma, a proporção e a funcionalidade dos ambientes ficam comprometidas. Enaltecemos que o uso desordenado de equipamentos de ar condicionado potencializa o consumo energético na universidade e pretere soluções arquitetônicas factíveis deste centro de excelência. A acessibilidade é um tema latente na UFPE. Foi realizada uma licitação para um grupo de elevadores e plataformas em 2013, a qual já possui contrato, devendo a Ordem de Serviço ser emitida até o final deste mês (maio/2014) pela SPO. A plataforma do CAC embora já esteja em funcionamento; confirmado pela Direção do Centro; faz parte do segundo grupo de elevadores e plataformas com processo licitatório em fase interna. Quanto ao armazenamento de mesas e cadeiras não condiz com as obrigações e escopo da Diretoria de Manutenção e Conservação. Contudo faremos menção a PROGEST e DGA. Os projetos e obras retroalimentam o nosso escopo cotidianamente, a mudança climática da região nos leva a climatizar ambientes anteriormente funcionais e confortáveis, o desenvolvimento de materiais eficientes nos desafia a substituir revestimentos com melhor desempenho e eficiência. Enfim, este conjunto de fatores que impõe prazos curtos, respostas precisas, soluções eficientes e contratações juridicamente perfeitas, por vezes nos debilita ao passo que nos motiva na busca de uma melhoria contínua.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A manifestação da Unidade destaca a área construída e a grande quantidade de solicitações diárias. A seguir, indica as medidas que virão a ser tomadas para corrigir os problemas pontuais. Entretanto, cabe destacar que os casos apontados são apenas uma amostra que revela uma pequena parte do conjunto de falhas na conservação e manutenção dos bens imóveis. Tais falhas resultam, inclusive, em prejuízo para os usuários da universidade. Em resumo, a manifestação corrobora a existência dos fatos apontados.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: O Reitor deve prover a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve estabelecer e apresentar o inventário do estado de conservação das edificações e o planejamento anual de manutenções preventivas.

**3.1.1.4 INFORMAÇÃO**

**Prédios reformados nos últimos cinco anos.**

**Fato**

A Unidade reformou mais de 15 prédios nos últimos cinco anos, conforme quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Prédios reformados nos últimos cinco anos | |
| Ano de conclusão da reforma | Identificação do prédio |
| 2013 | REFORMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E IMPLANTAÇÃO DA SALA DE MONITORAMENTO |
| 2013 | REFORMA DAS OFICINAS PARA READEQUAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA |
| 2013 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA DO CCS |
| 2013 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO NAE |
| 2012 | RECUPERAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURALDO DEC |
| 2012 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DP NÚCLEO DE APOIO A EVENTOS - NAE |
| 2012 | RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA |
| 2012 | REFORMA DO CLUBE UNIVERSITÁRIO |
| 2012 | RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA BIBLIOTECA CENTRAL |
| 2011 | AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DA RESIDÊNCIA MASCULINA |
| 2011 | REFORMA DO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR DO DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA DO CCB |
| 2011 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS ( ANEXO ) |
| 2011 | REFORMA. ADEQUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE( SALAS DE AULA, ANFIT E AUD) |
| 2011 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CCEN - ÁREA II |
| 2011 | REFORMA DO PRÉDO DO SIS |
| 2011 | REFORMA DA INCUBADORA DE EMPRESAS DINE/PROPESQ DA UFPE |
| 2010 | COMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO DE HIDROTERAPIA DO DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA |
| 2010 | REFORMA DO NÚCLEO DE HOTELARIA E TURISMO |
| 2010 | REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICASDE SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS |
| 2010 | REFORMA DA TV UNIVERSITÁRIA |
| 2010 | REFORMA DA REITORIA |
| 2009 | COMPLEMENTAÇÃO DA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E IMPERMEABILIZAÇÃO DO NTI |
| 2009 | REFORMA DAS SALAS DE AULA DO CURSO MÉDICO DA UFPE |

##/Fato##

**3.1.1.5 CONSTATAÇÃO**

**Fragilidades na elaboração de orçamento para manutenção dos bens imóveis.**

**Fato**

Por meio da SA nº 201407314-001, a CGU solicitou que a UFPE discriminasse a forma que utiliza para estimar a necessidade de recursos para a manutenção de prédios/blocos. Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO-PROPLAN, a UFPE informou que "ao final de cada ano, analisa-se o valor investido nos anos anteriores (três últimos anos), acrescentam-se os serviços relevantes projetados por edificação e o valor global é lançado no Plano de Ação Institucional do ano seguinte". Com base nas conclusões estabelecidas nesta Auditoria, de que a Unidade não mantém inventário das condições de conservação de seus bens imóveis e de que as manutenções são realizadas na medida das solicitações dos Centros, verifica-se que o procedimento de orçamento para manutenção apresenta fragilidades. Sem inventário e sem calendário de manutenções, a Unidade não reúne condições suficientes para uma orçamentação consistente pois não teria de onde obter a informação dos "serviços relevantes projetados por edificação".

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 305/2014-PCU/DCM, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

“A previsão orçamentária para investimento na manutenção predial das edificações constantes no Campus Recife só poderá ser precisa com a finalização do Cadastro Técnico, citado no Esclarecimento 02, acrescida da valoração patrimonial dos bens imóveis. Estamos na fase das inspeções e coleta documental para modelarmos o Plano de Manutenção, garantindo assim o bom desempenho, segurança e conforto dos prédios.

Segundo a NBR 5674: “os custos anuais envolvidos na operação e manutenção das edificações em uso variam entre 1% a 2% do seu custo inicial.” Segundo a Green Building Council Brasil – GBC: “Uma edificação projetada para vida útil de 40 (quarenta) anos terá investimentos na ordem de 15% para Projetos e Construção e 85% para Operação e Manutenção”. Diante dos dados acima apresentados, buscamos o aprimoramento e padronização dos projetos, visando a conservação de sua capacidade funcional. Torna-se prudente um investimento maior em itens de melhoria do consumo de recursos naturais e na qualidade/durabilidade dos materiais de revestimentos das edificações. Por hora realizamos vistorias gerais para avaliação de pintura, elétrica, hidráulica e estrutura. As quais embasam o dimensionamento de serviços de maior monta para o ano seguinte, quando possível. A reincidência de serviços de mesma natureza em um mesmo prédio nos leva a projetar intervenções mais consistentes. Ex: Alto número de Ordens de Serviço de manutenção de coberta numa edificação específica reforça a necessidade de um projeto para revitalização de toda a coberta. Impactando, talvez, em mudança da solução técnica, declividade, tipo da telha, dimensionamento de calhas, tubos ou caixas coletoras.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A manifestação da Unidade corrobora a constatação. A Unidade apresenta deficiências no processo de orçamentar as despesas com manutenção do patrimônio imobiliário. A constatação fica mantida.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: O Reitor deve prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve estabelecer procedimento formal de orçamentação das manutenções que considere o inventário do estado de conservação das edificações e o planejamento anual de manutenções preventivas, entre outros dados que aumentem a precisão do orçamento. A Unidade deve indicar o setor responsável pela execução do procedimento.

**3.1.1.6 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de procedimentos para avaliação, identificação e prevenção de riscos em relação à gestão dos bens imóveis próprios.**

**Fato**

Por meio da SA nº 201407314-001, a CGU solicitou que a UFPE discriminasse os procedimentos adotados para avaliar riscos no que concerne aos bens imóveis próprios, detalhando os mecanismos usados para identificação e prevenção dos riscos. Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO-PROPLAN, a UFPE informou que "está procedendo levantamento para mapeamento de risco e que as vistorias são realizadas de acordo com as demandas".

Constata-se, portanto, que a Unidade ainda não dispõe de procedimentos para avaliação, identificação e prevenção de riscos em relação à gestão dos bens imóveis próprios.

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 305/2014-PCU/DCM, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

“O curso de Gestão da Manutenção Predial, citado no Esclarecimento 04 visa capacitar um maior número de profissionais, multiplicando os “fiscais” da PCU. Com corpo técnico reduzido até meados de 2013 a prefeitura possuía uma equipe com 01 (um) engenheiro civil e 02 (dois) engenheiros eletricistas. Diante da contratação através do último concurso público, a Diretoria de Manutenção e Conservação acolheu 01 (um) engenheiro mecânico, 01 (um) engenheiro de produção, 02 (dois) técnicos em edificações e conseguiu implantar a função de Administrador Predial, composta por 14 profissionais e lotados nas edificações de maior porte. O redimensionamento da equipe ratifica a necessidade de um curso de capacitação para uniformizar os critérios e métodos a serem implantados na UFPE. Desta forma teremos um mapeamento de riscos criterioso, rotineiro e eficaz.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A manifestação da Unidade aponta dificuldades de pessoal e de capacitação e corrobora a constatação de que a Unidade ainda não dispõe de procedimentos para avaliação, identificação e prevenção de riscos em relação à gestão dos bens imóveis próprios.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: O Reitor deve prover a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve estabelecer e apresentar procedimentos formais para avaliação, identificação e prevenção de riscos em relação à gestão dos bens imóveis próprios. Para cada procedimento formal, a Unidade deve indicar o setor responsável pela execução do procedimento.

**3.1.1.7 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de normativos internos que disciplinem e formalizem as atividades e procedimentos relacionados à gestão dos bens imóveis próprios.**

**Fato**

A UFPE não apresentou normativos internos (regimento, estatuto, normas, manuais, organograma, fluxogramas) que disciplinem e formalizem as atividades e procedimentos de gestão dos bens imóveis.

Por meio da SA nº 201407314-001, a CGU solicitou a apresentação de tais normativos. Entretanto, por meio do Ofício nº 08/2014-DCO/PROPLAN, a Unidade informou que “a manutenção predial da UFPE embasa seus serviços de rotina no Manual de Obras Públicas – Edificações (Manutenção), elaborado pela Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio”.

Cabe observar que o manual citado pela Unidade não tem a abrangência adequada à administração de bens imóveis, referindo-se apenas “às diretrizes gerais para a execução de serviços de conservação e manutenção de uma edificação ou conjunto de edificações". Note-se que, mesmo para a área específica de conservação e manutenção, a Unidade deveria ter seus próprios manuais e normativos.

Constata-se, portanto, que a Unidade não dispõe de normativos internos acerca da gestão de seus bens imóveis.

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 305/2014-PCU/DCM, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

“O uso do Manual de Obras Públicas – Edificações (manutenção) foi publicado no Comprasnet para que os órgãos públicos utilizem para balizar os seus serviços. Somam-se os critérios e especificações existentes em tabelas institucionais (SINAPI ou SICRO), experiência profissional do corpo técnico e capacitações. Desde o final do ano de 2013, através da CI nº 34/2013, solicitamos a contratação de profissional especializado em manutenção para ministrar um Curso de Gestão da Manutenção Predial, com 25 horas de duração. O curso visa suprir algumas deficiências, melhoria de conhecimento e a elaboração de um Plano de Manutenção para o Campus Recife. A necessidade exposta pela CGU “Unidade deveria ter seus próprios manuais e normativos” nos leva a requisitar profissionais específicos para tal ação. Em pesquisa preliminar com a USP e UFRN não encontramos literatura sobre o tema. Contudo vamos estabelecer novos contatos em busca de manuais com atividades similares, caso contrário terá que elaborar um termo de referência para contratação do produto ou requisitar engenheiros e arquitetos para execução do referido manual.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A manifestação da Unidade declara utilizar o Manual de Obras Públicas, os critérios do Sinapi e Sicro e a experiência profissional do corpo técnico. Declara, ainda, que será necessário um curso de capacitação acerca da gestão da manutenção predial e que deve elaborar um plano de manutenção. Afirma, também, que não dispõe de manuais e normativos próprios e que não os encontrou em pesquisa com outras universidades. A manifestação corrobora a constatação de que a Unidade não dispõe de regimento, estatuto, normas, manuais, organograma, fluxogramas que disciplinem e formalizem as atividades e procedimentos de gestão dos bens imóveis.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: O Reitor deve prover a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve estabelecer e apresentar regimento, estatuto, normas, manuais, organograma, fluxogramas que disciplinem e formalizem as atividades e procedimentos de gestão dos bens imóveis, indicando inclusive o setor responsável por cada atividade.

**3.1.1.8 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de procedimentos formais para gestão dos bens imóveis próprios (programação e acompanhamento de manutenção, diagnósticos periódicos de situação, verificação de registros no Spiunet).**

**Fato**

Por meio da SA nº 201407314-001, a CGU solicitou que a UFPE discriminasse os procedimentos adotados para:

- programar e acompanhar a manutenção dos imóveis;

- verificar o vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis;

- diagnosticar periodicamente a situação dos imóveis;

- executar vistoria periódica acerca do uso e ocupação dos imóveis;

- verificar a correção e completude dos registros no Spiunet.

Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO-PROPLAN, a UFPE informou que "a Prefeitura da Cidade Universitária está cadastrando todos os imóveis do Campus Recife, incluindo plantas, cortes, fachadas, instalações elétricas e hidráulicas, bem como os revestimentos utilizados. De posse destas informações, podemos programar a manutenção de acordo com cada tipologia construtiva".

Constata-se, portanto, que a Unidade não dispõe dos procedimentos necessários à adequada gestão de seus bens imóveis.

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 305/2014-PCU/DMC, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

“O cadastro de imóveis, os Manuais de Operação e a capacitação profissional citados anteriormente culminam no compilamento de dados que permitem a elaboração do Plano de Manutenção Institucional com métodos, ferramentas, equipamentos e cronograma executivo, nos termos da NBR 5674. Em que pese a flexibilidade exigida na manutenção predial neste porte. Por fim acreditamos que os passos dados, sob a orientação e fiscalização dos órgãos de controle, permitem almejar o pleno Controle e Gestão dos serviços de manutenção.”

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

A manifestação da Unidade não discrimina os procedimentos adotados para programar e acompanhar a manutenção dos imóveis, verificar o vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis, diagnosticar periodicamente a situação dos imóveis, executar vistoria periódica acerca do uso e ocupação dos imóveis, verificar a correção e completude dos registros no Spiunet. A constatação fica mantida.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: O Reitor deve prover a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve formalizar procedimentos para programar e acompanhar a manutenção dos imóveis, verificar o vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis, diagnosticar periodicamente a situação dos imóveis, executar vistoria periódica acerca do uso e ocupação dos imóveis e verificar a correção e completude dos registros no Spiunet. Para cada procedimento formal, a Unidade deve indicar o setor responsável pela execução do procedimento.

**3.1.1.9 CONSTATAÇÃO**

**Fragilidades no combate e prevenção de incêndios.**

**Fato**

A CGU solicitou que a Unidade informasse se existe projeto de combate a incêndios para as edificações do Campus Joaquim Amazonas aprovado pelo Corpo de Bombeiros, e se existe contrato de manutenção dos dispositivos contra incêndio (extintores, hidrantes, sprinklers) para as mesmas edificações. Entretanto, a Unidade não apresentou as informações solicitadas.

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade não se manifestou.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Não se aplica.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: O Reitor deve prover a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve elaborar e executar projeto de prevenção e combate a incêndios para a totalidade de seu patrimônio imobiliário.

**3.1.1.10 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de planejamento de manutenção dos bens imóveis.**

**Fato**

Por meio da SA nº 201407314-001, a CGU solicitou que a UFPE informasse como se daria o planejamento e a execução das manutenções em seus prédios. Por meio do Ofício nº 08/2014-DCO-PROPLAN, a UFPE informou que "as manutenções de instalações elétricas e hidráulicas são rotineiras e semanais. Os demais serviços são executados de acordo com as solicitações de cada Centro ou Departamento".

Depreende-se, portanto, que não há um planejamento das manutenções e que a Unidade atua de acordo com o surgimento de problemas nos imóveis. Tal procedimento impõe custos mais elevados visto que um calendário e a execução de manutenções preventivas tendem a evitar intervenções maiores e de urgência.

##/Fato##

**Causa**

A partir das diversas manifestações relativas à gestão do patrimônio imobiliário, pode-se concluir que a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) apresenta carência de recursos humanos, tecnológicos e de capacitação. De acordo com o organograma da Unidade, a PCU é órgão subordinado ao Reitor. Portanto, o Reitor falhou em prover a PCU dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 305/2014-PCU/DMC, a Unidade se manifestou da seguinte forma:

“Nos últimos anos a Prefeitura da Cidade Universitária vem trabalhando na reestruturação e planejamento da Manutenção Predial do Campus Recife, composto por aproximadamente 150 hectares de área, perfazendo um total de 400.000m²(quatrocentos mil metros quadrados) de área construída. Dentre as ações podemos citar: O dimensionamento do novo contrato de manutenção, com vistas a compor equipes fixas (encanadores e eletricistas) em cada Centro Acadêmico para que possamos antever patologias através da manutenção preventiva, e a inclusão de plantonistas de média tensão por 24hs, afora o acréscimo de profissionais de áreas específicas (pintores, pedreiros, carpinteiros, serralheiros e outros) para atender a demanda crescente dos últimos anos oriundas das diversas ampliações e construções do projeto REUNI.

A contratação no ano de 2013 dos serviços de engenharia através de Pregão Eletrônico, do tipo Registro de Preços para demandas “simples”, com pequenos volumes e grande quantidade de solicitações. Agregou serviços com velocidade, qualidade (fiscalizados pela equipe da PCU) e economia de escala. As atas de registro de preços – ARP’s possibilitam ainda a uniformização / padronização dos serviços de engenharia prestados na UFPE, bem como o controle das reformas e catalogação em nosso cadastro de imóveis. Como por exemplo: fornecimento e assentamento de divisórias, fornecimento e assentamento de forros de gesso e PVC, fornecimento e assentamento de piso vinílico. Paralelamente a PCU criou uma Coordenação Administrativa Financeira e a recente Gerência de Planejamento e Acompanhamento. Buscamos ainda a padronização de materiais e serviços desde a concepção do produto / prédio através de reuniões com a Diretoria de Planos e Projetos – DPP/SPO, incluindo o compromisso de racionalização dos recursos naturais, implantação de ações de sustentabilidade, a preocupação com o impacto ambiental no Campus e a exigência de fornecimento do Manual de Uso, Operação e Manutenção das edificações novas, conforme NBR 14037. A chegada (set/2013) de novos Engenheiros Mecânico e de Produção, solicitados pela Prefeita em 2012, amplia a área de conhecimento técnico e permite a inclusão de novas ferramentas de manutenção, diminuindo assim a ocorrência de falhas. A soma destas ações visa ampliar o número de atendimentos, melhora a qualidade dos serviços, vistorias e atividades preventivas com foco na diminuição de problemas construtivos decorrentes de fatores endógenos (projeto ou execução), exógenos (terceiros), naturais ou funcionais. Acrescento que a UFPE só colhe os frutos destas ações com a efetiva homologação do novo contrato de manutenção predial, previsto para agosto/2014.

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Inicialmente, cabe reiterar qual foi a solicitação inicial feita à Unidade: apresentar o planejamento das manutenções e como se dá a execução das manutenções. Em sua manifestação, a Unidade afirma que está trabalhando no planejamento da Manutenção Predial, entretanto sem apresentar o citado planejamento. A Unidade afirma que o novo contrato de manutenção predial previsto para entrar em vigor em agosto/2014 virá melhorar o planejamento e a manutenção preventiva. A seguir, a Unidade lista algumas medidas que visam melhorar a qualidade da manutenção. Entretanto, efetivamente corrobora-se a constatação de que a Unidade ainda não tem um planejamento das manutenções e atua de acordo com o surgimento de problemas nos imóveis. Fica mantida a constatação.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: O Reitor deve prover a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho das atividades atribuídas à Prefeitura.

Recomendação 2: A Unidade deve estabelecer e apresentar um planejamento e cronograma anual das manutenções preventivas de todas as edificações de seu patrimônio.

**4 PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO**

**4.1 PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO**

**4.1.1 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS**

**4.1.1.1 INFORMAÇÃO**

**Avaliação sobre a Governança de Gestão de Pessoas.**

**Fato**

Para este item foram avaliadas as questões concernentes à governança da gestão de pessoas, que estão descritas a seguir, juntamente com a opinião da equipe de auditoria para cada item. As análise baseiam-se na documentação e informações apresentadas pelo gestor em resposta à S.A 201407314/001, de 08/04/2014, nas respostas ao questionário de autoavaliação aplicado ao dirigente da Entidade, além de entrevista com a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe).

1. A alta administração da Entidade monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas?

Quanto a essa questão, o gestor não chegou a precisar quais as diretrizes afetas a área de gestão de pessoas. Apresentou o Plano Estratégico Institucional (PEI) da UFPE para o período de 2013-2027, no qual se verificou que consta a visão de futuro para diversas áreas, incluindo a área de Recursos Humanos. Neste item o Planejamento Estratégico traça linhas gerais que contemplam uma política de gestão de pessoas que propicie ambiente para motivação e crescimento profissional, quadros docentes e técnicos com alta qualificação, valorização do trabalho dos técnicos-administrativos, adoção de avaliação de desempenho como princípio na gestão de pessoas, além da promoção de oportunidades para desenvolvimento de competências dos seus quadros. Dentre os objetivos estratégicos do PEI relacionados à gestão de pessoas, temos os seguintes: redefinição da política de contratação de pessoal para garantir a excelência da instituição; aperfeiçoamento do Programa de Capacitação de Pessoal para garantir a excelência da instituição.

Quanto ao monitoramento de tais diretrizes, a Pró-Reitora da Progepe informou que a alta administração realiza reuniões periódicas (4 vezes ao ano) com o objetivo de avaliar a execução do planejamento em cada área. Entretanto, não há normativos que disciplinem esse acompanhamento (periodicidade, responsáveis, formas), nem foi apresentado nenhum documento que evidencie que esse monitoramento tem, de fato, ocorrido no que se refere às diretrizes constantes do PEI para a gestão de pessoas.

Em sua resposta ao questionário de autoavaliação o gestor respondeu afirmativamente quanto ao monitoramento regular do cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas. A equipe ressalva tal afirmação, pois se, de fato, o acompanhamento for realizado (não foram apresentadas evidências), esse processo carece da devida formalização e registro.

1. A alta administração da Entidade: designou formalmente corpo colegiado (ex. comitê, conselho) responsável por auxiliá-la nas decisões relativas à gestão de pessoas? Monitora regularmente o funcionamento desse corpo colegiado?

Neste item, o gestor informou que as decisões são submetidas, quando necessário, ao Conselho de Administração ou ao Conselho Universitário, acrescentando que esses órgãos deliberativos são superiores à Administração, conforme Estatuto e, portanto, não são monitoráveis por essa.

Consultando o Estatuto da instituição, não se encontra atribuído a qualquer conselho ou comitê, de maneira explícita, a função de deliberação sobre a gestão de pessoas. Entretanto, ao Conselho de Administração é atribuída a competência de exercer, como órgão deliberativo, consultivo e normativo, a jurisdição superior da universidade em matéria administrativa e financeira, do que se pode inferir que inclui assuntos relacionados à gestão de pessoas, embora não tenha sido apresentada nenhuma evidência da apreciação/deliberação do referido conselho sobre matéria afeta à gestão de pessoas nos últimos exercícios.

A essa questão o gestor respondeu negativamente, pois não houve designação formal de um comitê para auxiliá-la na gestão de pessoas, porém, como mencionado, esse papel é desempenhado pelo Conselho de Administração.

1. A organização executa processo de planejamento da gestão de pessoas, aprovando e publicando objetivos, metas e indicadores de desempenho?

Nesta questão, a Pró-Reitora informou que o planejamento da gestão de pessoas juntamente com a das demais áreas é inserido nos Planos e Programas Institucionais, sem, no entanto, especificar que planos e programas seriam esses, nem informar quais objetivos, metas e indicadores estão definidos para a área de gestão de pessoas.

Além disso, verificou-se que não existe normativo interno que discipline o processo de planejamento na instituição, inclusive no que se refere à área de pessoal.

Para esse item, o gestor informou que adota parcialmente a prática, com o que se concorda, uma vez que apenas parte das atividades da Progepe são incluídas no planejamento anual da UFPE (PAI – Plano de Ação Institucional) e, ainda assim, sem que se contemplem plenamente os objetivos e diretrizes afetos a área, os quais deveriam ser desdobrados em metas e indicadores de desempenho para Gestão de Pessoas.

1. A organização identifica lacunas de competência da equipe de RH, com o objetivo de avaliar suas necessidades de capacitação (ex. necessidade de competência na área de gestão estratégica de pessoas, na área de concessão de direitos, etc.)?

Em resposta, a gestora informou que a Progepe possibilita a capacitação de seus servidores com o objetivo de suprir lacunas de competências essenciais para realização das atividades de RH, e contempla ações de capacitações para seus servidores no Plano de Capacitação da Entidade, que é bienal (segundo a gestora, é passível de atualização no transcorrer de sua execução).

O que se verifica, de fato, é que são oferecidas oportunidades de capacitação de acordo com o interesse dos servidores e/ou necessidades identificadas por suas chefias, sem, contudo, que haja um processo estabelecido para identificar as competências necessárias à equipe de RH e, com base nisso, formulação de um plano de capacitação.

Portanto, quando muito, pode-se admitir que haja uma adoção parcial da prática e, ressalte-se, de forma ainda informal e insuficiente, o que prejudica o objetivo estratégico de “aperfeiçoamento do Programa de Capacitação de Pessoal para garantir a excelência da instituição”.

O dirigente respondeu que adota integralmente a prática, ou seja, que a Unidade de Gestão de Pessoas identifica as lacunas de competências da equipe de RH, com o objetivo de avaliar suas necessidades de capacitação. Entretanto, pelos motivos expostos acima, discorda-se do entendimento expresso pelo gestor.

1. A organização oferece programa de treinamento e desenvolvimento de competências de liderança que atendem as necessidades de cada nível de gestão (do operacional ao estratégico), incluindo potenciais líderes?

Quanto a essa questão, a gestora respondeu: “segue relatório constando as ações de capacitação no exercício de 2013”. Entretanto não foi encaminhado o referido relatório.

Não obstante ao lapso verificado na resposta da gestora, verifica-se a inexistência de um programa voltado para desenvolvimento de lideranças que seja direcionado para os gestores e potenciais líderes, embora seu Plano Estratégico preveja ação para “instituir política de meritocracia aos cargos de gestão”. Assim, conclui-se que a UFPE ainda não adota tal prática. Ressalte-se que uma das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal é “promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento” (Decreto 5.707/06, art. 3º, III).

Apesar do gestor considerar que “adota parcialmente tal prática”, verifica-se a inexistência de um programa voltado ao desenvolvimento de lideranças, quando muito ações pontuais, que dependem da iniciativa de cada chefia.

1. A organização verifica a opinião dos colaboradores quanto ao ambiente de trabalho e utiliza os resultados para orientar eventuais mudanças?

Neste item a gestora admitiu que atualmente não é realizada pesquisa para avaliação da opinião dos colaboradores. Portanto, a Entidade ainda não adota a prática de avaliar a qualidade do ambiente/relações de trabalho. Tal processo é importante porque relações de trabalho ruins causam insatisfação, aumento do número de reclamações, conflitos e interrupções do trabalho, podendo prejudicar significativamente o comprometimento e o desempenho dos servidores, além de provocar o aumento dos níveis de absenteísmo e de utilização de licenças.

Em sua resposta ao questionário de autoavaliação, o dirigente da Entidade informou que pretende adotar essa prática.

1. A organização identifica as necessidades individuais de capacitação quando da avaliação de desempenho dos colaboradores, levando-as em consideração nas avaliações subsequentes?

A gestora informou que na autoavaliação feita por cada servidor, é indicado plano de desenvolvimento necessário para capacitação, bem como na avaliação das chefias também podem ser propostas ações de capacitação. Essas informações servem de insumo para elaboração do Plano de Capacitação dos Servidores. Em acréscimo a sua resposta, apresentou ainda normativos internos que regulamentam a avaliação de desempenho dos servidores (Resolução 6/2006 do Conselho Universitário) e o Programa de Capacitação e Qualificação para os servidores da UFPE (Resolução 9/2006 do Conselho Universitário). Também foi informado que essas indicações são consideradas nas avaliações subsequentes.

O dirigente informou que adota parcialmente essa prática, com o que concorda-se. Entende-se o “parcialmente” em função da ausência de definição quantos às competências necessárias ao desempenho das diversas funções, de acordo com os setores/áreas de lotação do servidor, e também por conta da necessidade de um acompanhamento e assessoramento mais efetivo às chefias nesse processo de avaliação.

1. A organização identifica e divulga para os profissionais de RH a legislação, a jurisprudência e as orientações normativas relativas à gestão de pessoas, orientando acerca de com elas devem ser aplicadas internamente?

Para esta questão, a Pró-Reitora informou que a divulgação é realizada por meio da Assessoria de Comunicação da UFPE, página da Pró-Reitoria ou de ofício circular. Além disso, informou que são consultados o Diário Oficial e o boletim de divulgação do Ministério do Planejamento para verificar as matérias afetas a área de pessoal e feita a divulgação (via email) para o seu corpo técnico. Em caso de dúvidas quanto à aplicação de tais normativos, são consultados às assessorias jurídicas da própria universidade e do Ministério da Educação.

Em sua resposta o dirigente afirma que “adota parcialmente tal prática”. Concorda-se com o gestor, destacando que se faz necessário centralizar tal acompanhamento em setor específico da Progepe, além de padronizar e sistematizar as formas de comunicação à equipe de RH.

1. A organização realiza avaliação de desempenho dos membros da alta administração e demais gestores, vinculadas ao alcance dos resultado da Entidade?

Quanto a este item, a gestora informou que não é realizada a avaliação do desempenho formal dos gestores da UFPE. A avaliação se restringe apenas aos gestores que são técnicos-administrativos, os quais são avaliados segundo critério de competência, não havendo nenhuma avaliação, pelo menos formal, quanto aos resultados alcançados.

O dirigente da Entidade confirmou a não adoção de tal prática em reposta ao questionário de autoavaliação.

1. A organização executa processo formal, baseado em competências, para a seleção de gestores?

Foi informado que os cargos de Reitor, Vice-reitor, Diretor e Vice-diretor de Centro ou Campus, Chefe e Sub-chefe de Departamento, Coordenador e Vice-coordenador de cursos de graduação e pós graduação são cargos eletivos. Os demais cargos são preenchidos por indicação, a partir da experiência profissional e de competências. (Pró-reitor, diretor e chefias das Pró-reitorias, Órgãos Suplementares, secretários e chefias de unidades). A Pró-Reitora mencionou, em entrevista, que já foram realizadas algumas seleções com base num processo formal e baseado em competências, no entanto, tal prática ainda não foi institucionalizada devido a resistências internas. Acrescentou ainda que, mesmo nos processos informais, são consideradas as competências necessárias ao cargo.

Portanto, verifica-se que para os cargos em comissão (não eletivos), de modo geral, não há processo formal de seleção, nem banco de talentos (com identificação e desenvolvimento de potenciais líderes), o que não se coaduna com a ação prevista no seu Plano Estratégico para “instituir política de meritocracia aos cargos de gestão”.

Em sua resposta, o dirigente afirma que “adota parcialmente” tal prática. Entretanto, discorda-se do posicionamento do gestor devido a não adoção, como regra, de processo formal de seleção, a inexistência de um banco de talentos e a falta de evidência da realização da seleção baseada em competências.

1. A organização monitora, por meio de sistema informatizado de gestão de pessoas, algum conjunto de informações relevantes sobre a força de trabalho (ex. índice de absenteísmo, índices de rotatividade, projeções de aposentadorias, etc.)?

Quanto a esta questão, a gestora informou que são monitorados os índices de rotatividade, de absenteísmo, as licenças e as projeções de aposentadoria, com periodicidade anual, porém acrescentou ainda que intervenções pontuais são realizadas ao longo do exercício, principalmente a partir da manifestação das chefias dos diversos setores.

O dirigente da Entidade respondeu afirmativamente a essa questão, o que se confirma a partir das informações apresentadas pela Progepe.

##/Fato##

**4.1.1.2 CONSTATAÇÃO**

**Servidores aposentados com base nas EC nº 41 e 47 recebendo proventos que não tenham sido gerados pelo cálculo automático, resultando em valores pagos indevidamente sem que houvesse reposição ao erário.**

**Fato**

A partir dos trabalhos de Acompanhamento de Gestão, identificaram-se servidores aposentados com base nas Emendas Constitucionais nº 41 e 47 percebendo proventos com valores informados manualmente. Instado a se pronunciar sobre a situação, o gestor informou, inicialmente, que estava procedendo à revisão das aposentadorias e a regularização no SIAPE.  Posteriormente, verificaram-se no SIAPE que foram realizados os devidos ajustes, com os cálculos das aposentadorias passando a serem gerados pelo cálculo automático. Para quatro desses servidores, os ajustes resultaram numa economia para a Administração que perfaz um montante anual da ordem de R$ 16 mil.

Quanto à reposição ao erário, em resposta a S.A 201217328/001, encaminhou Memorando nº 188/2013-DGP, de 19/09/2013, por meio do qual informou não ser devida para esses servidores. Entretanto, exceto para o servidor de matrícula nº 1131222 (amparado por decisão judicial), não justificada a ausência de providências para repor à fazenda pública os valores pagos indevidamente. O montante a ser reposto, conforme verificado no SIAPE, perfaz o total de R$ 48.238,45 (considerando um período de 5 anos, incluindo o 13º salário), conforme detalhado a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Matrícula** | **Valor proventos anterior ao ajuste** | **Valor proventos depois do ajuste** | **Diferença Mensal** | **Diferença projetada para o período de 5 anos** |
| 0275394 | R$ 2.476,49 | R$ 2.112,30 | R$ 364,19 | R$ 23.672,35 |
| 1131220 | R$ 3.052,35 | R$ 2.701,47 | R$ 350,88 | R$ 22.807,20 |
| 1131245 | R$ 4.532,64 | R$ 4.505,58 | R$ 27,06 | R$ 1.758,90 |
| TOTAL |  |  |  | R$ 48.238,45 |

Entretanto, em resposta à S.A 201217334/001, de 19/022014, o gestor encaminhou o Ofício 042/2014-DGP, de 25/02/2014, onde informou que procederá a uma revisão no SIAPE, inclusive mediante contato com a SEGEP, pois se observou que a parametrização no SIAPE não considerou os reajustes, a partir de 2008, conforme disposto no Art. 15 da 10.887/2004.

O gestor informou ainda que, para a servidora de matrícula nº 1133309, foi alterado o fundamento de sua aposentadoria pela Portaria nº 3493/2012, com base na EC nº 70/2012, “com proventos integrais do cargo, com efeitos financeiros a partir de 30/03/2012”. Entretanto, cumpre ressaltar que não se devem confundir proventos integrais com integralidade da base de cálculo dos proventos. A alteração introduzida pela Emenda Constituição nº 70 não estendeu a integralidade de proventos a todos os servidores aposentados por invalidez e que ingressaram no serviço público até o advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas apenas alterou a sua base de cálculo, essa sim, a partir de então, integral, mantendo plenamente em vigor a aposentadoria com proventos proporcionais, sem qualquer alteração no artigo 40, parágrafo primeiro, inciso I da Constituição Federal.

##/Fato##

**Causa**

Deficiência na supervisão das revisões de benefícios de aposentadorias realizadas para as ocorrências identificadas pela CGU como possíveis inconsistências.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta à S.A 201217334/001, o gestor se manifestou nos seguintes termos:

"

Em atendimento a SA nº 201217334-001, referente a reposição ao erário de valores pagos indevidamente a título de aposentadoria até 2012 dos servidores Matrícula SIAPE nº 0275394, 1131220 e 1133309, esclarecemos:

SIAPE nº 1133309 – os proventos de aposentadoria desta servidora não tiveram alteração em 2012 de R$ 4.532,64 para R$ 4.505,58. Acrescentamos que a servidora inicialmente foi aposentada por invalidez, através da Portaria nº 1643/2005, pela média das remunerações, sem paridade, no entanto, foi alterado, tendo em vista que a mesma foi beneficiada pela EC nº 70/2012, conforme Portaria nº 3493/2012 em anexo.

SIAPE nº 1131220 – os proventos da servidora não eram parametrizados pelo SIAPE, ao modificarmos para parametrização, houve alteração do valor de R$ 3.052,35 para R$ 2.701,47 em 2012. A servidora aposentou-se em setembro de 2007 pela média das remunerações nos termos da Lei nº 10.887/2004, e ao analisarmos a parametrização efetivada pelo SIAPE constatamos que o valor de R$ 2.701,47 equivale a remuneração que a servidora percebia em setembro de 2007, que certamente não será o valor dos proventos em 2012, tendo em vista os reajustes nos termos do Art. 15 da citada Lei. Diante disto, preliminarmente procederemos a uma revisão, inclusive mediante contato com o SEGEP.

SIAPE nº 0275394 - os proventos do servidor não eram parametrizados pelo SIAPE, ao modificarmos para parametrização, houve alteração do valor de R$ 2.476,49 para R$ 2.112,30 em 2012. O servidor aposentou-se em maio de 2006 pela média das remunerações nos termos da Lei nº 10.887/2004, e ao analisarmos a parametrização efetivada pelo SIAPE constatamos que o valor de R$ 2.112,30 equivale a remuneração que o servidor percebia em abril de 2006, que certamente não será o valor dos proventos em 2012, tendo em vista os reajustes nos termos do Art. 15 da citada Lei. Diante disto, preliminarmente procederemos a uma revisão, inclusive mediante contato com o SEGEP. Acrescentamos que o servidor faleceu em 20/08/2013."

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

No que se refere aos servidores (inativos) de matrícula 113220 e 1133309, o gestor informa que se faz necessária revisão para confirmar os valores dos benefícios, inclusive mediante contato com o SEGEP e que só após essa revisão é que seria possível proceder à reposição ao erário. Neste caso, concorda-se com a procedimento proposto pelo gestor, considerando que este deve conduzir seus atos atentando para o princípio da prudência.

Quanto à servidora SIAPE nº 1133309, não se concorda com a interpretação dada pelo gestor à EC nº 70/2012. Conforme já mencionado, a alteração introduzida pela referida Emenda não estendeu a integralidade de proventos a todos os servidores aposentados por invalidez e que ingressaram no serviço público até o advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas apenas alterou a sua base de cálculo. Portanto, cumpre ao gestor revisar os benefícios dessa servidora.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: Proceda a revisão da aposentadoria da servidora de matrícula nº 1133309, tendo em vista que não houve alteração no texto do art. 40, § 1º, I , da Constituição pela Emenda nº 70/2012, portanto, não foi garantida a integralidade dos proventos em relação à remuneração nas hipóteses de invalidez permanente não decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, devendo, nesses casos, ser aplicada a mesma proporcionalidade à última remuneração no cargo efetivo, com fração cujo numerador corresponda ao total de tempo de contribuição do servidor e o denominador ao tempo total necessário para a obtenção de aposentadoria voluntária com proventos integrais prevista no art. 40, § 1º, III a da Constituição Federal.

Recomendação 2: Conclua as medidas para os ajustes no SIAPE das aposentadorias dos servidores de Matrículas nº 0275394, 1131220 e 1131245, providenciando também a reposição ao erário, caso seja devido.

**4.1.1.3 CONSTATAÇÃO**

**Servidores e aposentados com somatório de remuneração e provento superior ao limite estabelecido no Inciso XI, Art. 37, CF, com pagamento na base SIAPE.**

**Fato**

O gestor informou que os servidores constantes da trilha 40 possuem mais de um vínculo, existindo o desconto abate teto. Entretanto, mesmo com o desconto os servidores continuam recebendo acima do teto constitucional.

Foi novamente questionado, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201217327,330,331/001, de 22/07/2013, que justificasse o fato dos servidores receberem vencimentos superiores ao limite constitucional (proceder verificação individualizada dos pagamentos por vínculo e de todos os vínculos em conjunto, dos titulares dos CPFs relacionados, para corrigir as distorções, uma vez que nenhuma parcela deve ser excluída da base de cálculo do limite constitucional, a exceção de parcela de caráter indenizatório, § 11, art. 37 da CF):

**CPF                           Nome Servidor                                                     Valor recebido acima do Teto**

\*\*\*.139.274-\*\*          R. A. C.                                                                    R$ 9.455,55

\*\*\*.328.324-\*\*          C. V. C.                                                                     R$ 745,06

\*\*\*.303.914-\*\*          C. A. H.                                                                   R$ 1.155,65

\*\*\*.181.294-\*\*          R. A. L.                                                                   R$ 2.390,96

\*\*\*.500.104-\*\*          S. A. S.                                                                   R$ 5.049,51

Para os cálculos dos valores acima, foram considerados valores de fevereiro/2012.

O gestor informou, por meio do Memo nº 152/2013-DGP, de 30/07/2013, o que se segue:

“***TRILHA 37 –*** *segue abaixo os esclarecimentos.*

***Item: a)***

***- R. A. C.******e S. A. S.*** *– percebe através de dois vínculos pela UFPE encontrando-se com a situação já está regularizada com aplicação do abate teto;*

***- C. V. C.,******C. A. H.******e******R. A. L.*** *– percebem por um vínculo na UFPE e vínculos de outras entidades públicas federais, esclarecemos que a parametrização da rubrica de abate teto é feita automaticamente pelo sistema SIAPE;*”

 Em reunião na UFPE em 09/08/2013 ficou acertado que a UFPE iria verificar se houve pagamento acima do teto para o mês de fevereiro/2012. Caso fosse encontrado diferença fariam levantamento para o período de 2011 e 2012.

##/Fato##

**Causa**

O Gestor de Recursos Humanos e o Gestor do SIAPE não implantou mecanismos de controle adequados para cumprir o estabelecido no Inciso XI, Art. 37, CF.

##/Causa##

**Manifestação da Unidade Examinada**

O gestor informou, por meio do Email, de 29/08/2013, o que se segue:

*“Consultamos através das fichas financeiras de fevereiro/2012 dos servidores, na rubrica Abate Teto, e na tecla de atalho (F4=Teto), verificamos o relatório do SIAPE no qual se consolida os vínculos na composição do abate teto, onde se demonstra o cálculo para abate teto.*

*Como é parametrizado pelo SIAPE, acreditamos que está normal, conforme demonstrativos anexos.*

**C. A. H.**

  VINCULOS CALCULO TETO:

     ORGAO   BASE CALCULO SIT. FUNC  %CALCULO     VALOR TETO

     26242      14.264,60                EST02          53,27689                        27,34

     40301      12.509,86                EST01          46,72310                        23,98

     TOTAL      26.774,46                                                                         51,32

  REMUNERACAO EXTRA-SIAPE     :

  ABATE TETO PAGO EXTRA-SIAPE :

**C. V. C.**

 VINCULOS CALCULO TETO:

     ORGAO   BASE CALCULO SIT. FUNC  %CALCULO     VALOR TETO

     26242       1.068,58                 EST02          3,71309

     26292      20.866,38                EST02        72,50628                      1.490,43

     26292       6.843,76                 EST04        23,78062                         488,83

     TOTAL      28.778,72                                                                     1.979,26

  REMUNERACAO EXTRA-SIAPE     :

  ABATE TETO PAGO EXTRA-SIAPE :

**R. A. L.**

VINCULOS CALCULO TETO:

    ORGAO   BASE CALCULO SIT. FUNC  %CALCULO     VALOR TETO

    26242       13.283,97               EST02          42,94101                    1.808,78

    40301       17.651,42               EST01          57,05898                    2.403,47

    TOTAL      30.935,39                                                                       4.212,25

REMUNERACAO EXTRA-SIAPE     :

ABATE TETO PAGO EXTRA-SIAPE :

**R. A. C.**

   VINCULOS CALCULO TETO:

      ORGAO   BASE CALCULO SIT. FUNC  %CALCULO     VALOR TETO

      26242       16.813,30               EST02          62,52124                       105,66

      26242       10.078,84               EST02          37,47875                         63,34

      TOTAL      26.892,14                                                                        169,00

   REMUNERACAO EXTRA-SIAPE     :

   ABATE TETO PAGO EXTRA-SIAPE :

**S. A. S.**

VINCULOS CALCULO TETO:

   ORGAO   BASE CALCULO SIT. FUNC  %CALCULO     VALOR TETO

   26242       11.719,75               EST02          43,44662                       109,45

   26242       15.255,30               EST01          56,55337                      142,46

   TOTAL      26.975,05                                                                        251,91

REMUNERACAO EXTRA-SIAPE     :

ABATE TETO PAGO EXTRA-SIAPE :    **”**

##/ManifestacaoUnidadeExaminada##

**Análise do Controle Interno**

Considerando o limite constitucional, nenhuma parcela deve ser excluída da base de cálculo deste limite, à exceção de parcela de caráter indenizatório, § 11, art. 37 da CF:

“Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.”

Desta forma os valores corretos para fevereiro/2012 são os seguintes:

Teto Constitucional CF Art. 37: Tabela SIAPE – Transação COTBLEGDIV, Código 11:

R$ 26.723,13

C. A. H.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Vínculo | Base de Cálculo Correta (R$) | Base de Cálculo (SIAPE + UFPE) (R$) | Rubrica Abate Teto SIAPE (R$) |
| 26242 | 14.342,60 - 78,00 (Saúde Suplementar) = 14.264,60 | 14.342,60 - 78,00 (Saúde Suplementar) = 14.264,60 | 27,34 |
| 40301 | 13.587,50 - 304,00 (Auxílio Alimentação) = 13.283,50 | 13.587,50 - 773,64 (Adic. de Irradiação Ionizante) - 304,00 (Auxílio Alimentação) = 12.509,86 | 23,98 |
| Total | 27.548,10 | 26.774,46 | 51,32 |
| Abate Teto Complementar (R$) = 27.548,10 - 51,32 - 26.723,13 = 773,65 | | | |

**C. V. C.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Vínculo | Base de Cálculo Correta (R$) | Base de Cálculo (SIAPE + UFPE) (R$) | Rubrica Abate Teto SIAPE (R$) |
| 26242 | 1.433,31 - 246,00 (Saúde Suplementar) = 1.187,31 | 1.433,31 - 118,73 (Proventos - EC Nº 41/2003) - 246,00 (Saúde Suplementar) = 1.068,58 | - |
| 26292 | 20866,38 | 20.866,38 | 1.490,43 |
| 26292 | 7.147,76 - 304,00 (Auxílio Alimentação) = 6.843,76 | 7.147,76 - 304,00 (Auxílio Alimentação) = 6.843,76 | 488,83 |
| Total | 28.897,45 | 28.778,72 | 1.979,26 |
| Abate Teto Complementar (R$) = 28.897,45 - 1.979,26 - 26.723,13 = 195,06 | | | |

**R. A. L.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Vínculo | Base de Cálculo Correta (R$) | Base de Cálculo (SIAPE + UFPE) (R$) | Rubrica Abate Teto SIAPE (R$) |
| 26242 | 13.283,97 | 13.283,97 | 1.808,78 |
| 40301 | 20.042,37 - 304,00 (Auxílio Alimentação) = 19.738,37 | 20.042,37 - 602,30 (Vencimento Básico) - 304,00 (Auxílio Alimentação) - 882,35 (Adic. de Irradiação Ionizante) - 527,45 (GDACT - Grat.Des.At.Científica.e Tecnológica) = 17.726,27 | 2.403,47 |
| Total | 33.022,34 | 31.010,24 | 4.212,25 |
| Abate Teto Complementar (R$) = 33.022,34 - 4.212,25 - 26.723,13 = 2.086,96 | | | |

**R. A. C.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Vínculo | Base de Cálculo Correta (R$) | Base de Cálculo (SIAPE + UFPE) (R$) | Rubrica Abate Teto SIAPE (R$) |
| 26242 | 18.829,07 - 156,00 (Saúde Suplementar) = 18.673,07 | 18.829,07 - 1.859,77 (Decisão Judicial) - 156,00 (Saúde Suplementar) = 16.813,30 | 105,66 |
| 26242 | 17.518,61 | 17.518,61 - 7.439,77 (Decisão Judicial) = 10.078,84 | 63,34 |
| Total | 36.191,68 | 26.892,14 | 169,00 |
| Abate Teto Complementar (R$) = 36.191,68 - 169,00 - 26.723,13 = 9.299,55 | | | |

**S. A. S.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Vínculo | Base de Cálculo Correta (R$) | Base de Cálculo (SIAPE + UFPE) (R$) | Rubrica Abate Teto SIAPE (R$) |
| 26242 | 16.465,25-1.220,07 (Abono Permanência Exerc.An) - 154,00 (Saúde Suplementar) = 15.091,18 | 16.465,25 - 3.371,43 (Decisão Judicial) - 1.220,07 (Abono Permanência Exerc.An) - 154,00 (Saúde Suplementar) = 11.719,75 | 109,45 |
| 26242 | 15.559,30 - 304,00 (Auxílio Alimentação) = 15.255,30 | 15.559,30 - 304,00 (Auxílio Alimentação) = 15.255,30 | 142,46 |
| Total | 30346,48 | 26.975,05 | 251,91 |
| Abate Teto Complementar (R$) = 30.346,48 - 251,91 - 26.723,13 = 3.371,44 | | | |

Considerando estes valores recebidos indevidamente por estes cinco servidores no mês de fevereiro de 2012 e projetando o montante para um ano tem-se:

773,65 + 195,06 + 2.086,96 + 9.299,55 + 3.371,44 = 15.726,66

15.726,66 \* 12 = 188.719,92.

##/AnaliseControleInterno##

**Recomendações:**

Recomendação 1: A UFPE deve adotar providências para correção imediata das rubricas de abate teto na próxima folha de pagamento, atuando junto aos gestores do SIAPE para devida correção das rubricas.

Recomendação 2: A UFPE deve adotar medidas para o ressarcimento ao erário público pelos servidores que receberam vencimentos superiores ao limite constitucional fazendo levantamento do período dos últimos cinco anos.